CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Ata da 470a. SESSÃO, realizada em 04.09.1986

Í N D I C E

	Fls.
- Comunicação CMN Nº 280/86 (BACEN)	13
Anexo	261
- Comunicação CMN Nº 297/86 (BACEN)	13
- Voto CMN Nº 226/86 (MINIFAZ/MINIAGRI)	3
Anexo	23
- Voto CMN Nº 227/86 (BACEN)	7
Anexo	93
- Voto CMN Nº 228/86 (MIC)	4
Anexo	59
- Voto CMN Nº 230/86 (MINIAGRI/SEPLAN/MINIFAZ)	4
Anexo	26
- Voto CMN Nº 231/86 (BACEN)	5
Anexo	67
- Voto CMN Nº 232/86 (BACEN)	8
Anexo	129
- Voto CMN Nº 233/86 (MINIAGRI/SEPLAN/MINIFAZ)	4
Anexo	29
- Voto CMN Nº 234/86 (BACEN)	7
Anexo	96
- Voto CMN Nº 235/86 (MINIAGRI)	4
Anexo	32
- Voto CMN Nº 236/86 (MINIAGRI)	4
Anexo	37

Fls.

- Voto CMN Nº 237/86 (MINIAGRI) 6
  Anexo 82
- Voto CMN Nº 238/86 (BACEN) 9
  Anexo 144
- Voto CMN Nº 239/86 (BACEN) 9
  Anexo 147
- Voto CMN Nº 240/86 (BACEN) 9
  Anexo 150
- Voto CMN Nº 241/86 (BACEN) 9
  Anexo 156
- Voto CMN Nº 242/86 (BACEN) 5
  Anexo 72
- Voto CMN Nº 243/86 (MINTER) 4
  Anexo 56
- Voto CMN Nº 244/86 (BACEN) 10
  Anexo 163
- Voto CMN Nº 245/86 (BACEN) 10
  Anexo 161
- Voto CMN Nº 246/86 (BACEN) 10
  Anexo 167
- Voto CMN Nº 247/86 (BACEN) 20
  Anexo 308
- Voto CMN Nº 248/86 (BACEN) 20
  Anexo 313
- Voto CMN Nº 250/86 (BACEN) 10
  Anexo 215
- Voto CMN Nº 251/86 (BACEN) 11
  Anexo 220
- Voto CMN Nº 252/86 (MINIAGRI) 6
  Anexo 88
- Voto CMN Nº 253/86 (MINIAGRI) 6
  Anexo 90

Fls.

- Voto CMN Nº 254/86 (BNH/BACEN) 8
  Anexo 126
- Voto CMN Nº 255/86 (BACEN) 5
  Anexo 77
- Voto CMN Nº 256/86 (BACEN/BNH) 5
  Anexo 64
- Voto CMN Nº 257/86 (BACEN) 20
  Anexo 318
- Voto CMN Nº 258/86 (BACEN) 20
  Anexo 323
- Voto CMN Nº 259/86 (BACEN) 13
  Anexo 263
- Voto CMN Nº 260/86 (BACEN) 13
  Anexo 268
- Voto CMN Nº 261/86 (BASA) 8
  Anexo 124
- Voto CMN Nº 262/86 (BACEN) 11
  Anexo 222
- Voto CMN Nº 263/86 (MINIFAZ) 17
  Anexo 278
- Voto CMN Nº 264/86 (MINIFAZ) 18
  Anexo 282
- Voto CMN Nº 265/86 (MINIFAZ) 18
  Anexo 284
- Voto CMN Nº 266/86 (MINIFAZ) 18
  Anexo 287
- Voto CMN Nº 267/86 (MINIFAZ) 18
  Anexo 290
- Voto CMN Nº 268/86 (MINIFAZ) 19
  Anexo 293
- Voto CMN Nº 269/86 (MINIFAZ) 19
  Anexo 296

Fls.

- Voto CMN Nº 270/86 (MINIFAZ) 19
  Anexo 299
- Voto CMN Nº 271/86 (MINIFAZ) 19
  Anexo 302
- Voto CMN Nº 272/86 (CACEX) 20
  Anexo 305
- Voto CMN Nº 273/86 (CVM) 8
  Anexo 118
- Voto CMN Nº 274/86 (BACEN) 11
  Anexo 232
- Voto CMN Nº 276/86 (BACEN) 11
  Anexo 240
- Voto CMN Nº 277/86 (MINIFAZ) 7
  Anexo 105
- Voto CMN Nº 278/86 (BACEN) 12
  Anexo 244
- Voto CMN Nº 279/86 (BACEN) 12
  Anexo 247
- Voto CMN Nº 281/86 (BACEN) 12
  Anexo 255
- Voto CMN Nº 282/86 (BACEN) 21
  Anexo 327
- Voto CMN Nº 283/86 (BACEN) 14
  Anexo 273
- Voto CMN Nº 284/86 (BACEN) 21
  Anexo 332
- Voto CMN Nº 285/86 (BACEN) 21
  Anexo 337
- Voto CMN Nº 286/86 (BACEN) 21
  Anexo 343
- Voto CMN Nº 287/86 (BACEN) 21
  Anexo 348

Fls.

- Voto CMN Nº 288/86 (BACEN) 21
  Anexo 354
- Voto CMN Nº 289/86 (BACEN) 21
  Anexo 359
- Voto CMN Nº 290/86 (BACEN) 21
  Anexo 365
- Voto CMN Nº 291/86 (BACEN) 21
  Anexo 371
- Voto CMN Nº 292/86 (BACEN) 21
  Anexo 377
- Voto CMN Nº 293/86 (BACEN) 21
  Anexo 383
- Voto CMN Nº 294/86 (BACEN) 21
  Anexo 388
- Voto CMN Nº 295/86 (BACEN) 22
  Anexo 399
- Voto CMN Nº 296/86 (BACEN) 22
  Anexo 393

--- oo0oo ---

ATA DA QUADRINGENTÉSIMA SETUAGÉSIMA SESSÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (470a. Ata - de 04.09.1986)

Às quinze horas do dia quatro de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, em Brasília (DF), realizou-se a quadringentésima setuagésima sessão do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Dilson Domingos Funaro, presentes também os Exmos. Srs. Conselheiros: Dr. João Sayad, Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Dr. José Hugo Castelo Branco, Ministro da Indústria e do Comércio; Dr. Deni Lineu Schwartz, Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Dr. Fernão Carlos Botelho Bracher, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Camillo Calazans de Magalhães, Presidente do Banco do Brasil S.A.; Dr. Marcos de Barros Freire, Presidente da Caixa Econômica Federal; Dr. André Franco Montoro Filho, Presidente, em exercício, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Dr. José Maria de Aragão Melo, Presidente do Banco Nacional da Habitação; Dr. Jorge Hilário Gouveia Vieira, Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil; Dr. Luis Octavio da Motta Veiga, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; Dr. Roberto Fendt Junior, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.; Dr. José Pereira e Silva,

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Dr. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Presidente do Banco da Amazônia S.A.; Dr. Abílio dos Santos Diniz, Dr. Pedro Conde e Dr. Sérgio Franklin Quintella.

Deixaram de comparecer, por motivo de força maior, os Exmos. Srs. Conselheiros: Dr. Iris Rezende Machado, Ministro da Agricultura; Dr. Ronaldo Costa Couto, Ministro do Interior; Dr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos e Prof. Octávio Gouvêa de Bulhões.

Estiveram presentes à reunião os Exmos. Srs. Diretores do Banco Central do Brasil: Dr. Carlos Eduardo de Freitas, Dr. Hélio Ribeiro de Oliveira, Dr. José Tupy Caldas de Moura, Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, Dr. Lycio de Faria e Dr. Persio Arida.

Compareceram também à reunião, os seguintes Senhores:

- do Ministério da Fazenda: Dr. João Batista de Abreu, Secretário-Geral; Dr. Andrea Sandro Calabi, Secretário do Tesouro Nacional; Dr. Cid Heráclito de Queiroz, Procurador-Geral; Dr. Marco Antonio Diniz Brandão, Coordenador de Comunicação Social; Dr. Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho, Coordenador de Assuntos Tributários da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Dr. Luiz Carlos Pedroza Paiva, Coordenador-Chefe Adjunto da Coordenadoria de Assuntos Monetários da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos; Dr. Lício da Silva de Almeida Granjeiro, Assessor da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos; e Dr. Alberto Honsi, Assessor Especial do Ministro;

- da Secretaria de Planejamento da Presidência da República: Dr. Raul Wagner dos Reis Velloso, Chefe da Assessoria Técnica Especial do Ministro;

- do Ministério da Agricultura: Dr. Edilson Guimarães, Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Assuntos Econômicos;

- do Ministério do Interior: Dr. Maurício Benedito Barreira Vasconcelos, Secretário-Geral;

- do Banco Central do Brasil: Dr. Moisés Romão Damaso Filho, Chefe do Gabinete do Presidente, em exercício;

- do Banco do Brasil S.A.: Dr. Cláudio Dantas de Araújo, Diretor de Controle; e Dr. Antonio José de Sousa, Consultor Técnico da Presidência.

--- oo0oo ---

Iniciados os trabalhos, o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda passou a palavra ao Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, que submeteu os seguintes assuntos, já aprovados "ad referendum", à homologação do Colegiado:

POLÍTICA DE ABASTECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL — IOF — REDUÇÃO A ZERO DA ALÍQUOTA INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES DE CÂMBIO NAS IMPORTAÇÕES DE LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, QUEIJO TIPO MUSSARELA, PARMEZÃO, PROVOLONE E TILSIT OU PRATO (Voto CMN Nº 226/86, dos Exmos. Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, anexado a fls. 23/25).

FONTES DE RECURSOS PARA INVESTIMENTO RURAL — 1986 (Voto CMN Nº 230/86, subscrito em conjunto pelos Exmos. Srs. Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, anexado a fls. 26/28).

AQUISIÇÃO DE TRIGO NACIONAL E DE TRITICALE — SISTEMA ESPECIAL PARA COMPRA DA SAFRA 1986 (Voto CMN Nº 233/86, subscrito em conjunto pelos Exmos. Srs. Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, anexado a fls. 29/31).

PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA AS REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE PARA FINANCIAMENTO E/OU AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS DA SAFRA DAS ÁGUAS DE 1986/87 (Voto CMN Nº 235/86, do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, anexado a fls. 32/36).

CRÉDITO RURAL — VALORES BÁSICOS PARA O FINANCIAMENTO DO CUSTEIO AGRÍCOLA DE DIVERSOS PRODUTOS, SAFRA DAS ÁGUAS 1986/87 (Voto CMN Nº 236/86, do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, anexado a fls. 37/55).

PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL (PAPP), DO PROJETO NORDESTE — FUNDO DE GARANTIA (Voto CMN Nº 243/86, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, anexado a fls. 56/58).

PLANO DE SAFRA CAFEEIRA 86/87 — FIXAÇÃO DE PREÇOS DE GARANTIA (Voto CMN Nº 228/86, do Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, anexado a fls. 59/63).

DECRETO-LEI Nº 2.284/86 - PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA — CRITÉRIOS DE AJUSTES DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS — AUTORIZAÇÃO AO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH) PARA UTILIZAÇÃO DO DISPOSTO NAS CIRCULARES Nºs 1.041, DE 19.06.86 E 1.063, DE 27.08.86 (Voto CMN Nº 256/86, subscrito em conjunto pelos Exmos. Srs. Presidentes do Banco Central do Brasil e do Banco Nacional da Habitação, anexado a fls. 64/66).

PARTICIPAÇÃO DO BANCO CENTRAL NO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA CIA. FÁBRICA DE TECIDOS DONA ISABEL (Voto CMN Nº 231/86, anexado a fls. 67/71).

PLANO BRASILEIRO DE FINANCIAMENTO - FASE III — LINHAS DE CRÉDITO COMERCIAL DE CURTO PRAZO (PROJETO "C") E LINHAS DE CRÉDITO INTERBANCÁRIO (PROJETO "D") — AMORTIZAÇÕES DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS — DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL — MEDIDAS TRANSITÓRIAS — GARANTIA DA REPÚBLICA (Voto CMN Nº 242/86, anexado a fls. 72/76).

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - II FASE (PRODECER II) — CONTRAPARTIDA DE RECURSOS NACIONAIS (Voto CMN Nº 255/86, anexado a fls. 77/81).

O Conselho homologou os despachos exarados pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda sobre os Votos acima relacionados.

POLÍTICA DE ABASTECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL — IOF — REDUÇÃO A 0 (ZERO) DA ALÍQUOTA INCIDENTE SOBRE IMPORTAÇÕES DE LEITE EM PÓ DESNATADO E DE BUCHOS — RETIFICAÇÃO NAS ESPECIFICAÇÕES DE PRODUTO CONSTANTE DA RESOLUÇÃO Nº 1.167/86 (Voto CMN Nº 237/86, do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, anexado a fls. 82/85).

O Conselho homologou o despacho de 15.08.86, pelo qual o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda aprovara "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional, o Voto que originou a Resolução nº 1.170, baixada pelo Banco Central, em 22.08.86 (anexada a fls. 86/87).

POLÍTICA DE ABASTECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL - 1986 — IOF — REDUÇÃO A 0 (ZERO) DA ALÍQUOTA INCIDENTE SOBRE A IMPORTAÇÃO DE CARNES DE SUÍNO (Voto CMN Nº 252/86, do Exmo. Sr. Ministro Interino da Agricultura, anexado a fls. 88/89).

POLÍTICA DE ABASTECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL - 1986 — IOF — REDUÇÃO A 0 (ZERO) DA ALÍQUOTA INCIDENTE SOBRE IMPORTAÇÕES DE FARINHAS DE CARNE (Voto CMN Nº 253/86, do Exmo. Sr. Ministro Interino da Agricultura, anexado a fls. 90/91).

O Conselho homologou os despachos de 22.08.86, pelos quais o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda aprovara "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional os Votos, acima relacionados, que originaram a Resolução nº 1.171, baixada pelo Banco Central, em 27.08.86 (anexada a fls. 92).

GANHO DE CAPITAL — TRIBUTAÇÃO — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E ASSEMELHADAS (Voto CMN Nº 227/86, anexado a fls. 93/94).

O Conselho homologou o despacho de 25.07.86, pelo qual o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda aprovara "ad referendum" do Colegiado o Voto que originou a Resolução nº 1.166, baixada pelo Banco Central, em 25.07.86 (anexada a fls. 95).

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA — REDIRECIONAMENTO DAS APLICAÇÕES DOS CLUBES DE INVESTIMENTO — LIMITE MÁXIMO DE 75% PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES — REVOGAÇÃO (Voto CMN Nº 234/86, anexado a fls. 96/99).

O Conselho homologou o despacho de 11.08.86, pelo qual o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda aprovara "ad referendum" do Colegiado o Voto que originou a Resolução nº 1.168, de 11.08.86, baixada pelo Banco Central (anexada a fls. 100/104).

--- oo0oo ---

Prosseguindo os trabalhos, o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central submeteu ao Colegiado os seguintes assuntos:

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE — REDEFINIÇÃO DE CURTO PRAZO — REDUÇÃO DE ALÍQUOTA (Voto CMN Nº 277/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 105/109).

O Conselho aprovou o Voto, tendo na oportunidade o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central assinado a Resolução, que tomou o número 1.186 (anexada a fls. 110/116).

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS — INVESTIMENTO DIRETO ATRAVÉS DE CAPITAL DE RISCO — REQUISITOS — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 273/86, do Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, anexado a fls. 118/120).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na oportunidade pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, recebeu o número 1.184 (anexada a fls. 121/123).

PROGRAMAS ESPECIAIS ABRANGIDOS PELO FUNAGRI - CIRCULAR Nº 1.048/86 — PARTICIPAÇÃO DO BASA (Voto CMN Nº 261/86, do Exmo. Sr. Presidente do Banco da Amazônia S.A., anexado a fls. 124/125).

O Conselho aprovou o Voto.

REAJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (Voto CMN Nº 254/86, subscrito em conjunto pelos Exmos. Srs. Presidentes do Banco Nacional da Habitação e Banco Central do Brasil, anexado a fls. 126/128).

O Conselho aprovou o Voto.

SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL — PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (PROREF) — VOTO CMN Nº 446/83 — REVISÃO DO ESQUEMA (Voto CMN Nº 232/86, anexado a fls. 129/143).

O Conselho aprovou o Voto.

BANCO CENTRAL — PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 1985 (Voto CMN Nº 238/86, anexado a fls. 144/146).

O Conselho aprovou o Voto, por unanimidade.

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS — SOLICITA A MERRIL LYNCH S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AUTORIZAÇÃO PARA EXTRAPOLAR, INDIRETAMENTE, POR INTERMÉDIO DA COLIGADA MERRIL LYNCH REPRESENTAÇÕES LTDA., OS NÍVEIS MÁXIMOS PERMITIDOS DE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO SEU CAPITAL (Voto CMN Nº 239/86, anexado a fls. 147/149).

O Conselho aprovou o Voto.

BANCO CENTRAL DO BRASIL — ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS — FÉRIAS DE DIRETORES — CRITÉRIOS DE CONCESSÃO E UTILIZAÇÃO (Voto CMN Nº 240/86, anexado a fls. 150/155).

O Conselho aprovou o Voto.

IMPORTAÇÃO — FECHAMENTO DE CÂMBIO PARA LIQUIDAÇÃO FUTURA — PROTOCOLO DE EXPANSÃO COMERCIAL BRASIL/URUGUAI — COMUNICADO GECAM 312/76 — DISPENSA DO DEPÓSITO (Voto CMN Nº 241/86, anexado a fls. 156/160).

O Conselho aprovou o Voto.

CAPEMI - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. — REVIGORAMENTO DE CARTA PATENTE — RECURSO AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (Voto CMN Nº 245/86, anexado a fls. 161/163).

O Conselho decidiu pelo não provimento do recurso objeto do Voto.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A. (BADEP) E BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. (BANESTADO) — COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS JUNTO AO BRASILINVEST — RECURSO AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (Voto CMN Nº 244/86, anexado a fls. 164/166).

O Conselho decidiu pelo não provimento do recurso objeto do Voto.

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BALANÇO DO 1º SEMESTRE DE 1986 (Voto CMN Nº 246/86, anexado a fls. 167/214).

O Conselho aprovou o Voto.

EMPRÉSTIMOS DE LIQUIDEZ — UTILIZAÇÃO EM EXCESSO — MEDIDAS RESTRITIVAS E PUNITIVAS - RESOLUÇÃO Nº 1.008/85 — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 250/86, anexado a fls. 215/219).

O Conselho aprovou o Voto.

COMISSÃO CONSULTIVA DE MERCADO DE CAPITAIS (COMEC) — INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE E SUPLENTE DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO (Voto CMN Nº 251/86, anexado a fls. 220/221).

O Conselho aprovou o Voto.

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA EM INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL — FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS (Voto CMN Nº 262/86, anexado a fls. 222/231).

O Conselho aprovou o Voto.

ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA — PROPOSTA DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS EM VIGOR (Voto CMN Nº 274/86, anexado a fls. 232/234).

O Conselho aprovou o Voto, tendo na oportunidade o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central assinado a Resolução, que tomou o número 1.185 (anexado a fls. 235/239).

MEDIÇÃO DE LAVOURAS E PASTAGENS — EXIGÊNCIA REGULAMENTAR — ALTERAÇÃO — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 276/86, anexado a fls. 240/242).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na oportunidade pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, recebeu o número 1.183 (anexada a fls. 243).

BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY — AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAR MAIS UMA FILIAL NO BRASIL (Voto CMN Nº 278/86, anexado a fls. 244/246).

O Conselho aprovou o encaminhamento do assunto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

OURO — OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA NO MERCADO DOMÉSTICO (Voto CMN Nº 279/86, anexado a fls. 247/253).

O Conselho aprovou o Voto, tendo o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central assinado, na ocasião, a Resolução, que tomou o número 1.182 (anexada a fls. 254).

ESTADO DE MINAS GERAIS — PEDIDO DE ELEVAÇÃO TEMPORÁRIA DO LIMITE FIXADO, PARA A SUA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA, PELO ITEM IV DO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28.10.75, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76 E PELA RESOLUÇÃO Nº 64, DE 28.06.85, TODAS DO SENADO FEDERAL, A FIM DE QUE POSSA VIR A EMITIR E COLOCAR TÍTULOS DE SUA DÍVIDA PÚBLICA - Cz$ 276.856.800,00 (Voto CMN Nº 281/86, anexado a fls. 255/260).

O Conselho aprovou o encaminhamento do Voto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA (PI) — DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS ESTABELECIDAS PELA RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (Comunicação CMN Nº 280/86, anexada a fls. 261/262).

O Conselho ficou ciente do contido na Comunicação, determinando o encaminhamento do assunto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

ESTADO DO PARANÁ — REGISTRO DE TÍTULOS DE SUA DÍVIDA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL, E Nº 345, DE 13.11.75, DO BANCO CENTRAL - 1.000.000 DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO DO ESTADO DO PARANÁ (OTE-PR) (Voto CMN Nº 259/86, anexado a fls. 263/267).

O Conselho aprovou o Voto.

ESTADO DE SÃO PAULO — REGISTRO DE 33 MILHÕES DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO (OTP), NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL, E Nº 345, DE 13.11.75, DO BANCO CENTRAL (Voto CMN Nº 260/86, anexado a fls. 268/272).

O Conselho aprovou o Voto.

VIAGENS INTERNACIONAIS — ENCARGO FINANCEIRO - LEI Nº 4.131/62, ARTIGO 29 (Comunicação CMN Nº 297/86).

"Com vistas a esclarecer o público quanto a abrangência dos efeitos da Resolução nº 1.154, de 23.07.86, o De-

partamento de Câmbio do Banco Central expediu o Comunicado nº 940, em 03.09.86, informando que o encargo financeiro de que trata referida Resolução incide exclusivamente sobre as operações de câmbio que se classifiquem sob a conta "30-Viagens Internacionais", do manual ENOC - Estatística Nacional das Operações de Câmbio — instituído pelo Comunicado GECAM nº 333, de 01.11.76, e atualizado pelo Comunicado DECAM nº 825, de 02.05.85.

2. Ao mesmo tempo ficou esclarecido ainda que:

a) as remessas destinadas à manutenção de bolsistas no exterior são classificadas sob a conta "45-Serviços Diversos-Cursos", número código "45.326";

b) os benefícios concedidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES/MEC, para participação em congressos e assemelhados, são classificados sob a conta "45-Serviços Diversos - Congressos", número código "45.319";

c) as aquisições, no exterior, de medicamento inexistente no mercado nacional, desde que não destinado à revenda, são classificadas sob a conta "45-Serviços Diversos - Aquisição de Medicamentos no Exterior", número código "45.206",

pelo que sobre referidas operações não incide o encargo financeiro de que se trata."

O Conselho tomou conhecimento da Comunicação, ratificando a decisão adotada pelo Banco Central.

CRIAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA RURAL — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 283/86, anexado a fls. 273/277).

A propósito do assunto, o Conselheiro Marcos de Barros Freire teceu as seguintes considerações:

"Como Presidente da Caixa Econômica Federal — não obstante saber que esse instrumento de captação da poupança rural já foi anunciado e consta, inclusive, de Decreto-lei do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aguardando somente esta regulamentação —, gostaria de registrar o sentimento de apreensão por parte dos que fazem as filiais da CEF no sentido de que a Caderneta de Poupança Rural poderia trazer um desdobramento negativo em relação à Caderneta de Poupança tradicional. Ainda ontem nós tivemos em Brasília uma ampla reunião com todos os gerentes das filiais de norte a sul do País e quando eu os procurei tranquilizar dizendo que a orientação da área econômico-financeira levava em consideração a precaução necessária e que possivelmente só se aplicaria na área da produção agrícola, eles contra-argumentaram dizendo que, geralmente no interior, aqueles que têm fazendas são muitas vezes residentes nas cidades grandes e o Banco do Brasil S.A. facilmente teria condições de cobrar deles, a quem serve através do Crédito Rural, uma reciprocidade. Assim, em termos de opção nas cidades em que o Banco tivesse a captação rural por parte desses clientes, que é um instrumento da maior importância em termos de interior, a CEF não teria condições de competição já que não oferece tal prestação de serviços. Portanto, queria deixar aqui registrado essa apreensão em nome dos representantes da Caixa nos vários Estados do Brasil que, ao tomarem conhecimento pela imprensa de que esse assunto seria objeto de análise na reunião de hoje, solicitaram que transmitisse aos Senhores Conselheiros e ao Senhor Ministro da Fazenda a preocupação de que isso seria mais um fator de repercussões negativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Caixa."

Na oportunidade, o Conselheiro Pedro Conde fez suas as considerações expendidas pelo Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal e solicitou ao Sr. Ministro da Fazenda esclarecimentos se seria a Caderneta de Poupança Rural destinada exclusivamente para financiamentos de médio e longo prazos, recebendo deste resposta afirmativa.

A seguir, assim se manifestou o Conselheiro Abílio Diniz:

"Eu acredito que muitas coisas têm que ser feitas com previdência e com calma, e acredito também que posteriormente o sistema privado poderia entrar neste sistema de captação e de financiamento rural, complementando, assim, aquilo que o Banco do Brasil agora inicia."

Em resposta às ponderações anteriormente expostas pelo Conselheiro Pedro Conde, o Sr. Presidente do Banco do Brasil fez a seguinte observação:

"A respeito da reciprocidade, os bancos comerciais e o Banco do Brasil já têm dois instrumentos muito válidos e melhores que a caderneta de poupança, que são o depósito à vista, mais rentável para o banco e, quando o cliente é exigente, o depósito a prazo. Os bancos privados, que usam a reciprocidade legitimamente, não me consta que adotem pedir àqueles que recebem em préstimos da carteira comercial façam caderneta de poupança. Acho que não há esse caso, o que eles podem é depositar à vista ou depositar a prazo."

Retomando a palavra, o Conselheiro Marcos Freire assim se manifestou:

"Face à observação feita pelo Senhor Presidente do Banco do Brasil, logicamente tem procedência sua argumentação, ela não é exaustiva porque na realidade nós sabemos que a caderneta de poupança hoje é uma instituição grandemente popular no País, havendo então, em milhares de municípios do interior, um grande atrativo para a caderneta de poupança. Evidentemente, o Banco

do Brasil, por merecer toda a credibilidade, a exemplo da Caixa Econômica Federal, entrará nessa fatia de mercado, inexoravelmente. Se não fosse assim não se justificaria criar a caderneta de poupança rural, evidentemente que haverá um grande apoio para com o mercado, mas nós acreditamos no conhecimento e na sensibilidade da área econômico-financeira para tentar fazer um disciplinamento que seja o menos dramático possível."

Após exaustivos debates, o Conselho aprovou o Voto e a minuta de Resolução.

--- oo0oo ---

Novamente com a palavra, o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central apresentou os assuntos adiante relacionados, referentes a redução a 0 (zero) da alíquota do IOF na liquidação de operações de câmbio em pagamentos dos seguintes produtos:

MERCADORIAS DESTINADAS AO CONSUMO OU UTILIZAÇÃO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA E PROCEDENTES DA VENEZUELA E DA REPÚBLICA DA GUIANA — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 263/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 278/280).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na oportunidade pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, tomou o número 1.172 (anexada a fls. 281).

FIOS DE RAION ACETATO — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 264/86, do Exmo. Sr. Ministro da da Fazenda, anexado a fls. 282).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, na ocasião, recebeu o número 1.173 (anexada a fls. 283).

200 TONELADAS DE FIO DE NÁILON 66 SINGELO, NÃO TEXTURIZADO — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 265/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 284/285).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na ocasião pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, tomou o número 1.174 (anexada a fls. 286).

PÊLOS DE ORIGEM ANIMAL, PRÓPRIOS PARA FABRICAÇÃO DE PINCÉIS ARTÍSTICOS — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 266/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 287/288).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na oportunidade pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, recebeu o número 1.177 (anexada a fls. 289).

MÁQUINAS DE ESCREVER CARACTERES "BRAILLE" — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 267/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 290/291).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, na ocasião, tomou o número 1.176 (anexada a fls. 292).

PIGMENTOS À BASE DE DIÓXIDO DE TITÂNIO, COM MODIFICADORES, TIPO RUTILO — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 268/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 293/294).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na oportunidade pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, tomou o número 1.181 (anexada a fls. 295).

2.154 TONELADAS DE FERRO CROMO BAIXO CARBONO — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 269/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 296/297).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na ocasião pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, tomou o número 1.178 (anexada a fls. 298).

COQUE DE CARVÃO MINERAL, TIPO FUNDIÇÃO — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 270/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 299/300).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, na ocasião, recebeu o número 1.179 (anexada a fls. 301).

FIO DE NÁILON, LUSTROSO (TRILOBAL) — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 271/86, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, anexado a fls. 302/303).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada na oportunidade pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, tomou o número 1.180 (anexada a fls. 304).

PELES EM BRUTO DE SUÍNOS, COM OU SEM PÊLO SALGADAS, SALGADAS-SECAS E SECAS — MINUTA DE RESOLUÇÃO (Voto CMN Nº 272/86, do Exmo. Sr. Diretor Interino da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., anexado a fls. 305/306).

O Conselho aprovou o Voto e a Resolução que, assinada pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, na ocasião, tomou o número 1.175 (anexada a fls. 307).

--- oo0oo ---

Finalmente, o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central apresentou os assuntos a seguir enumerados, referentes a pedidos de operações de crédito previstas no artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JUIZ DE FORA (MG) - Cz$ 10.304.500,00 (Voto CMN Nº 247/86, anexado a fls. 308/312).

ESTADO DE GOIÁS - Cz$ 438.261.174,40 (Voto CMN Nº 248/86, anexado a fls. 313/317).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS (SP) - Cz$ 3.494.069,60 (Voto CMN Nº 257/86, anexado a fls. 318/322).

ESTADO DE GOIÁS - Cz$ 276.906.106,40 (Voto CMN Nº 258/86, anexado a fls. 323/327).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA (BA) - Cz$ 10.161.944,80 (Voto CMN Nº 282/86, anexado a fls. 328/331).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS (PR) - Cz$ 8.512.000,00 (Voto CMN Nº 284/86, anexado a fls. 332/336).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ (PR) - Cz$ 3.721.576,00 (Voto CMN Nº 285/86, anexado a fls. 337/342).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA (PR) - Cz$ 8.512.000,00 (Voto CMN Nº 286/86, anexado a fls. 343/347).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (PR) - Cz$ 8.512.000,00 (Voto CMN Nº 287/86, anexado a fls. 348/353).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO (PR) - Cz$ 8.512.000,00 (Voto CMN Nº 288/86, anexado a fls. 354/358).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (PR) - Cz$ 63.840.000,00 (Voto CMN Nº 289/86, anexado a fls. 359/364).

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA (PR) - Cz$ 53.418.758,40 (Voto CMN Nº 290/86, anexado a fls. 365/370).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (PR) - Cz$ 8.512.000,00 (Voto CMN Nº 291/86, anexado a fls. 371/376).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP) - Cz$ 31.920.000,00 (Voto CMN Nº 292/86, anexado a fls. 377/382).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (MG) - Cz$ 372.400.000,00 (Voto CMN Nº 293/86, anexado a fls. 383/387).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA (SP) - Cz$ 21.280.000,00 (Voto CMN Nº 294/86, anexado a fls. 388/392).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE (MS) - Cz$ 155.857.060,80 (Voto CMN Nº 296/86, anexado a fls. 393/398).

ESTADO DO MARANHÃO - Cz$ 10.435.111,90 (Voto CMN Nº 295/86, anexado a fls. 399/404).

O Conselho aprovou o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Votos mencionados.

--- oo0oo ---

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão.

Anexos: 23/404

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Dilson Domingos Funaro

João Sayad

José Hugo Castelo Branco

Deni Lineu Schwartz

Fernão Carlos Botelho Bracher

Camillo Calazans de Magalhães

Marcos de Barros Freire

André Franco Montoro Filho

José Maria de Aragão Melo

Jorge Hilário Gouveia Vieira

Luis Octavio da Motta Veiga

Roberto Fendt Junior

José Pereira e Silva

Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Abilio dos Santos Diniz

Pedro Conde

Sérgio Franklin Quintella

VOTO CMN Nº 226/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) — redução a 0 (zero) da alíquota incidente sobre as operações de câmbio nas importações de leite em pó integral instantâneo, queijos tipo mussarela, parmezão, provolone e tilsit ou prato. Isenção do depósito prévio estabelecido pelo Comunicado GECAM - nº 312, de 04.06.76 e das exigências de que trata a Resolução nº 767, do BACEN.

Aprovo "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 17 de julho de 1986.

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

CMN N.º 226/86

Política de Abastecimento do Governo Federal - Produtos Lácteos - 1986.

Senhores Conselheiros,

O Conselho Interministerial de Abastecimento - CINAB, levando em consideração a atual fase crítica do abastecimento nacional de produtos lácteos, autorizou a importação pela iniciativa privada dos bens a seguir mencionados:

a) leite em pó integral instantâneo enlatado em embalagens apropriadas para venda direta ao varejo (volumes de 1.000 gramas ou inferiores);

b) queijo mussarela;

c) queijo tipo parmezão;

d) queijo tipo provolone;

e) queijo tipo tilsit ou prato.

Para viabilizar essas importações, o CINAB constata que são necessárias isenções, entre estas as seguintes, que se encontram no âmbito de decisão deste Conselho:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

a) Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e Sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF;

b) Depósito prévio estabelecido pelo Comunicado GECAM-312;

c) Obrigações decorrentes da Resolução 767 do BACEN.

Dessa forma, propomos a este Conselho que sejam concedidas na forma e para os produtos pleiteados, as isenções das obrigações acima enumeradas.

Brasília, 16 de julho de 1986.

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

IRIS REZENDE
Ministro da Agricultura



CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

VOTO CMN Nº 230/86 EM 05.08.86

- Fontes de Recursos para investimentos rural - 1986

Aprovo "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL C M N N.º 230/86

Fontes de Recursos para
Investimento Rural - 1986

Senhores Conselheiros,

Como decorrência do Plano de Ajustamento Econômico, introduzido pelos Decretos-lei nº 2.283 e 2.284, de 27.02.86 e 10.03.86, respectivamente, foram adotadas medidas na área do crédito rural por este Conselho, entre as quais se destacam aquelas relativas às mudanças nos percentuais de aplicações obrigatórias dos bancos comerciais, no crédito rural, e a alteração das taxas de juros, conforme Resoluções nºs 1.130 e 1.131, ambas de 15.05.86.

2. À época, fez parte do elenco de medidas a firme disposição do Exmº Sr. Presidente da República de garantir ao setor um aporte significativo de recursos para investimentos, tendo em vista o inegável declínio real dos valores alocados a essa finalidade nos últimos cinco anos (-73,6%).

3. Dessa forma, foram realizados levantamentos estatísticos de demanda para créditos de investimento que resultaram em uma cifra de aproximadamente Cz$ 20,5 bilhões para o corrente exercício.

4. As fontes desses recursos são basicamente as operações de financiamento ao setor conduzidas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR, o Tesouro Nacional e os empréstimos contraídos com organismos internacionais nas seguintes proporções:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

	Cz$ milhões
BANCO DO BRASIL (Tesouro)	10.114
- Operações novas (suprimentos específicos e recursos próprios com equalização de taxas de juros)	6.430
- Retornos de operações neste ano	3.684
BANCOS COMERCIAIS	6.326
- Operações novas (face ao crescimento dos depósitos à vista no sistema como um todo)	4.326
- Retornos estimados de operações neste ano	2.000
BANCO MUNDIAL	4.060
T O T A L	20.500

5. Desse total o setor conta, até o momento, com cerca de Cz$ 5 bilhões, alocados pelo Banco do Brasil. O montante adicional será aplicado a partir de agosto, na medida em que o empréstimo do Banco Mundial for internalizado e mediante a utilização dos recursos resultantes de elevação dos depósitos à vista, dos retornos observados e das aplicações obrigatórias dos bancos comerciais.

Assim sendo, submetemos o presente voto ao Colegiado, com a finalidade específica de deixar registrada a estratégia deste ano no tocante à recuperação da oferta de crédito para investimento no setor agropecuário.

Voto dos Conselheiros

IRIS REZENDE JOÃO SAYAD DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

VOTO Nº 233/86 EM 08.08.86

AQUISIÇÃO DE TRIGO NACIONAL E DE TRITICALE - Sistema especial para compra da safra 1986

APROVO "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 233/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

AQUISIÇÃO DE TRIGO NACIONAL E DE TRITICALE - Sistema especial para compra da safra 1986.

Senhores Conselheiros,

O estímulo às atividades produtivas determinado pelo Plano Cruzado, bem como os incentivos traduzidos pela taxa de juros favorecida, pelo VBC realista e pelo preço de aquisição altamente compensador, levaram os agricultores a lançarem-se em entusiasmo ao cultivo do trigo, do que resultará, em breve, mantidas as condições climáticas favoráveis, safra recorde em nosso País, superando até mesmo as expectativas mais otimistas.

A compra dessa produção, estimada em 6,2 milhões de toneladas, nos moldes da política em vigor, acarretará dispêndios aos cofres públicos da ordem de Cz$ 20 bilhões, importância essa de difícil absorção pelo Orçamento Fiscal no corrente exercício.

Nessa circunstância, objetivando o equilíbrio orçamentário e a compatibilização da política financeira do Governo ao plano de estabilização da economia, propomos a esse Conselho a instituição do seguinte esquema especial para a compra da atual safra de trigo nacional e triticale:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

a) início das operações: 1º.09.86;

b) forma de pagamento:

I - à vista:

- pequeno produtor: valor total da produção entregue, diretamente ou através de suas cooperativas;

- médio e grande produtor: 20% do valor da produção entregue, diretamente ou através de suas cooperativas, eleváveis até a totalidade dos débitos do vendedor, referentes às operações de custeio de trigo e triticale, assim como às parcelas de investimento, vencidas e vincendas no corrente exercício, a serem liquidadas simultaneamente à liberação dos recursos;

II - a prazo: importância que exceder o limite acima fixado para médio e grande produtor, em 4 (quatro) parcelas iguais, pagáveis aos 30, 60, 90 e 120 dias, contados da data da operação;

c) título de crédito: nota promissória representativa de cada parcela a ser paga a prazo, emitida pela agência do Banco do Brasil que realizar a operação, em favor do vendedor;

d) negociação dos títulos: as notas promissórias, pagáveis unicamente na agência operadora, poderão ser descontadas por qualquer instituição financeira, mediante a utilização de recursos próprios livres, não computáveis essas aplicações para efeito de cumprimento das exigibilidades do MCR 18.

O Departamento de Comercialização do Trigo - CTRIN, do Banco do Brasil S/A, adotará as medidas complementares e procederá aos ajustamentos de ordem técnica que se fizerem necessários à implementação do mecanismo ora proposto.

Em 08.08.86

Voto dos Conselheiros

IRIS REZENDE MACHADO
Ministro da Agricultura

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

JOÃO SAYAD
Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO CMN Nº 235/86

- PREÇOS MÍNIMOS: ESTABELECE OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE PARA FINANCIAMENTO E/OU AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS DA SAFRA DAS ÁGUAS DE 1986/87.

Aprovo "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 14 de Agosto de 1986.

DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

C M N N.º 235/86

PREÇOS MÍNIMOS: ESTABELECE OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA AS REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE PARA FINANCIAMENTO E/OU AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS DA SAFRA DAS ÁGUAS DE 1986/87.

Senhores Conselheiros

Na atual conjuntura econômica, onde se verifica elevação da massa salarial e consequente aumento da demanda por produtos alimentares, a política de garantia de preços mínimos do Governo Federal é de fundamental importância para que o programa de estabilidade econômica não seja comprometido por uma eventual escassez de alimentos.

Neste ano, com a quebra da safra 85/86 e a inexistência de estoques mínimos de reserva, o Governo, visando evitar que a escassez de alimentos básicos pudesse colocar em risco a estabilidade de preços após a Reforma Econômica, viu-se na contingência de autorizar a importação de produtos agropecuários em um volume sem precedentes na história recente do país.

Essa política de importação, contudo, só se justifica como medida emergencial, pois coloca em risco a auto-suficiência em alimentos - produtos estes que o país possui vantagem comparativa em produzir -, já que o setor agrícola precisa de um horizonte de médio prazo para completar sua resposta aos sinais de mercado.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

No cenário externo, as condições atuais - e que deverão prevalecer no médio prazo - são francamente desestimulantes para a produção do algodão e das oleaginosas alimentícias, em decorrência dos elevados estoques mundiais e dos níveis de subsídio incorporados na nova política agrícola dos Estados Unidos. Assim, se não houver medidas compensatórias capazes de evitar que essa conjuntura de preços seja internalizada integralmente, haverá forte descapitalização da agricultura nacional.

Isto posto as propostas de preços mínimos ora apresentadas (anexo) visam, no caso dos produtos de exportação, minimizar os efeitos depressivos das cotações externas sobre a produção nacional e no caso dos alimentos básicos, estimular o aumento da produção para atender ao mercado interno e formar estoques de reserva.

No caso dos produtos considerados prioritários para o abastecimento doméstico (como arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo), os preços mínimos aqui propostos são plurianuais, ou seja, terão vigência por três anos. A cada ano, no início do mês de agosto, o governo garantirá um reajuste de, no mínimo, 80% da variação acumulada nos preços dos insumos agrícolas, medida pelo Índice de Preços Pagos pelos Produtores (IPP), a ser divulgado pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP) em articulação com entidades especializadas na elaboração de índices econômicos. Toda vez que este índice apresentar uma variação acumulada igual ou maior do que 20% dentro de um mesmo ano agrícola, os preços mínimos serão automaticamente reajustados a título de antecipação. Ao final de cada três anos de vigência os preços mínimos serão revisados, considerando o nível de atendimento do mercado interno, a necessidade de formação de estoques reguladores e eventuais ganhos de produtividade.

Esta medida proposta no Plano de Metas visa garantir um horizonte de preços estáveis, objetivando reduzir os riscos de mercado e estimular a produção de alimentos básicos.

Finalmente, para que as medidas ora propostas tenham o impacto pretendido é preciso que o Governo gere alternativas de mercado que estimulem o aumento da participação da iniciativa privada na comercialização agrícola, tirando dos ombros do Governo o ônus da integral sustentação de preços para inúmeros produtos

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

ou regiões. Para tanto, o espaço de ação da iniciativa privada deverá ser disciplinado através do anúncio prévio das regras básicas da comercialização da safra 1986/87, indicando os níveis de preços a partir dos quais o Governo intervirá no mercado (desovando estoques, exportando, importando, etc). Proponho que tais regras sejam anunciadas até novembro de 1986, quando normalmente tem início a venda futura da safra.

Para finalizar e visando obter maior confiança dos agricultores, proponho que sejam revistas as normas de parcelamento das Aquisições do Governo Federal - AGF - adotadas neste ano, posto que sua manutenção implicará em redução no valor real dos preços mínimos ora aprovados. Eventuais modificações na forma de operacionalização das aquisições, pelo Governo, serão definidas às vésperas do início da colheita da nova safra, ficando assegurado, desde já, o pagamento integral das aquisições cujo valor não exceda, para cada produtor, o montante das dívidas de custeio e investimento a serem resgatadas com a venda da produção da safra em questão.

ESTE É O MEU VOTO.

Iris Rezende Machado

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

ANEXO

PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PROPOSTOS

SAFRA DAS ÁGUAS

1986/87

EM CZ$

PRODUTOS	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO EM VIGOR CORRIGIDO		PREÇO MÍNIMO BÁSICO
		VALOR	ATÉ	PROPOSTO
PRIORITÁRIOS				
Arroz irrigado	50 kg	130,00	27 FEV/86	130,00
Arroz sequeiro	60 kg	133,80	27 FEV/86	133,80
Feijão	60 kg	292,20	1 FEV/86	318,60
Mandioca	1 t	348,56	27 FEV/86	348,56
Milho	60 kg	79,20	27 FEV/86	79,20/84,60*
Sorgo	60 kg	67,20	27 FEV/86	67,20/72,00+
EXPORTAÇÃO				
Amendoim	25 kg	68,00	1 FEV/86	68,00
Algodão	15 kg	71,85	27 FEV/86	66,90
Girassol	40 kg	58,40	1 DEZ/85	76,40
Mamona	60 kg	150,00	27 FEV/86	152,40
Soja	60 kg	125,40	27 FEV/86	125,40
Trigo Mourisco	1 kg	1,19	1 JAN/86	1,19
REGIONAIS				
Castanha caju	1 kg	3,54	1 NOV/85	5,85
Cera carnaúba	1 kg	7,89	1 JAN/86	10,67
Casulo seda	1 kg	20,55	1 FEV/86	22,20
Juta/Malva	1 kg	5,10	27 FEV/86	5,30
Rami	1 kg	5,59	1 FEV/86	5,59
Sisal	1 kg	2,54	1 JAN/86	2,80
SEMENTES				
Batata semente	30 kg	72,90	1 DEZ/85	108,00
Sem. Juta	1 kg	8,50	27 FEV/86	11,00
Sem. Malva	1 kg	6,00	30 AGO/85	12,75

FONTE: CFP/DAEP

* 84,60 para os Estados do Sul e SP e 79,20 para os demais Estados.

\+ 85% do preço do milho

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO CMN Nº 236/86

- CRÉDITO RURAL: ESTABELECE VALORES BÁSICOS PARA O FINANCIAMENTO DO CUSTEIO AGRÍCOLA DE DIVERSOS PRODUTOS, SAFRA DAS ÁGUAS DE 1986/87.

Aprovo "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 14 de Agosto de 1986.

DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL | C M N N.º 236/86

CRÉDITO RURAL: ESTABELECE OS VALORES BÁSICOS PARA O FINANCIAMENTO DO CUSTEIO AGRÍCOLA DE DIVERSOS PRODUTOS, SAFRA DAS ÁGUAS 1986/87.

Senhores Conselheiros

A política oficial de crédito agrícola para custeio tem se apresentado, historicamente no Brasil, como um importante instrumento de política econômica.

Essa importância, contudo, foi consideravelmente obscurecida pela limitação no volume de recursos financeiros postos à disposição dos agricultores, num processo que de 1979 a 1984 reduziu os valores financiados em 57,2%, período no qual foram também retiradas do setor as taxas de juros favorecidas que compensavam o maior risco da atividade. O efeito dessas restrições sobre a produção agricola nacional estão refletidas nas freqüentes crises de abastecimento dos anos recentes.

Um passo significativo para correção dessas distorções foi dado já no financiamento da safra 1985/86, quando as condições aprovadas pelo Governo possibilitaram uma expansão do volume de emprestimos para custeio da ordem de 20,4%, em termos reais.

Nessa linha de preocupação faz-se necessário assegurar ao produtor rural, no presente ano, um volume de recursos

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

creditícios que lhe permita desenvolver suas atividades e, com isso, garantir um nível de produção compatível com a atual conjuntura da economia brasileira, tanto no sentido de recuperar se das perdas advindas da estiagem verificada na safra anterior, como também para atender a uma demanda em expansão.

A proposta inserida neste documento, ademais de reposicionar o crédito agrícola como importante instrumento de política setorial busca ainda introduzir modulações capazes de reproduzir essa política tanto a nível de culturas como a nível de regiões.

Neste sentido, submeto à apreciaçao deste Conselho, como resultado do trabalho elaborado conjuntamente pela Companhia de Financiamento da Produção - CFP e pelo Banco do Brasil S/A, a proposta dos Valores Básicos de Custeio - VBC para diversos produtos, a vigorar para a safra das águas das regiões indicadas, na temporada 1986/87, constantes das tabelas de I a XII, em anexo, juntamente com a adoção das seguintes medidas complementares:

1. **SEMENTES**:
   a) na safra 1986/87 ficam mantidas as normas em vigor para concessão de financiamentos aos produtores de sementes, aplicando-se os percentuais de acréscimo da Tabela XIII;
   b) para os produtores de sementes certificadas e/ou fiscalizadas de arroz e milho será observado o limite de 100% de adiantamento para todas as classes de produtores.

2. **VBC PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE**:
   Considerando-se os custos de transporte relativamente mais elevados para colocação dos insumos agrícolas nessa região, os VBC para arroz, milho e soja da Região

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Centro-Oeste e perímetro da SUDAM foram calculadas tendo em conta esse item de diferenciação.

3. **FINANCIAMENTO DOS ACRÉSCIMOS DE ÁREAS CULTIVADAS COM ALGODÃO E SOJA**

a) Diante das perspectivas pouco favoráveis para as culturas de algodão e soja, decorrentes tanto da conjuntura adversa do mercado internacional como dos grandes estoques internos de algodão em pluma, torna-se necessário inibir o aumento da produção. Para tanto, os empréstimos para o custeio de algodão ficarão limitados à área financiada no período agrícola 85/86. No caso da soja, os acréscimos de área somente serão custeados se localizados nas Regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e no Estado de Minas Gerais.

b) as limitações acima não se aplicam aos produtores de sementes certificadas e/ou fiscalizadas de algodão e soja.

4. **CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO:**

Os percentuais relativos a cada etapa, foram revisados para melhor adequar-se às reais necessidades de desembolso de cada cultura e aos novos procedimentos de cálculo decorrentes da reversão do processo inflacionário, resultando nos valores expressos nas Tabelas I a XII.

5. **INCENTIVO A NOVOS PROJETOS PARA A PRODUÇÃO DE ARROZ E FEIJÃO IRRIGADO**

Em consonância ao disposto no Programa Agrícola do Plano de Metas do Governo, o limite de adiantamento para todas as classes de produtores que iniciem novos projetos de irrigação voltados para a produção de arroz e feijão será de 100%, válido até o ano de 1990, inclusive.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

6. **CRITÉRIO DE ENQUADRAMENTO DE PRODUTORES:**

considerando-se a necessidade de se adequar as normas vigentes para enquadramento de produtores visando a obtenção de crédito de custeio, sugere-se a adoção dos seguintes critérios:

a) Lavouras tecnicamente assistidas:

I - no caso de cultivo da mesma espécie será adotada a maior produtividade efetivamente alcançada em uma das três últimas safras normais assistidas;

II - no caso de cultivo inicial, será admitida a produtividade prevista no projeto; entretanto, quando houver discrepância entre esta e a produtividade média regional, o projeto deverá conter justificativas para o fato.

b) Lavouras não tecnicamente assistidas:

I - no caso de cultivo da mesma espécie, será adotada a maior produtividade obtida em uma das três últimas safras normais;

II - no caso de cultivo inicial, admitir-se-á como máxima a produtividade média regional.

7. **INCLUSÃO DA ZONA 1 DO ESTADO DA BAHIA NO ÂMBITO DA REGIÃO CENTRO-SUL**

Para fins de aplicação dos VBC e das demais medidas especificadas no presente Voto, os municípios relacionados no Anexo 18 do Comunicado DERUR nº 782, de 31/07/84, caracterizados, como Zona 1 (um) da Bahia, passam a fazer parte da área de abrangência denominada, juntamente com as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, como Região Centro-Sul.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

8. Os valores fixados nas Tabelas I a XII, quando aplicáveis aos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia, são válidos apenas para os plantios realizados até 31.12.86.

9. **LAVOURAS CONSORCIADAS:**

Ficam mantidas as instruções normativas vigentes.

10. **LIMITES DE ADIANTAMENTO:**

Os limites de adiantamento dos financiamentos de custeio serão aqueles fixados através do Voto CMN nº 141 de 15/05/86, exclusive os casos estabelecidos nos ítens 1,3 e 5, retro.

Iris Rezende Machado

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

TABELA I

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: ALGODÃO HERBÁCEO							
PARA: REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE, NORTE E BAHIA(ZONA 1)							
Até 1.000	3.188,00						
1.001 a 1.200	3.659,00						
1.201 a 1.400	4.377,00						
1.401 a 1.600	4.923,00	AGO	35	OUT	30	FEV	35
1.601 a 1.800	5.616,00						
1.801 a 2.200	6.246,00						
Acima 2.200	6.929,00						
PRODUTO: AMENDOIM							
PARA: REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE E NORTE.							
Até 1.400	1.628,00						
1.401 a 2.300	3.275,00	AGO	65	SET	15	DEZ	20
Acima 2.300	4.180,00						



TABELA II

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: ARROZ IRRIGADO - IRRIGAÇÃO NATURAL							
PARA: REGIÃO SUL E SUDESTE							
Até 3.000	3.130,00						
3001 a 3.600	3.313,00						
3601 a 4.200	3.926,00	AGO	50	OUT	40	FEV	10
4201 a 5.000	4.441,00						
Acima 5.000	5.018,00						
PRODUTO: ARROZ IRRIGADO - IRRIGAÇÃO NATURAL							
PARA: REGIÃO CENTRO-OESTE E NORTE							
Até 3.000	3.286,00						
3001 a 3.600	3.478,00						
3601 a 4.200	4.122,00	AGO	50	OUT	40	FEV	10
4201 a 5.000	4.663,00						
Acima 5.000	5.269,00						
PRODUTO: ARROZ IRRIGADO - IRRIGAÇÃO NATURAL							
PARA: REGIÃO NORDESTE, ESPIRITO SANTO E VALE DO JEQUITINHONHA NO EST. DE M.GERAIS							
Até 2.000	3.046,00						
2001 a 3.000	3.481,00	AGO	60	OUT	20	FEV	20
3001 a 4.000	4.126,00						
Acima 4.000	5.125,00						

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA III

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)		V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
			1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: ARROZ IRRIGADO - IRRIGAÇÃO MECÂNICA								
PARA: REGIÃO SUL E SUDESTE								
Até	3000	3.464,00						
3001 a	3600	3.787,00						
3601 a	4200	4.473,00	AGO	45	OUT	45	FEV	10
4201 a	5000	5.068,00						
Acima	5000	5.645,00						
PRODUTO: ARROZ IRRIGADO - IRRIGAÇÃO MECÂNICA								
PARA: REGIÃO CENTRO-OESTE E NORTE								
Até	3000	3.637,00						
3001 a	3600	3.976,00						
3601 a	4200	4.696,00	AGO	45	OUT	45	FEV	10
4201 a	5000	5.321,00						
Acima	5000	5.927,00						
PRODUTO: ARROZ IRRIGADO - IRRIGAÇÃO MECÂNICA								
PARA: REGIÃO NORDESTE, ESPIRITO SANTO E VALE JEQUITINHONHA NO EST. DE M.GERAIS								
Até	3000	3.779,00						
3001 a	4000	4.424,00	AGO	55	OUT	25	FEV	20
Acima	4000	5.423,00						

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA IV

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: ARROZ DE SEQUEIRO **PARA:** REGIÃO SUL E SUDESTE							
Até 1.000	1.265,00						
1001 a 1.300	1.662,00	AGO	70	OUT	20	FEV	10
1301 a 1.600	2.065,00						
Acima 1.600	2.437,00						
PRODUTO: ARROZ DE SEQUEIRO **PARA:** REGIÃO CENTRO-OESTE, NORTE, MARANHÃO E PIAUI							
Até 1000	1.328,00						
1001 a 1300	1.745,00	AGO	70	OUT	20	FEV	10
1301 a 1600	2.168,00						
Acima 1600	2.559,00						
PRODUTO: ARROZ DE SEQUEIRO EM ÁREAS DE "TOCO" **PARA:** REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE, NORTE, MARANHÃO E PIAUI							
Até 1000	723,00						
1001 a 1300	944,00	AGO	70	OUT	20	FEV	10
1301 a 1600	1.167,00						
Acima 1600	1.369,00						

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA V

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)		V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
			1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: BATATA-SEMENTE								
PARA: TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO								
Até	12000	29.524,00						
12001 a	15000	35.023,00	AGO	75	SET	15	NOV	10
15001 a	18000	39.490,00						
Acima	18000	40.296,00						
PRODUTO: CASTANHA-DE-CAJU								
PARA: TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO								
Até	800	1.329,00	AGO	45	OUT	55		
Acima	800	1.910,00						
PRODUTO: FEIJÃO IRRIGADO								
PARA: REGIÃO NORDESTE, ESPIRITO SANTO E VALE JEQUITINHONHA NO EST. DE M.GERAIS								
Até	1200	3.698,00						
1200 a	1500	4.018,00	AGO	50	SET	30	NOV	20
Acima	1500	4.326,00						
PRODUTO: FEIJÃO								
PARA: MARANHÃO E PIAUI								
Até	200	522,00						
201 a	300	653,00						
301 a	400	906,00						
401 a	500	1.158,00	AGO	45	SET	25	NOV	30
501 a	700	1.846,00						
701 a	900	2.642,00						
Acima	900	3.418,00						

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA VI

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: GIRASSOL **PARA:** REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE E NORTE							
Até 1800	1.749,00	AGO	50	OUT	40	DEZ	10
Acima 1800	2.199,00						
PRODUTO: JUTA/MALVA **PARA:** TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO							
Até 1000	4.570,00						
1001 a 1300	5.074,00	AGO	25	OUT	15	DEZ	60
Acima 1300	5.201,00						
PRODUTO: MAMONA (1º ANO) **PARA:** REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE, NORTE, MARANHÃO E PIAUÍ							
Até 900	1.443,00						
901 a 1400	1.675,00	AGO	30	NOV	25	MAR	45
1401 a 2300	2.125,00						
Acima 2300	2.724,00						
PRODUTO: MAMONA (2º ANO) **PARA:** REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE, NORTE, MARANHÃO E PIAUÍ							
Até 900	1.162,00						
901 a 1400	1.341,00	OUT	40	MAR	60		
Acima 1400	1.490,00						



TABELA VII

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE	VBC (Cz$/ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO							
		1ª PARCELA (A partir de)		2ª PARCELA (A Partir de)		3ªPARCELA (A Partir de)		4ª PARCELA (A Partir de)	
PRODUTO: MANDIOCA DE 1 CICLO **PARA:** REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE E NORTE									
Até 10.000	1.524,00								
10.001 a 15.000	2.111,00								
15.001 a 20.000	3.055,00	AGO	40	NOV	25	MAR	35		
20.001 a 25.000	3.360,00								
Acima de 25.000	4.623,00								
PRODUTO: MANDIOCA DE 2 CICLOS **PARA:** REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE E NORTE									
Até 12.000	1.992,00								
12.001 a 18.000	2.714,00								
18.001 a 24.000	3.889,00	AGO/86	35	NOV/86	20	AGO/87	15	MAR/88	30
24.001 a 30.000	4.174,00								
Acima de 30.000	5.909,00								

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA VIII

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE	VBC (Cz$/ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO							
		1ª PARCELA (A partir de)		2ª PARCELA (A Partir de)		3ªPARCELA (A Partir de)		4ª PARCELA (A Partir de)	
PRODUTO: MANDIOCA DE 1 CICLO									
PARA: MARANHÃO E PIAUI									
Até 2.500	612,00								
2501 a 5.000	1.098,00								
5001 a 7.500	1.458,00								
7501 a 10.000	1.766,00								
10001 a 12.500	2.045,00	AGO	40	NOV	30	MAR	30		
12501 a 15.000	2.323,00								
15001 a 20.000	2.927,00								
20001 a 25.000	3.300,00								
Acima 25.000	3.800,00								
PRODUTO: MANDIOCA DE 2 CICLOS									
PARA: MARANHÃO E PIAUI									
Até 2.500	906,00								
2501 a 5.000	1.526,00								
5001 a 7.500	2.037,00								
7501 a 10.000	2.561,00								
10001 a 12.500	2.965,00	AGO/86	30	NOV/86	25	AGO/87	20	MAR/88	25
12501 a 15.000	3.345,00								
15001 a 20.000	4.319,00								
20001 a 25.000	4.839,00								
Acima 25.000	5.665,00								

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA IX

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: MILHO							
PARA: REGIÃO SUL E SUDESTE							
Até 900	685,00						
901 a 1.300	959,00						
1.301 a 1.700	1.237,00						
1.701 a 2.100	1.516,00						
2.101 a 2.500	1.686,00						
2.501 a 3.000	2.002,00	AGO	50	OUT	30	FEV	20
3.001 a 3.500	2.184,00						
3.501 a 4.000	2.458,00						
4.001 a 5.000	2.820,00						
Acima de 5.000	3.236,00						
PRODUTO: MILHO							
PARA: REGIÃO CENTRO-OESTE E NORTE							
Até 900	719,00						
901 a 1.300	1.006,00						
1.301 a 1.700	1.299,00						
1.701 a 2.100	1.592,00						
2.101 a 2.500	1.770,00	AGO	50	OUT	30	FEV	20
2.501 a 3.000	2.102,00						
3.001 a 3.500	2.293,00						
3.501 a 4.000	2.581,00						
4.001 a 5.000	2.961,00						
Acima de 5.000	3.398,00						
PRODUTO: MILHO							
PARA: MARANHÃO E PIAUÍ							
Até 300	301,00						
301 a 500	408,00						
501 a 700	587,00						
701 a 900	756,00	AGO	50	OUT	30	FEV	20
901 a 1.200	1.109,00						
1.201 a 1.500	1.419,00						
1.501 a 1.900	1.812,00						
Acima de 1.900	2.255,00						

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA X

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: SISAL							
PARA: TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO							
Até 750	1.506,00	AGO	50	OUT	50		
Acima de 750	1.885,00						
PRODUTO: SOJA							
PARA: REGIÃO SUL E SUDESTE							
Até 1.250	1.662,00						
1.251 a 1.500	1.789,00						
1.500 a 1.750	2.163,00	AGO	65	OUT	25	FEV.	10
1.751 a 2.000	2.340,00						
2.000 a 2.400	2.734,00						
Acima de 2.400	2.859,00						
PRODUTO: SOJA							
PARA: REGIÃO CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE							
Até 1.250	1.745,00						
1.251 a 1.500	1.878,00						
1.501 a 1.750	2.271,00	AGO	65	OUT	25	FEV	10
1.751 a 2.000	2.457,00						
2.001 a 2.400	2.871,00						
Acima de 2.400	3.001,00						

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA XI

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: SORGO							
PARA: REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE, NORTE, MARANHÃO E PIAUÍ							
Até 2.000	1.188,00						
2.001 a 2.500	1.584,00	AGO	70	OUT	20	JAN	10
2.501 a 3.000	1.814,00						
Acima de 3.000	2.082,00						
PRODUTO: SEMENTE HÍBRIDA DE SORGO DE SEQUEIRO							
PARA: REGIÃO SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE, NORTE, MARANHÃO E PIAUÍ							
Até 1.500	2.454,00	AGO	40	OUT	50	JAN	10
Acima de 1.500	2.807,00						
PRODUTO: SEMENTE HÍBRIDA DE SORGO IRRIGADO							
PARA: REGIÃO NORDESTE, ESPÍRITO SANTO E VALE DO JEQUITINHONHA NO ESTADO DE MINAS GERAIS							
Até 2.000	3.367,00	AGO	30	OUT	60	JAN	10
Acima de 2.000	3.720,00						
PRODUTO: TRIGO MOURISCO							
PARA: TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO							
Até 1.500	1.007,00	AGO	85	JAN	15		
Acima de 1.500	1.266,00						

MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TABELA XII

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (KG/HA)	V B C (Cz$/Ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO E % DO CRÉDITO					
		1ª Parcela (A partir de)		2ª Parcela (A partir de)		3ª Parcela (A partir de)	
PRODUTO: UVA COMUM							
PARA: TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO							
Até 14.000	5.002,00						
14.001 a 20.000	10.357,00	JUL	45	SET	40	DEZ	15
Acima de 20.000	13.930,00						
PRODUTO: UVA VINÍFERA							
PARA: TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO							
Até 11.000	6.430,00						
11.000 a 15.000	11.130,00	JUL	45	SET	45	DEZ	10
Acima de 15.000	14.401,00						



TABELA XIII

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO

SAFRA 1986/87

SEMENTES

ACRÉSCIMO SOBRE O VBC DO GRÃO

PRODUTOS	PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO (%)
Amendoim	7
Arroz de Sequeiro	9
Arroz Irrigado	9
Feijão Irrigado	15
Milho Híbrido	37
Milho Variedade	21
Soja	17



VOTO CMN Nº 243/86

PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL (PAPP), DO PROJETO NORDESTE - FUNDO DE GARANTIA.

Aprovo, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 19 de agosto de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL **C M N N.º 243/86**

Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP, do Projeto Nordeste - Fundo de Garantia.

Senhores Conselheiros

Através do Voto CMN 014/86, de 17.01.86, foi instituída linha especial de crédito do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP, no âmbito do Projeto Nordeste.

2. As normas do Programa prevêem a constituição de Fundo de Garantia , administrado pelo Banco Central do Brasil, que promoverá a liquidação da dívida do mutuário em caso de morte ou invalidez permanente. Os custos desse fundo correrão à conta dos mutuários do Programa.

3. À época, os encargos financeiros do PAPP foram fixados em nível correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) da variação anual das então Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN mais 3% (três por cento) de juros ao ano. Por sua vez, a contribuição para formação da reserva do Fundo de Garantia foi fixada em 2% (dois por cento) ao ano , sobre o saldo devedor do mutuário.

4. Considerando-se os níveis dos encargos financeiros acima , quando se registravam então na economia brasileira taxas inflacionárias anuais superiores a 200% (duzentos por cento), os mutuários do Programa,ao contratar os empréstimos, estariam sendo beneficiados com substancial parcela de subsídio, tornando pouco significativo o encargo de 2% ao ano para formação da reserva do Fundo de Garantia.

5. Com o Plano de Estabilização Econômica do Governo, que reduziu de forma imediata as altas taxas inflacionárias da economia e extinguiu a correção monetária, os encargos financeiros do PAPP foram posterior

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

mente fixados em 3% (três por cento) ao ano. Em decorrência disso, o ônus relativo à Alíquota prevista para o Fundo de Garantia apresentou-se inviável para o mutuário, além de tornar os empréstimos de custo mais elevado que aqueles das linhas normais do crédito rural para produtor do mesmo porte que esteja fora do Programa.

6. Diante do exposto, proponho a Vossas Excelências a extinção do aludido Fundo de Garantia.

Em, / /86

VOTO DO CONSELHEIRO
RONALDO COSTA COUTO



CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

VOTO CMN Nº 228/86

Plano de Safra Cafeeira 86/87.
Fixação de Preços de Garantia.

Aprovo "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasilia(DF), 31 de julho de 1986

DÍLSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 228/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Plano de Safra Cafeeira 86/87.
Fixação dos Preços de Garantia.

Senhores Conselheiros,

Tendo em vista o início da safra cafeeira 86/87, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) realizou estudos e, presentes as limitações determinadas pela contenção de dispêndios e investimentos governamentais, sugeriu medidas no campo da produção, industrialização e comercialização, que deverão constituir as diretrizes básicas para o setor cafeeiro e que foram por mim referendadas.

2. Quanto à comercialização, apresento o seguinte esquema para fixação dos preços de garantia:

2.1 - Preço de Garantia

Fixação do Preço de Garantia, para vigorar a partir de 1º de outubro de 1986, nas seguintes bases, por saca de 60,5 quilos de café beneficiado:



- Tipo 6 para melhor, bebida isenta de Rio-Zona - Cz$ 2.650,00
- Tipo 7 para melhor, qualquer bebida - Cz$ 2.450,00
- Tipo 7 para melhor, variedade Conillon - Cz$ 1.650,00

2.2 - Financiamentos

a) Estabelecer a concessão de adiantamentos, pelo Banco do Brasil S.A. ou outros Agentes Financeiros, a partir de 1º de julho de 1986, para os diversos segmentos do setor, na base de até 70% do preço de garantia vigente. Considerando o valor máximo previsto (70%), no período julho/dezembro de 1986, seriam aplicadas as seguintes bases:

- Tipo 6 para melhor, isento do gosto Rio-Zona	- Cz$ 1.855,00
- Tipo 7, qualquer bebida	- Cz$ 1.715,00
- Tipo 7, Conillon	- Cz$ 1.155,00
- Despolpado em pergaminho, 25 quilos	- Cz$ 742,00

- Em coco

Por quilo de renda	- Cz$ 3,09
Saca de 40,5 quilos ou equivalente a granel	- Cz$ 618,00

b) continuariam a ser concedidas, pelo Banco do Brasil S.A. e outros Agentes Financeiros, as demais modalidades dos financiamentos de praxe, referentes às diversas fases de comercialização do produto;

c) para as indústrias de torrefação e moagem e de solúvel seria assegurada a continuidade da linha de crédito para a aquisição de matéria-prima, FESCAF, em operação pelo Banco do Brasil S.A., dentro dos mesmos critérios ora vigentes, prevendo-se adiantamentos máximos de até Cz$ 1.715,00 por saca, para o período de julho/dezembro de 1986.



2.3 - Desenvolvimento e ampliação do consumo

Mediante entrosamento com as autoridades do setor de controle de preços, contribuir para atenuar eventuais pressões inflacionárias; em conjunto com o setor privado, apoiar a realização da melhor caracterização do perfil do consumidor e orientar a implantação de programas voltados ao incremento do consumo.

3. Na questão dos preços, face à necessidade de adequar os preços internos àqueles do mercado externo, para evitar, o quanto possível, seu enfraquecimento, com reflexos sobre a receita cambial, o IBC deverá atuar através de ajustes dos preços mínimos de registro, do imposto de exportação e do reintegro.

4. Para que o setor exportador auxilie no carregamento de estoques evitando pressões de vendas ao IBC, que teriam reflexos negativos no orçamento da União do corrente ano, a Autarquia continuará um Sistema de Retenção Temporária de Estoques, vinculado à exportação. Através desse esquema, as firmas exportadoras, como condição para efetuar vendas externas, deverão proceder à retenção compulsória de estoques de qualidade exportável, sob depósito, por períodos pré-determinados, usualmente 90 dias, em armazéns do IBC ou de Companhias de Armazéns Gerais, na proporção de 1 saca retida para uma exportada, ficando liberada a retenção quando se tratar de café despoldado.

5. Para a agilização das diversas medidas aqui propostas, que exigirão soluções rápidas e inadiáveis, ficaria o IBC autorizado - feitos os entendimentos necessários com os órgãos competentes de cada área e desde que não sejam alterados os valores e diretrizes básicas ora sugeridos - a introduzir no plano geral as modificações, os acréscimos e as supressões que forem julgadas oportunas. Alterações nos mecanismos de comercialização - preços de garantia e financiamentos - que requeiram decisão imediata serão aprovadas, em conjunto, pelos Ministérios

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

da Indústria e do Comércio e da Fazenda.

É o que submeto à deliberação do Conselho.

JOSÉ HUGO CASTELO BRANCO

Em, 24.07.1986.
Voto do Ministro da Indústria e do Comércio

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO CMN Nº 256/86

D.L. 2284/86 - PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA - CRITÉRIOS DE AJUSTES DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS - AUTORIZAÇÃO AO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH PARA UTILIZAÇÃO DO DISPOSTO NAS CIRCULARES Nºs 1.041, DE 19.06.86 E 1.063, DE 27.08.86.

Aprovo, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 27 de agosto de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

65 X

CMN N.º 256/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

VOTO CMN-86/

D.L. 2284/86 - PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA - CRITÉRIOS DE AJUSTES DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS - AUTORIZAÇÃO AO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH PARA UTILIZAÇÃO DO DISPOSTO NAS CIRCULARES NºS 1.041, DE 19.06.86,E 1.063, DE 27.08.86.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Senhores Conselheiros,

Como é do conhecimento de V.Exas., o Decreto nº 92.492, de 25.03.86, estabeleceu diretrizes gerais para os procedimentos de ajustes das operações ativas e passivas dos agentes do Sistema Financeiro da Habitação e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como medida complementar ao Decreto-lei nº 2.284, de 10.03.86.

2. Por outro lado, o Banco Central do Brasil, na esfera da competência delegada pelo Conselho Monetário Nacional, regulamentou a matéria por meio de diversos normativos, tais como as Circulares nº 1.009, nº 1.041 e nº 1.044, as quais estabeleceram orientação quanto aos critérios de ajustamentos e procedimentos de contabilização aplicáveis às instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo referido órgão.

3. No caso específico das Sociedades de Crédito Imobiliário, a Circular nº 1.041 prorrogou para 31.08.86, o prazo para contabilização dos efeitos dos ajustes de conversão monetária e dos reajustes "pro rata" dos saldos das operações ativas e passivas, contratadas até 27.02.86, como forma de permitir melhor análise do tratamento contábil a ser dado ao descompasso patrimonial decorrente da aplicação daquelas medidas aos referidos agentes. Posteriormente, por meio da Circular nº 1.063, de 27.08.86, aquele prazo foi novamente prorrogado para 30.09.86.

4. Ocorre que o Banco Nacional da Habitação, como principal instrumento de execução da política habitacional do Governo Federal e integrante do sistema financeiro nacional, tem operações ativas e passivas com mesmas características das

realizadas pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, as quais devem observar os mesmos procedimentos e regras estabelecidos nas normas supracitadas.

5. Isto posto, em nosso entender, as disposições das mencionadas Circulares são aplicáveis ao Banco Nacional da Habitação que, como órgão central daquele sistema, está sujeito às mesmas implicações decorrentes da adoção daquelas medidas.

6. Assim sendo, submetemos à apreciação de V.Exas., proposta de autorização ao Banco Nacional da Habitação para se utilizar das disposições das Circulares nºs 1.041, de 19.06.86, e 1.063, de 27.08.86, com base no artigo 4º, § 7º da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

Voto dos Conselheiros
Fernão Carlos Botelho Bracher e José Maria de Aragão Melo.

Em 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO CMN Nº 231/86

PARTICIPAÇÃO DO BANCO CENTRAL NO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA CIA. FÁBRICA DE TECIDOS DONA ISABEL.

Aprovo, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 6 de agosto de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 231/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESIDÊNCIA

PARTICIPAÇÃO DO BANCO CENTRAL NO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA CIA. FÁBRICA DE TECIDOS DONA ISABEL.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 06.08.86, aprovou, na forma do incluso Voto, o não exercício do direito de subscrição de 329.977.050 ações da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel, decorrente de aumento de capital aprovado em A.G.E. de 26.06.86, por entender que inexistem, nas atuais circunstâncias, razões e condições para que o Banco Central continue a destinar recursos orçamentários àquela empresa.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho, a quem cabe a manifestação final sobre a matéria.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 06.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

B C B Nº 366/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-032

PARTICIPAÇÃO DO BANCO CENTRAL NO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA CIA. FÁBRICA DE TECIDOS DONA ISABEL

Senhores Diretores,

A Assembléia Geral Extraordinária da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel, realizada em 26.06.86, aprovou o seguinte:

a) Desdobramento de Ações:

Forma: 50 ações novas em lugar de cada uma existente

início: 07.07.86

b) Aumento de Capital por subscrição de ações em dinheiro:

Preço da emissão - Cz$2,80 por lote de 1.000 ações

Direito de subscrição - 25% sobre as ações desdobradas

Prazo - de 07.07.86 a 06.08.86

2. O Banco Central, possuidor de 26.398.164 ações preferenciais nominativas da referida empresa, faz juz a 1.319.908.200 ações novas em lugar dos títulos existentes.

3. Por outro lado, é facultado a este Órgão subscrever 329.977.050 ações, o que implicaria em dispêndio de Cz$ 923.935,74, a ser pago integralmente no ato da subscrição.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

4. A propósito, informa o DEMOB que após a AGE de 26.06.86, os títulos preferenciais ao portador daquela companhia tiveram a seguinte negociação na Bolsa de Valores de São Paulo:

DATA	QUANTIDADE MIL	COTAÇÃO MÉDIA POR LOTE DE 1.000 AÇÕES
03.07.86	10	Cz$160,00
04.07.86	190	160,00
07.07.86	29	165,00
08.07.86	17	159,00
09.07.86	43	159,00
10.07.86	-	-
11.07.86	100	159,00
14.07.86	230	164,95
15.07.86	-	-
16.07.86	-	-
17.07.86	-	-

5. Ressalta, também, que após o desdobramento e a subscrição, cada lote de 1.000 ações PP ao preço de Cz$164,95 (cotação média na B.V.S.P. de 14.07.86), será equivalente a Cz$3,20 aproximadamente.

6. Isto posto, tendo em vista que o motivo original da aquisição das ações por este Banco foi a determinação do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, no sentido de "evitar as graves conseqüências sociais que adviriam da sua virtual falência" e que não existem, nas atuais circunstâncias, razões e condições para que o Banco Central continue a destinar recursos orçamentários àquela empresa, submeto o assunto à consideração desta Diretoria, com mi

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

nha manifestação desfavorável ao exercício do direito de subscrição.

7. Finalmente, permito esclarecer que após a decisão deste Colegiado, o assunto seria alçado ao exame do Conselho Monetário Nacional, a quem cabe a manifestação final sobre a matéria.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO

Em, 30.07.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETÁRIA

VOTO CMN Nº 242/86

PLANO BRASILEIRO DE FINANCIAMENTO - FASE III - LINHAS DE CRÉDITO COMERCIAL DE CURTO PRAZO (PROJETO "C") E LINHAS DE CRÉDITO INTERBANCÁRIO (PROJETO "D") - AMORTIZAÇÕES DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL - MEDIDAS TRANSITÓRIAS - GARANTIA DA REPÚBLICA.

Aprovo, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 14 de agosto de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 242/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESIDÊNCIA

PLANO BRASILEIRO DE FINANCIAMENTO - FASE III - LINHAS DE CRÉDITO COMERCIAL DE CURTO PRAZO (PROJETO "C") E LINHAS DE CRÉDITO INTERBANCÁRIO (PROJETO "D") - AMORTIZAÇÕES DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL - MEDIDAS TRANSITÓRIAS - GARANTIA DA REPÚBLICA.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 13.08.86, aprovou o incluso Voto, que prevê:

a) manutenção, no período de 16.08.86 a 05.09.86, ou a data de entrada em vigor dos acordos da Fase III, o que ocorrer mais cedo, das linhas de crédito comercial e interbancário de curto prazo nos mesmos níveis estabelecidos para a fase II do Plano Brasileiro de Financiamento, pagando o Banco Central, por conta do Tesouro Nacional, em 05.09.86, taxa de compromisso de 1/8 de 1% a.a. aos bancos participantes da Fase II, sobre o montante de suas aplicações no período de 16.03.86 a 05.09.86;

b) prorrogação, pelo período de 16.08.86 a 05.09.86, ou a data de entrada em vigor dos acordos da Fase III, o que ocorrer mais cedo, das medidas transitórias concernentes à constituição de depósitos no Banco Central relativas às amortizações de parcelas de principal de operações de médio e longo prazos, devidas a instituições financeiras do exterior, que serão objeto de garantia da República.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Voto do Conselheiro
Fernão Carlos Botelho Bracher
Em 13.08.86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

B C B Nº 390/86-A

DIVEX/86

PLANO BRASILEIRO DE FINANCIAMENTO - FASE III - LINHAS DE CRÉDITO COMERCIAL DE CURTO PRAZO (PROJETO "C") E LINHAS DE CRÉDITO INTERBANCÁRIO (PROJETO "D") - AMORTIZAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS - DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL - MEDIDAS TRANSITÓRIAS - GARANTIA DA REPÚBLICA.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Senhores Diretores,

Como é do conhecimento de V.Exas., os entendimentos relativos à Fase III do Plano Brasileiro de Financiamento, iniciados pelas autoridades brasileiras com a comunidade financeira internacional em meados de 1984, com vistas ao reescalonamento de amortizações de médio e longo prazos devidas a instituições financeiras no exterior e à manutenção das linhas de crédito comercial e interbancário nos níveis vigentes em 30.06.83, resultaram na adoção de medidas de interinidade vigentes por 6 períodos consecutivos e objeto dos votos BCB nº 678/84 A, de 24.12.84, 098/85, de 13.02.85, 190/85 de 14.03.85, 423/85-A e 423/85-B de 22.05.85, 669/85 de 29.08.85, 031/86-A, de 18.01.86 e 126/86 de 14.03.86 e CMN nº 490/84, de 27.12.84, 043/85 de 14.02.85, 136/85 de 14.03.85, 272/85 273/85 de 27.05.85 e 396/85 de 29.08.85, 012/86-A, de 18.01.86 e 083/86, de 15.03.86, permitindo:

a) retenção em depósito no Banco Central, das parcelas de principal devidas a bancos no exterior e vencíveis de 01.01.85 a 15.08.86;

b) prorrogação da validade dos contratos relativos às linhas de crédito comercial e interbancário até 17.01.86;

c) manutenção do nível dessas linhas, de 18.01.86 até 15.08.86.

2. Concluídas as negociações com a comunidade financeira internacional, foi realizada, em 25.07.86, a assinatura formal dos contratos relativos à Fase III do Plano Brasileiro de Financiamento, objetos do voto BCB nº 347/86 e CMN nº 201/86, de 16.07.86, e que basicamente compreendeu:

i) Emenda ao Contrato de Depósito da Fase II

a) reescalonamento pelo prazo de 7 anos com 5 anos de carência dos "débitos afetados" vencidos em 1985 e mantidos no Banco

Central sob a forma de depósito em moeda estrangeira em contas em nome dos respectivos credores externos;

b) retenção em depósito no Banco Central, até 15.04.87, das parcelas de principal dos compromissos de natureza financeira de médio e longo prazos que se vençam ao longo de 1986.

ii) "1986 Trade Commitment Letter" — compromisso de manutenção das linhas de crédito comercial de curto prazo até 31.03.87 (prorrogável pelos bancos participantes para até 30.06.87) nos níveis vigentes em 30.06.83.

iii) "1986 Interbank Commitment Letter" — compromisso de manutenção das linhas de crédito interbancário de curto prazo até 31.03.87 (prorrogável pelos bancos participantes para até 30.06.87), nos níveis vigentes em 30.06.83.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

3. Considerando, entretanto, que a data limite para entrada em vigor dos contratos em tela foi prorrogada para o dia 05.09.86, torna-se necessária a adoção de novas medidas interinas abrangendo o período de 16.08.86 até a data de efetividade dos respectivos contratos.

4. Assim o Banco Central adotaria, como nas prorrogações das medidas de interinidade anteriores, tratamento específico para as amortizações de principal de operações de médio e longo prazos devidas a instituições financeiras do exterior ("débito afetado"), vencíveis no período considerado.

5. Este tratamento específico implica:

a) constituição de depósitos no Banco Central, pelos mutuários originais, dos "debitos afetados" vincendos no período, para o que e com vistas a obter-se o necessário respaldo legal, foi previsto que os credores externos instruiriam seus respectivos devedores nacionais nesse sentido;

b) pagamento de juros sobre tais depósitos, em 15.09.86, às taxas básicas e "spreads" estabelecidos no contrato relativo ao Projeto "B" da Fase II. Referido pagamento será objeto de ajuste posterior em função das condições financeiras que foram acordadas para os vencimentos de 1985 e 1986, cujas taxas básicas e "spreads" terão efeito retroa-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

tivo a 18.01.86 desde que o Acordo entre em vigor até a data-limite estabelecida contratualmente.

c) que os depósitos sejam garantidos pela República Federativa do Brasil.

6. Quanto às linhas de crédito comercial e interbancário, está prevista a prorrogação, de 15.08.86 para 05.09.86, do pagamento, pelo Banco Central, com recursos do Tesouro Nacional, da taxa de compromisso de 1/8 de 1% a.a. aos bancos participantes da Fase II sobre o montante de suas aplicações no período de 16.03.86 a 15.08.86, além de taxa idêntica sobre referidas aplicações no período de 16.08.86 a 05.09.86 ou a data de entrada em vigor dos acordos da Fase III, o que ocorrer mais cedo.

7. Os documentos relativos às negociações mencionadas no ítem 3 retro, constituem os anexos do presente Voto, tendo seus textos finais contado com a nossa conformidade. Os aspectos jurídicos envolvidos foram examinados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Departamento Jurídico deste Orgão.

8. Em face do exposto e tendo em vista a necessidade de efetivação das providências concernentes à constituição, neste órgão, dos depósitos de "débitos afetados" durante o período compreendido entre 16.08.86 a 05.09.86, trazemos o assunto ao conhecimento de V.Exas., propondo, a par de sua aprovação, seja a matéria elevada à consideração do Egrégio Conselho Monetário Nacional, com posterior encaminhamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para adoção das medidas necessárias à efetivação da garantia da República para os depósitos acima mencionados, cujo valor global, no período, será de aproximadamente US$ 641 milhões.

À consideração de V.Exas.

Voto do Diretor para Assuntos da Dívida Externa
Em 11.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO CMN Nº 255/86

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - II FASE - PRODECER II - CONTRAPARTIDA DE RECURSOS NACIONAIS.

Aprovo, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 27 de agosto de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.: 255/86

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - II FASE - PRODECER II - CONTRAPARTIDA DE RECURSOS NACIONAIS.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 27.08.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe esquema prevendo a transferência de recursos do FUNAGRI/FUNDAG ao FUNAGRI/PRODECER-II, como contrapartida nacional dos financiamentos realizados pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 27.08.86

0010359

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

B C B Nº 423/86

Voto DICRI-86/028

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - II FASE - PRODECER II- CONTRAPARTIDA DE RECURSOS NACIONAIS.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Senhores Diretores,

Em decorrência de decisão do Conselho Monetário Nacional, de 26.06.86, e da conseqüente expedição da Resolução nº 1.149, de 14.07.86, e da Circular nº 1.048, de 16.07.86, ficou estabelecido que novas dotações para utilização em todos os financiamentos rurais ao abrigo do FUNAGRI, à exceção dos relativos ao PAPP, PROBOR III e PRONAGRI, seriam concedidas na base de 65% do volume de recursos a aplicar, cabendo ao agente financeiro aportar os 35% restantes.

2. Atribuiu-se, então, ao Banco Central competência para efetuar os ajustes pertinentes com os organismos internacionais, no caso de programas conduzidos com recursos provenientes do exterior.

3. No que tange ao PRODECER II, as instituições japonesas co-financiadoras do programa, cientes da decisão do CMN, solicitaram fosse o programa incluído entre as exceções admitidas, considerando, para tanto, os entendimentos e acordos havidos entre os governos do Brasil e do Japão, consubstanciados no "Record of Discussions", de 11.12.84, e nos contratos de empréstimo externo entre o Banco Central e parte japonesa(JICA e JADECO).

4. De fato, ficara expresso que todos os recursos para o programa deveriam ser registrados no FUNAGRI, tanto os de origem interna quanto externa, não podendo os daquela origem serem inferiores aos desta, e que o governo brasileiro adota

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

ria providências para suprir o fundo com recursos orçamentários indispensáveis.

5. Há que considerar, por outro lado, que o PRODECER II, em face de características próprias, elegeu como agentes financeiros apenas o BEMAT, o DESENBANCO, o BDMG, o BNCC e o Banco do Brasil, estando todos, no momento, à exceção deste último, impossibilitados de cumprir a exigência de aportes de novos recursos, colocando-se, assim, em risco o desenvolvimento das operações e a consecução das metas fixadas.

6. Isto posto e tendo em conta os compromissos de governo, as dificuldades que poderiam advir da canalização para o Banco do Brasil de operações relativas a projetos cujo financiamento teve início em outros agentes, as projeções financeiras fornecidas pela Companhia de Promoção Agrícola-CAMPO (Coordenadora do Programa) e, ainda, as disponibilidades do FUNDAG, junto ao Banco Central, apresenta-se, com base no art. 4º do regulamento desse fundo, o seguinte esquema como solução:

a) transferir, em caráter não reembolsável, do FUNAGRI/FUNDAG para o FUNAGRI/PRODECER II até Cz$ 450 milhões, a fim de possibilitar o refinanciamento total, pelo Banco Central, das aplicações efetuadas pelos agentes financeiros, exceto Banco do Brasil (que continuaria sujeito às disposições da Circular nº 1.048, de 16.07.86, ao amparo do programa, e relacionadas com projetos já em andamento;

b) concentração dos financiamentos de novos projetos no Banco do Brasil, a menos que fique comprovada a possibilidade de outro agente aportar recursos equivalentes a 35% das aplicações, a título de contrapartida.

7. Se de acordo V.Exas., essa proposição seria levada à apreciação do Conselho Monetário Nacional — esclarecido que, face ao contido no item 3 do presente voto, as medidas propostas

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

se aplicariam ao PRODECER II tão logo confirmada sua aceitação pela parte japonesa —, cabendo ao Banco Central informar, oportunamente, às instituições envolvidas.

Voto do Diretor de Crédito Rural,
Industrial e Programas Especiais

Em 26.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
VOTO Nº 237/86

Política de Abastecimento do Governo Federal - Retificação nas especificações de produto constante da Res. 1.167, de 30.07.86. Redução a 0 (zero) da alíquota do IOF incidente sobre produtos importados. Dispensa do prazo mínimo de que trata a Resolução nº 767, de 06.10.82 e do depósito relativo ao Comunicado GECAM nº 312, de 04.06.1976.

Aprovo, "ad-referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília, DF, 15 de agosto de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 237/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Política de Abastecimento do Governo Federal - Retificação nas especificações de produto constante da Res. 1.167, de 30.07.86. Redução a 0 (zero) da alíquota do IOF incidente sobre produtos importados. Dispensa do prazo mínimo de que trata a Res. nº 767, de 06.10.82 e do depósito relativo ao Comunicado GECAM nº 312, de 04.06.1976.



Senhores Conselheiros,

O Conselho Interministerial de Abastecimento - CINAB, objetivando regularizar o mercado interno, liberou a importação, pela iniciativa privada, de vários produtos, entre os quais se encontram miúdos de bovinos e peles de bovinos e bubalinos, com ou sem pêlo, leite em pó desnatado e integral.

Contudo, ao aprovar a importação de miúdos, o CINAB fê-lo na convicção de que incluísse o bucho, o que não ocorre, pois a TAB destina àquele produto a classificação 05.04.06.00, o que tem impossibilitado sua aquisição no mercado externo. Trata-se, não obstante, de importação necessária, na medida em que motiva os exportadores no sentido do fornecimento de outras partes mais nobres dos bovinos (fígado, rabada, etc).

No que concerne à redução a 0 (zero) da alíquota do IOF incidente na liquidação das operações de câmbio em pagamento de importações de leite integral, constante do item I da Resolução nº 1.167, de 30.07.86, realizadas ao amparo de guias de importação emitidas pela CACEX a partir de 17.07.86, vale assinalar que, tanto a sua classificação na NBM como a especificação do produto, foram grafadas de forma inadequada, necessitando serem retificadas para possibilitarem as importações de interesse do abastecimento interno. No primeiro caso, porque a classificação correta na NBM é 04.02.02.01 (e não 04.02.02.02, como constou da Res. nº 1.167, de 30.07.86) e no segundo pela circunstância de que a descrição adotada, por restritiva, limita a oferta do produto no mercado externo, dificultando a sua obtenção nos volumes desejados pelo Governo.

Tendo em vista, pois, a urgência de que se revestem tais aquisições, propomos a este Conselho:

1º) seja retificada a classificação e a descrição do produto leite em pó integral, constante do item I da Resolução nº 1.167, de 30.07.86, do Banco Central - mantidas as demais disposições previstas naquela Resolução - para:

N. B. M.	PRODUTO
04.02.02.01	Leite em pó integral

2º) seja concedida redução a 0 (zero) da alíquota do IOF incidente em operações de câmbio, em pagamento de importações de buchos (NBM 05.04.06.00), internadas até 31.10.86;

3º) sejam as importações acima, bem como aquelas relacionadas na Resolução Nº 1.161, de 24.07.86, liberadas do prazo mínimo de pagamento ao exterior, exigido pela Resolução nº 767, de 06.10.82,e dispensadas do depósito que trata o Comunicado GECAM nº 312, de 04.06.76.

4º) sejam as importações de leite em pó desnatado, TAB 04.02.02.02,amparadas pela Resolução Nº 1.138, de 23.07.86, dispensadas do depósito previsto pelo Comunicado GECAM Nº 312, de 04.06.76, quando realizadas por conta e risco exclusivo da iniciativa privada.

Por outro lado, a COBAL, por determinação do Governo, realizou licitação pública e aquisição direta de 43.000 toneladas de leite em pó desnatado, tendo como uma das condições básicas a dispensa de cobrança do IOF.

Acontece, porém, que, com o advento da Resolução nº 1.152, de 22.07.86, aquele imposto voltou a incidir sobre as operações de câmbio pertinentes, onerando-as com um gravame de 25%, o que inviabiliza as importações programadas pelo Governo.

Sugerimos, pois, aprove este Colegiado a redução a 0 (zero) da alíquota do IOF para as operações de câmbio em pagamento das importações de leite em pó desnatado (NBM 04.02.02.02), efetivadas por entidades públicas ou privadas,para

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

atender a licitações da COBAL ou a compras diretas daquela instituição ou de outro qualquer órgão da administração federal, dentro da Política de Abastecimento do Governo, desde que internadas até 31.10.86.

É o que vimos submeter à consideração deste Colegiado.

IRIS REZENDE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

TÍTULO : DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - 29
CAPÍTULO : Resoluções Não Codificadas - 1
SEÇÃO :

RESOLUÇÃO Nº 1.170

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Presidente do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, por ato de 15.08.86, com base no artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto nº 83.323, de 11.04.79, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 85.776, de 26.02.81, "ad referendum" daquele Conselho, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-Leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) — de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 — incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de:

a) importações de leite em pó desnatado, classificado no item 04.02.02.02 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), desde que internadas até 31.10.86 e destinadas a atender a licitações da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) ou realizadas diretamente pela mencionada Companhia ou por outro Órgão da Administração Federal, dentro da Política de Abastecimento do Governo; e

b) importações de buchos (NBM 05.04.06.00), desde que internadas até 31.10.86.

II - Retificar para "NBM 04.02.02.01 - leite em pó integral" a classificação e descrição do produto grafado no item I da Resolução nº 1.167, de 30.07.86, como "NBM 04.02.02.02 - leite em pó integral instantâneo, enlatado em embalagens de até 1.000 gramas apropriadas para venda direta ao varejo".

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

TÍTULO : DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - 29
CAPÍTULO : Resoluções Não Codificadas - 1
SEÇÃO :

III - Não se aplicam às operações referidas no item I-b supra e na Resolução nº 1.161, de 24.07.86, as disposições da Resolução nº 767, de 06.10.82, relativas ao prazo mínimo de pagamento ao exterior.

IV - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

V - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15.08.86.

Brasília (DF), 22 de agosto de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 252/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

VOTO Nº

Política de Abastecimento do Governo Federal - Redução a 0 (zero) da alíquota do IOF incidente sobre a importação de Carnes de Suíno. Dispensa do prazo mínimo de que trata a Resolução nº 767, de 06.10.82, e do depósito relativo ao Comunicado GECAM nº 312, de 04.6.76.

Aprovo, "ad-referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília, DF, 22 de agosto de 1986

DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 252/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Política de Abastecimento do Governo Federal - 1986 - Importação de Carnes de Suíno.

Senhores Conselheiros,

O aumento da demanda de carnes de suíno, frente a uma oferta inelástica a curto prazo, ocasionou no mercado interno a escassez desse produto, a qual, aliada a idêntico problema com o mercado de bovino, vem causando apreensão no segmento de abastecimento.

Em vista disto, o Conselho Interministerial de Abastecimento - CINAB autorizou a importação de carnes de suíno, desde que internadas até 17.11.86, com a conseqüente redução da carga tributária.

Nesse sentido, propomos, no âmbito da competência deste Conselho, que nas importações de carnes de suínos (TAB 02.01.04.00):

- seja concedida redução a 0 (zero) da alíquota do Imposto Sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF);

- sejam dispensadas as obrigações decorrentes da Resolução 767, do BACEN e do comunicado GECAM 312.

Brasília, DF, 22 de agosto de 1986

LÁZARO FERREIRA BARBOZA
Ministro da Agricultura,
Interino

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

VOTO Nº C M N N.º 253/86

Política de Abastecimento do Governo Federal - Redução a 0(zero) da alíquota do IOF incidente sobre as importações de Farinhas de Carne. Dispensa do prazo mínimo de que trata a Resolução nº 767, de 06.10.82, e do depósito relativo ao Comunicado GECAM nº 312, de 04.06.76.

Aprovo, "ad-referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília, DF, 22 de agosto de 1986.

DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 253/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Política de Abastecimento do Governo Federal - 1986 - Importação de Farinhas de Carne.

Senhores Conselheiros,

Em decorrência da redução do abate de bovinos em território nacional, a oferta interna de farinhas de carne apresenta-se escassa e de qualidade inferior.

Em vista disto, o Conselho Interministerial de Abastecimento - CINAB autorizou a importação do citado produto, desde que internado até 17.11.86, com a conseqüente redução da carga tributária.

Nesse sentido, propomos, no âmbito da competência deste Conselho, que nas importações de farinha de carne (TAB 23.01.01.01):

- seja concedida redução a 0(zero) da alíquota do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e Sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF);

- sejam dispensadas as obrigações decorrentes da Resolução 767, do BACEN e do Comunicado GECAM 312.

Brasília, DF, 22 de agosto de 1986

LÁZARO FERREIRA BARBOZA
Ministro da Agricultura,
Interino

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.171

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Presidente do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, por atos de 22.08.86, com base no artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto nº 83.323, de 11.04.79, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 85.776, de 26.02.81, "ad-referendum" daquele Conselho, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U :

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) - de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 - incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de carnes de suíno (NBM 02.01.04.00) e de farinhas de carne (NBM 23.01.01.01), efetivadas por entidades privadas, desde que internadas até 17.11.86, e adquiridas de estabelecimentos previamente habilitados pelas Autoridades Sanitárias do Ministério da Agricultura.

II - Não se aplicam às referidas operações as disposições da Resolução nº 767, de 06.10.82, relativas ao prazo mínimo de pagamento no exterior.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 22.08.86.

Brasília (DF), 27 de agosto de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO CMN Nº 227/86

GANHO DE CAPITAL - TRIBUTAÇÃO — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E ASSEMELHADAS.

Aprovo, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 25 de julho de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda



BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 227/86

GANHO DE CAPITAL - TRIBUTAÇÃO - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E ASSEMELHADAS.

Senhores Conselheiros,

O artigo 31 do Decreto-lei nº 2.287, de 23.07.86, revogou expressamente o § 4º do artigo 40 da Lei nº 7.450, de 23.12.85, que isentava do imposto de renda na fonte os ganhos de capital auferidos por instituições financeiras e assemelhadas na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa.

2. Essas instituições, a exemplo das demais pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, passariam a pagar referido imposto na fonte, a título de antecipação do devido na declaração. Entretanto, sua cobrança na fonte das instituições referidas no item anterior poderia prejudicar o mercado secundário de títulos de renda fixa, nas operações realizadas entre si, provocando efeitos indesejados.

3. Assim sendo, propomos que este Conselho, com base no inciso I do artigo 43 da Lei nº 7.450/85, reduza a zero a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre o ganho de capital auferido por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Voto do Presidente, ~~em~~ exercício

Em 25.7.86

0010359

TÍTULO : DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - 29
CAPÍTULO: Resoluções Não Codificadas - 1
SEÇÃO :

RESOLUÇÃO Nº 1.166

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Presidente do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, por ato de 25.07.86, com base no artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto nº 83.323, de 11.04.79, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 85.776, de 26.02.81, "ad referendum" daquele Conselho, e tendo em vista o disposto no artigo 43, inciso I, da Lei nº 7.450, de 23.12.85,

R E S O L V E U:

I - Reduzir a zero a alíquota do Imposto de Renda na fonte, previsto no artigo 40 da Lei nº 7.450, de 23.12.85, incidente sobre o ganho de capital auferido por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa.

II - O Banco Central poderá adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

III - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 25 de julho de 1986

Lycio de Faria
Presidente, em exercício

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO CMN Nº 234/86

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - REDIRECIONAMENTO DAS APLICAÇÕES DOS CLUBES DE INVESTIMENTO - LIMITE MÁXIMO DE 75% PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES - REVOGAÇÃO.

Aprovo "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Brasília (DF), 11 de agosto de 1986

DILSON FUNARO
Ministro da Fazenda

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 234/86

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - REDIRECIONAMENTO DAS APLICAÇÕES DOS CLUBES DE INVESTIMENTO - LIMITE MÁXIMO PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES - REVOGAÇÃO.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 11.08.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe seja baixada Resolução:

a) fixando as regras para aplicação em obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, por parte das entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público; e

b) revogando a Resolução nº 1.123, de 15.04.86, que estabelece o limite máximo de 75% para aplicação dos recursos dos clubes de investimento em ações e debêntures conversíveis em ações.

2. Determinou a Diretoria, na ocasião, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 11.08.86

B C B Nº 379/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Voto DIMEC-86/ 057

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - Redirecionamento das aplicações CLUBES DE INVESTIMENTO — limite máximo de 75% para aplicação em ações - revogação.

Senhores Diretores,

Tendo em conta a reformulação introduzida com a recente instituição do Plano de Metas, com reflexos nos diversos segmentos da economia, há que se proceder às modificações que se fazem necessárias ao ajuste da conjuntura atual às diretrizes estabelecidas, com vistas ao atingimento dos objetivos colimados.

2. Nessa ordem de idéias, considerando-se a edição do Decreto-lei nº 2.288, de 23.07.86, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento — suporte financeiro do Plano, constituído por recursos alocados via instituição de poupança compulsória para financiamento de investimentos no setor produtivo — e determinou que as entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público apliquem 30% (trinta por cento) de suas reservas em obrigações do Fundo com prazo de 10 (dez) anos e rentabilidade mínima equivalente à das Letras do Banco Central, estamos anexando minuta de Resolução consubstanciando tal providência.

3. No tocante às demais entidades da espécie, torna-se facultativa a aplicação, dentro do percentual mínimo já estipulado pelas normas em vigor para os Títulos da Dívida Pública Federal e/ou Estadual, em obrigações do referido Fundo,

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

0020290

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

já que a compulsoriedade de tal aplicação, pela disposição legal referida, fica adstrita àquelas primeiras.

4. Complementarmente, a anexa minuta estabelece, no uso de competência delegada pelo referenciado Decreto-lei, que a adaptação ao percentual mínimo estipulado para aplicação em obrigações do FND far-se-á de forma gradativa, até 31.08.87, prevendo-se a subscrição do primeiro terço de obrigações em 31.12.86.

5. De outra sorte, está o texto submetido à apreciação de V.Sas. contemplando a revogação da Resolução nº 1.123, de 15.04.86 — que trata do estabelecimento do limite máximo de 75% (setenta e cinco por cento) para aplicação dos recursos dos Clubes de Investimento em ações e debêntures conversíveis em ações —, visto não mais persistirem os motivos que, à época, redundaram na edição do referido normativo.

6. Essas as propostas que trazemos à consideração de V.Sas., as quais, se aprovadas, deverão ser submetidas à apreciação do Conselho Monetário Nacional.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Voto do Diretor da
Área de Mercado de Capitais
Em, 11.08.86

RESOLUÇÃO Nº 1.168

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o Presidente do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, por ato de 11.08.86, com base no artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto nº 83.323, de 11.04.79, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto nº 85.776, de 26.02.81, "ad referendum" daquele Conselho, tendo em vista as disposições das Leis nºs 4.728, de 14.07.65, e 6.385, de 07.12.76, e dos artigos 40 da Lei nº 6.435, de 15.07.77, e 7º do Decreto-lei nº 2.288, de 23.07.86,

R E S O L V E U:

I - Revogar a Resolução nº 1.123, de 15.04.86.

II - Alterar o item I da Resolução nº 794, de 11.01.83, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Os recursos garantidores das reservas das entidades fechadas de previdência privada, constituídas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Previdência Complementar e destinadas à cobertura de riscos expirados e não expirados, de benefícios concedidos e a conceder, bem como os recursos correspondentes às demais reservas, fundos e provisões, serão aplicados conforme as diretrizes desta Resolução e nos limites abaixo estabelecidos:

1 - entidades que tenham como patrocinadoras empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, autarquias, inclusive as de natureza especial, e fundações instituídas pelo Poder Público:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

a) 30% (trinta por cento), no mínimo, em obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23.07.86, com prazo de 10 (dez) anos;

b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, em ações de emissão de companhias abertas, observado que pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dessas aplicações deverão estar representados por títulos de emissão de companhias abertas controladas por capitais privados nacionais;

c) 5% (cinco por cento), no máximo, em empréstimos e/ou financiamentos aos participantes, a custos não inferiores ao mínimo previsto nos respectivos planos atuariais, admitindo-se o máximo de 7% (sete por cento) em se tratando de entidades que mantêm carteira de financiamento imobiliário;

d) 10% (dez por cento), no máximo, em imóveis de uso próprio ou imóveis urbanos que não sejam de uso próprio. No caso de terrenos que se destinem à produção de unidades habitacionais, a aplicação somente será permitida se o empreendimento for iniciado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, com recursos próprios ou do Sistema Financeiro da Habitação;

e) os recursos remanescentes, quando houver, deverão estar aplicados, isolada ou cumulativamente, em:

1 - Títulos da Dívida Pública Federal e/ou Estadual e Letras do Banco Central;

2 - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, debêntures, letras de câmbio de aceite de sociedades de crédito, financiamento e investimento, cédulas pignoratícias de debêntures, cédulas hipotecárias, letras imobiliárias e letras hipotecárias;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

3 - quotas de fundos mútuos de investimento;

4 - Títulos da Dívida Pública dos Municípios, Obrigações da Eletrobrás, títulos de emissão ou coobrigação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Títulos da Dívida Agrária;

5 - operações definidas na Resolução nº 1.088, de 30.01.86;

6 - disponibilidades.

2 - demais entidades:

a) 30% (trinta por cento), no mínimo, isolada ou cumulativamente, em obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23.07.86, com prazo de 10 (dez) anos, e Títulos da Dívida Pública Federal e Estadual;

b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, em ações de companhias abertas, observado que pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dessas aplicações deverão estar representados por títulos de emissão de companhias abertas controladas por capitais privados nacionais;

c) 5% (cinco por cento), no máximo, em empréstimos ou financiamentos aos participantes, a custos não inferiores ao mínimo previsto nos respectivos planos atuariais, admitindo-se o máximo de 7% (sete por cento) em se tratando de entidades que mantêm carteira de financiamento imobiliário;

d) 10% (dez por cento), no máximo, em imóveis de uso próprio ou imóveis urbanos que não sejam de uso pró-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

prio. No caso de terrenos que se destinem à produção de unidades habitacionais, a aplicação somente será permitida se o empreendimento for iniciado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, com recursos próprios ou do Sistema Financeiro da Habitação;

e) os recursos remanescentes, quando houver, deverão estar aplicados, isolada ou cumulativamente, em:

1 - Letras do Banco Central;

2 - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, debêntures, letras de câmbio de aceite de sociedade de crédito, financiamento e investimento, cédulas pignoratícias de debêntures, cédulas hipotecárias, letras imobiliárias e letras hipotecárias;

3 - quotas de fundos mútuos de investimento;

4 - Títulos da Dívida Pública dos Municípios, Obrigações da Eletrobrás, títulos de emissão ou coobrigação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Títulos da Dívida Agrária;

5 - operações definidas na Resolução nº 1.088, de 30.01.86;

6 - disponibilidades.

III - A adaptação da composição, até então em vigor, ao percentual mínimo estipulado para aplicação em obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento por parte das entidades patrocinadas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, autarquias, inclusive as de natureza especial, e fundações instituídas pelo Poder Público deverá ocorrer de forma gradativa, até 31.08.87, verificado o seguinte:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

a) 1/3 (um terço) até 31.12.86;

b) 2/3 (dois terços) até 30.04.87.

IV - O Banco Central e a Secretaria de Previdência Complementar ficam autorizados a baixar as normas e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, inclusive com relação ao prazo de subscrição de obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento previsto no item III.

V - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 1.025, de 05.06.85.

Brasília (DF), 11 de agosto de 1986.

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 277/86

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE - REDEFINIÇÃO DE CURTO PRAZO - REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS.

Senhores Conselheiros,

Cabe a este Conselho, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Decreto-lei nº 1.494, de 07.12.76, definir as operações financeiras de curto prazo para efeito de incidência do Imposto de Renda na Fonte. Essas operações foram conceituadas pelo item V da Resolução nº 1.155, de 23.07.86, como a aquisição e subsequente transferência ou resgate de títulos e valores mobiliários, efetuados em prazo inferior a 60 (sessenta) dias. Ao mesmo tempo, o item VI da referida Resolução fixou em 65% (sessenta e cinco por cento) a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os rendimentos obtidos nessas operações.

2. Considerando que a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre o ganho de capital auferido na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa foi estabelecida em 40% (quarenta por cento) pelo mencionado normativo e que não incidirá o Imposto de Renda na fonte sobre os ganhos de capital quando tenha havido o pagamento do tributo sobre operações financeiras de curto prazo, haveria uma redução brusca no Imposto de Renda retido na fonte pela diferença de apenas um dia no prazo de aplicação.

3. Assim, reexaminado o assunto, propomos introduzir alíquotas diferenciadas de Imposto de Renda na fonte em

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

operações de curto prazo, de forma a taxar mais pesadamente as aplicações de menor prazo, bem como reduzir de 65% (sessenta e cinco por cento) para 60% (sessenta por cento) a alíquota inicial. Desta forma, a alíquota maior incidiria nas operações de até 28 dias. A de 50% (cinqüenta por cento) em operações de 29 a 42 dias e a menor, de 45% (quarenta e cinco por cento), nas operações de 43 a 56 dias. Ao mesmo tempo, seria mantida a alíquota de 40% (quarenta por cento) do Imposto de Renda na fonte sobre os ganhos de capital, a ser cobrado em operações de prazo superior a 56 dias.

4. A propósito, vale ressaltar que o Imposto de Renda na fonte sobre operações financeiras de curto prazo, após a edição do Decreto-lei nº 2.287/86, mantém-se como único imposto cobrado exclusivamente na fonte, em operações do mercado financeiro. Esse imposto, entretanto, por ressalva expressa da Resolução ora proposta, não incidirá sobre as transações realizadas com Letras do Banco Central, nem em operações de venda ou de resgate de títulos integrantes da carteira de instituições financeiras ou assemelhadas. A cobrança desse imposto terá seu início em 1º de outubro próximo, conforme estabelecido na aludida Resolução nº 1.155.

5. Visto que o Imposto de Renda na fonte influi diretamente na formação das taxas de juros, entendemos aconselhável, neste momento, propor redução significativa nas alíquotas incidentes sobre os rendimentos produzidos por títulos e aplicações de renda fixa, estabelecendo-as em 25% (vinte e cinco por cento). Todavia, havendo identificação do beneficiário dos rendimentos, referidas alíquotas reduzir-se-ão para 15% (quinze por cento).

6. Por outro lado, os rendimentos e o deságio concedido na primeira colocação de títulos públicos e Títulos da Dívida Agrária, a exemplo das OTNs escriturais e LBCs, não mais estarão tributados na fonte. Ao mesmo tempo, o ganho de capital auferido na cessão ou liquidação desses papéis, a partir de 01.10.86, estará oferecido à tributação, à alíquota reduzida para 15% (quinze por cento). O deságio das debêntures escriturais, não tranferíveis por endosso ou registradas e negociadas na CETIP,

com taxas de juros prefixadas, estará tributado como ganho de capital, à alíquota reduzida de 15% (quinze por cento). Da mesma forma, o ganho de capital das debêntures com taxas flutuantes, desde que o beneficiário se identifique, será tributado com essa mesma alíquota.

7. A Letra do Banco Central terá tratamento diferenciado, sendo que os rendimentos desse título não estarão tributados na fonte e nem na declaração, desde que não excedam a taxa média de juros, definida na Resolução nº 1.124, de 15.05.86, aplicada sobre o valor nominal da Letra. Nas operações compromissadas, referida excusão de tributação estará limitada ao resultado líquido apurado pela instituição habilitada. Qualquer adicional sujeitar-se-á à incidência do Imposto de Renda na fonte sobre ganho de capital à alíquota de 40% (quarenta por cento). Com a adoção dessas medidas, pretende-se conseguir uma redução substancial no custo final de recursos captados no mercado interno, destinados a financiar o setor público.

8. Ao mesmo tempo, sugerimos que a remuneração de operações de financiamento realizadas em bolsas de valores - assim entendidas aquelas constituídas por compra à vista ou a futuro e venda a termo ou a futuro, pelo mesmo comitente, de ações da mesma espécie, classe, forma e companhia emissora - , encerradas antecipadamente ou liquidadas a curto prazo, seja tributada pelo Imposto de Renda na fonte, em bases idênticas aos ganhos de capital e rendimentos de operações financeiras de curto prazo.

9. Será exigida na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa a apresentação e retenção pela instituição liquidante, adquirente ou resgatante do documento de negociação, para efeito de apurar o Imposto de Renda na fonte devido. Caso o possuidor do papel ou aplicação não apresentar referido documento, será arbitrado o ganho de capital ou de curto prazo, na forma a ser estabelecida pela Secretaria da Receita Federal. Esse procedimento, todavia, será dispensado nas operações realizadas através do SELIC ou da CETIP.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

10. Às medidas e modificações acima descritas seriam reunidas as disposições contidas em diversos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional a respeito da incidência de Imposto de Renda na fonte, de forma a consolidar essas normas numa única Resolução, para maior facilidade na consulta e no acompanhamento da matéria.

11. Finalmente, estamos aproveitando a ocasião para propor revogação de alguns dispositivos superados, a seguir relacionados:

a) item V da Resolução nº 103, de 10.12.68, e Resolução nº 451, de 16.11.77 - estabelecem limite para as financeiras manterem em carteira letras de câmbio de seu aceite;

b) Resolução nº 531, de 18.04.79 - exige a remessa ao Banco Central de informações sobre captação de recursos pelas instituições financeiras, dados obtidos por este Órgão por outros meios.

É o que submetemos à apreciação de V.Exas., juntando quadro comparativo, para melhor visualizar as modificações nas normas tributárias ora propostas, e minuta de Resolução.

Voto do Ministro da Fazenda

Em, 03.09.86



TRIBUTAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO

ANTERIORMENTE AO DEC.-LEI Nº 2.287	A PARTIR DO DECRETO-LEI Nº 2.287 E RESOLUÇÃO CMN
1. TÍTULOS PRIVADOS E DEPÓSITOS - RENDIMENTOS	
. rendimento tributado exclusivamente na fonte, quando da emissão do título.	. rendimento tributado exclusivamente na fonte, exceto para pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real: - títulos com taxas prefixadas - 25 % pagos na emissão. - títulos com taxas flutuantes - 25 % devidos no pagamento dos rendimentos. - as alíquotas de 25 % reduzir-se-ão para 15 %, quando o beneficiário do rendimento do título for identificado.
. alíquota de 35%.	
. não havia previsão para títulos com taxas flutuantes	
. depósitos interfinanceiros não sujeitos a IR na fonte	. depósitos interfinanceiros continuam sem IR na fonte.
	. deságio na primeira colocação de debêntures escriturais, não transferíveis por endosso ou registradas e negociadas na CETIP, com taxas de juros prefixadas, excluído da base de cálculo do IR na fonte sobre rendimentos.
2. TÍTULOS PRIVADOS E DEPÓSITOS - GANHOS DE CAPITAL	
. IR exclusivamente na fonte sobre ganhos de capital, nas seguintes alíquotas: - até 60 dias: 45 % - acima de 60 dias: 35 %	. IR na fonte sobre ganhos de capital incidente à alíquota de 40 %, independente do prazo.
	. devido exclusivamente na fonte por pessoas físicas e jurídicas não tributados com base no lucro real.
. as instituições financeiras e assemelhadas estavam dispensadas deste pagamento na fonte, sendo o rendimento levado à declaração.	. as instituições financeiras e assemelhadas não recolhem este imposto na fonte quando rendimento for creditado em conta de reservas ou corrente ou pago mediante cheque cruzado, nominativo e não-endossável.
	. deságio de debêntures escriturais, não transferíveis por endosso ou registradas e negociadas na CETIP, com taxas de juros prefixadas, tributado à alíquota de 15 %.
	. ganhos de capital de debêntures escriturais, não transferíveis por endosso ou registrados ou negociados na CETIP tributados à alíquota de 15 %.
	. não será devido este imposto, quando tiver havido pagamento do IR sobre operações financeiras de curto prazo. (vigência a partir de 01.10.86)
3. TÍTULOS PRIVADOS E DEPÓSITOS - CURTO PRAZO	
. definição de operação financeira de curto prazo como sendo aquela com prazo inferior a 16 dias.	. redefinição das operações de curto prazo como sendo aquelas com prazo igual ou inferior a 56 dias. (vigência a partir de 01.10.86)
. alíquota de zero.	. alíquotas de: 60% para aplicações até 28 dias 50% para aplicações de 29 a 42 dias 45% para aplicações de 43 a 56 dias (vigência a partir de 01.10.86)
	. imposto devido exclusivamente na fonte por quaisquer beneficiários, exceto instituições financeiras e assemelhadas.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

4 . TÍTULOS PÚBLICOS

. no geral, sujeitos à mesma tributação dos títulos privados, com as seguintes distinções:

a) as OTNs exclusivamente escriturais não estavam sujeitas ao IR na fonte sobre rendimentos, incluindo deságios;

b) as LTNs não estavam sujeitas ao IR na fonte, e, para pessoas físicas, os rendimentos não estavam sujeitos à tributação na declaração;

c) as LBCs estavam sujeitas apenas ao IR na fonte sobre ganhos de capital.

. termino da isenção do IR, para as pessoas físicas, sobre os rendimentos produzidos por LTNs.

. títulos públicos e Títulos da Dívida Agrária, emitidos a partir da nova Resolução:
- rendimentos e deságio não sujeitos a IR na fonte;
- ganho de capital à alíquota de 40%, até 01.10.86;
- ganho de capital à alíquota de 15%, a partir de 01.10.86;
- sujeitos ao IR sobre operações financeiras de curto prazo, a partir de 01.10.86.

. deságio na primeira colocação de LBC excluído de tributação na fonte.

. rendimentos das LBC excluídos de tributação na fonte e na declaração, a partir de 01.10.86, limitados à taxa média 'overnight' aplicado sobre preço de aquisição.
- excedente tributado como ganho de capital à alíquota de 40%;
- não sujeito ao IR sobre operações financeiras de curto prazo.

5. OPERAÇÕES FINANCEIRAS EM BOLSA DE VALORES

. conceituados como operações de compra à vista e venda a termo ou a futuro, no mesmo dia, pelo mesmo comitente.

. tributados com IR na fonte sobre ganho de capital.

. conceituadas como operação de compra à vista ou a futuro e venda a termo ou a futuro, realizadas pelo mesmo comitente:
- de até 56 dias - IR na fonte de curto prazo;
- acima de 56 dias - IR na fonte de ganho de capital.



ORIGINAL DEFICIENTE
Informações Incompletas

RESOLUÇÃO Nº 1.186

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto no artigo 3º, parágrafo 2º, do Decreto-lei nº 1.494, de 07.12.76, no artigo 7º, parágrafo 2º, do Decreto-lei nº 1.641, de 07.12.78, no artigo 3º do Decreto-lei nº 2.027, de 09.06.83, e nos artigos 43, incisos I, II e III, e 51 da Lei nº 7.450, de 23.12.85, com as modificações introduzidas pelo artigo 16 do Decreto-lei nº 2.284, de 10.03.86, e pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.287, 23.07.86,

R E S O L V E U:

I - Estabelecer que, para efeito do disposto no artigo 7º do Decreto-lei nº 1.641, de 07.12.78, o valor dos "rendimentos reais" produzidos por títulos de crédito e depósitos a prazo fixo com ou sem emissão de certificados, com juros nominais prefixados, será igual ao rendimento nominal total do título ou depósito.

II - Fixar em 25% (vinte e cinco por cento) a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre o valor dos "rendimentos reais", de que trata o item anterior.

III - Fixar em 25% (vinte e cinco por cento) a alíquota do Imposto de Renda na fonte prevista no artigo 39, parágrafo 1º, da Lei nº 7.450, de 23.12.85, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.287, de 23.07.86.

IV - As alíquotas previstas nos itens II e III desta Resolução serão reduzidas para 15% (quinze por cento) quando o beneficiário do rendimento se identificar, nas seguintes situações:

a) depósitos a prazo, sem emissão de certificado, e títulos nominativos, não transferíveis por endosso;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

b) outros títulos nominativos, mantidos sob a forma escritural na instituição financeira emissora/aceitante;

c) debêntures nominativas, mantidas sob a forma escritural em instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar este serviço;

d) títulos registrados e negociados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) ou na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

V - Não será permitida a emissão física dos papéis referidos nas alíneas "b" e "c" do item anterior ou a baixa do registro dos títulos na CETIP, quando beneficiados com alíquota reduzida.

VI - A redução da alíquota do Imposto de Renda na fonte prevista no item IV deste Normativo aplicar-se-á aos rendimentos produzidos por títulos emitidos e por depósitos efetuados a partir da vigência desta Resolução e, em relação a títulos e depósitos com taxas flutuantes (variáveis), a partir do primeiro reajuste das referidas taxas após essa mesma data.

VII - O resgate dos depósitos e títulos previstos nas alíneas "a" e "b" do item IV desta Resolução, será efetuado obrigatoriamente por crédito em conta corrente mantida pelo investidor em instituição financeira, sociedade corretora ou sociedade distribuidora, ou mediante cheque cruzado, nominativo, para depósito obrigatório em conta do investidor.

VIII - Definir como operação financeira de curto prazo a aquisição e subseqüente transferência ou resgate de títulos ou valores mobiliários, efetuado em prazo igual ou inferior a 56 (cinqüenta e seis) dias, ressalvadas as operações:

a) de aquisição e subseqüente transferência ou resgate de Letras do Banco Central (LBC);

b) nas quais intervenha, como parte vendedora, instituição financeira, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade corretora ou distribuidora de títulos e valores mobiliários;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

c) de resgate de aplicações próprias das instituições citadas na alínea anterior.

IX - Fixar as seguintes alíquotas do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os rendimentos das operações referidas no item anterior:

Prazo entre a aquisição e a transferência ou resgate	Alíquota do IR na fonte
até 28 dias	60%
de 29 a 42 dias	50%
de 43 a 56 dias	45%

X - Fixar em 40% (quarenta por cento) a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre o ganho de capital auferido na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa.

XI - Havendo incidência do Imposto de Renda na fonte em operações financeiras de curto prazo, não incidirá o imposto de que trata o item anterior.

XII - Excluir da incidência do Imposto de Renda na fonte os rendimentos produzidos por depósitos a prazo realizados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento e sociedades de crédito imobiliário, observados os termos do item III da Resolução nº 1.102, de 28.02.86, e do item I da Resolução nº 1.111, de 19.03.86.

XIII - Excluir da incidência do Imposto de Renda na fonte, previsto no artigo 40 da Lei nº 7.450, de 23.12.85, o ganho de capital auferido por instituições financeiras, sociedades de arrendamento mercantil e sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

XIV - A exclusão prevista no item anterior somente se aplicará a cessões e liquidações de títulos, obrigações e aplicações realizadas mediante:

a) crédito dos respectivos valores em conta de reservas no Banco Central ou em conta corrente mantida pela instituição beneficiária em instituição financeira, sociedade corretora ou sociedade distribuidora, ou ainda, mediante cheque cruzado, nominativo, para depósito obrigatório em conta da beneficiária;

b) manifestação escrita da instituição possuidora de títulos, obrigações ou aplicações ao portador, declarando sua titularidade.

XV - Ficam excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda na fonte de que tratam o artigo 7º do Decreto-lei nº 1.641, de 07.12.78, e o artigo 39 da Lei nº 7.450, de 23.12.85, os rendimentos e o deságio concedido na primeira colocação de:

a) títulos públicos, emitidos a partir da vigência desta Resolução;
b) Títulos da Dívida Agrária (TDA), emitidos a partir da vigência desta Resolução;
c) Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), de que trata a Resolução nº 1.075, de 26.12.85, e outros títulos públicos a elas equiparados, emitidos antes da vigência desta Resolução.

XVI - Excluir da base de cálculo do Imposto de Renda na fonte de que trata o artigo 7º do Decreto-lei nº 1.641, de 07.12.78, o deságio concedido na primeira colocação de debêntures nominativas - não transferíveis por endosso, escriturais ou registradas e negociadas na CETIP - , sem cláusula de repactuação, com prazo mínimo de 1 (um) ano, emitidas a partir da vigência desta Resolução.

XVII - O disposto no item anterior aplicar-se-á às debêntures de que trata o Decreto-lei nº 2.133, de 26.06.84, a partir da primeira repactuação ocorrida na vigência desta Resolução, desde que adaptadas às condições estabelecidas no item anterior.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

XVIII - Fica reduzida para 15% (quinze por cento) a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre o ganho de capital auferido, a partir de 01.10.86, na cessão ou liquidação:

a) dos títulos mencionados nas alíneas "a" e "b" do item XV desta Resolução;

b) das debêntures de que trata o item XVI desta Resolução;

c) das debêntures com taxas flutuantes, sem cláusula de repactuação, quando atendam às condições fixadas na alínea "b" do item IV desta Resolução.

XIX - O ganho de capital auferido na cessão ou liquidação de Letras do Banco Central permanece sujeito à alíquota de 40% (quarenta por cento), devendo a Secretaria da Receita Federal baixar normas para efeito de excluir, na apuração da base de cálculo, os rendimentos do título.

XX - Excluir da incidência do Imposto de Renda, na fonte e na declaração, os rendimentos brutos produzidos a partir de 01.10.86, pelas Letras do Banco Central (LBC), limitados ao valor resultante da aplicação, sobre o valor nominal da Letra, da taxa média de juros definida na alínea "f" do item I da Resolução nº 1.124, de 15.05.86, correspondente ao período de permanência do título com o alienante.

XXI - Nas operações compromissadas, disciplinadas pela Resolução nº 1.088, de 30.01.86, a exclusão prevista no item anterior, limitar-se-á ao resultado líquido positivo apurado pela instituição habilitada.

XXII - Excluir, a partir de 01.10.86, da incidência do Imposto de Renda na fonte o deságio concedido na primeira colocação das Letras do Banco Central (LBC).

XXIII - A remuneração de operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, inclusive as encerradas antecipadamente, está sujeita à incidência do Imposto de Renda na fonte, na forma dos itens VIII, IX, XI e XVIII, desta Resolução.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

XXIV - Consideram-se operações de financiamento para efeito do disposto no item anterior aquelas constituídas por compra à vista ou a futuro e venda a termo ou a futuro, realizadas pelo mesmo comitente e tendo por objeto ações da mesma espécie, classe, forma e companhia emissora, nas condições que vierem a ser determinadas pela Secretaria da Receita Federal, observado o seguinte:

a) na apuração da base de cálculo do imposto serão excluídos os custos incorridos para obtenção da remuneração;

b) o imposto incidirá quando do vencimento ou encerramento antecipado da operação nos mercados a termo e futuro de ações nas bolsas de valores e será retido na data da sua liquidação financeira, junto às bolsas;

c) são contribuintes do imposto os vendedores nos mercados a termo e futuro de ações nas bolsas de valores, beneficiários dos rendimentos;

d) são responsáveis pela retenção do imposto e pelo seu recolhimento as instituições autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários e que tenham recebido diretamente a ordem de venda a termo ou a futuro.

XXV - Ressalvadas as operações realizadas através da CETIP e as operações compromissadas, de que trata a Resolução nº 1.088, de 30.01.86, realizadas através do SELIC, nas cessões e liquidações de títulos, obrigações e aplicações de renda fixa será obrigatória a apresentação e retenção do documento de negociação pela instituição adquirente, liquidante ou resgatante, sendo que sua falta implicará no arbitramento do ganho de capital ou de curto prazo, de acordo com normas a serem baixadas pela Secretaria da Receita Federal.

XXVI - O Banco Central do Brasil, a Secretaria da Receita Federal e a Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas respectivas competências, poderão adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

XXVII - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos os itens nºs VIII e IX para aplicações efetuadas a partir de 01.10.86.

XXVIII - Ficam revogados o item V da Resolução nº 103, de 10.12.68, as Resoluções nº 451, de 16.11.77, nº 503, de 20.12.78, nº 531, de 18.04.79, nº 1.077, de 26.12.85, nº 1.112, de 19.03.86, nº 1.155, de 23.07.86, e nº 1.166, de 25.07.86, e a Circular nº 1.053, de 06.08.86, bem como ficarão revogadas, a partir de 01.10.86, as Resoluções nº 1.106, de 04.03.86, e nº 1.125, de 15.05.86.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO CMN Nº

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS-INVESTIMENTO DIRETO, ATRAVÉS DE CAPITAL DE RISCO - REQUISITOS - MINUTA DE RESOLUÇÃO.

O tratamento fiscal disciplinado na forma dos artigos 16 a 20 do Decreto-lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, tem por finalidade estimular o investimento direto, através de capital de risco, em pequenas e médias empresas, de modo a promover o desenvolvimento destas.

Tal investimento está reservado às sociedades de capital de risco conforme definidas no artigo 19 do Decreto-lei nº 2.287/86.

Cumpre, no entanto, a esse Conselho estabelecer os requisitos a serem observados por essas sociedades para fazerem jus ao tratamento tributário previsto no Decreto-lei.

O perfeito atendimento do objetivo subjacente à instituição deste incentivo fiscal impõe, em primeiro lugar, que se assegure real e efetiva capitalização das pequenas e médias empresas, através de investimentos em dinheiro. Esta a razão pela qual se exige que as subscrições do capital social das pequenas e médias empresas sejam feitas em dinheiro, bem como que todo o capital social da sociedade de capital de risco seja igualmente formado em dinheiro.

Por tratar-de de incentivo fiscal, entende-se razoável limitar no tempo a sua utilização por cada uma das sociedades de capital de risco, razão pela qual obriga-se a sua constituição por prazo determinado.

Entende-se imprescindível evitar que o tratamento tributário especial previsto nos citados artigos do Decreto-lei nº 2.287/86 venha a, indiretamentem beneficiar determinadas atividades, em detrimento de outras atividades industri-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

ais e mesmo comerciais, que se julgam mais adequadas ao investimento realizado pelas sociedades de capital de risco. Assim é que se propõe seja vedada a aplicação de capital pelas sociedades de capital de risco em sociedades que se dediquem à prestação de serviços financeiros ou arrendamento mercantil, à compra e venda, loteamento, incorporação, locação, administração e construção de imóveis, à importação de produtos estrangeiros, ao armazenamento e depósito de produtos de terceiros, à publicidade ou propaganda e, finalmente, à prestação de serviços próprios aos profissionais liberais como médicos, engenheiros, advogados, dentistas, veterinários, economistas, contadores, despachantes e outros que se lhes assemelhem.

Conseqüência imediata da definição de sociedade de capital de risco, capitulada no artigo 19 do Decreto-lei nº 2.287/86, são as vedações propostas no sentido de se impedir que essas sociedades exerçam outras atividades ou participem de negócios estranhos ao seu objeto social, que detenham direta ou indiretamente o controle das sociedades objeto do investimento incentivado, bem como que indiretamente realizem investimentos nessas sociedades sob forma diversa da participação societária. Este o sentido das vedações propostas no item II, alíneas "a", "c", "d" e "e".

Impõe-se, ainda, assegurar que o investimento incentivado beneficiará apenas as pequenas e médias empresas de capital nacional, contemplando a hipótese destas integrarem um pequeno grupo econômico de fato ou de direito. Para este fim, entende-se por pequena ou média empresa de capital nacional, aquela cujo patrimônio líquido seja inferior a Cz$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzados), não computados o valor de aplicações feitas pela sociedade de capital de risco e cujo capital votante pertença, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes ou domiciliadas no País, cabendo o poder de decisão à participação nacional.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

No caso de a pequena ou média empresa beneficiária do investimento incentivado integrar grupo econômico de fato ou de direito, o patrimônio líquido consolidado do grupo não poderá exceder a Cz$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados).

Por fim, há que se explicitar, para fins meramente didáticos, o tratamento tributário especial a que estão sujeitos os rendimentos distribuídos pelas sociedades de capital de risco, adequando as normas previstas no Decreto-lei nº 2.287/86 ao sistema tributário vigente, aplicável aos rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos titulares de participações societárias.

VOTO DO CONSELHEIRO LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Em: 3.9.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.184

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 2.287, de 23.07.86,

R E S O L V E U:

I - Consideram-se de capital de risco, para os efeitos do Decreto-lei nº 2.287, de 23.07.86, aquelas sociedades cujo objeto social exclusivo seja a aplicação de capital próprio na subscrição, integralizada em dinheiro, de ações ou quotas de pequenas e médias empresas e que satisfaçam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

a) tenham somente integralização do capital social em dinheiro;

b) sejam constituídas com prazo determinado de duração.

II - É vedado às sociedades de capital de risco:

a) exercer atividades ou participar de negócios estranhos ao objeto social;

b) aplicar capital ou investir em sociedades que se dediquem a:

1 - prestação de serviços financeiros ou arrendamento mercantil;

2 - compra e venda, loteamento, incorporação, locação, administração e construção de imóveis;

3 - importação de produtos estrangeiros;

4 - armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

5 - publicidade ou propaganda;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

6 - prestação de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, economista, contador, despachante e de outros serviços que se lhes possam assemelhar;

c) adquirir quotas ou ações em número que lhes assegure o controle da sociedade objeto do investimento;

d) aplicar capital ou investir em sociedades na qual seus sócios ou administradores, ou respectivos cônjuges ou parentes até o segundo grau participem, individualmente ou em conjunto, em percentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social;

e) contrair ou conceder empréstimos e garantir operações da sociedade objeto do investimento;

f) aplicar capital ou investir em sociedade integrante de grupo econômico de fato ou de direito, cujo patrimônio líquido consolidado seja igual ou superior a Cz$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados).

III - As sociedades de capital de risco deverão aplicar seu capital próprio exclusivamente na subscrição, integralizada em dinheiro, de ações ou quotas de pequenas e médias empresas, assim consideradas aquelas cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a pessoas físicas residentes e domiciliadas no País e em que esteja assegurado, em instância final, poder de decisão à maioria do capital social representada pela participação nacional, com patrimônio líquido inferior a Cz$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzados) antes de ser computado o valor das aplicações de que trata este item.

IV - Os rendimentos distribuídos pelas sociedades de capital de risco a seus sócios, assim como o ganho de capital na alienação ou liquidação de quotas ou ações dessas sociedades, serão tributados pelo imposto de renda na fonte, à alíquota de 23% (vinte e três por cento), observado o seguinte:

7123120128460O3

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

a) quando o beneficiário do rendimento ou ganho de capital for pessoa física, o imposto retido na fonte será considerado antecipação do devido na declaração, assegurada ao contribuinte a opção pela tributação exclusiva na fonte;

b) quando o beneficiário for pessoa jurídica:

1 - o rendimento não será computado na determinação do lucro real e o imposto retido na fonte somente poderá ser compensado com o que a pessoa jurídica tiver de reter na distribuição, a pessoas físicas ou jurídicas, de dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses;

2 - o ganho de capital será computado na determinação do lucro real e o imposto retido na fonte considerado antecipação do devido na declaração;

c) o ganho de capital será determinado pela diferença entre o valor de alienação ou liquidação e o custo de aquisição das ações ou quotas, sendo as bonificações consideradas como adquiridas a custo zero.

V - Aplica-se às alienações de ações ou quotas das sociedades de capital de risco o disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 1.510, de 27.12.76.

VI - A infração ao disposto nesta Resolução implicará perda dos benefícios previstos nos artigos 16, 17 e 18 do Decreto-lei nº 2.287/86, sem prejuízo das sanções fiscais cabíveis.

VII - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

CMN N.º 261/86

PROGRAMAS ESPECIAIS ABRANGIDOS PELO FUNAGRI - CIRCULAR 1.048 - PARTICIPAÇÃO DO BASA.

Senhores Conselheiros,

Em sessão de 04.04.84, este Conselho homologou despacho do Sr. Ministro da Fazenda, exarado em 29.12.83, sobre o voto CMN 459/83, relacionado com assistência emergencial ao Banco da Amazônia S.A., em razão do que o BASA foi dispensado, pelo tempo necessário à sua recuperação, de cumprir as exigibilidades do MCR 18 e 37.

2. Como se sabe, o BASA vinha desenvolvendo amplo programa de recuperação econômico-financeira, com resultados bastante satisfatórios, até que o advento do Plano Cruzado, de significativas repercussões sobre o mercado financeiro, tornou imprescindível maior esforço da instituição para se adaptar à nova realidade, estando em curso a adoção de uma série de providências nesse sentido.

3. Desse modo, parece-me conveniente não só a manutenção do tratamento especial mencionado no item inicial, mas, também, sempre que necessária, a concessão de novos estímulos da espécie, a fim de que se possa acelerar o programa de recuperação econômico-financeira da instituição.

4. Nessa conformidade, cabe fazer referência à Circular nº 1.048, de 16.07.86, segundo a qual as novas dotações, des

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

tinadas ao financiamento de operações dos programas especiais abrangidos pelo FUNAGRI (à exceção do PAPP, PROBOR III e PRONAGRI), serão concedidas na base de 65% do respectivo valor, cabendo ao agente financeiro a alocação dos 35% restantes, a título de contrapartida, valendo notar que a aplicação desses recursos próprios observará as normas e condições estabelecidas no MCR 18.

5. Ocorre, entretanto, que o cumprimento de tais exigências pelo BASA, e, conseqüentemente, sua participação em operações dos programas especiais, seria sensivelmente dificultado por duas razões básicas, a saber:

a) estando o banco dispensado de cumprir a exigibilidade do MCR 18, ser-lhe-ia extremamente difícil observar as normas e condições ali previstas, principalmente no que se refere às taxas de juros;

b) dada as restrições de caixa, o BASA se encontra com dificuldades para aportar os 35% de recursos próprios, como reza a Circular nº 1.048.

6. Assim, como forma de se evitar fique o Banco da Amazônia excluído de participação em financiamentos dos programas especiais, propomos que, nos casos da espécie, o BASA possa integralizar sua contrapartida de acordo com as condições do MCR 37, ou seja, às taxas das operações bancárias comuns.

À consideração de V. Exas.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Em / /86.

VOTO DO CONSELHEIRO

CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES

BNH
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL CMN N.º 254/86

REAJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Senhores Conselheiros:

O artigo 12 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, estabelece que os saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço serão, a partir de 1º de março de 1986, reajustados pelo índice de Preços ao Consumidor - IPC, sob os critérios a serem fixados por esse Egrégio Conselho.

2. Para a conversão em cruzados dos saldos das referidas contas, o inciso II do artigo 1º do Decreto nº 92.492, de 25.03.86, determinou fosse nelas realizado, em 28.02.86, crédito pro rata de correção de 32,92% e dos juros cabíveis, ambos calculados sobre os respectivos saldos-bases.

3. Com a efetivação do mencionado crédito pro rata, os saldos das contas vinculadas do FGTS foram atualizados até 28.02.86; em razão disto e em decorrência do disposto no parágrafo 1º do artigo 19 do Regulamento do FGTS, aprovado pelo Decreto nº59.820, de 20.12.66 — que estabelece a realização trimestral do crédito de juros e correção monetária nas mencionadas contas — combinado com o artigo 12 do Decreto-Lei nº 2.284, os referidos saldos passaram a ser reajustados no primeiro dia útil dos meses de junho, setembro, dezembro e março, mediante a aplicação de coeficiente correspondente à variação do IPC ocorrida nos três meses imediatamente anteriores, março a maio, junho a agosto, setembro a novembro e dezembro a fevereiro, respectivamente.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

210 46 00

4. O Índice de Preços ao Consumidor foi instituído pelo artigo 5º do Decreto-Lei nº 2-284, incumbida dos cálculos a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que, em cumprimento à Portaria nº 64 do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, efetua as coletas mensais no período do mês do calendário e publica no Diário Oficial da União a variação do IPC ocorrida no mês imediatamente anterior.

5. As variações do IPC dos meses de junho e julho próximos passados foram levadas ao conhecimento do público através das Resoluções nº 28 e R.PR - 31/86, de 11.07.86 e 14.08.86, publicadas no Diário Oficial de 15.07.86 e 15.08.86, respectivamente, estando sua divulgação, em caráter rotineiro, prevista para a primeira quinzena do mês imediatamente seguinte àquele em que foram coletados os respectivos dados. Dentro deste pressuposto, espera-se conhecer a variação do IPC de agosto até 15 de setembro.

6. No final dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, o BNH deverá informar à rede arrecadadora do FGTS os coeficientes a serem por ela utilizados para reajuste dos saldos das contas vinculadas no primeiro dia útil dos meses de março, junho, setembro e dezembro, respectivamente. Nesses coeficientes, deveriam ser computadas as variações do IPC ocorridas nos períodos de dezembro a fevereiro, março a maio, junho a agosto e setembro a novembro. Isto será sempre impossível com relação ao último dos citados meses, uma vez que a correspondente variação do IPC, conforme já se aludiu, somente será divulgada, aproximadamente, quinze dias após a data prevista para o reajuste dos saldos das contas vinculadas.

Em função do exposto,

PROPOMOS, à semelhança da solução adotada para as cadernetas de poupança, seja fixado o seguinte critério destinado ao reajuste dos saldos das contas vinculadas do FGTS, em cumprimento às disposições contidas no artigo 12 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

- Os saldos das contas vinculadas do FGTS serão reajustados até o quarto dia útil após a publicação, no Diário Oficial, do IPC relativo aos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio, devendo o necessário crédito retroagir ao primeiro dia útil dos meses de setembro, dezembro, março e junho, respectivamente, bem como corresponder à variação do IPC ocorrida nos três meses imediatamente anteriores.

É como submetemos a matéria à elevada consideração de Vossas Senhorias.

Brasília, 27 de agosto de 1986

JOSÉ MARIA ARAGÃO
Presidente do BNH

FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Presidente do
Banco Central do Brasil

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO DOS CONSELHEIROS

José Maria Aragão e

Fernão Carlos Botelho Bracher

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 232/86

Voto

SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - PROREF - Voto CMN-446/83 - Revisão do Esquema.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Senhores Conselheiros,

O objeto deste voto é constituído pelos bancos integrantes do Sistema Financeiro Estadual assistidos pelo Programa de Apoio Creditício-PAC (Voto CMN-233/83) e pelo Programa de Recuperação Econômico-Financeira-PROREF (Voto CMN-446/83).

2. A partir de 1983, várias foram as medidas e mecanismos instituídos objetivando atender às situações peculiares que os integrantes desse Sistema apresentavam. Listamos a seguir um resumo de tais medidas:

- **Voto CMN-233/83, de 20.07.83** - estabeleceu o Programa de Apoio Creditício-PAC compreendendo a consolidação dos débitos dos bancos junto às Autoridades Monetárias e a rolagem, pelos bancos comerciais, de CDBs e RDBs de emissão dos bancos estaduais, a taxa favorecida, com utilização de recursos do compulsório, e garantidos pelo Banco Central;

- **Voto CMN-446/83, de 04.04.84** - instituiu o Programa de Recuperação Econômico-Financeira-PROREF, através do qual foram consolidados os débitos efetivos apresentados pelos bancos junto às Autoridades Monetárias, sendo que o montante dos custos incorridos, incidentes sobre esses débitos, ficaram passíveis de perdão;

- **Voto CMN-348/84, de 16.10.84** - incluiu, no PROREF, a possibilidade de perdão dos custos de operações de "Empréstimos de Liquidez";

- **Voto CMN-154/85, de 10.04.85** - instituiu o empréstimo tipo "ponte" destinado a propiciar o enquadramento no PROREF daqueles bancos cujos estados dependiam da captação de recursos para a finalidade de liquidar seus débitos e/ou de capitalizar seus agentes. Estabeleceu também o prazo de até 10.05.85 para o enquadramento da totalidade de bancos remanescentes;

- **Voto BCB-364/85, de 07.05.85** - prorrogou o prazo previsto no Voto CMN-154/85 para 10.06.85;

- **Voto BCB-630/85, de 06.08.85** - postergou a exigibilidade dos encargos dos empréstimos-ponte para coincidir com a liquidação dos mútuos;

- **Voto CMN-506/85, de 01.11.85** - prorrogou o vencimento dos empréstimos-ponte por 180 dias e alterou a taxa de encargos; e

- **Voto BCB-198/86, de 29.04.86** - prorrogou o vencimento dos empréstimos-ponte por mais 90 dias.

3. Verifica-se, dessa forma, a atenção que as Autoridades Monetárias vêm dispensando aos vários assuntos relacionados com o Sistema Financeiro Estadual, na busca de soluções que permitam a sua recuperação econômico-financeira e o seu fortalecimento no panorama financeiro nacional.

4. Os bancos participantes do PAC e do PROREF passaram por diversas fases, podendo ser distinguidas, atualmente, as seguintes situações:

- para algumas poucas instituições assistidas, os objetivos dos programas estão sendo atingidos, e são visíveis os resultados obtidos; e

- para a grande maioria dos participantes, entretanto, o mesmo não vem ocorrendo. Os principais entraves à recuperação desses estabelecimentos decorrem do comportamento tanto de seus acionistas majoritários quanto de seus administradores.

5. Nessas condições, o Banco Central se vê na contingência de tomar medidas drásticas contra várias dessas instituições -- cobrança de custos semestrais dos contratos de perdão condicional, encerramento de agências, etc.-- que poderiam inviabilizá-las. Ademais, nos primeiros períodos de verificação do cumprimento das metas ficou evidenciado que o esquema previsto no PROREF é excessivamente rígido por condicionar a concessão do perdão dos custos semestrais ao cumprimento integral dos compromissos assumidos.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

6. Adicionalmente a esses problemas, com o advento da reforma econômica implementada a partir dos Decretos-leis ns. 2.283 e 2.284, de 28.02.86 e 10.03.86, respectivamente, tornou-se ainda mais preocupante o horizonte que se delineia para os componentes do Sistema Financeiro Estadual.

7. Em face dessas considerações, e uma vez mantidas as premissas básicas inicialmente fixadas, julgamos oportuna a revisão de alguns pontos dos Programas, que contemplaria basicamente o aprimoramento dos critérios para penalização e a incorporação do PAC ao PROREF, na forma a seguir exposta:

I - ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA PENALIZAÇÃO

8. O PROREF equacionou as dívidas dos bancos estaduais junto às Autoridades Monetárias decompondo-as em duas partes. Nos termos do item 22 do Voto CMN-446/83, a primeira componente, denominada "Débito Efetivo" (débito total menos total de penas, custos e multas), foi consolidada com prazo de quatro anos, um de carência, sujeita a encargos financeiros de correção monetária mais juros de 6% a.a., e pagamento em 36 parcelas mensais. Ao montante das penalidades (total de penas, custos e multas acumulados em função da utilização dos recursos das Autoridades Monetárias) foi oferecida a possibilidade de "perdão", desde que o participante atinja a almejada recuperação ao final do Programa --item 24 do citado Voto CMN-446/83. Durante a execução do programa de recuperação, são estabelecidas, de comum acordo com o Banco Central, metas e parâmetros de validade semestral, competindo a este órgão, também, a avaliação do comportamento desses bancos frente aos compromissos assumidos, para efeito de aplicação dos instrumentos contratuais previstos -- penalidades constantes do tópico 27 do Voto CMN-446/83 e cobrança ou não dos custos semestrais.

9. No curso da execução desse esquema ficou evidenciada, através das verificações feitas visando avaliar o cumprimento das metas, a necessidade de alguns participantes serem penalizados em razão de não haverem atingido metas de secundária importância. A cobrança dos custos contratuais, porém, não deveria ser aplicada, segundo entendemos, àqueles que, no conjunto, atingiram desempenho satisfatório.

10. As instituições assim enquadradas --que constituem a quase totalidade dos participantes--, embora sem terem cumprido integralmente os compromissos acordados, não deveriam ser atingidas pela cobrança dos custos, pois poderia significar a sua total inviabilização econômico-financeira, em função de seu elevado valor. Por outro lado, a não imputação de qualquer penalidade poderia ensejar que, nos semestres subsequentes, houvesse menor empenho no cumprimento da carta-compromisso e, ainda, que a recuperação dos bancos ficasse comprometida.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

11. Assim sendo, pensamos que as penalidades previstas no tópico 27 do Voto 446/83 poderiam ser ampliadas e aplicadas segundo a gradação que os casos recomendassem, observado o grupamento da falha detectada --quadro **anexo-II**-- e o enquadramento na faixa de penalidades tabuladas no quadro **anexo-III**. A penalização far-se-ia, a critério do Banco Central, a qualquer tempo, durante a vigência do Programa.

12. Não se trata, contudo, do estabelecimento de critérios rígidos e automáticos de penalização. A partir da verificação da faixa de penalidades a que o banco estivesse sujeito, seriam sopesados aspectos outros para a formulação final do elenco de medidas punitivas, tais como os reflexos quantitativos e qualitativos decorrentes das falhas cometidas, bem como o contexto em que o mesmo estiver inserido. Casos extremos ou que requeressem procedimento díspar, seriam encaminhados, devidamente justificados, à Diretoria do Banco Central para decisão.

13. Ao final do respectivo semestre seria avaliado o desempenho global da instituição frente aos compromissos assumidos, levando-se em consideração, inclusive, a postura adotada com relação àquelas falhas pelas quais eventualmente tenha sido penalizada. Na hipótese de o desempenho apresentado pelo banco recomendar a cobrança dos custos do semestre, esses custos seriam desdobrados em duas parcelas: uma que seria cobrada de imediato e outra que seria agregada ao principal do contrato e que ficaria, portanto, passível de perdão ao final do prazo contratual nas condições do Programa. Para tanto seria utilizada a seguinte tabela:

Número de vezes que o banco ficou sujeito à cobrança dos custos.	Percentual dos custos devidos a ser cobrado.	Percentual dos custos devidos a ser incorporado ao valor do contrato.
primeira	10%	90%
segunda	20%	80%
terceira	40%	60%
quarta	100%	-

14. Outro aspecto do PROREF que merece ser abordado diz respeito à natureza das penalidades previstas. De uma forma geral, todas as penalidades atingem diretamente as instituições envolvidas, não oferecendo qualquer sanção imediata deste órgão aos administradores que, por qualquer razão, não estejam atuando satisfatoriamente no sentido de soerguer o banco. Embora sujeitos à ação rotineira da Área de Fiscalização no que tange à

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

instauração de processos administrativos, poder-se-ia, independente deste procedimento, registrar no Cadastro de Pessoas Físicas-CAPEF - Cadastro Restritivo, as ocorrências verificadas na esfera de atuação do PROREF.

15. Nessas circunstâncias, os administradores dos bancos que firmassem a Carta-Compromisso, por serem diretamente responsáveis pelo cumprimento das metas, teriam consignadas em seus cadastros as eventuais sanções impostas às instituições. Tais ocorrências seriam consideradas quando de futuros exames de indicações para cargos de direção de instituições submetidas à ação do Banco Central.

II - INCORPORAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO CREDITÍCIO-PAC

16. Em meados de 1983, à vista dos crescentes problemas que a quase totalidade dos bancos oficiais estaduais vinha apresentando, o Conselho Monetário Nacional instituiu o PAC, através do Voto CMN-233/83, contemplando dois mecanismos:

- os bancos estaduais rolaram CDBs e RDBs junto a bancos da rede privada, sob garantia de resgate do Banco Central. Os bancos adquirentes de tais papéis utilizaram-se de parcela de seus depósitos compulsórios para essa finalidade. A taxa pactuada nesses papéis foi de 20% da variação das ORTNs, representando um substancial subsídio; e

- consolidação, com data-base 12.07.83, das dívidas que os bancos estaduais apresentavam junto às Autoridades Monetárias, mediante a formalização de contratos de mútuo, com o prazo de quatro anos, dois de carência, devendo ser o principal pago em quatro parcelas semestrais, acrescidas dos encargos calculados à razão de 85% da variação das ORTNs mais 3% a.a. de juros incidentes sobre cada parcela.

17. Embora o esquema fixado englobasse todo o Sistema Financeiro Estadual, sem exceção, sua eficácia logo ficou comprometida ante a impossibilidade de se implantar programa de atendimento a todos os necessitados com recursos do compulsório --que atingiam cerca de Cz$ 113,0 milhões, enquanto que o montante de RDBs e CDBs emitidos alcançava a cifra de Cz$ 570,0 milhões--, aliada à limitação orçamentária dos recursos destinados à consolidação de dívidas perante às Autoridades Monetárias (Cz$ 124,7 milhões). Em face disso, tão-somente oito instituições foram atendidas, mesmo assim apenas parcialmente.

18. Dessa forma, o PAC não atingiu os efeitos esperados, tendo sido necessária a elaboração de novo esquema -- PROREF--, com o objetivo de recuperar o Sistema, haja vista que os bancos amparados pelo PAC tiveram a sua situação deteriorada,

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

o que pode ser explicado pelo fato de que a consolidação de dívidas realizada tomou por base a posição debitória de 12.07.83, ao passo que, na data da celebração do contrato pertinente, tais débitos já haviam evoluído drasticamente, sendo que, para o saldo remanescente, não se oferecia qualquer possibilidade de regularização. Além disso, outros bancos estaduais passaram rapidamente pelo mesmo processo de deterioração.

19. Com a aprovação e implementação do esquema do PROREF, todavia, fato singular ocorreu com os bancos que participavam do PAC, em relação à cobrança dos encargos financeiros, uma vez que o novo Programa previa perdão dos custos.

20. As operações de consolidação de dívidas do PAC, como visto, foram pactuadas com encargos financeiros correspondentes a 85% da variação das ORTNs acrescidos de juros à taxa de 3% a.a., incidentes sobre cada parcela de principal, desde a data de formalização dos contratos até as respectivas datas de pagamento, implicando, em 28.02.86, num subsídio da ordem de Cz$ 1.006 mil.

21. Por outro lado, o PROREF estabeleceu a possibilidade de perdão dos custos, penas e multas incorridos pelos seus participantes, em decorrência de deficiências na conta "Reservas Bancárias", saldos devedores na conta "Depósitos de Instituições Financeiras" e pela utilização de "Empréstimos de Liquidez", acumulados a partir de janeiro de 1983 até a data de celebração dos contratos de adesão ao PROREF, acarretando um subsídio implícito de cerca de Cz$ 5.051mil.

22. Pode-se observar, assim, que dois bancos que se enquadrassem no PROREF, teriam recebido tratamento diferenciado em função de terem ou não aderido ao PAC, conforme exemplificamos abaixo:

BANCO A - aderiu ao PAC formalizando, em setembro de 1983, contrato de consolidação dos débitos --valor dos saques efetuados acrescido dos encargos correspondentes, data-base 12.07.83-- junto às Autoridades Monetárias, passando, por conseguinte, a incorrer nos encargos financeiros previstos no contrato a partir de sua celebração. Como a consolidação não abrangeu, conforme mencionamos, o total dos débitos junto às Autoridades Monetárias e uma vez que novos saques a descoberto ocorreram a partir de 12.07.83, os débitos voltaram a se avolumar. Dessa forma,foi necessário o seu enquadramento no PROREF, ao amparo do qual foi firmado contrato correspondente aos custos acumulados, desde janeiro/83 até a data de sua formalização, com a possibilidade de "perdão", desde que cumpridas as condições estabelecidas;

BANCO-B - embora apresentasse débitos junto às Autoridades Monetárias em meados de 1983, não aderiu ou não

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

lhe foi permitido aderir) ao PAC, mantendo tais débitos até a data de enquadramento no PROREF. Quando desse enquadramento, foi firmado contrato relativo ao "perdão" condicional de custos, incidentes desde janeiro de 1983 até a data de sua assinatura.

23. Nessas condições, vê-se que o BANCO-A pagará os encargos correspondentes aos saques consolidados no PAC pertinentes ao período compreendido entre os dois contratos. Já no outro caso, verifica-se que o BANCO-B, pelo fato de não ter assinado o contrato de consolidação do PAC, tem a possibilidade de não pagar qualquer importância referente aos custos correspondentes àquele período.

24. Válido é argumentar que, para duas situações de mesma natureza --recorrência a recursos das Autoridades Monetárias--, tratamentos diferenciados foram adotados e geraram distorção significativa. Um novo esquema, na forma a seguir sugerida, viria não só sanar as anomalias detectadas, como, também, propiciar novo fôlego aos bancos participantes do PROREF, via reescalonamento e consolidação de suas dívidas junto ao Banco Central:

a - o valor do contrato celebrado ao amparo do PAC seria corrigido desde a data de sua formalização até a data de celebração do contrato do PROREF, mediante o cálculo dos encargos contratuais (85% da variação das ORTNs mais juros de 3% a.a.);

b - somar-se-ia o valor dos encargos incidentes sobre o contrato do PAC (valor corrigido na forma da alínea "a" menos o valor do contrato) ao valor do contrato de "perdão" celebrado ao amparo do item 24 do Voto CMN-446/83 (PROREF);

c - atualizar-se-ia, a partir da data de adesão ao PROREF e até 28.02.86 (nos termos do D.L. 2.284 /86), o saldo de principal do contrato do PAC;

d - atualizar-se-ia, também, até 28.02.86 (nos termos do D.L. 2.284/86), o valor obtido na alínea "b", acima, (contrato de "perdão") e, ainda, se for o caso, o de consolidação do débito efetivo celebrado ao amparo do item 22 do Voto CMN-446/83 (PROREF);

e - na posição de 28.02.86, aos valores assim apurados, seriam aplicados os seguintes critérios:

I - o valor do contrato celebrado ao amparo do PAC, corrigido na forma da alínea "c", seria pago em 36 parcelas mensais, a partir da data de assinatura do novo contrato, aos custos e demais condições previstas no item 22 do Voto CMN-446/83 (PROREF);

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

II - se o banco tiver assinado contrato nos termos do item 22 do Voto CMN-446/83 (PROREF), o seu valor corrigido na forma da alínea "d" seria consolidado com o valor do inciso "I", acima, em um único contrato;

III - o valor apurado na alínea "b", corrigido na forma da alínea "d", que passaria a ser passível de perdão, constituiria o valor de novo contrato, a ser celebrado com o mesmo prazo estabelecido no inciso "I", acima, e demais condições previstas no item 24 do Voto CMN-446/83 (PROREF);

IV - sobre os valores apurados em 28.02.86 incidiriam custos de 6% a.a. até a data de assinatura dos novos contratos, sem prejuízo da incidência da variação das Obrigações do Tesouro Nacional, tal como previsto no item 22 do Voto CMN-446/83; e

V - os custos de que trata a alínea "IV", acima, seriam agregados aos repectivos principais dos novos contratos.

25. O esquema ora apresentado seria aplicável a todos os bancos participantes do PAC e do PROREF, que assinariam os contratos ora previstos e firmariam as cartas-compromissos com as metas a vigorarem a partir do segundo semestre de 1986, impreterivelmente até 60 dias a partir da data de aprovação do presente Voto, sendo que, se ultrapassado esse prazo, haveria necessariamente redução proporcional do número de parcelas de amortização do novo contrato. Vale esclarecer que o esquema delineado no item anterior não significaria alteração substancial do prazo previsto para encerramento do PROREF, tendo em conta que o prazo ora proposto guarda compatibilidade com o estabelecido nos contratos de adesão do último banco enquadrado no PROREF --junho de 1989.

26. A fim de viabilizar o esquema ora apresentado, ficaria autorizada a suspensão das penalidades não pecuniárias sob exame e/ou que, embora já decididas, ainda não tenham sido aplicadas e dada conformidade a todos os atos dessa natureza praticados pelo Banco Central no âmbito do PROREF. Fica ressalvado, no entanto, que a suspensão de que se trata não abrangeria as penalidades de natureza administrativa, de alçada da Área de Fiscalização.

27. As penas pecuniárias ainda porventura não aplicadas pelo Banco Central seriam incorporadas ao montante passível de perdão ao final do programa, na forma do item 24, retro.

28. Dessa forma, o desempenho das instituições participantes passaria a ser aferido através das metas que serão estabelecidas, durante o novo período contratual.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL

29. Tendo em conta que a maioria dos bancos participantes do PAC já iniciou o pagamento conforme previsto no esquema de reembolso, seria de se estabelecer que a incorporação de cada contrato somente se faria se idêntico número de prestações já houvesse sido liquidadas. Ou seja, adotar-se-ia como paradigma o banco que já houvesse pago o maior número de prestações.

30. Não seria passível de atendimento dentro desse esquema, contudo, a Caixa Econômica do Estado de Goiás, posto que o contrato com ela formalizado nas condições do Voto CMN-233/83, teve por objetivo, exclusivamente, regularizar sua situação financeira junto ao Banco do Estado de Goiás S.A., possibilitando, dessa forma, o enquadramento do BEG no Programa.

31. Basicamente, as propostas consubstanciadas neste Voto são:

I - aprimoramento do mecanismo de penalização dos Bancos Estaduais que descumprirem as metas pactuadas em função do Programa de Recuperação Econômico-Financeira; e

II - uniformização dos contratos celebrados com os Bancos Estaduais ao amparo dos Votos CMN-nºs. 233/83 (PAC) e 446/83 (PROREF), dando-lhes tratamento igualitário.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER

Em 08.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS
DIVISÃO DE OPERAÇÕES
Serviço de Operações com Bancos Oficiais



ANEXO I

SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL - PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO - Antecedentes.

A partir do exercício de 1982 os bancos comerciais integrantes do Sistema Financeiro Estadual passaram a experimentar perverso processo de deterioração da performance econômico-financeira, basicamente em razão da crítica situação econômica vivida por seus respectivos controladores, os Estados.

2. A situação atingiu estágio tal de complexidade, que as Autoridades Monetárias se viram na contingência de criar mecanismo específico objetivando encontrar uma solução capaz de soerguer as instituições mais necessitadas.

3. Foi, então, editado o Voto CMN nº 233/83, de 20.07.83, autorizando o Banco Central, dentro do espírito da Resolução nº 797, a determinar aos bancos comerciais privados a absorção, em condições especiais - à conta de seus depósitos compulsórios -, de RDB's e CDB's emitidos pelos bancos estaduais-comerciais e de desenvolvimento, além de promover a consolidação de débitos junto às Autoridades Monetárias, decorrentes de saques "a descoberto" na conta "Depósitos de Instituições Financeiras" junto ao Banco do Brasil S.A. e de utilização de empréstimos de liquidez.

4. A característica básica e principal do mecanismo então instituído, porque em si de excepcionalidade impar, era a de exigir-se do Governo Estadual cujas instituições fossem beneficiadas pela ação federal, compromisso formal de participar e colaborar intimamente com a política econômico-financeira perseguida pelo Governo Federal para o alcance das metas de saneamento das finanças públicas.

5. Embora assim fosse, o programa de apoio creditício estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional logo se mostrou superado, porquanto o problema de iliquidez se alastrou e atingiu praticamente todo o Sistema Financeiro Estadual, pois as instituições estavam por demais comprometidas no esquema de apoio aos governos estaduais, recorrendo de forma cada vez mais acentuada aos recursos das Autoridades Monetárias para reequilíbrio de suas posições de caixa.

6. Dentro desse contexto, foi realizada abrangente e pormenorizada análise do problema por parte do Banco Central, resultando na institucionalização do "Programa de Recuperação Econômico-Financeira do Sistema Financeiro Estadual", con-

substanciado no Voto CMN nº 446/83, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 04.04.84, posteriormente complementado pelo Voto CMN nº 348/84, aprovado pelo Exmº Sr. Ministro da Fazenda, em 26.11.84, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional, homologado pelo Colegiado em sessão de 13.12.84.

7. A característica primeira do novo esquema de saneamento centra-se no balizamento da conduta operacional de seus participantes, mediante a fixação de metas e parâmetros estabelecidos em Carta-Compromisso, de per se, em comum acordo com o Banco Central.

8. O plano de ação do programa não fica, porém, adstrito à fixação de metas e parâmetros. Procura, de forma enfática, conscientizar, tanto a direção do estabelecimento quanto o respectivo controlador acionário, da necessidade de conjugarem esforços objetivando recolocar o estabelecimento no caminho que lhe compete no contexto do Sistema Financeiro Nacional, atuando verdadeiramente dentro dos padrões reservados a uma instituição financeira e não como mero instrumento financiador de déficits orçamentários do Governo Estadual.

9. No que concerne ao apoio financeiro, é prevista a consolidação dos débitos junto ao Banco Central mediante esquema especial de prazo, custos e condições para pagamento, haja vista que o endividamento das instituições traz em seu bojo duas componentes : o débito inicial e a componente constituída de custos, penas e multas oriundos de deficiências nas rubricas "Reservas Bancárias" e "Depósitos de Instituições Financeiras" e utilização de "Empréstimos de Liquidez".

10. Para a componente "penalidade" foi estabelecida que o montante correspondente seria consolidado em contrato com 04 (quatro) anos de prazo, sujeito a encargos equivalentes a 100% (cem por cento) da variação mensal dos índices oficiais das Obrigações do Tesouro Nacional - Tipo Reajustável, mais juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano, havendo, ainda , a possibilidade de os encargos semestrais serem perdoados ao final de cada semestre, caso a instituição beneficiada tenha cumprido as metas acertadas na carta-compromisso. O valor do contrato é passível de perdão na hipótese de o estabelecimento vir a atingir a almejada recuperação econômico-financeira ao final dos 04 (quatro) anos (contrato de "perdão condicional").

11. Para a componente considerada débito efetivo - endividamento total menos custos, penas e multas - foi fixado prazo global de 04 (quato) anos, com um ano de carência, sujeito a encargos idênticos aos do ajuste acima referido e exigível em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas a partir do 13º mês de vigência do contrato (contrato de consolidação de dívida).

12. O enquadramento das instituições no Programa foi precedido da realização de inúmeras reuniões, quer a nível de Governo, quer a nivel de direção dos estabelecimentos necessitados, com o objetivo de se conhecer as peculiaridades intrínsecas a cada instituição e bem assim orientá-la na elaboração do respectivo trabalho exigido em cada caso.

13. A partir da remessa dos trabalhos requeridos, tinha início a fase de análise da situação particular de cada banco com o fito de estabelecer-se o elenco de medidas aplicáveis ao caso.

14. A visão global do Sistema Financeiro Estadual, composto de 25 (vinte e cinco) bancos comerciais, mostrou que 16 (dezesseis) apresentavam condições tais que justificariam a sua inclusão no programa de recuperação idealizado.

15. De outra parte, esse grupo evidenciou características que permitiram a divisão em dois subgrupos distintos: os plenamente recuperáveis, apenas com a adoção das medidas corretivas do programa; e aqueles cujo soerguimento extrapolava a ação corretiva do esquema de saneamento instituído, isto é, estabelecimentos que necessitavam da canalização de recursos por parte dos respectivos controladores acionários, porque os maiores devedores e principais inadimplentes.

16. Tendo em conta, porém, que o adiamento da solução para esse extrato mais problemático de bancos somente os beneficiaria, eis que os custos, penas e multas por deficiências e/ou por utilização de "Empréstimos de Liquidez" seriam passíveis de perdão, representando, pois, uma alternativa de financiamento a "custo zero" e considerando, ainda, que a contratação de recursos externos (ou internos), por parte dos controladores acionários, necessários à cobertura do endividamento e/ou capitalização de seu agente financeiro dependia de tratativas junto a outros órgãos do Governo Federal, o Conselho Monetário Nacional, em sessão de 10.04.85, aprovou esquema complementar de recuperação econômico-financeira aos bancos comerciais estaduais (Voto CMN nº 145/85).

17. Esse mecanismo complementar estabeleceu a formalização de contrato "ponte" com a finalidade de dar tempo a que os respectivos Governos Estaduais pudessem captar os recursos de que se trata e definiu que esse empréstimo seria feito pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, garantido por aval e fiança e vinculação de cotas do "Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios-FPE" pelo Estado beneficiado, ficando sujeito, ainda, aos seguintes custos: nos primeiros 60 (sessenta) dias seriam equivalentes à taxa média do "overnight" ocorrida no período, mais juros compensatórios de 6% (seis por cento) ao ano; do 61º até o 120º dia de vigência do ajuste, os juros seriam elevados para 12% (doze por cento) ao ano; e, do 121º dia até o vencimento do contrato, os juros seriam elevados para 18% (dezoito por cento) ao ano. A partir de 01.11.85 esses encargos passaram a ser cobrados à razão da variação plena das ORTN's mais juros compensatórios de 12% (doze por cento) ao ano - Voto CMN nº 506/85, de 01.11.85.

18. Encerrada essa etapa de adesão dos bancos ao esquema de saneamento, foi iniciada a fase de acompanhamento e controle das metas e parâmetros fixados para cada instituição. Em sendo a etapa mais duradoura - mínimo de quatro anos - e porque

do seu acompanhamento "pari passu" depende o sucesso do programa instituído para cada banco, a Diretoria deste Orgão (Voto BCB nº 745/85, de 02.10.85), visando aprimorar o esquema de acompanhamento em prática há dois semestres, decidiu fixar novas diretrizes e prioridades para o acompanhamento das metas do programa delineado pelo Conselho Monetário Nacional.

19. O dia a dia da administração do PROREF evidenciou, no entanto, que o critério inicialmente fixado para julgamento e aplicação de penalidades por descumprimento de metas é excessivamente rígido, porquanto vincula o perdão dos custos semestrais dos contratos de "perdão" condicional ao cumprimento integral das metas compromissadas. Em outras palavras, prega tratamento igual para desiguais, isto é, se um banco descumprisse uma meta de SECUNDÁRIA importância teria a mesma sanção de um outro que houvesse infringido um compromisso FUNDAMENTAL para a sua recuperação. Corrigir esta imperfeição é um dos objetivos do presente voto.

o0o

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS — ANEXO-II

SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - PROREF

CARTA-COMPROMISSO - Conceituação de Infringências

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

GRUPO - I

- I.1 - não realizar aumento de capital previsto.
- I.2 - incorrer em custos e/ou penas por deficiências na conta "Reservas Bancárias".
- I.3 - descumprir a Resolução n. 905.
- I.4 - admitir saques a descoberto em contas tituladas pelo estado e por seus órgãos da administração direta e indireta.
- I.5 - não atingir a relação "Recursos Próprios / Total de Recursos" acertada.
- I.6 - recorrer com frequência a "Empréstimos de Liquidez".
- I.7 - não promover a centralização dos depósitos do estado e de seus órgãos da administração direta e indireta.

GRUPO - II

- II.1 - conceder empréstimos a empresas ou pessoas que tenham causado prejuízos ao banco.
- II.2 - apresentar operações de curso anormal cuja análise de viabilidade tenha sofrido restrições do "Comitê de Crédito".
- II.3 - apresentar empréstimos de curso anormal concedidos em desacordo com os princípios de seletividade, garantia, liquidez, rentabilidade e diversificação de riscos.
- II.4 - não fechar e/ou remanejar agências deficitárias sempre que acertado.
- II.5 - instalar agências sem expressa autorização do DEBAN.
- II.6 - não respeitar a relação máxima "Depósitos a Prazo/Total de Depósitos" estabelecida.
- II.7 - não apresentar índice de imobilizações dentro dos parâmetros estabelecidos.

GRUPO - III

- III.1 - não reduzir as despesas ao nível estritamente necessário.
- III.2 - não implantar sistema de rateio de custos por agências.
- III.3 - não executar o plano de desimobilização.
- III.4 - não implantar a central de cadastro e risco.
- III.5 - não proceder à reorganização administrativa.
- III.6 - crescimento de depósitos abaixo da meta estabelecida.
- III.7 - renovar operações sem amortização mínima de 20%.
- III.8 - conceder operações com prazo superior a 180 dias.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS

ANEXO - III

SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - PROREF

CARTA-COMPROMISSO - Gradação de Penalidades

PENALIDADE	CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO				
	até 8 falhas, no máximo 1 do grupo-I e/ou 2 do grupo-II	até 12 falhas, no máximo 2 do grupo-I e/ou 4 do grupo-II	até 14 falhas, no máximo 3 do grupo-I e/ou 6 do grupo-II	até 16 falhas, no máximo 4 do grupo-I e/ou 8 do grupo-II	acima de 16 falhas e/ou nos casos de falhas graves
Condicionar qualquer autorização dos demais departamentos à prévia audiência do DEBAN	até 01 semestre	de 01 a 02 semestres	de 02 a 03 semestres	de 03 a 04 semestres	até o final do programa
Perder a faculdade de as agências pioneiras não recolherem compulsório	de 00 a 02 períodos	de 02 a 04 períodos	de 04 a 06 períodos	de 06 a 08 períodos	mais de 08 períodos
Impedir e/ou descaracterizar a aplicação seletiva com recursos do compulsório	de 00 a 01 períodos	de 01 a 02 períodos	de 02 a 03 períodos	de 03 a 04 períodos	de 04 a 06 períodos
Congelar em 100% a exigibilidade do compulsório		de 02 a 04 períodos	de 04 a 06 períodos	de 06 a 08 períodos	mais de 08 períodos
Suspender a concessão de novas dotações da área do DERUR E DESPE				de 00 a 01 anos	de 01 a 02 anos
Eliminar a taxa diferenciada para o recolhimento compulsório relativo às áreas incentivadas				de 00 a 02 períodos	de 02 a 04 períodos
Cobrança dos custos contratuais					cobrança de acordo com § 13 do Voto BCB-321/86
Encerramento de atividades de agências localizadas fora do estado					determinar

Obs.: Observar o disposto nos parágrafos 12 e 13, acima, para utilização desta tabela.

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 238/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESIDÊNCIA

BANCO CENTRAL — PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 1985.

Senhores Conselheiros,

Os artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 278, de 28.02.67, estabelecem que as contas, os orçamentos e os balanços do Banco Central e as formalidades para a celebração e a execução dos seus atos e contratos estão sujeitos a disciplina própria, respeitada a obrigatoriedade de ulterior exame pelo Tribunal de Contas da União, competindo ao Conselho Monetário Nacional, independentemente da atribuição que lhe confere o inciso XXVII do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, aprovar tais documentos e fixar as normas a serem observadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Por outro lado, o artigo 42 do Decreto-lei nº 199, de 25.02.67, estabelece que o julgamento pelo Tribunal de Contas da União "será feito à base dos seguintes documentos que lhe deverão ser apresentados pelos administradores:

a) o relatório anual e os balanços da entidade;
b) o parecer dos órgãos internos que devam dar o seu pronunciamento sobre as contas;
c) o certificado de auditoria externa à entidade sobre a exatidão do balanço".

3. Em sessão de 03.07.72, com amparo no Decreto-lei nº 278, de 28.02.67, o Conselho Monetário Nacional decidiu:

"... que as contas da gestão financeira do Administrador Responsável do Banco Central do Brasil sejam auditadas em cada exercício, em conjunto, por um grupo nomeado por este Conselho, composto de três elementos des

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

tacados dos quadros do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e do Banco do Brasil S.A., cabendo ao Representante do primeiro daqueles órgãos a coordenação dos trabalhos do Grupo."

4. Nessas condições, tenho a satisfação de submeter à consideração de V.Exªs, para ulterior apreciação pelo Tribunal de Contas da União, o processo relativo às contas — exercício de 1985 — do Banco Central do Brasil (Anexo nº 1), acompanhado dos seguintes documentos:

I - relatório de auditoria interna (Anexo nº 2);
II - certificado de auditoria externa à entidade sobre a exatidão dos balanços (Anexo nº 3);
III - relatório de auditoria externa (Anexo nº 4).

5. Ao certificarem as contas e a exatidão dos balanços,os Auditores fizeram em seu relatório ressalvas e recomendações, sobre as quais as Unidades do Banco se manifestaram a respeito, conforme resumos constantes do Anexo nº 5, onde estão claramente indicadas as providências já adotadsa ou em curso.

6. Ressalto que o Tribunal de Contas da União, em sessão de 1º de agosto de 1985, ao ter presente o processo relativo ao acordo comercial entre o Brasil e a Polônia, resolveu recomendar ao Banco Central do Brasil que:

"..., anualmente, em suas prestações de contas, informe o andamento das medidas adotadas para a realização destes créditos."

7. A propósito, estou informando àquela Corte de Contas que o débito polonês para com este Banco Central do Brasil foi totalmente reescalonado no âmbito do Clube de Paris, dentro das condições financeiras que se indicam nos Acordos Multilaterais que constituem o Anexo nº 6, restando por concluir os acordos bilaterais respectivos onde serão fixadas as taxas e condições de juros contratuais e de mora.

Cabe destacar que, observando determinações deste Colegiado, adotadas em sessão de 08.10.84 (Anexo nº 7), o Banco Cen-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

tral do Brasil, na qualidade de Secretaria do Conselho Monetário Nacional, fará a remessa do dossiê das referidas contas ao Tribunal de Contas da União.

Anexos.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 19.08.86

(Anexos nºs 1 a 7: Arquivados na documentação relativa à presente Ata).

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.: 239/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESIDÊNCIA

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS — SOLICITA A MERRIL LYNCH S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AUTORIZAÇÃO PARA EXTRAPOLAR, INDIRETAMENTE, POR INTERMÉDIO DA COLIGADA MERRIL LYNCH REPRESENTAÇÕES LTDA., OS NÍVEIS MÁXIMOS PERMITIDOS DE PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO SEU CAPITAL.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 06.08.86, na forma do incluso Voto, manifestou-se favoravelmente ao acolhimento do pleito da Merril Lynch S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, no sentido de ser autorizada a extrapolar, indiretamente, por intermédio da coligada Merril Lynch - Representações Ltda., os níveis máximos permitidos de participação estrangeira no seu capital, ante o compromisso de proceder imediata paralisação de suas atividades, até reestabelecer os limites legais facultados.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 06.08.86

B C B 337/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Voto DIMEC-86/044.

Assunto: PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ementa : Solicita a Merril Lynch S.A.- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários autorização para extrapolar, indiretamente, por intermédio da coligada MERRIL LYNCH - Representações Ltda. a participação estrangeira no seu capital. Acolhimento, em caráter excepcional, do pleito ante o compromisso formal da empresa de proceder imediata paralisação de suas atividades até atingir os limites legais facultados. Encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional.

Senhores Diretores,

O Conselho Monetário Nacional, em sessão de 21.10.71, estabeleceu normas atinentes à participação estrangeira em instituições financeiras, constantes do Voto CMN 71/462.

2. Para as sociedades distribuidoras adotou-se o critério de somente permitir participação estrangeira até 50% do capital social, limitando-se a 1/3 (um terço) do capital votante.

3. Com base em tal prerrogativa, e a devida anuência deste Órgão, a Merril Lynch International Incorporation, empresa sediada nos Estados Unidos, passou a deter, a partir de 26.12.83, dentro dos níveis máximos permitidos, participação no capital da Merril Lynch S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

4. Todavia, objetivando reestruturar a composição acionária das empresas do grupo, formalizou aquela Distribuidora o propósito de extrapolar, indiretamente, através da coligada Merril Lynch - Representações Ltda., os limites anteriormente mencionados de participação estrangeira no seu capital.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

17D108205838750

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

5. Considerando a existência de casos precedentes e o compromisso formal da empresa de proceder a imediata paralisação de suas atividades operacionais, até que se restabeleçam os níveis de participação estrangeira legalmente vigentes, trazemos o assunto à apreciação de V.Exas. com proposta favorável ao seu acolhimento e ulterior encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional, para sua decisão.

Voto do Diretor da
Área de Mercado de Capitais
Em,

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN N.º 240/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESIDÊNCIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL - ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - FÉRIAS DE DIRETORES - CRITÉRIOS DE CONCESSÃO E UTILIZAÇÃO.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 06.08.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe a adoção de medidas quanto à concessão e utilização de férias dos Diretores do Órgão, com o intuito de regulamentar a matéria, disciplinando, no particular, as relações de trabalho entre o Banco e seus Dirigentes.

2. Determinou a Diretoria, na ocasião, o encaminhamento do assunto a este Conselho, com base nas disposições do inciso XXV do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 06.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

B C B Nº 373/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Voto DIRAD-86/088

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

FÉRIAS DE DIRETORES. Critérios de utilização.

Senhores Diretores,

O instituto das férias, garantido constitucionalmente a todos os trabalhadores, mesmo aos não celetistas — e regra básica de nossa legislação trabalhista, constituindo direito irrenunciável —, tem por finalidade possibilitar ao empregado, após um ano de continuado esforço, a recuperação de seu equilíbrio orgânico, não apenas através do repouso, mas também dedicando-se a atividades diferentes das que realiza no serviço e em contexto diverso do da empresa, de forma a restaurar a estabilidade entre suas funções cerebrais e musculares e harmonizar o seu sistema nervoso.

2. Parece certo que essa posição, defendida pelos doutrinadores, teria sido inspirada na necessidade de se propiciar ao funcionário as condições mínimas para restaurar, no período de descanso, sua higidez física e mental e retornar ao serviço com plena capacidade produtiva, confirmando-se, mais uma vez, a tese de que, em se tratando de férias, interesses de empregado e empregador situam-se em estreita convergência.

3. No âmbito do Banco Central, as férias dos empregados acham-se perfeitamente regulamentadas no Manual de Serviço do Pessoal (MSP-10-7), e as normas pertinentes, consoantes com os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as disposições do Estatuto dos Funcionários, são de aplicação pacífica e têm garantido, no particular, harmoniosas relações de trabalho.

4. Entretanto, as normas legais e regulamentares relativas ao Banco deixam de tratar expressamente a situação dos Dire-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

002029-0

171230701288210000

tores da Casa em relação a férias. Apenas no caso de Diretores funcionários, o Colegiado (sessão de 16.11.76 - Voto BCB-418/76) estipulou critérios para conversão de férias em espécie, matéria que, mesmo assim, necessita de revisão.

5. De outro lado, os dirigentes desta Casa são também trabalhadores, a quem está também garantido constitucionalmente o direito a férias remuneradas, e sua situação funcional parece afastar-se razoavelmente daquela própria dos empregadores, mais se aproximando, na verdade, daquela dos empregados, em relação a direitos trabalhistas. Impõe-se, por conseguinte, a regulamentação da matéria, não apenas no sentido de disciplinar as relações de trabalho entre os Diretores e a Casa, mas sobretudo no de — estendendo-lhes os benefícios da legislação vigente, enquanto cabíveis — manter, com referência a eles, os mesmos princípios de preservação da saúde e recuperação da capacidade produtiva plena, objetivos finais do descanso ferial.

6. Isto posto, seria o caso de examinar-se mais detidamente a situação, buscando-se soluções que viessem ajustar-se tanto à orientação técnica existente sobre a matéria, inclusive a oriunda do Tribunal de Contas da União (TCU), quanto aos interesses e conveniências desta Casa no cumprimento de suas funções institucionais.

7. Preliminarmente, vale registrar que, no que tange a Diretores funcionários, não há de ocorrer maiores dificuldades na definição de critérios sobre o assunto, eis que o exercício da função de Diretor não elimina sua condição de funcionário, sendo possível, assim, em princípio, a simples aplicação da legislação específica sobre férias.

8. Todavia, na hipótese de Diretores não-funcionários, não cabe, logicamente, aplicar-se a legislação pertinente a empregados, o que não quer dizer que não possam gozar do benefício do

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

descanso ferial. A inexistência de regras a respeito da matéria não significa proibição, mas obviamente lacuna na legislação vigente que, editada em outra época e contexto, tinha em vista o disciplinamento de questões mais fundamentais. Dessa forma, poderia a Diretoria deste Órgão propor ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas e a definição de critérios a respeito do assunto.

9. Nessa ordem de idéias, parece oportuno registrar previamente que — embora se afigure procedimento recomendável que os dirigentes maiores da Casa devam, a cada ano de efetivo exercício, gozar férias — não se apresenta compatível com a natureza das atribuições dos Diretores e do Presidente afastamentos demasiado longos, vale dizer, a utilização integral, de uma só vez, do descanso anual, eis que isso poderia criar dificuldades ao bom andamento dos serviços. Esse óbice à implementação da medida poderia, contudo, ser contornado com a fixação de um período máximo de férias — que poderia ser de 30 dias por ano de efetivo exercício, por analogia com o disposto na regulamentação interna para funcionários em geral — com a simultânea autorização para parcelamento da vantagem em tantas vezes quantas necessárias, de forma a compatibilizar o exercício da função com a necessidade de descanso e lazer, em face das condições de cada momento.

10. Da mesma forma, seria conveniente o estabelecimento de competência explícita que disciplinasse a concessão de férias ao Presidente e Diretores, suprindo, assim, lacuna também identificada na Regulamentação interna.

11. Por fim, seria de registar-se que, em consonância com orientação do Tribunal de Contas da União, em casos análogos, as férias deferidas aos Diretores não-funcionários somente poderiam ser utilizadas em descanso, vedada qualquer indenização pecuniária por eventuais períodos não utilizados, ainda que por oca-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

171233701284210000

são de acerto final de contas ao término do mandato.

12. Ante todo o exposto, proponho a V.Sas. a adoção das seguintes medidas:

a) com relação a Diretores funcionários:

I - aplicação, em princípio, da legislação e regulamentação sobre férias vigente para os demais funcionários;

II - flexibilização do parcelamento das férias, admitindo-se tantos períodos quantos solicitados;

III - não aplicação das restrições regulamentares (MSP 10-7-21) em caso de eventual utilização de férias fora do prazo legal;

IV - a remuneração relativa ao período de férias seria calculada com base na tabela de honorários da Diretoria e não da forma do disposto no Voto BCB 418/76 (aprovado pela Diretoria em sessão de 16.11.76), desde que se refiram a períodos adquiridos, ainda que parcialmente, no decurso do mandato e sejam utilizados ou convertidos enquanto no exercício do cargo ou imediatamente após o seu término;

b) com relação a Diretores não funcionários, inclusive ex-servidores (aposentados):

I - concessão de período de 30 dias de férias a cada ano de efetivo exercício do cargo;

II - utilização de férias adquiridas exclusivamente em descanso, vedada qualquer indenização pecuniária ou conversão em espécie, ainda que por ocasião de acerto final de contas ao término do mandato;

III - parcelamento do uso das férias em tantos períodos quantos solicitados pelos interessados;

c) definição de competência para autorizar férias, atribuindo-se ao Presidente do Banco competência para conceder férias aos Diretores e ao Presidente do Conselho Monetário Nacional para

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

002029-0

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

conceder férias ao Presidente do Órgão.

É o que submeto à consideração de V.Sas., sugerindo seja o assunto levado a deliberação do Conselho Monetário Nacional, com base nas disposições do inciso XXV, do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

Voto do
Diretor de Administração
5.8.86.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

171230701284210000

CMN N.º 241/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

IMPORTAÇÃO - FECHAMENTO DE CÂMBIO PARA LIQUIDAÇÃO FUTURA - PROTOCOLO DE EXPANSÃO COMERCIAL BRASIL/URUGUAI - COMUNICADO GECAM 312/76 - DISPENSA DO DEPÓSITO.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 13.08.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe seja dispensada, do depósito de garantia de que trata o Comunicado GECAM 312/76, a contratação de câmbio para abertura de cartas de crédito destinadas ao pagamento de importações de produtos originários e procedentes do Uruguai, constantes ou que venham a constar do Ajuste de Complementação Econômica denominado Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO

FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER

EM 13.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

B C B Nº 390/86

VOTO DIREX-86/044

IMPORTAÇÃO - Fechamento de Câmbio para Liquidação Futura ——— Protocolo de Expansão Comercial Brasil/Uruguai.



Srs. Diretores,

Em regra, o pagamento de importação só pode ser efetuado mediante fechamento de câmbio para liquidação pronta, ou seja, quando do vencimento do compromisso no exterior, admitida, em relação a este, a antecipação máxima de dois dias úteis. Tais condições, no entanto, não prevalecem para as importações pagáveis a até 360 dias ao amparo de cartas de crédito, para o que se exige a celebração do correspondente contrato de câmbio, para liquidação futura, previamente à abertura do crédito.

2. Essa divergência de critério estimula a utilização, pelos importadores, da modalidade de carta de crédito, uma vez que a celebração do contrato de câmbio para liquidação futura permite a imediata quantificação do custo para o produto importado, afastando o risco de câmbio da operação. Tal prática determina um dispêndio antecipado de reservas pelo Banco Central, em consequência das correspondentes coberturas prontas que, direta ou indiretamente, concede nas operações de vendas de câmbio pelos bancos autorizados.

3. Com o fim de corrigir tal distorção, e paralelamente a um elenco de medidas que visavam a contenção de dispêndios cambiais para o País, foi editado, em 4.6.76, o Comunicado GECAM nº 312, com que se instituiu a exigência de depósito correspondente a 100% do contravalor em moeda nacional dos contratos de câmbio de importação , celebrados para liquidação futura e destinados à abertura de cartas de crédito. Esse depósito é recolhido ao Banco Central, por ocasião da celebração do contrato de câmbio, sendo restituível quando da liquidação ou de seu eventual cancelamento.

4. Quanto ao fator preponderante que inspirou a exigência contida no referido Comunicado GECAM é de se realçar que — embora o ônus financeiro que o congelamento dos cruzados depositados necessariamente acarreta e, via de consequência, o desestímulo às importações — o objetivo primordial do depósito é postergar a massa de solicitações de coberturas cambiais ao Banco Central por indução a uma maior utilização de modalidades alterna-

tivas de pagamento, sujeitas a fechamento de câmbio para liquidação pronta.

5. Mesmo assim, a possibilidade da prévia fixação da taxa de câmbio - e do custo da operação nos casos de celebração de câmbio para liquidação futura - tem sido muitas vezes o fato decisivo para a escolha, pelos importadores, da carta de crédito como a forma de entrega da moeda estrangeira para a liquidação do câmbio, ainda que os exportadores estrangeiros se disponham a pactuar a venda da mercadoria sob outra modalidade de pagamento.

6. Com tal prática, subsiste o dispêndio antecipado de reservas cambiais, consequente das coberturas prontas dadas direta ou indiretamente, pelo Banco Central, porquanto o desestímulo da celebração do câmbio para liquidação futura não tem produzido os desejados efeitos.

7. Ademais, entidades internacionais têm entendido que o resultado prático do depósito de garantia é o aumento do preço do produto importado via elevação do custo financeiro da operação, constituindo medida não-tarifária de contenção de importações. Diante disso, o instituto do depósito de garantia vem merecendo reparos de representações estrangeiras interessadas em incrementar vendas ao Brasil, reparos esses que vêm sendo estimulados pelo setor importador brasileiro, para quem a exigência do depósito implica em maior quantidade de recursos financeiros, resultando pressões nas taxas de juros.

8. Por outro lado e em cumprimento a diretrizes presidenciais, foram realizadas reuniões da Subcomissão de Expansão Comercial Brasil-Uruguai, onde foram negociadas medidas e mecanismos de cooperação econômica e liberalização do comércio, de grande alcance, e que estão sendo efetivadas durante a atual visita do Presidente Sanguinetti ao Brasil, de modo a instrumentar a vontade política de cooperação e integração econômica Brasil-Uruguai.

9. Entre essas medidas consta sugestão, da parte uruguaia , de se produzir modificação no Ajuste de Complementação Econômica -- denominado Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai(PEC) -- no sentido de beneficiar com a dispensa do depósito de garantia previsto no Comunicado GECAM nº 312 a importação de produtos originários e procedentes da República Oriental do Uruguai, incluídos em referido Ajuste.

10. Releva notar, a propósito, que o balanço de pagamentos bilateral com o Uruguai se revela tradicionalmente favorável ao Brasil, conforme se verifica da anexa estatística e ademais entendemos que o protocolo a ser assinado entre os dois governos prevê a expansão equilibrada do comércio bilateral.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

11. Isso considerado proponho que seja dispensada do recolhimento do depósito de garantia de que trata o Comunicado GECAM Nº 312, de 4.6.76, a contratação de câmbio para abertura de cartas de crédito destinadas ao pagamento de importações de produtos originários e procedentes do Uruguai, constantes ou que venham a constar do Ajuste de Complementação Econômica denominado Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai (PEC), observado que a aplicação do benefício deve ser indicada pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. - CACEX nas respectivas guias de importação que emitir.

Se também de acordo V.Exas. o assunto seria encaminhado ao Conselho Monetário Nacional, a quem compete decidir sobre a matéria.

Voto do
Diretor da Área Externa

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BALANCO DE PAGAMENTOS BILATERAL
URUGUAI

US$ 1000

PERIODO	EXPORTA$'C	IMPORTA$'O	SALDO
1970	31071	10808	20263
1971	32723	24099	8624
1972	35708	11953	23755
1973	40870	15836	25034
1974	71029	92069	-21040
1975	87626	63589	24037
1976	162559	81169	81390
1977	205201	93257	111944
1978	133215	130212	3003
1979	208049	185634	22415
1980	310691	196168	114523
1981	373158	178329	194829
1982	137795	151175	-13380
1983	104024	130816	-26792
1984	135840	123020	12820
1985	140278	140037	241

CONSELHO MONETARIO NACIONAL SECRETARIA

Fonte: Banco Central do Brasil/DIBAP

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 245/86

CAPEMI - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. - REVIGORAMENTO DE CARTA PATENTE - RECURSO AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 20.08.86, aprovou o incluso Voto - relacionado com recurso interposto por CAPEMI - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. contra decisão adotada pelo Banco, que ordenou o cancelamento da autorização para funcionamento da referida Distribuidora -, determinando fosse o assunto encaminhado a este Conselho, com proposta de não provimento do recurso, por carecer de sustentação fática e jurídica.

2. É o que submeto à consideração de V.Exas., com base no artigo 4º, inciso XXVI, da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 20.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BCB Nº 384/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Voto DIMEC-86/058

Assunto: REVIGORAMENTO DE CARTA PATENTE.

Ementa: Recurso interposto pela CAPEMI - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. objetivando reformular decisão deste Órgão que determinou o cancelamento da autorização para funcionamento da instituição. Não acolhimento por carecer de sustentação fática e jurídica.

Senhores Diretores,

O Exmº Sr. Presidente deste Órgão, por despacho de 22.10.84, determinou o cancelamento da autorização para funcionar concedida à CAPEMI- DTVM LTDA. em razão, principalmente, da total paralização das suas atividades.

2. Cientificada da decisão formalizou a sociedade, junto a este Banco Central, pedido de reconsideração daquele ato, sendo-lhe negado, em 15.03.85 e, posteriormente, em 26.07.85, acolhimento ao mesmo, ante a inexistência de fatos que justificassem revisão da medida.

3. Inobstante, através de procurador legalmente constituído para tal, submete, uma vez mais, à consideração desta Autarquia, nova solicitação de revigoramento do ato concessivo, desta feita em grau de recurso ao Conselho Monetário Nacional.

4. Analisado o assunto no âmbito dos setores técnicos pertinentes, concluiu-se, de forma consensual, pelo seu não acolhimento, por carecer o arrazoado daquele recurso de sustentação fática e jurídica.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

5. Ante o exposto, vimos submeter a matéria à consideração de V.Exas., para que seja alçada à decisão final do Conselho Monetário Nacional, com nossa proposta de manutenção de indeferimento do pleito.

Voto do Diretor da
Área de Mercado de Capitais
Em, 12.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 244/86

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A. - BADEP E BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. - BANESTADO - COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS JUNTO AO BRASILINVEST - RECURSO AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 20.08.86, aprovou o incluso Voto - relacionado com recurso interposto por BADEP - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A. e BANESTADO - BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. contra decisão adotada pelo Banco Central -, determinando fosse o assunto encaminhado a este Conselho, com proposta de não provimento do recurso, por infringir o princípio de igualdade entre os credores do BRASILINVEST.

2. É o que submeto à consideração de V.Exas., com base no artigo 4º, inciso XXVI, da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 20.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

B C B Nº 377/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

VOTO DIFIS-86/033

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S/A- BADEP E BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A- BANESTADO - COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS JUNTO AO BRASILINVEST - RECURSO AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Senhores Diretores,

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A. - BADEP e BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. - BANESTADO são, respectivamente, devedores e credores do BRASILINVEST S.A. - BANCO DE INVESTIMENTO - Em liquidação extrajudicial: o BADEP, em virtude de fiança prestada à SERVIX ENGENHARIA S.A. junto ao liquidando, no valor de US$ ..... US$ 5,886,977.00; o BANESTADO, em decorrência de operação de repasse interbancário nos moldes da Resolução nº 63.

2. Em 02.05.85, referidas instituições pleitearam ao Sr. Liquidante do BRASILINVEST "encontro de contas", dentro do princípio de "preservação e resguardo da economia pública, a que alude o caput do artigo 31, da Lei nº 6.024, de 13.03.74."

3. Submetido o assunto ao Banco Central do Brasil, decidiu-se que "a cogitada compensação somente torna-se viável, na forma admitida pelo Código Civil Brasileiro (arts.1.009 e seguintes) quando o devedor da instituição for ao mesmo tempo dela credor, não sendo cabível quando, na relação com terceiro, o débito for de uma instituição do Grupo e o crédito de outra."

4. Entendendo cabível recurso, cuidaram as institui

1707161107851507

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

VOTO DIFIS-86/033

ções paranaenses, referendadas pelo Governo do Estado, de interpor apelo, com fundamento no artigo 30, da Lei nº 6.024/74, alegando, em síntese, desconsideração de pessoa jurídica, por isso que "débito do BADEP é débito do Estado do Paraná; crédito do BANESTADO é crédito do Estado do Paraná."

5. Reapreciando o tema, confirmou o Banco Central do Brasil indeferimento do pleito, vez que, embora estejam sob um manto comum, mantêm aludidas empresas, como individualidades reconhecidas por lei, nome, domicílio e patrimônio particulares, além de que a proposição não beneficia indistintamente aos credores do BRASILINVEST.

6. Em carta de 28.02.86, voltaram os interessados com a formulação do mesmo pedido, com base desta feita no artigo 4º, inciso XXVI, da Lei nº 4.595, de 31.12.64, requerendo apreciação da matéria pelo Conselho Monetário Nacional.

7. Considerando que o Departamento Jurídico do Banco Central do Brasil opinara pelo encaminhamento do "pedido recursal à instância superior competente", porquanto "envolve compensação de créditos, em vez de simples 'declaração'", manifestamo-nos pelo conhecimento do recurso, negando-lhe contudo provimento, em face de que, como transmitido anteriormente aos interessados, a operação pretendida, se efetivada, infringiria o princípio da igualdade entre os credores do BRASILINVEST.

É o que trazemos à deliberação de V.Exas.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Anexo.
Voto do Diretor de Fiscalização
Em 1- V 87

170716110785150

CMN N.º 246/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BALANÇO DO 1º SEMESTRE DE 1986.

Senhores Conselheiros,

Tenho a honra de submeter à consideração de V.Exas. o balanço do Banco Central do Brasil, relativo ao primeiro semestre de 1986, objeto do incluso Voto, aprovado pela Diretoria em sessão de 20.08.86.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 20.06.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

B C B Nº 396/86

Voto DIRAD-86/094

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

- Análise do balanço do Banco Central do Brasil referente ao primeiro semestre de 1986.

Senhores Diretores,

Como é do conhecimento de V.Sas., compete ao Conselho Monetário Nacional, nos termos do artigo 3º do Decreto-lei nº 278, de 28.02.67, aprovar os orçamentos e balanços do Banco Central, sem prejuízo de ulterior exame pelo Tribunal de Contas da União.

2. Nessas condições, a fim de que seja oportunamente submetido àquele Colegiado, cabe-me apresentar a V.Sas. o balanço do Banco referente ao primeiro semestre de 1986, circunstanciado no relatório anexo, cabendo menção especial ao seu Anexo 13, constituído de Nota do DEPEC de 04.08.86, que objetiva informar as rubricas e setores econômicos que, de forma significativa, contribuíram para a expansão ou contração da base monetária.

À consideração de V.Sas.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Anexo.

Voto do
Diretor de Administração

18.8.86

1712307012842100

BANCO CENTRAL DO BRASIL

R E L A T Ó R I O

O presente relatório abrange a análise do balanço do Banco Central referente ao primeiro semestre de 1986 (Anexo nº 01) que, para facilidade de exposição, dividiu-se em duas partes: Análise do Balanço Patrimonial e Análise do Resultado.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

2. O ATIVO e o PASSIVO — excluídas as contas de compensação — apresentaram, em relação à posição de 31.12.85 as variações incluídas no quadro seguinte:

Em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	VARIAÇÕES %
ATIVO	601.599,77	994.069,34	392.469,57	65,2
- Financeiro Externo	130.274,21	162.402,02	32.127,81	24,7
- Financeiro Interno	375.858,60	755.822,88	379.964,28	101,1
- Permanente	20.304,91	28.283,80	7.978,89	39,3
- Pendente	75.162,05	47.560,64	(27.601,41)	(36,7)
PASSIVO	601.599,77	994.069,34	392.469,57	65,2
- Financeiro Externo	224.942,54	418.605,03	193.662,49	86,1
- Financeiro Interno	251.492,56	398.414,42	146.921,86	58,4
- Permanente	99.462,20	140.707,40	41.245,20	41,5
- Pendente	25.702,47	36.342,49	10.640,02	41,4

OBS.: as posições de 31.12.85 foram convertidas para cruzados, pela divisão dos valores por Cr$ 1.000.

segue-

Assessor - Leopoldo Pinto Amaral
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

3. A seguir, são analisadas as principais variações do Ativo, ocorridas no primeiro semestre de 1986:

a) Ativo Financeiro Externo

- Variação total — Cz$ 32.127,81 milhões, enquanto que a comparação das posições pela equivalência em dólares revelou a redução de US$ 682.44 milhões:

- DISPONIBILIDADES: variação negativa de US$ 57.78 milhões, em decorrência da redução no disponível em moedas estrangeiras (US$ 253.48 milhões) e do incremento no disponível em ouro (US$ 187.10 milhões);

- OPERAÇÕES: variação negativa de US$ 696.66 milhões, em virtude da redução nas operações com correspondentes no exterior em moedas estrangeiras (US$ 1,055.76 milhões) e do incremento nas operações decorrentes de convênios em moedas estrangeiras (US$ 277.36 milhões) e nas operações de aquisição de ouro (US$ 103.03 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 03.

b) Ativo Financeiro Interno

- Variação total — Cz$ 379.964,28 milhões:

- OPERAÇÕES: variação de Cz$ 192.977,12 milhões em decorrência do aumento nas operações com títulos-mercado aberto (Cz$ 176.963,25 milhões) e nas operações de assistência financeira (Cz$ 10.537,47 milhões);

- CRÉDITOS ESPECIAIS: variação de Cz$ 32.912,09 milhões em decorrência do incremento na conta de movimento mantida junto ao Banco do Brasil S.A.;

- OUTROS CRÉDITOS: variação de Cz$ 48.236,70 milhões em decorrência do acréscimo na conta de suprimentos especiais ao Banco do Brasil S.A. (Cz$ 50.377,81 milhões) e da redução nos adiantamentos a fundos e programas (Cz$ 2.087,32 milhões);

Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

segue-

- OUTRAS CONTAS: variação de Cz$ 105.833,23 milhões em decorrência do resultado da compra e venda de moeda estrangeira (Cz$ 26.127,33 milhões), do reajuste cambial dos depósitos em cruzados de organismos financeiros internacionais (Cz$ 14.464,62 milhões), do acréscimo nos débitos de operações a classificar (Cz$ 60.559,64 milhões) e nos encargos decorrentes das obrigações do Tesouro Nacional relativas à colocação de títulos no mercado internacional e de empréstimos externos (Cz$ 11.178,21 milhões), bem como da redução nos títulos federais vinculados aos depósitos compulsórios (Cz$ 4.684,70 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 04.

c) Ativo Permanente

- Variação total — Cz$ 7.978,89 milhões:

- QUOTAS DE CAPITAL DE ENTIDADES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: variação de Cz$ 7.954,07 milhões em decorrência, principalmente, do reajuste cambial (Cz$ 7.589,26 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 05.

d) Ativo Pendente

- Variação total — negativa de Cz$ 27.601,41 milhões:

- OUTRAS CONTAS: variação negativa de Cz$ 27.601,41 milhões em decorrência do reajuste dos depósitos registrados em moedas estrangeiras (Cz$ 34.064,53 milhões), da apropriação da parcela do reajuste efetivamente desembolsada (Cz$ 63.350,00 milhões) e dos dispêndios com o ouro incorporado às reservas internacionais oficiais (Cz$ 1.613,34 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 06.

4. Por outro lado, evidenciam-se a seguir as principais variações do Passivo, ocorridas no primeiro semestre de 1986:

a) Passivo Financeiro Externo

- Variação total — Cz$ 193.662,49 milhões, enquanto que a comparação das posições, exceto dos depósitos em cruzados de

segue-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

entidades internacionais, revelou pela equivalência em dólares uma variação de US$ 5,071.51 milhões:

- OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS: variação de US$ 5,061.43 milhões em decorrência do incremento nos depósitos em moedas estrangeiras (US$ 4,568.05 milhões), nas outras obrigações em moedas estrangeiras (US$ 371.91 milhões) e nas obrigações decorrentes de convênios em moedas estrangeiras (US$ 121.47 milhões);

- DEPÓSITOS EM CRUZADOS DE ENTIDADES INTERNACIONAIS: variação de Cz$ 62.702,75 milhões em decorrência do reajuste pela variação da taxa cambial (Cz$ 65.422,03 milhões) e da redução dos depósitos (Cz$ 2.719,28 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 07.

b) Passivo Financeiro Interno

- Variação total — Cz$ 146.921,86 milhões:

- DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: variação de Cz$ 66.324,65 milhões em decorrência de ajustes efetuados pelos bancos comerciais nas suas posições de reservas bancárias (Cz$ 47.032,21 milhões), na posição da reserva especial-recursos do Governo Federal (Cz$ 14.803,38 milhões) e nos encaixes obrigatórios das instituições do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (Cz$ 4.482,10 milhões);

- OUTROS DEPÓSITOS: variação de Cz$ 30.816,28 milhões em decorrência do incremento nos depósitos do governo federal-originários de operações de crédito internas (Cz$ 40.251,03 milhões), nos depósitos registrados em moedas estrangeiras (Cz$ 3.984,04 milhões), bem como da redução nos depósitos de fundos e programas (Cz$ 11.371,61 milhões) e nos depósitos sob disposições especiais (Cz$ 2.047,07 milhões);

- OUTRAS EXIGIBILIDADES: variação de Cz$ 46.384,34 milhões em decorrência da colocação de títulos de responsabilidade própria-LBC (Cz$ 32.985,28 milhões), do incremento nas reservas internacionais oficiais de ouro (Cz$ 6.461,19 milhões) e no item

segue-

Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Tesouro Nacional-Contravalor de Títulos em Circulação e de Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras (Cz$ 6.816,49 milhões);

- OUTRAS CONTAS: variação de Cz$ 3.396,59 milhões, em decorrência do reajuste das quotas de capital de organismos financeiros internacionais (Cz$ 7.589,26 milhões), do incremento nas transferências de dotações orçamentárias da União para as operações do Tesouro Nacional-títulos em circulação e outras obrigações em moedas estrangeiras (Cz$ 2.980,97 milhões) e da redução nas outras obrigações registradas em moedas estrangeiras (Cz$ 3.549,20 milhões) e nos créditos de operações a classificar (Cz$ 3.526,83 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 08.

c) Passivo Permanente

- Variação total — Cz$ 41.245,20 milhões:

- MEIO CIRCULANTE: variação de Cz$ 25.140,61 milhões em decorrência de emissões (Cz$ 65.050,00 milhões) e recolhimentos (Cz$ 39.910,00 milhões);

- PATRIMÔNIO, RESERVAS E PROVISÕES: variação de Cz$ 16.104,59 milhões, em decorrência da incorporação do resultado auferido no primeiro semestre de 1986 (Cz$ 16.101,13 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 09.

d) Passivo Pendente

- Variação total — Cz$ 10.640,02 milhões:

- VARIAÇÕES EM SUSPENSO: variação de Cz$ 10.451,36 milhões em decorrência do incremento nas rendas em suspenso sobre operações de assistência financeira (Cz$ 10.028,95 milhões), nas rendas em suspenso sobre operações com correspondentes no exterior em moedas estrangeiras (Cz$ 541,06 milhões) e redução nas rendas em suspenso sobre outras operações com recursos não vinculados (Cz$ 842,42 milhões);

- Demonstrativo: Anexo nº 10.

Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

segue-

5. O quadro a seguir, elaborado com base nos registros contábeis, apresenta a composição das fontes e usos das operações do Banco Central, e suas variações, já comentadas neste relatório:

Em milhões de cruzados

I T E N S	POSIÇÃO EM		VARIAÇÕES
	31.12.85 (1)	30.06.86 (2)	(2) - (1)
FONTES	465.427,40	852.066,16	386.638,76
- Operações de Câmbio	300.712,40	431.956,05	131.243,65
- Reservas Bancárias	28.649,36	90.484,96	61.835,60
- Letras do Banco Central (LBC)	-	32.956,65	32.956,65
- Operações de Crédito da União	34.798,61	75.049,63	40.251,02
- Operações de Fundos e Programas Administrados	15.276,78	3.905,17	(11.371,61)
- Meio Circulante	28.110,86	53.251,47	25.140,61
- Outras Operações	57.879,39	164.462,23	106.582,84
USOS	465.427,40	852.066,16	386.638,76
- Operações de Câmbio	134.434,16	166.127,62	31.693,46
- Empréstimos e Adiantamentos	6.855,93	8.935,82	2.079,89
- Títulos Federais-Carteira do Banco	108.737,08	285.700,01	176.962,93
- BB-Conta de Movimento	33.297,40	66.208,10	32.910,70
- BB-Conta de Suprimentos Especiais	70.754,32	121.132,12	50.377,80
- Outras Operações	111.348,51	203.962,49	92.613,98

6. Apresentamos ainda, no Anexo 02, a evolução contábil anual, de 1981 a 1984 e mensal a partir de janeiro de 1985, das principais contas componentes do balanço do Banco Central.

segue-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANÁLISE DO RESULTADO

7. O resultado do 1º semestre de 1986, de Cz$ 16.101,13 milhões (Anexo nº 01) revela uma redução nominal em relação a igual período de 1985 (Cz$ 13.991,48 milhões), e uma redução real (deflacionada) de Cz$ 24.529,51 milhões o que representa um decréscimo real de 81,5%. Esse resultado decorreu, basicamente, da apropriação, como variação patrimonial diminutiva, de parte da correção cambial dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras, efetivamente desembolsada pelo Banco (Cz$ 63.350,0 milhões). A explicação desse desempenho é constatada na análise dos itens mais significativos, feita a seguir:

Quadro I — Em milhões de cruzados

ITENS	1º SEM/ 1985 (1) (A)	1º SEM/86		VARIAÇÕES			
		NOMINAL (B)	DEFLACIONADO *(C)	ABSOLUTA		PERCENTUAL	
				(B) - (A)	(C) - (A)	(B-A).100 / A	(C-A).100 / A
RECEITA	34.416,88	89.518,19	30.929,42	55.101,31	(3.487,46)	160,1	(10,1)
DESPESA	4.324,27	73.417,06	25.366,32	69.092,79	21.042,05	1.597,8	486,6
RESULTADO	30.092,61	16.101,13	5.563,10	(13.991,48)	(24.529,51)	(46,5)	(81,5)

(*) Com base no IGP-DI/FGV

8. As contas que afetam positivamente o resultado do Banco (Anexo nº 11) apresentaram, como se pode observar no Quadro I, um decréscimo real de Cz$ 3.487,46 milhões, que corresponde a redução de 10,1% em relação à receita arrecadada no primeiro semestre de 1985, merecendo destaque as variações constantes do quadro a seguir:

segue-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

ASSISTENTE

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Quadro II — Em milhões de cruzados

ITENS	2º SEM/ 1985 (A)	1º SEM/86			VARIAÇÃO - 1º SEM/ 86/85	
		NOMINAL	DEFLACIONADO *(B)	%	(B) - (A)	%
RECEITA TOTAL	34.416,88	89.518,19	30.929,42	100,0	(3.487,46)	(10,1)
- Rendas s/Operações com Títulos-Mercado Aberto	30.564,64	81.840,75	28.276,80	91,4	(2.287,84)	(7,5)
- Rendas de Juros s/ Operações com Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	1.576,22	2.863,48	989,36	3,2	(586,86)	(37,2)
- Rendas sobre Outras Operações c/ Recursos não Vinculados	9,51	1.625,00	561,45	1,8	551.94	-
- Outras Contas	2.266,51	3.188,96	1.101,81	3,6	(1.164,70)	(51,4)

(*) Com base no IGP-DI/FGV

- Análise sucinta:

- Arrecadação total: Cz$ 89.518,19milhões;

- RENDAS SOBRE OPERAÇÕES COM TÍTULOS-MERCADO ABERTO: as operações com títulos públicos federais, negociados no mercado aberto durante esse semestre, permitiram uma arrecadação líquida de Cz$ 81.840,75 milhões (91,4% do total das receitas), dos quais Cz$ 64.085,02 milhões referem-se a operações com OTN's e Cz$ 17.755,73 milhões, a operações com LTN's. A variação em relação ao 1º semestre de 1985 representa um decréscimo real de 7,5% (Quadro II).

- RENDAS DE JUROS SOBRE OPERAÇÕES COM CORRESPONDENTES NO EXTERIOR EM MOEDAS ESTRANGEIRAS: essas operações renderam no semestre Cz$ 2.863,48 milhões e são responsáveis por 3,2% das receitas totais. Destaca-se o item referente a Depósitos a Prazo Fixo - Sem Vínculo (Cz$ 1.976,57milhões) que representa 69,0% da conta. Em relação ao 1º semestre de 1985 houve uma diminuição real de Cz$ 586,86milhões, correspondente a um decréscimo de 37,2%.

segue-

Mário Antônio Sullivan
ASSISTENTE
CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA
2002170808851915OO
109003-8

- RENDAS SOBRE OUTRAS OPERAÇÕES COM RECURSOS NÃO VINCULADOS: as rendas da espécie, neste primeiro semestre apresentaram uma realização de Cz$ 1.625,00 milhões, destacando-se Cz$ 1.204,92 milhões arrecadados com o Programa de Financiamento de Infraestrutura de Transporte e Cz$ 396,72 milhões referentes a Empréstimos Vinculados a Operações de Exportação. A variação em relação ao 1º semestre de 1985 representa um acréscimo nominal de Cz$ 1.615,49 milhões, e real de Cz$ 551,94 milhões (5.803,4%).

9. As contas que afetam negativamente o resultado do Banco (Anexo 12) apresentaram, como se pode observar no Quadro I, um acréscimo real de Cz$ 21.042,05 milhões (486,6%) em relação ao 1º semestre do ano anterior, cabendo destacar as variações demonstradas no quadro a seguir:

Quadro III — Em milhões de cruzados

ITENS	1º SEM/ 1985 (A)	1º SEM/86			VARIAÇÃO - 2º SEM/ 86/85	
		NOMINAL	DEFLACIONADO *(B)	%	(B) - (A)	%
DESPESA TOTAL	4.324,27	73.417,06	25.366,32	100,0	21.042,05	486,6
- Correção Cambial dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras	-	63.349,99	21.888,06	86,3	21.888,06	100,0
- Despesas de Juros s/ Depósitos em Moedas Estrangeiras	2.988,04	6.439,80	2.225,01	8,8	(763,03)	(25,5)
- Despesas de Juros s/ Outras Operações em Moedas Estrangeiras	430,49	1.320,71	456,32	1,8	25,83	6,0
- Serviços de Terceiros	150,05	506,54	175,01	0,7	24,96	16,6
- Outras	755,69	1.800,02	621,92	2,4	(133,77)	(17,7)

(*) Com base no IGP-DI/FGV

segue-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

ASSISTENTE

2002170808851915OO

109003-8

- Análise sucinta:

- Dispêndio total de Cz$ 73.417,06 milhões:

- Variação patrimonial de Cz$ 63.350,00 milhões decorrente da apropriação de parte da correção cambial dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras. Nos termos do Voto CMN nº 637/85, de 31.12.85, o valor apropriado corresponde a 80% do superávit orçamentário obtido pelo Banco no semestre. O saldo remanescente da correção cambial dos DRME (Cz$ 42.322,13 milhões) permanece registrado no Pendente do Ativo Patrimonial.

- DESPESAS DE JUROS SOBRE DEPÓSITOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS: as despesas do Banco com o pagamento de juros atingiram, ao final de junho, a importância de Cz$ 6.439,80 milhões (8,8% do total de dispêndios do 1º semestre), revelando um decréscimo real de 25,5% em relação ao mesmo período de 1985 (Quadro III). Por tipo de depósito, os principais gastos foram os seguintes:

- Circular 349: Cz$ 3.153,61 milhões;
- Circular 230: Cz$ 1.662,64 milhões;
- Resolução 479: Cz$ 687,96 milhões;
- Resolução 595 e Circular 503: Cz$ 521,03 milhões;
- Resoluções 1010 e 1012: Cz$ 128,35 milhões.

- DESPESAS DE JUROS SOBRE OUTRAS OPERAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS: o montante de Cz$ 1.320,71 milhões (1,8% do total das despesas do semestre), em termos reais, representa um acréscimo de 6,0% em relação ao mesmo período de 1985 (Quadro III). Destacam-se neste montante, as despesas sobre operações de empréstimos externos (Cz$ 637,21 milhões), negociação de cambiais do FINEX (Cz$ 222,57 milhões), Alocações-Direito Especial de Saque (Cz$ 190,99 milhões), Convênios de Créditos Recíprocos (Cz$ 162,85 milhões) e Negociação de Cambiais de Convênios Bilaterais (Cz$ 90,59 milhões).

6.893.020-1 Maria Antonia Sallarova
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

- SERVIÇOS DE TERCEIROS: o total de Cz$ 506,54 milhões (0,7% do total desembolsado no semestre), representa um crescimento nominal de 237,6% e real de 16,6% em relação a idêntico período de 1985 (Quadro III). Destacam-se desse somatório as despesas realizadas com Serviço de Fabricação de Cédulas e Moedas (Cz$ 332,13 milhões), Transporte de Numerário e Outros Valores (Cz$ 6,65 milhões) e Serviço do Meio Circulante (Cz$ 1,72 milhões).

10. Cabe ainda informar que o resultado líquido do primeiro semestre de 1986 foi incorporado à conta Patrimônio, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional, em sessão de 28.11.79.

11. Finalmente, o presente relatório inclui, no Anexo 13, a Nota DEPEC de 04.08.86, que objetiva informar as rubricas e/ou setores econômicos que, de forma significativa, contribuiram para a expansão ou contração da base monetária.

Em: 11.08.86.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
DIPAN/Serviço de Análise Contábil

[illegible]
COORDENADOR

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – JUNHO/86

(Em unidades de cruzados)

Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
FINANCEIRO	**818.224.897.581,07**	**FINANCEIRO**	**817.019.454.179,38**
FINANCEIRO EXTERNO	**162.402.018.292,52**	**FINANCEIRO EXTERNO**	**418.605.027.719,18**
FINANCEIRO INTERNO	**755.822.879.288,55**	**- Obrigações em Moedas Estrangeiras**	**312.565.863.832,86**
- Operações	**330.503.879.729,60**	**- Depósitos em Cruzados de Organismos Financeiros Internacionais**	**96.263.749.808,48**
Operações de Assistência Financeira	17.475.232.659,25	**- Recursos Vinculados – Em Moedas Estrangeiras**	**9.775.414.478,04**
Operações com Títulos – Mercado Aberto	**285.699.960.936,23**	**FINANCEIRO INTERNO**	**398.414.426.460,00**
Outras Operações com Títulos	737.976.677,70	**- Depósitos de Instituições Financeiras**	**95.183.834.271,37**
Outras Operações com Recursos Não Vinculados	22.108.403.782,40	Reservas Bancárias	90.484.957.826,71
Repasses de Valores Depositados a Fundos e Programas	4.482.105.674,02	Depósitos para Constituição e Aumento de Capital de Instituições Financeiras	216.570.770,54
- Créditos Especiais	**66.208.100.913,69**	Encaixes Obrigatórios das Instituições do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	4.482.105.674,12
Banco do Brasil S.A. – Conta de Movimento	66.208.100.913,69	**- Outros Depósitos**	**181.764.617.371,41**
- Outros Créditos	**130.665.157.035,01**	Depósitos de Fundos e Programas	3.905.174.541,23
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	732.238,99	Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras	102.775.294.298,47
Banco do Brasil S.A. – Conta de Suprimentos Especiais	121.132.124.728,76	Depósitos do Governo Federal – Originários de Operações de Crédito Internas	75.049.635.813,42
Créditos a Receber	3.019.988.419,84	Diversos	34.512.719,29
Adiantamentos a Fundos e Programas	6.443.366.410,00	**- Outras Exigibilidades**	**76.777.414.337,54**
Devedores por Compromissos Imobiliários	23.083.087,26	Títulos de Responsabilidade Própria	32.985.282.006,66
Títulos a Receber	45.862.150,16	Pestos a Pagar	428.539,88
- Outras Contas	**228.438.847.442,12**	Recolhimentos Restituíveis	492.766.377,05
Títulos Federais Vinculados aos Depósitos Compulsórios	8.408.005.858,21	Tesouro Nacional – Contravalor de Títulos em Circulação e de Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras	27.428.537.850,38
Reajuste de Obrigações a Classificar	97.528.115.319,23	Despesas Orçamentárias do Exercício, a Pagar	3.499.117,84
Débitos de Operações a Classificar	83.640.620.742,02	Diversas	15.866.900.433,23
Tesouro Nacional – Encargos Decorrentes de Títulos em Circulação e de Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras	31.719.341.770,08	**- Outras Contas**	**44.688.760.490,18**
Demais Contas	7.142.763.752,58	Reajuste de Haveres a Classificar	27.233.958.009,57
- Valores e Bens	**7.094.168,13**	Créditos de Operações a Classificar	1.993.043.788,47
Valores Mobiliários	6.704.322,65	Outras Obrigações Registradas em Moedas Estrangeiras	6.839.478.322,99
Imóveis Não Destinados a Uso	389.845,48	Demais Contas	8.616.280.369,15
PERMANENTE	**28.283.803.939,70**	**PERMANENTE**	**140.707.396.110,66**
- Quotas de Capital de Entidades Financeiras Internacionais	**28.142.702.450,32**	**- Meio Circulante**	**53.251.468.263,22**
- Bens Móveis	**73.498.260,52**	**- Patrimônio, Reservas e Provisões**	**87.455.927.847,44**
- Bens Imóveis	**67.603.228,86**	**PENDENTE**	**36.342.492.844,67**
PENDENTE	**47.560.641.613,94**	**- Rendas em Suspenso de Operações Ativas**	**36.130.399.709,93**
- Correção Cambial dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras, a Apropriar	**42.322.131.990,44**	**- Demais Contas**	**212.093.134,74**
- Demais Contas	**5.238.509.623,50**		
SUBTOTAL	**994.069.343.134,71**	**SUBTOTAL**	**994.069.343.134,71**
COMPENSAÇÃO	**1.809.437.168.851,15**	**COMPENSAÇÃO**	**1.809.437.168.851,15**
TOTAL	**2.803.506.511.985,86**	**TOTAL**	**2.803.506.511.985,86**

Demonstração do Resultado

DÉBITOS		CRÉDITOS	
FINANCEIRO	**9.977.013.804,20**	**FINANCEIRO**	**89.164.513.026,98**
- Despesas Correntes – Custeio	**1.432.951.693,95**	**- Receitas Correntes – Operações**	**88.968.748.278,24**
- Despesas Correntes – Transferências	**8.528.578.531,42**	**- Receitas Correntes – Patrimoniais**	**1.893.863,74**
- Despesas de Capital – Investimento	**15.432.425,43**	**- Receitas Correntes – Diversas**	**178.174.466,84**
- Despesas de Capital – Inversões Financeiras	**83.153,40**	**- Receitas de Capital**	**15.696.398,16**
NÃO FINANCEIRO	**63.440.049.243,05**	**NÃO FINANCEIRO**	**353.681.631,71**
- Mutações	**15.696.398,16**	**- Mutações**	**15.485.576,83**
- Variações Independentes da Execução Orçamentária	**63.424.352.844,89**	**- Variações Independentes da Execução Orçamentária**	**338.196.052,88**
SUBTOTAL	**73.417.063.047,25**		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**16.101.131.611,44**		
TOTAL	**89.518.194.658,69**	**TOTAL**	**89.518.194.658,69**

Balancete Patrimonial das Operações de Crédito da União

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL	**75.049.835.813,42**	**EXIGÍVEL**	**652.763.226.846,84**
- Depósito no Banco Central	**75.049.835.813,42**	**- Títulos em Circulação**	**652.364.607.592,23**
REALIZÁVEL	**3.095.552.428,54**	**- Créditos a Classificar**	**398.619.254,61**
- Repasses	**3.092.232.586,00**	**RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS**	**(161.659.473.901,09)**
- Débitos a Classificar	**3.319.840,72**	**PENDENTE**	**43.294.740.607,24**
- Devedores Diversos	**1,82**	**SUBTOTAL**	**534.398.493.552,99**
PENDENTE	**456.253.305.311,03**		
SUBTOTAL	**534.398.493.552,99**	**COMPENSAÇÃO**	**937,76**
COMPENSAÇÃO	**937,76**		
TOTAL	**534.398.494.490,75**	**TOTAL**	**534.398.494.490,75**

Balancete Patrimonial dos Fundos e Programas Administrados

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL	**3.905.174.541,23**	**EXIGÍVEL**	**37.159.717.997,90**
- Depósito no Banco Central	**3.905.174.541,23**	**- Banco Central**	**6.443.366.410,00**
Funagri	1.366.255.234,92	Funagri	1.202.000.000,00
Proterra	1.901.193,03	Funinso	1.000.000,00
Funinso	1.644.477,66	Proasal	3.000.000,00
Proasal	(20.203,22)	Reserva Monetária	3.519.850.410,00
Reserva Monetária	314.210.250,17	Fumcap	1.000.000,00
FDPE	1.463.778.722,76	Finex	1.364.000.000,00
Fumcap	1.060.438,73	Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	352.516.000,00
Proagro	353.029.292,38	**- Fundos e Programas**	**4.562.131.570,83**
Finex	329.603,14	Funagri	4.582.058.140,63
Funcheque	177.515.881,53	Funinso	13.498,00
Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	225.438.134,13	Fumcap	59.932,00
Fundo de Garantia de Liquidez	31.516,00	**- Entidades Externas**	**21.306.489.857,30**
REALIZÁVEL	**56.981.786.857,19**	Proasal	182.444.092,42
- Adiantamentos	**543.581.045,34**	Finex	241.582.211,03
Funagri	543.581.045,34	Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	20.882.463.553,85
- Refinanciamentos	**7.879.110.582,13**	**- Outras Origens**	**264.609.090,45**
Funagri	7.878.704.591,30	Funagri	264.609.090,45
Proterra	405.990,83	**- Outras Exigibilidades**	**4.563.121.069,52**
- Repasses	**27.551.094.766,61**	Funagri	11.180.619,35
Funagri	1.983.993.436,49	Reserva Monetária	643.501,67
Funinso	28.995.590,54	Proagro	2.236.858,13
Proasal	1.375.084.946,18	Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	51.151,86
Reserva Monetária	6.053.134.626,52	Faspe	66.903.264,49
FDPE	1.342.511.414,13	Fundo de Garantia de Liquidez	4.482.105.674,02
Finex	14.125.207.306,39	**RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ENCERRADOS**	**27.228.666.154,67**
Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	2.524.080.213,16	Funagri	2.783.531.638,62
Faspe	118.087.233,20	Proterra	2.165.339,92
- Transferências Reembolsáveis para Outros Fundos	**4.578.062.400,45**	Funinso	(4.888.472,47)
Funagri	102.936.950,00	Proasal	(823.517.202,29)
Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	4.475.125.450,45	Reserva Monetária	13.693.312.155,58
- Outros	**16.829.938.662,66**	FDPE	1.258.402.978,78
Funagri	370.642.950,83	Fumcap	(1.780.611,50)
Proterra	(39,08)	Proagro	165.072.729,24
Proasal	2.579.081.816,05	Finex	9.401.175.820,04
Reserva Monetária	1.674.217.179,70	Funcheque	674.620.444,29
FDPE	17.538,30	Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	76.738.363,66
Proagro	(10,09)	Faspe	3.833.000,00
Funcheque	1.229.132.275,84	**PENDENTE**	**47.960.819.352,21**
Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	8.294.726.693,41	Funagri	7.126.192.360,76
Fundo de Garantia de Liquidez	4.482.119.711,70	Proterra	190.824,08
PENDENTE	**51.462.241.976,36**	Funinso	42.488.621,42
Funagri	3.923.457.661,23	Proasal	9.057.532.668,88
Proterra	46.023,22	Reserva Monetária	4.935.389.379,06
Funinso	7.973.578,75	FDPE	1.555.113.443,15
Proasal	4.465.300.000,00	Fumcap	5.525.731,81
Reserva Monetária	14.107.633.360,92	Proagro	3.569.525.517,66
FDPE	7.226.746,24	Finex	8.244.243.224,22
Fumcap	3.744.619,58	Funcheque	815.396.810,16
Proagro	3.383.835.822,74	Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	12.236.520.107,02
Finex	5.125.464.345,76	Faspe	47.622.678,21
Funcheque	83.369.097,08	Fundo de Garantia de Liquidez	325.059.855,78
Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos	20.028.918.709,24		
Faspe	271.703,50		
Fundo de Garantia de Liquidez	325.014.302,10		
SUBTOTAL	**112.349.203.404,78**	**SUBTOTAL**	**112.349.203.404,78**
COMPENSAÇÃO	**5.355.969.328,88**	**COMPENSAÇÃO**	**5.355.969.328,88**
TOTAL	**117.705.172.731,66**	**TOTAL**	**117.705.172.731,66**

NOTA EXPLICATIVA

O Balanço Patrimonial do Banco Central, registra globalmente no subgrupamento Outros Depósitos, as disponibilidades dos Fundos e Programas.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Presidente: Fernão Carlos Botelho Bracher
Diretores: André Pinheiro de Lara Resende, Antônio de Pádua Seixas, Carlos Eduardo de Freitas, Helio Ribeiro de Oliveira, José Tupy Caldas de Moura, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Lycio de Faria, Pérsio Arida
Chefe do Departamento de Administração Financeira: Clair Ieide Gobbo – Contador – CRC RJ 8.736 T DF – CPF 042.784.457/68

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS

POS.: JUN/86

ANEXO Nº 02 - fl.01

em milhões de cruzados

MÊS/ANO	ATIVO FINANCEIRO EXTERNO 01	ATIVO FINANCEIRO INTERNO / OPERAÇÕES: ASSISTENCIA FINANCEIRA 02	EMPRÉSTIMOS ÁREA BANCÁRIA 03	REDESCONTO 04	REFINANC. DA ÁREA BANCÁRIA 05	REFINANC. RURAL E INDUSTRIAL 06	TÍTULOS MERCADO ABERTO 07	OUTRAS OPERAÇÕES COM TÍTULOS 08	OP.COM RECURSOS VINCULADOS 09	NÃO REPAS.VAL. DEPOS.FUNDOS PROGRS 10	TOTAL DE OPERAÇÕES 11
											02+..+10
DEZ/81	1 010.00	11.00	12.00	22.00	333.00	0.00	812.00	9.00	182.00	0.00	1 381.00
DEZ/82	1 090.00	8.00	39.00	28.00	678.00	0.00	2 398.00	9.00	419.00	0.00	3 579.00
DEZ/83	4 749.66	6.97	156.91	1.49	1 342.58	26.80	13 602.41	20.16	1 569.39	0.00	16 726.71
DEZ/84	38 038.72	2.15	3 900.31	0.00	785.08	2.07	29 430.97	108.84	4 959.11	0.00	39 188.53
JAN/85	39 969.06	2.06	4 375.83	0.00	648.03	2.78	31 108.11	108.84	5 590.20	0.00	41 835.85
FEV/85	45 536.17	23.84	5 892.92	0.00	543.91	0.85	37 422.05	108.84	7 476.41	0.00	51 468.82
MAR/85	52 985.76	138.03	6 106.83	0.00	479.52	2.87	39 190.82	108.86	8 397.52	0.00	54 424.45
ABR/85	59 846.62	181.83	6 477.49	0.00	295.22	3.17	39 621.73	115.12	9 361.78	0.00	56 056.34
MAI/85	70 999.61	179.35	8 576.17	0.00	165.18	3.47	47 890.53	444.77	10 318.39	0.00	67 577.86
JUN/85	78 508.20	174.88	8 485.60	0.00	103.99	3.65	55 746.14	444.92	11 377.76	0.00	76 336.94
JUL/85	83 065.21	167.95	8 466.77	0.00	26.88	1.36	60 766.71	472.50	12 826.09	0.00	82 728.26
AGO/85	90 275.11	8 398.85	0.00	0.00	11.84	0.99	67 228.17	472.50	13 855.65	0.00	89 968.00
SET/85	104 390.14	8 354.00	0.00	0.00	6.80	0.00	76 827.90	472.50	15 642.11	0.00	101 303.31
OUT/85	112 428.23	8 403.47	0.00	0.00	0.38	0.00	79 201.89	472.50	16 673.70	0.00	104 751.94
NOV/85	118 918.27	7 288.49	0.00	0.00	0.38	0.00	91 878.60	472.40	18 091.16	0.00	117 731.03
DEZ/85	130 274.21	6 937.76	0.00	0.00	0.00	0.00	108 736.71	472.40	21 379.69	0.00	137 526.56
JAN/86	147 301.87	6 968.08	0.00	0.00	0.00	0.00	280 916.96	472.40	21 892.97	0.00	310 250.41
FEV/86	166 923.83	17 104.34	0.00	0.00	0.00	0.00	208 899.80	472.40	22 140.62	4 063.57	252 680.73
MAR/86	173 588.86	18 653.98	0.00	0.00	0.00	0.00	215 939.34	472.40	22 135.38	4 621.33	261 822.43
ABR/86	166 606.55	16 984.61	0.00	0.00	0.00	0.00	227 548.29	472.40	23 579.25	4 559.53	273 144.08
MAI/86	166 432.79	17 502.94	0.00	0.00	0.00	0.00	237 194.38	484.50	22 522.07	4 476.05	282 179.94
JUN/86	162 402.02	17 475.23	0.00	0.00	0.00	0.00	285 699.96	737.98	22 108.40	4 482.11	330 503.68
VARIAÇÃO ABSOLUTA											
NO MÊS	-4 030.77	-27.71	0.00	0.00	0.00	0.00	48 505.58	253.48	-413.67	6.06	48 323.74
NO ANO	32 127.81	10 537.47	0.00	0.00	0.00	0.00	176 963.25	265.58	728.71	4 482.11	192 977.12
12 MESES	83 893.82	17 300.35	-8 485.60	0.00	-103.99	-3.65	229 953.82	293.06	10 730.64	4 482.11	254 166.74
VARIAÇÃO %											
NO MÊS	-2.4	-0.2	-	-	-	-	20.4	52.3	-1.8	0.1	17.1
NO ANO	24.7	151.9	-	-	-	-	162.7	56.2	3.4	-	140.3
12 MESES	106.9	9892.7	-100.0	-	-100.0	-100.0	412.5	65.9	94.3	-	333.0

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS

POS.: JUN/86

ANEXO Nº 02 - fl.02

em milhões de cruzados

	ATIVO FINANCEIRO INTERNO								
	CRÉDITOS ESPECIAIS		OUTROS CRÉDITOS						
MÊS/ANO	B.B.-CONTA DE MOVIMENTO (12)	TOTAL CRÉDITOS ESPECIAIS (13)	INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA (14)	B.B.-CONTA DE SUPRIM. ESPECIAIS (15)	CRÉDITOS A RECEBER (16)	ADIANTAM. A FUNDOS E PROGRAMAS (17)	DEVEDORES IP/COMPROM. IMOBILIAR. (18)	TÍTULOS A RECEBER (19)	TOTAL OUTROS CRÉDITOS (20)
		12							14+..+17
DEZ/81	1 161.00	1 161.00	0.00	1.00	8.00	373.00	2	9.00	393.00
DEZ/82	2 051.00	2 051.00	0.00	1.00	7.00	652.00	3.00	16.00	679.00
DEZ/83	3 203.81	3 203.81	0.20	1 023.97	41.99	1 662.43	4.60	57.62	2 790.81
DEZ/84	7 919.68	7 919.68	0.20	9 314.33	38.25	4 506.53	9.16	53.86	13 922.33
JAN/85	10 433.04	10 433.04	0.20	9 140.38	38.25	5 607.50	9.16	53.14	14 848.63
FEV/85	5 499.92	5 499.92	0.20	10 608.27	38.20	6 547.35	9.27	54.62	17 257.91
MAR/85	10 247.68	10 247.68	0.20	11 523.01	40.23	6 283.74	9.36	59.05	17 915.59
ABR/85	10 590.21	10 590.21	0.20	13 454.53	38.20	8 337.65	9.46	59.83	21 899.87
MAI/85	10 051.05	10 051.05	0.20	15 697.29	37.36	9 762.49	9.48	57.68	25 564.50
JUN/85	12 201.18	12 201.18	0.21	16 760.37	36.98	10 719.12	9.54	56.80	27 583.02
JUL/85	15 481.93	15 481.93	0.21	29 595.65	36.57	11 154.66	9.74	55.55	40 852.38
AGO/85	17 741.91	17 741.91	0.21	34 001.21	36.57	11 356.83	9.75	55.16	45 459.73
SET/85	19 494.99	19 494.99	0.21	39 499.50	36.57	11 644.96	9.80	54.65	51 245.69
OUT/85	24 603.88	24 603.88	0.22	47 932.24	36.58	11 667.90	24.12	53.62	59 714.68
NOV/85	41 141.64	41 141.64	0.23	56 971.54	3 018.59	12 679.45	24.05	51.28	72 745.14
DEZ/85	33 297.40	33 297.40	0.51	70 754.32	3 058.08	8 530.69	23.76	61.10	82 428.46
JAN/86	26 288.66	26 288.66	0.69	84 542.11	2 910.67	10 327.16	23.85	59.88	97 864.36
FEV/86	66 208.10	66 208.10	0.69	79 896.77	3 037.78	10 595.23	24.34	58.99	93 613.80
MAR/86	66 208.10	66 208.10	0.69	89 743.65	3 037.78	10 948.06	23.26	58.34	103 811.78
ABR/86	66 208.10	66 208.10	0.69	99 850.04	3 019.99	11 605.06	24.19	56.88	114 556.85
MAI/86	66 208.10	66 208.10	0.73	110 248.67	3 019.99	4 943.11	23.32	54.53	118 290.35
JUN/86	66 208.10	66 208.10	0.73	121 132.13	3 019.99	6 443.37	23.08	45.86	130 665.16
VARIAÇÃO ABSOLUTA									
NO MÊS	0.00	0.00	0.00	10 883.46	0.00	1 500.26	-0.24	-8.67	12 374.81
NO ANO	32 910.70	32 910.70	0.22	50 377.81	-38.09	-2 087.32	-0.68	-15.24	48 236.70
12 MESES	54 006.92	54 006.92	0.52	104 371.76	2 983.01	-4 275.75	13.54	-10.94	103 082.14
VARIAÇÃO %									
NO MÊS	0.0	0.0	0.0	9.9	0.0	30.4	-1.0	-15.9	10.5
NO ANO	98.8	98.8	43.1	71.2	-1.2	-24.5	-2.9	-24.9	58.5
12 MESES	442.6	442.6	247.6	622.7	8066.5	-39.9	141.9	-19.3	373.7

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS

POS.: JUN/86

ANEXO Nº 02 - fl.03

em milhões de cruzados

MÊS/ANO	ATIVO FINANCEIRO INTERNO										TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO INTERNO
	TOTAL DE OPERAÇÕES	TOTAL CRÉDITOS ESPECIAIS	TOTAL OUTROS CRÉDITOS	OUTRAS CONTAS						VALORES E BENS	
				TIT.FED. VINC.DEP. COMPULSóR.	REAJUSTE OBRIGAÇÕES A CLASSIF.	DÉBITOS DE OPERAÇ. A CLASSIF.	TN-ENCARG. DECOR.TIT. E OBR.M.E.	DEMAIS CONTAS	TOTAL OUTRAS CONTAS		
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	21+22+23 +29+30
	21=10	22=13	23=20						24+..+28		
DEZ/81	1 381.00	1 161.00	393.00	66.00	-130.00	0.00	63.00	182.00	181.00	1.00	3 117.00
DEZ/82	3 579.00	2 051.00	679.00	192.00	174.00	0.00	286.00	70.00	722.00	1.00	7 032.00
DEZ/83	16 726.71	3 203.81	2 790.81	285.94	3 558.81	0.07	1 683.69	1 635.34	7 163.85	1.44	29 886.62
DEZ/84	39 188.53	7 919.68	13 922.33	7 195.99	19 173.39	3 634.10	6 131.05	2 692.04	38 826.57	1.53	99 858.64
JAN/85	41 835.85	10 433.04	14 848.63	8 379.90	16 512.92	8 822.84	6 897.37	2 214.90	42 827.93	1.53	109 946.98
FEV/85	51 468.82	5 499.92	17 257.91	9 662.21	18 004.63	9 570.12	7 532.44	2 743.70	47 513.10	1.53	121 741.28
MAR/85	54 424.45	10 247.68	17 915.59	10 863.80	19 233.69	10 432.12	8 605.62	3 191.80	52 327.03	1.23	134 915.98
ABR/85	56 056.34	10 590.21	21 899.87	12 154.93	21 017.46	11 620.89	9 664.88	3 653.59	58 111.75	1.23	146 659.40
MAI/85	67 577.86	10 051.05	25 564.50	13 090.83	28 468.55	28 102.67	10 646.28	4 348.74	84 657.07	1.53	187 852.01
JUN/85	76 336.94	12 201.18	27 583.02	14 029.85	31 341.08	28 675.30	11 676.11	5 685.15	91 407.49	1.53	207 530.16
JUL/85	82 728.26	15 481.93	40 852.38	14 075.57	33 575.24	30 347.75	12 876.20	6 475.40	97 350.16	1.94	236 414.67
AGO/85	89 968.00	17 741.91	45 459.73	12 443.09	35 584.52	31 096.36	13 955.00	7 251.39	100 330.36	1.94	253 501.94
SET/85	101 303.31	19 494.99	51 245.69	10 899.10	39 887.93	32 007.58	16 052.13	7 760.85	106 607.59	1.95	278 653.53
OUT/85	104 751.94	24 603.88	59 714.68	11 421.55	43 745.02	32 958.92	17 758.98	8 940.86	114 825.33	1.95	303 897.78
NOV/85	117 731.03	41 141.64	72 745.14	12 650.86	48 983.33	34 219.65	19 630.37	8 208.97	123 693.18	1.95	355 312.94
DEZ/85	137 526.56	33 297.40	82 428.46	13 092.71	56 936.17	23 080.98	20 541.13	8 954.63	122 605.62	1.95	375 859.99
JAN/86	310 250.41	26 288.66	97 864.36	715.05	70 011.69	26 458.50	24 209.43	10 340.50	131 735.17	1.95	566 140.55
FEV/86	252 680.73	66 208.10	93 613.80	733.57	85 707.64	26 249.22	28 235.69	17 223.56	158 149.68	1.95	570 654.26
MAR/86	261 822.43	66 208.10	103 811.78	3 820.81	82 934.31	32 538.88	28 052.07	13 708.88	161 054.95	1.95	592 899.21
ABR/86	273 144.08	66 208.10	114 556.85	6 164.91	83 518.08	33 832.93	29 002.54	9 670.07	162 188.53	1.95	616 099.51
MAI/86	282 179.94	66 208.10	118 290.35	7 521.65	93 488.64	82 257.79	33 326.64	5 005.63	221 600.35	2.34	688 281.08
JUN/86	330 503.68	66 208.10	130 665.16	8 408.01	97 528.12	83 640.62	31 719.34	7 142.76	228 438.85	7.09	755 822.88
VARIAÇÃO ABSOLUTA											
NO MÊS	48 323.74	0.00	12 374.81	886.36	4 039.48	1 382.83	-1 607.30	2 137.13	6 838.50	4.75	67 541.80
NO ANO	192 977.12	32 910.70	48 236.70	-4 684.70	40 591.95	60 559.64	11 178.21	-1 811.87	105 833.23	5.14	379 962.89
12 MESES	254 166.74	54 006.92	103 082.14	-5 621.84	66 187.04	54 965.32	20 043.23	1 457.61	137 031.36	5.56	548 292.72
VARIAÇÃO %											
NO MÊS	17.1	0.0	10.5	11.8	4.3	1.7	-4.8	42.7	3.1	203.0	9.8
NO ANO	140.3	98.8	58.5	-35.8	71.3	262.4	54.4	-20.2	86.3	263.6	101.1
12 MESES	333.0	442.6	373.7	-40.1	211.2	191.7	171.7	25.6	149.9	363.4	264.2

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS

POS.: JUN/86

ANEXO Nº 02 - Fl.04

em milhões de cruzados

MÊS/ANO	ATIVO FINANCEIRO			ATIVO PERMANENTE			ATIVO PENDENTE				TOTAL DO ATIVO
	FINANCEIRO EXTERNO	FINANCEIRO INTERNO	TOTAL ATIVO FINANCEIRO	COTAS DE CAPITAL DE ORG.FINANCEIROS INTERNACION.	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	TOTAL DO PERMANENTE	CONTAS DE RESULTADO DO EXERC.	CORREÇÃO CAMBIAL DOS DRME	DEMAIS CONTAS	TOTAL DO PENDENTE	
	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42
	32=01	33=31	32+33			29+30				38+..+40	34+37+41
DEZ/81	1 010.00	3 117.00	4 127.00	156.00	10.00	166.00	0.00	928.00	1.00	929.00	5 222.00
DEZ/82	1 090.00	7 032.00	8 122.00	323.00	13.00	336.00	0.00	2 318.00	1.00	2 319.00	10 777.00
DEZ/83	4 749.66	29 886.62	34 636.28	1 602.75	19.90	1 622.65	0.00	10 072.85	0.94	10 073.79	46 332.72
DEZ/84	38 038.72	99 858.64	137 897.36	5 779.29	45.61	5 824.90	0.00	35 362.22	969.79	36 332.01	180 054.27
JAN/85	39 969.06	109 946.98	149 916.04	6 435.14	47.22	6 482.36	756.79	38 454.10	1 551.22	40 762.11	197 160.51
FEV/85	45 536.17	121 741.28	167 277.45	7 021.41	48.31	7 069.72	1 333.68	43 028.76	2 113.04	46 475.48	220 822.65
MAR/85	52 985.76	134 915.98	187 901.74	8 053.19	50.48	8 103.67	1 912.24	48 556.66	2 275.18	52 744.08	248 749.49
ABR/85	59 846.62	146 659.40	206 506.02	9 017.83	53.73	9 071.56	2 627.08	54 413.68	2 348.82	59 389.58	274 967.16
MAI/85	70 999.61	187 852.01	258 851.62	9 971.24	56.22	10 027.46	3 518.92	59 829.16	2 476.77	65 824.85	334 703.93
JUN/85	78 508.20	207 530.16	286 038.36	10 935.68	58.24	10 993.92	0.00	65 349.20	2 617.00	67 966.20	364 998.48
JUL/85	83 065.21	236 414.67	319 479.88	12 036.77	62.16	12 098.93	900.52	70 643.58	2 780.53	74 324.63	405 903.44
AGO/85	90 275.11	253 501.94	343 777.05	13 048.98	64.75	13 113.73	1 874.57	76 126.59	2 892.64	80 893.80	437 784.58
SET/85	104 390.14	278 653.53	383 043.67	14 781.31	67.76	14 849.07	2 891.57	85 259.13	3 084.52	91 235.22	489 127.96
OUT/85	112 428.23	303 897.78	416 326.01	16 279.87	73.08	16 352.95	4 276.07	92 983.38	3 292.37	100 551.82	533 230.78
NOV/85	118 918.27	355 312.94	474 231.21	17 951.37	80.21	18 031.58	5 757.85	101 105.22	3 382.29	110 245.36	602 508.15
DEZ/85	130 274.21	375 859.99	506 134.20	20 188.63	116.28	20 304.91	0.00	71 607.60	3 554.45	75 162.05	601 601.16
JAN/86	147 301.87	566 140.55	713 442.42	23 880.52	118.67	23 999.19	1 441.48	87 423.69	3 739.32	92 604.49	830 046.10
FEV/86	166 923.83	570 654.26	737 578.09	27 966.41	126.87	28 093.28	2 971.29	104 022.85	4 039.38	111 033.52	876 704.89
MAR/86	173 588.86	592 899.21	766 488.07	27 529.32	131.71	27 661.03	4 416.02	104 488.18	4 231.18	113 135.38	907 284.48
ABR/86	166 606.55	616 099.51	782 706.06	28 259.88	136.40	28 396.28	6 136.16	105 664.21	4 737.96	116 538.33	927 640.67
MAI/86	166 432.79	688 281.08	854 713.87	27 863.69	138.84	28 002.53	8 239.58	105 189.20	5 027.57	118 456.35	1 001 172.75
JUN/86	162 402.02	755 822.88	918 224.90	28 142.70	141.10	28 283.80	0.00	42 322.13	5 238.51	47 560.64	994 069.34
VARIAÇÃO ABSOLUTA											
NO MÊS	-4 030.77	67 541.80	63 511.03	279.01	2.26	281.27	-8 239.58	-62 867.07	210.94	-70 895.71	-7 103.41
NO ANO	32 127.81	379 962.89	412 090.70	7 954.07	24.82	7 978.89	0.00	-29 285.47	1 684.06	-27 601.41	392 468.18
12 MESES	83 893.82	548 292.72	632 186.54	17 207.02	82.86	17 289.88	0.00	-23 027.07	2 621.51	-20 405.56	629 070.86
VARIAÇÃO %											
NO MÊS	-2.4	9.8	7.4	1.0	1.6	1.0	-100.0	-59.8	4.2	-59.8	-0.7
NO ANO	24.7	101.1	81.4	39.4	21.3	39.3	-	-40.9	47.4	-36.7	65.2
12 MESES	106.9	264.2	221.0	157.3	142.3	157.3	-	-35.2	100.2	-30.0	172.3

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN — ANEXO Nº 02 - fl.05
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL — POS.: JUN/86
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS — em milhões de cruzados

	PASSIVO FINANCEIRO EXTERNO				
MÊS/ANO	OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	DEPÓSITOS EM CRUZEIROS DE ORGAN. INTERNAC.	RECURSOS VINCULADOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	OUTRAS CONTAS	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO EXTERNO
	43	44	45	46	47
					43+..+46
DEZ/81	260.00	141.00	1.00	0.00	402.00
DEZ/82	1 151.00	455.00	1.00	57.00	1 664.00
DEZ/83	8 795.95	2 532.51	187.62	1.76	11 517.84
DEZ/84	43 327.49	10 592.61	1 914.02	0.00	55 834.12
JAN/85	49 557.11	10 783.09	2 256.91	0.00	62 597.11
FEV/85	56 396.74	10 864.94	2 487.57	0.00	69 749.25
MAR/85	64 079.97	10 979.98	2 919.16	0.00	77 979.11
ABR/85	73 471.58	10 966.24	3 269.49	0.16	87 707.47
MAI/85	84 726.22	30 345.27	3 752.83	0.00	118 824.32
JUN/85	91 637.56	31 510.18	4 102.27	0.00	127 250.01
JUL/85	99 473.41	31 534.15	4 444.30	0.00	135 451.86
AGO/85	105 805.38	31 630.85	4 812.99	0.00	142 249.22
SET/85	124 588.90	31 814.58	5 416.10	0.00	161 819.58
OUT/85	142 002.40	31 832.48	5 936.97	0.00	179 771.85
NOV/85	156 435.49	31 962.23	6 508.37	2.11	194 908.20
DEZ/85	184 074.70	33 561.00	7 306.71	0.13	224 942.54
JAN/86	220 948.81	34 196.17	8 488.85	0.15	263 633.98
FEV/86	254 921.07	34 563.82	9 728.06	0.17	299 213.12
MAR/86	267 909.06	33 585.83	9 704.17	0.00	311 199.06
ABR/86	275 030.13	34 208.66	9 769.42	0.00	319 008.21
MAI/86	289 869.13	97 353.92	9 732.87	0.00	396 955.92
JUN/86	312 565.86	96 263.75	9 775.42	0.00	418 605.03
VARIAÇÃO ABSOLUTA					
NO MÊS	22 696.73	-1 090.17	42.55	0.00	21 649.11
NO ANO	128 491.16	62 702.75	2 468.71	-0.13	193 662.49
12 MESES	220 928.30	64 753.57	5 673.15	0.00	291 355.02
VARIAÇÃO %					
NO MÊS	7.8	-1.1	0.4	-	5.5
NO ANO	69.8	186.8	33.8	-100.0	86.1
12 MESES	241.1	205.5	138.3	-	229.0

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS

POS.: JUN/86

ANEXO Nº 02 - fl.06

em milhões de cruzados

	PASSIVO FINANCEIRO INTERNO										
	DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						OUTROS DEPÓSITOS				
MÊS/ANO	RESERVAS BANCÁRIAS EM ESPÉCIE 48	RESERVAS BANCÁRIAS EM TÍTULOS 49	RESERVA ESP.REC. GOV.FED. 50	DEP.CONST. E AUMENTO DE CAPITAL 51	ENCAIXE OBRIG.INST. SBPE 52	TOTAL DEP.INSTIT FINANCEIRA 53	DEPÓSITOS FUNDOS E PROGRAMAS 54	DEP.REGISTRADOS EM M.ESTRANG. 55	DEP.ORIG. OP.CREDITO DA UNIÃO 56	DIVERSOS 57	TOTAL OUTROS DEPÓSITOS 58
						48+..+53					54+..+57
DEZ/81	369.00	29.00	0.00	2.00	0.00	400.00	120.00	1 572.00	950.00	56.00	2 698.00
DEZ/82	827.00	108.00	0.00	1.00	0.00	936.00	215.00	2 446.00	1 317.00	295.00	4 273.00
DEZ/83	1 659.60	149.13	0.00	8.70	0.00	1 817.43	1 500.32	11 447.30	1 992.65	420.68	15 360.95
DEZ/84	4 780.10	7 195.99	0.00	67.23	0.00	12 043.32	5 668.12	35 638.57	1 385.93	1 051.81	43 744.43
JAN/85	6 177.28	8 379.90	0.00	73.69	0.00	14 630.87	6 456.07	35 151.05	2 020.80	899.73	44 527.65
FEV/85	6 528.08	9 662.21	0.00	41.82	0.00	16 232.11	6 554.58	40 167.67	3 306.10	829.94	50 858.29
MAR/85	6 100.80	10 863.80	0.00	27.01	0.00	16 991.61	7 387.64	48 751.18	3 333.72	764.49	60 237.03
ABR/85	5 658.68	12 147.97	0.00	14.69	0.00	17 821.34	7 152.10	52 892.66	2 783.33	826.73	63 654.82
MAI/85	6 131.39	13 090.83	0.00	29.13	0.00	19 251.35	7 379.83	58 676.96	7 569.78	802.73	74 429.30
JUN/85	5 766.65	14 029.85	0.00	34.84	0.00	19 831.34	8 280.40	65 619.28	14 101.20	683.42	88 684.30
JUL/85	6 243.34	14 075.57	0.00	6.54	0.00	20 325.45	19 034.03	66 587.76	20 246.00	702.47	106 570.26
AGO/85	7 022.56	12 443.09	0.00	171.34	0.00	19 636.99	20 982.56	72 197.73	24 188.88	618.63	117 987.80
SET/85	8 376.68	10 899.10	0.00	127.65	0.00	19 403.43	24 083.90	82 728.24	23 546.02	622.30	130 980.46
OUT/85	10 955.73	11 421.55	0.00	209.30	0.00	22 586.58	28 701.38	85 054.18	25 835.37	785.98	140 376.91
NOV/85	21 921.81	12 650.86	0.00	52.23	0.00	34 624.90	33 997.05	91 867.20	33 605.02	664.56	160 133.83
DEZ/85	15 556.65	13 092.71	0.00	209.62	0.00	28 858.98	15 276.78	98 791.25	34 798.61	2 081.69	150 948.33
JAN/86	19 044.24	712.85	0.00	245.96	0.00	20 003.05	22 648.26	112 522.04	179 936.02	3 215.85	318 322.17
FEV/86	23 828.94	733.57	37 968.96	4 551.19	4 063.57	71 146.23	16 714.41	128 291.04	69 385.41	3 194.93	217 585.79
MAR/86	32 624.01	3 820.81	25 540.74	4 556.39	4 621.33	71 163.28	17 371.00	123 098.26	69 448.26	1 400.60	211 318.12
ABR/86	54 345.16	6 164.91	14 672.75	526.54	4 559.53	80 268.89	16 942.48	113 564.07	71 167.74	588.07	202 262.36
MAI/86	62 229.11	7 521.65	11 615.65	286.11	4 476.05	86 128.57	3 915.26	107 782.65	77 783.32	52.07	189 533.30
JUN/86	67 273.57	8 408.01	14 803.38	216.57	4 482.10	95 183.63	3 905.17	102 775.29	75 049.64	34.51	181 764.61
VARIAÇÃO ABSOLUTA											
NO MÊS	5 044.46	886.36	3 187.73	-69.54	6.05	9 055.06	-10.09	-5 007.36	-2 733.68	-17.56	-7 768.69
NO ANO	51 716.92	-4 684.70	14 803.38	6.95	4 482.10	66 324.65	-11 371.61	3 984.04	40 251.03	-2 047.18	30 816.28
12 MESES	61 506.92	-5 621.84	14 803.38	181.73	4 482.10	75 352.29	-4 375.23	37 156.01	60 948.44	-648.91	93 080.31
VARIAÇÃO %											
NO MÊS	8.1	11.8	27.4	-24.3	0.1	10.5	-0.3	-4.6	-3.5	-33.7	-4.1
NO ANO	332.4	-35.8	-	3.3	-	229.8	-74.4	4.0	115.7	-98.3	20.4
12 MESES	1066.6	-40.1	-	521.6	-	380.0	-52.8	56.6	432.2	-95.0	105.0

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN — ANEXO Nº 02 - fl.07
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL — POS.: JUN/86
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS — em milhões de cruzados

MÊS/ANO	PASSIVO FINANCEIRO INTERNO						
		OUTRAS EXIGIBILIDADES					
	TÍTULOS DE RESPONSAB. PRÓPRIA 59	RESTOS A PAGAR 60	RECOLHIM. RESTITUÍVEIS 61	TN-CONTRAV TIT.CIRC.E OBRIG.M.E. 62	DESP.ORÇ. EXERCÍCIO A PAGAR 63	DIVERSAS 64	TOTAL DE OUTRAS EXIGIBIL. 65
							59+..+64
DEZ/81	0.00	0.00	34.00	332.00	0.00	0.00	366.00
DEZ/82	0.00	0.00	7.00	605.00	0.00	0.00	612.00
DEZ/83	0.00	0.53	4.42	2 184.92	0.00	0.01	2 189.88
DEZ/84	0.00	10.70	96.36	6 443.95	0.00	1 510.53	8 061.54
JAN/85	0.00	3.77	111.07	6 987.80	0.28	2 259.37	9 362.29
FEV/85	0.00	3.26	109.24	7 578.20	0.62	2 976.26	10 667.58
MAR/85	0.00	0.17	92.32	8 651.38	1.20	3 520.50	12 265.57
ABR/85	0.00	0.13	100.11	9 710.64	1.81	4 167.60	13 980.29
MAI/85	0.00	0.09	94.39	10 685.36	1.66	4 794.60	15 576.10
JUN/85	0.00	0.01	94.58	11 714.71	1.86	5 299.20	17 110.36
JUL/85	0.00	0.00	101.86	12 840.43	1.04	5 843.69	18 787.02
AGO/85	0.00	0.00	98.98	13 919.22	2.11	6 564.42	20 584.73
SET/85	0.00	0.00	98.46	15 972.99	2.64	7 577.47	23 651.56
OUT/85	0.00	0.00	147.17	17 499.19	2.45	8 404.81	26 053.62
NOV/85	0.00	0.00	180.43	19 198.37	2.24	9 287.09	28 668.13
DEZ/85	0.00	7.11	368.21	20 612.05	0.00	9 405.71	30 393.08
JAN/86	0.00	4.60	391.21	24 280.34	0.00	12 683.76	37 359.91
FEV/86	0.00	2.15	356.12	28 306.29	2.03	14 995.43	43 662.02
MAR/86	0.00	1.75	400.26	28 122.66	2.32	15 178.25	43 705.24
ABR/86	0.00	1.27	357.34	29 073.13	2.58	15 564.67	44 998.99
MAI/86	0.00	1.06	324.70	29 040.70	3.32	15 771.24	45 141.02
JUN/86	32 985.28	0.43	492.77	27 428.54	3.50	15 866.90	76 777.42
VARIAÇÃO ABSOLUTA							
NO MÊS	32 985.28	-0.63	168.07	-1 612.16	0.18	95.66	31 636.40
NO ANO	32 985.28	-6.68	124.56	6 816.49	3.50	6 461.19	46 384.34
12 MESES	32 985.28	0.42	398.19	15 713.83	1.64	10 567.70	59 667.06
VARIAÇÃO %							
NO MÊS	-	-59.4	51.8	-5.6	5.4	0.6	70.1
NO ANO	-	-94.0	33.8	33.1	-	68.7	152.6
12 MESES	-	4200.0	421.0	134.1	88.2	199.4	348.7

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS

POS.: JUN/86

ANEXO Nº 02 - fl.08

em milhões de cruzados

MÊS/ANO	PASSIVO FINANCEIRO INTERNO										TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO
	PASSIVO FINANCEIRO EXTERNO	TOTAL DOS DEP.INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	TOTAL OUTROS DEPÓSITOS	TOTAL OUTRAS EXIGIBILIDADES	OUTRAS CONTAS REAJUSTE HAVERES A CLAS.	OUTRAS CONTAS CRÉDITOS OPERAÇÕES A CLAS.	OUTRAS CONTAS OUTRAS OBR REGISTR.EM MOEDA ESTR	OUTRAS CONTAS DEMAIS CONTAS	OUTRAS CONTAS TOTAL OUTRAS CONTAS	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO INTERNO 75	
	66	67	68	69	70	71	72	73	74	67+68+69+74	66+75
	66=47	67=53	68=57	69=65					70+..+73		
DEZ/81	402.00	400.00	2 698.00	366.00	108.00	6.00	3.00	274.00	391.00	3 855.00	4 257.00
DEZ/82	1 664.00	936.00	4 273.00	612.00	378.00	13.00	249.00	185.00	825.00	6 646.00	8 310.00
DEZ/83	11 517.84	1 817.43	15 360.95	2 189.88	1 502.74	26.05	2 456.96	99.42	4 085.17	23 453.43	34 971.27
DEZ/84	55 834.12	12 043.32	43 744.43	8 061.54	5 376.10	3 556.33	3 851.60	3 819.04	16 603.07	80 452.36	136 286.48
JAN/85	62 597.11	14 630.87	44 527.65	9 362.29	5 938.39	3 616.03	3 723.67	4 647.60	17 925.69	86 446.50	149 043.61
FEV/85	69 749.25	16 232.11	50 858.29	10 667.58	6 524.66	3 499.32	3 966.06	5 149.76	19 139.80	96 897.78	166 647.03
MAR/85	77 979.11	16 991.61	60 237.03	12 265.57	7 556.44	3 560.37	4 259.60	5 560.01	20 936.42	110 430.63	188 409.74
ABR/85	87 707.47	17 821.34	63 654.82	13 980.29	8 521.09	3 852.43	4 953.49	6 331.05	23 658.06	119 114.51	206 821.98
MAI/85	118 824.32	19 251.35	74 429.30	15 576.10	9 474.49	3 973.90	5 428.88	7 061.15	25 938.42	135 195.17	254 019.49
JUN/85	127 250.01	19 831.34	88 684.30	17 110.36	10 410.05	4 259.50	5 847.72	6 848.59	27 365.86	152 991.86	280 241.87
JUL/85	135 451.86	20 325.45	106 570.26	18 787.02	11 504.76	4 254.26	6 173.50	7 090.16	29 022.68	174 705.41	310 157.27
AGO/85	142 249.22	19 636.99	117 987.80	20 584.73	12 516.94	4 455.58	6 503.04	7 339.95	30 815.51	189 025.03	331 274.25
SET/85	161 819.58	19 403.43	130 980.46	23 651.56	14 249.62	4 693.08	7 354.38	7 565.91	33 862.99	207 898.44	369 718.02
OUT/85	179 771.85	22 586.58	140 376.91	26 053.62	15 741.12	4 683.38	8 258.77	5 724.56	34 407.83	223 424.94	403 196.79
NOV/85	194 908.20	34 624.90	160 133.83	28 668.13	17 407.45	5 347.72	8 900.66	5 756.74	37 412.57	260 839.43	455 747.63
DEZ/85	224 942.54	28 858.98	150 948.33	30 393.08	19 644.70	5 525.87	10 388.68	5 734.31	41 293.56	251 493.95	476 436.49
JAN/86	263 633.98	20 003.05	318 322.17	37 359.91	22 979.41	5 609.20	11 572.11	5 753.61	45 914.33	421 599.46	685 233.44
FEV/86	299 213.12	71 146.23	217 585.79	43 662.02	27 065.30	5 128.10	13 735.16	7 091.28	53 019.84	385 413.88	684 627.00
MAR/86	311 199.06	71 163.28	211 318.12	43 705.24	26 628.21	5 918.29	13 078.12	6 116.07	51 740.69	377 927.33	689 126.39
ABR/86	319 008.21	80 268.89	202 262.36	44 998.99	27 358.77	5 295.56	13 406.74	6 170.49	52 231.56	379 761.80	698 770.01
MAI/86	396 955.92	86 128.57	189 533.30	45 141.02	26 962.58	2 074.71	6 140.67	6 322.45	41 500.41	362 303.30	759 259.22
JUN/86	418 605.03	95 183.63	181 764.61	76 777.42	27 233.96	1 999.04	6 839.48	8 616.28	44 688.76	398 414.42	817 019.45
VARIAÇÃO ABSOLUTA											
NO MÊS	21 649.11	9 055.06	-7 768.69	31 636.40	271.38	-75.67	698.81	2 293.83	3 188.35	36 111.12	57 760.23
NO ANO	193 662.49	66 324.65	30 816.28	46 384.34	7 589.26	-3 526.83	-3 549.20	2 881.97	3 395.20	146 920.47	340 582.96
12 MESES	291 355.02	75 352.29	93 080.31	59 667.06	16 823.91	-2 260.46	991.76	1 767.69	17 322.90	245 422.56	536 777.58
VARIAÇÃO %											
NO MÊS	5.5	10.5	-4.1	70.1	1.0	-3.6	11.4	36.3	7.7	10.0	7.6
NO ANO	86.1	229.8	20.4	152.6	38.6	-63.8	-34.2	50.3	8.2	58.4	71.5
12 MESES	229.0	380.0	105.0	348.7	161.6	-53.1	17.0	25.8	63.3	160.4	191.5

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN
BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS

POS.: JUN/86

ANEXO Nº 02 - fl.09

em milhões de cruzados

MÊS/ANO	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO 77	PASSIVO PERMANENTE: MEIO CIRCULANTE 78	PASSIVO PERMANENTE: PATRIMÔNIO RESERVAS E PROVISÕES 79	PASSIVO PERMANENTE: TOTAL DO PERMANENTE 80	PASSIVO PENDENTE: CONTAS DE RESULTADO DO EXERC. 81	PASSIVO PENDENTE: RENDAS EM SUSPENSO DE OPERAÇ. ATIVAS 82	PASSIVO PENDENTE: DEMAIS CONTAS 83	PASSIVO PENDENTE: TOTAL DO PENDENTE 84	TOTAL DO PASSIVO 85
	77=76			78+79				81+82+83	77+80+84
DEZ/81	4 257.00	577.00	207.00	784.00	0.00	179.00	2.00	181.00	5 222.00
DEZ/82	8 310.00	1 112.00	865.00	1 977.00	0.00	486.00	4.00	490.00	10 777.00
DEZ/83	34 971.27	2 045.93	7 430.13	9 476.06	0.00	1 872.48	12.91	1 885.39	46 332.72
DEZ/84	136 286.48	7 151.03	31 183.20	38 334.23	0.00	5 401.35	32.21	5 433.56	180 054.27
JAN/85	149 043.61	6 481.54	31 183.21	37 664.75	4 311.30	6 094.30	46.55	10 452.15	197 160.51
FEV/85	166 647.03	7 151.78	31 183.32	38 335.10	7 777.59	8 016.83	46.10	15 840.52	220 822.65
MAR/85	188 409.74	7 452.06	31 183.33	38 635.39	12 602.66	9 052.25	49.45	21 704.36	248 749.49
ABR/85	206 821.98	7 900.90	31 183.38	39 084.28	18 867.63	10 143.65	49.62	29 060.90	274 967.16
MAI/85	254 019.49	8 901.36	31 183.54	40 084.90	28 730.80	11 814.91	53.83	40 599.54	334 703.93
JUN/85	280 241.87	10 429.85	61 277.01	71 706.86	0.00	12 990.45	59.30	13 049.75	364 998.48
JUL/85	310 157.27	11 630.38	61 277.09	72 907.47	8 095.52	14 682.69	60.49	22 838.70	405 903.44
AGO/85	331 274.25	13 381.02	61 278.03	74 659.05	15 752.15	15 937.35	161.78	31 851.28	437 784.58
SET/85	369 718.02	15 160.52	61 278.49	76 439.01	24 990.31	17 917.52	63.10	42 970.93	489 127.96
OUT/85	403 196.79	15 811.21	61 278.53	77 089.74	33 329.76	19 540.75	73.74	52 944.25	533 230.78
NOV/85	455 747.63	20 310.03	61 279.20	81 589.23	42 884.95	22 187.37	98.97	65 171.29	602 508.15
DEZ/85	476 436.49	28 110.86	71 351.34	99 462.20	0.00	25 679.04	23.43	25 702.47	601 601.16
JAN/86	685 233.44	26 611.52	71 351.61	97 963.13	17 618.17	26 735.69	2 495.67	46 849.53	830 046.10
FEV/86	684 627.00	29 211.52	71 352.69	100 564.21	53 386.46	37 422.09	705.13	91 513.68	876 704.89
MAR/86	689 126.39	37 291.49	71 352.75	108 644.24	70 683.36	37 356.83	1 473.66	109 513.85	907 284.48
ABR/86	698 770.01	43 651.47	71 352.72	115 004.19	74 009.59	37 209.86	2 647.02	113 866.47	927 640.67
MAI/86	759 259.22	48 501.47	71 354.74	119 856.21	85 595.51	36 337.53	124.28	122 057.32	1 001 172.75
JUN/86	817 019.45	53 251.47	87 455.93	140 707.40	0.00	36 130.40	212.09	36 342.49	994 069.34
VARIAÇÃO ABSOLUTA									
NO MÊS	57 760.23	4 750.00	16 101.19	20 851.19	-85 595.51	-207.13	87.81	-85 714.83	-7 103.41
NO ANO	340 582.96	25 140.61	16 104.59	41 245.20	0.00	10 451.36	188.66	10 640.02	392 468.18
12 MESES	536 777.58	42 821.62	26 178.92	69 000.54	0.00	23 139.95	152.79	23 292.74	629 070.86
VARIAÇÃO %									
NO MÊS	7.6	9.8	22.6	17.4	-100.0	-0.6	70.7	-70.2	-0.7
NO ANO	71.5	89.4	22.6	41.5	-	40.7	805.2	41.4	65.2
12 MESES	191.5	410.6	42.7	96.2	-	178.1	257.7	178.5	172.3

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL-DEAFI-DIPAN — ANEXO Nº 02 - fl.10

BALANCETE/BALANÇO DO BANCO CENTRAL — POS.: JUN/86

PRINCIPAIS ITENS SUJEITOS A CORREÇÃO CAMBIAL — em milhões de dolares

	ATIVO	PASSIVO									
		QUOTAS DE	FINANCEIRO EXTERNO						FINANCEIRO INTERNO		
MÊS/ANO	FINANCEIRO EXTERNO	CAPITAL DE ORG.FINANCEIROS INTERNACION.	OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANG.	DEPOS. Cz$ DE ORG.FINANC.INTER	RECURSOS VINCULADOS EM M.ESTR.	OUTRAS CONTAS EM MOEDAS ESTRANG.	TOTAL FINANCEIRO EXTERNO	DEP.REGISTRADOS ESTR.	ITN-TITULOS EMITIDOS MOEDAS ESTR.	OUTRAS OBRIG.REG. EM M.ESTR.	TOTAL FINANCEIRO INTERNO
	86	87	88	89 (*)	90	91	92	93	94	95	96
							88+..+91				93+94+95
DEZ/81	7 934.00	1 228.00	2 042.00	1 405.00	6.00	0.00	3 453.00	12 345.00	2 607.00	25.00	14 977.00
DEZ/82	4 327.00	1 282.00	4 570.00	1 992.00	6.00	226.00	6 794.00	9 716.00	2 403.00	987.00	13 106.00
DEZ/83	4 846.00	1 635.00	8 975.00	4 759.00	191.00	2.00	13 927.00	11 681.00	2 230.00	2 507.00	16 418.00
DEZ/84	11 988.00	1 821.00	13 655.00	6 462.00	603.00	0.00	20 720.00	11 232.00	2 031.00	1 214.00	14 477.00
JAN/85	11 190.00	1 802.00	13 874.00	6 242.00	632.00	0.00	20 748.00	9 841.00	1 956.00	1 042.00	12 839.00
FEV/85	11 566.00	1 783.00	14 325.00	6 147.00	632.00	0.00	21 104.00	10 203.00	1 925.00	1 007.00	13 135.00
MAR/85	11 942.00	1 815.00	14 442.00	6 304.00	658.00	0.00	21 404.00	10 987.00	1 950.00	960.00	13 897.00
ABR/85	12 051.00	1 816.00	14 795.00	6 232.00	658.00	0.00	21 685.00	10 651.00	1 955.00	997.00	13 603.00
MAI/85	12 989.00	1 824.00	15 500.00	6 267.00	686.00	0.00	22 953.00	10 735.00	1 955.00	993.00	13 683.00
JUN/85	13 159.00	1 833.00	15 360.00	6 283.00	687.00	0.00	22 330.00	10 999.00	1 963.00	980.00	13 942.00
JUL/85	12 926.00	1 873.00	15 479.00	6 462.00	691.00	0.00	22 632.00	10 362.00	1 998.00	960.00	13 320.00
AGO/85	12 978.00	1 875.00	15 210.00	6 484.00	691.00	0.00	22 385.00	10 379.00	2 001.00	934.00	13 314.00
SET/85	13 388.00	1 895.00	15 979.00	6 605.00	694.00	0.00	23 278.00	10 610.00	2 048.00	943.00	13 601.00
OUT/85	13 183.00	1 909.00	16 651.00	6 662.00	696.00	0.00	24 009.00	9 973.00	2 052.00	968.00	12 993.00
NOV/85	12 761.00	1 926.00	16 787.00	6 751.00	698.00	0.00	24 236.00	9 858.00	2 060.00	955.00	12 873.00
DEZ/85	12 459.00	1 930.00	17 604.00	6 782.00	698.00	0.00	25 084.00	9 448.00	1 971.00	993.00	12 412.00
JAN/86	12 160.00	1 971.00	18 240.00	6 876.00	700.00	0.00	25 816.00	9 289.00	2 004.00	955.00	12 248.00
FEV/86	12 104.00	2 028.00	18 485.00	7 164.00	705.00	0.00	26 354.00	9 303.00	2 052.00	996.00	12 351.00
MAR/86	12 588.00	1 996.00	19 427.00	6 980.00	703.00	0.00	27 110.00	8 926.00	2 039.00	948.00	11 913.00
ABR/86	12 081.00	2 049.00	19 944.00	7 193.00	708.00	0.00	27 845.00	8 235.00	2 108.00	972.00	11 315.00
MAI/86	12 069.00	2 020.00	21 020.00	7 047.00	705.00	0.00	28 772.00	7 816.00	2 105.00	445.00	10 366.00
JUN/86	11 776.00	2 040.00	22 666.00	6 965.00	708.00	0.00	30 339.00	7 452.00	1 989.00	495.00	9 936.00
VARIAÇÃO ABSOLUTA											
NO MÊS	-293.00	20.00	1 646.00	-82.00	3.00	0.00	1 567.00	-364.00	-116.00	50.00	-430.00
NO ANO	-683.00	110.00	5 062.00	183.00	10.00	0.00	5 255.00	-1 996.00	18.00	-498.00	-2 476.00
12 MESES	-1 383.00	207.00	7 306.00	682.00	21.00	0.00	8 009.00	-3 547.00	26.00	-485.00	-4 006.00
VARIAÇÃO %											
NO MÊS	-2.4	1.0	7.8	-1.2	0.4	-	5.4	-4.7	-5.5	11.2	-4.1
NO ANO	-5.5	5.7	28.8	2.7	1.4	-	20.9	-21.1	0.9	-50.2	-19.9
12 MESES	-10.5	11.3	47.6	10.9	3.1	-	35.9	-32.2	1.3	-49.5	-28.7

(*) -inclui parcela de DES. 3,991,259,375.00 (Us$ 4,674,896,405.00, à taxa cambial de 30.06.86), referente a empréstimos do FMI ao Governo brasileiro

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Anexo nº 03

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATIVO FINANCEIRO EXTERNO

1 - Variações

a) em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	VARIAÇÕES %
- Disponibilidades	12.504,28	15.694,62	3.190,34	25,5
- Operações	113.400,51	139.952,50	26.551,99	23,4
- Operações com Recursos Vinculados em Moedas Estrangeiras	720,84	1.522,57	801,73	111,2
- Outros Créditos	17,91	29,18	11,27	62,9
- Outras Contas	3.630,67	5.203,15	1.572,48	43,3

b) equivalente em milhões de dólares

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)
- Disponibilidades	1,195.90	1,138.12	(57.78)
- Operações	10,845.50	10,148.84	(696.66)
- Operações com Recursos Vinculados em Moedas Estrangeiras	68.90	110.41	41.51
- Outros Créditos	1.71	2.12	0.41
- Outras Contas	347.23	377.31	30.08

...S.C. - Leopoldo Pinto Monteiro
...ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

2 - Detalhamento das variações mais significativas:

a) Disponibilidades

Em US$ milhões

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Disponível		253,48
- Ouro Refinado	187.10	
- Câmbio Manual	8.60	

b) Operações

Em US$ milhões

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Operações com Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras		1,055.76
- Operações com Títulos em Moedas Estrangeiras	36.35	
- Operações Decorrentes de Convênios em Moedas Estrangeiras	277.36	
- Operações com Ouro		39.07
- Aquisição de Ouro	103.03	
- Empréstimos e Financiamentos em Moedas Estrangeiras		5.77
- Títulos e Créditos a Receber em Moedas Estrangeiras		12.80

6.834.861-9 - Leopoldo Paulo Siqueira
ASSESSOR

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Anexo nº 04

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATIVO FINANCEIRO INTERNO

1 - Variações

Em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	VARIAÇÕES %
- Operações	137.526,56	330.503,68	192.977,12	140,3
- Créditos Especiais	33.296,01	66.208,10	32.912,09	98,8
- Outros Créditos	82.428,46	130.665,16	48.236,70	58,5
- Outras Contas	122.605,62	228.438,85	105.833,23	86,3
- Valores e Bens	1,95	7,09	5,14	263,6

2 - Detalhamento das variações mais significativas:

a) Operações

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA POSITIVA	VARIAÇÃO LÍQUIDA NEGATIVA
- Operações de Assistência Financeira	10.537,47	
- Operações com Títulos-Mercado Aberto	176.963,25	
- Outras Operações com Títulos	265,58	
- Outras Operações com Recursos não Vinculados	728,71	
- Repasses de Valores Depositados a Fdos.Programas	4.482,11	

6.234.861-2 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSESSOR

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

segue-

Comentários:

- Operações de Assistência Financeira: incremento nas operações especiais de saneamento do sistema financeiro estadual — apoio creditício (Voto CMN 233/83 — Cz$ 1.606,44 milhões), consolidação de dívidas (Voto CMN 446/83 — Cz$ 504,66 milhões) e financiamento condicional de penalidades (Voto CMN 446/83 — Cz$ 7.677,10 milhões) — e nos empréstimos de liquidez-Res. 1008 — Bancos Comerciais (Cz$ 458,22 milhões) e demais Instituições Financeiras (Cz$ 127,33 milhões);

- Operações com Títulos-Mercado Aberto: aumento na carteira de títulos do Banco em OTN (Cz$ 159.512,53 milhões) e em LTN (Cz$ 17.450,72 milhões);

- Repasses de Valores Depositados a Fundos e Programas: repasse dos recursos originários dos encaixes obrigatórios do SBPE para o Fundo de Garantia de Liquidez (FGL).

b) Créditos Especiais

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Banco do Brasil S.A.-Conta de Movimento	32.912,09	

Comentário:

- Banco do Brasil S.A.-Conta de Movimento: a variação decorreu, principalmente, do nivelamento da conta Reservas Bancárias do Banco do Brasil, por valor correspondente ao saldo das disponibilidades vinculadas à execução do Orçamento Geral da União (Cz$ 37.968 milhões). A partir de 28.02.86 o saldo da conta permanece inalterado por força do disposto no Voto CMN 045/86.

Cr 234.861,2 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

c) Outros Créditos

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Banco do Brasil S.A.-Conta de Suprimentos Especiais	50.377,81	
- Adiantamentos a Fundos e Programas		2.087,32
- Demais itens (líquido)		53,79

Comentários:

- Banco do Brasil S.A.-Conta de Suprimentos Especiais: crescimento em decorrência do diferencial entre liberações e amortizações nas transferências de suprimentos para operações do Governo Federal — Aviso MINIFAZ nº 30 (Cz$ 34.746,78 milhões), aquisição de direitos creditórios (Cz$ 589,13 milhões), operações de empréstimos (Cz$ 4.406,34 milhões) e planos de estoques reguladores (Cz$ 309,16 milhões) — e dos suprimentos para operações agropecuárias, previstas no Voto CMN 045/86 — EGF (Cz$ 6.200,00 milhões), custeio agrícola (Cz$ 3.300,40 milhões), investimento agropecuário (Cz$ 726,00 milhões) e custeio pecuário (Cz$ 100,00 milhões);

- Adiantamentos a Fundos e Programas: redução nos adiantamentos ao PROASAL (Cz$ 2.706,20 milhões), ao FINEX (Cz$ 765,87 milhões), ao Fundo de Contrapartida de Empréstimos Externos (Cz$ 126,64 milhões), bem como incremento nos adiantamentos à Reserva Monetária (Cz$ 993,72 milhões) e ao FUNAGRI (Cz$ 522,27 milhões).

Leopoldo Pinto Monteiro

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo nº 04
fl. 04

c) Outras Contas

Em milhões de cruzados

ITENS	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Títulos Federais Vinculados aos Depósitos Compulsórios		4.684,70
- Reajuste de Obrigações a Classificar	40.591,95	
- Débitos de Operações a Classificar	60.559,64	
- TN-Encargos Decorrentes de Títulos em Circulação e de Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras	11.178,21	
- Demais itens (líquido)		1.811,87

Comentários:

- Títulos Federais Vinculados aos Depósitos Compulsórios: redução em OTN (Cz$ 4.557,12 milhões) e em LTN (Cz$ 127,58 milhões);

- Reajuste de Haveres e Obrigações a Classificar: resultado da compra e venda de moedas estrangeiras (Cz$ 26.127,33 milhões) — Cz$ 27.970,42 milhões nos dois primeiros meses do ano e redução de Cz$ 1.843,09 milhões nos demais — e reajuste dos depósitos de Organismos Financeiros Internacionais (Cz$ 14.464,62 milhões) — com destaque para o reajuste dos depósitos do FMI (Cz$ 12.242,81 milhões), efetivado em maio/86;

- Débitos de Operações a Classificar: reajuste dos empréstimos do FMI ao Governo brasileiro, em DES (Cz$ 50.957,41 milhões), incremento nos juros desembolsados desses empréstimos (Cz$ 2.262,96 milhões) e nos encargos de operações da área externa (Cz$

segue-

6.258.861-9 Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

8.434,13 milhões), cabendo destacar que refere-se ao crescimento líquido apurado após a cobertura desses encargos com recursos da Reserva Monetária-DL. 1638/78 e DL. 2076/83 (Cz$ 4.405,00 milhões);

- TN-Encargos Decorrentes de Títulos em Circulação e de Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras: registro de correção cambial, a apropriar (Cz$ 6.821,69 milhões — Cz$ 7.694,55 milhões referem-se aos meses de janeiro e fevereiro/86, Cz$ 987,08 milhões aos demais meses e baixa de Cz$ 1.859,94 milhões por efetivação da correção cambial) e incremento pelo resultado de exercícios encerrados (Cz$ 4.356,52 milhões), apurado em dezembro/86, incluído no item do balanço patrimonial em maio/86. Cabe destacar que os encargos efetivos (Cz$ 2.978,63 milhões no semestre) não constam do item do balanço por receberem cobertura através de dotações orçamentárias da União.

a.924.851 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Anexo nº 05

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATIVO PERMANENTE

1 - Variações

Em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	VARIAÇÕES %
- Quotas de Capital de Entidades Financeiras Internacionais	20.188,63	28.142,70	7.954,07	39,4
- Bens Móveis	58,66	73,50	14,84	25,3
- Bens Imóveis	57,62	67,60	9,98	17,3

2 - Detalhamento da variação mais significativa:

- Quotas de Capital de Entidades Financeiras Internacionais

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Reajuste da taxa cambial no período	7.589,26	
- Incremento líquido nas quotas	364,81	

Leopoldo Pinto Monteiro
Assistente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Anexo nº 06

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATIVO PENDENTE

1 - Variações

- Outras Contas

Em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	%
- Dispêndios com Ouro Incorporado às Reservas Internacionais	3.550,84	5.164,18	1.613,34	45,4
- Correção Cambial dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras, a Apropriar	71.607,60	42.322,13	(29.285,47)	(40,9)
- Demais Contas	3,61	74,33	70,72	-

2 - Comentários:

- Dispêndios com Ouro Incorporado às Reservas Internacionais Oficiais: aquisição de fornecedores (Cz$ 905,09 milhões) e por intermédio de agentes (Cz$ 749,00 milhões);

- Correção Cambial dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras, a Apropriar: redução pela apropriação, no item "Variações Independentes da Execução Orçamentária", do resultado do Banco, da parcela efetivamente desembolsada (Cz$ 63.350,00 milhões) e pelo registro de correção cambial (Cz$ 34.064,53 milhões — destacando-se o registro referente aos meses de janeiro e fevereiro, de Cz$ 32.415,25 milhões).

c.234.891-2 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo nº 07

PASSIVO FINANCEIRO EXTERNO

1 - Variações

a) em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	VARIAÇÕES %
- Obrigações em Moedas Estrangeiras	184.074,70	312.565,86	128.491,16	69,8
- Depósitos em Cruzeiros de Entidades Internacionais	33.561,00	96.263,75	62.702,75	186,8
- Recursos Vinculados em Moedas Estrangeiras	7.306,71	9.775,42	2.468,71	33,8
- Outras Contas	0,13	-	(0,13)	(100,0)

b) equivalente em milhões de dólares, exceto depósitos em cruzados de entidades internacionais

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)
- Obrigações em Moedas estrangeiras	17,604.69	22,666.12	5,061.43
- Recursos Vinculados em Moedas Estrangeiras	698.80	708.88	10.08

Leopoldo Pinto Monteiro
Assistente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo nº 07
fl. 02

2 - Detalhamento das variações mais significativas:

a) Obrigações em Moedas Estrangeiras

Em US$ milhões

ITENS	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Obrigações Decorrentes de Convênios em Moedas Estrangeiras	121.47	
- Depósitos em Moedas Estrangeiras	4,568.05	
- Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras	371.91	

Comentários:

- Obrigações Decorrentes de Convênios em Moedas Estrangeiras: crescimento nos convênios de créditos recíprocos-conta B (US$ 157.74 milhões) e redução nos convênios de créditos recíprocos-outras operações (US$ 32.86 milhões);

- Depósitos em Moedas Estrangeiras: incremento nas operações do plano brasileiro de financiamento (US$ 3,206.41 milhões), nas operações com o clube de Paris — relativas a 1986 (US$ 833.29 milhões), relativas a 1984 (Cz$ 501.74 milhões) e relativas a 1985 (US$ 172.07 milhões) — nas operações ao amparo da Resolução 637 (US$ 160.87 milhões), nas operações vinculadas a exportação (US$ 70.00 milhões), bem como redução nas operações ao amparo da Resolução 813/item II (US$ 90.80 milhões) e ao amparo da Res. 890-clube de Paris — valores a classificar (US$ 313.99 milhões);

- Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras: variação nos empréstimos externos — incremento nos de curto prazo sem vínculo (US$ 1,328.45 milhões) e redução nas linhas de crédito de médio e longo prazos sem vínculo (US$ 90.14 milhões) — bem como redução nos valores diversos a classificar (US$ 862.25 milhões).

6.231.967-2 - Leopoldo Pinto Monteiro
Assistente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo nº 07
fl. 03

b) Depósitos em Cruzados de Entidades Internacionais

Em milhões de cruzados

ITENS	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Reajuste sobre depósitos, pela variação da taxa cambial no período	14.464,62	
- Reajuste sobre empréstimos do FMI ao Governo brasileiro	50.957,41	
- Redução nos depósitos		2.719,28

0.224.851-2 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Anexo nº 08

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PASSIVO FINANCEIRO INTERNO

1 - Variações

Em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	VARIAÇÕES %
- Depósitos de Instituições Financeiras	28.858,98	95.183,63	66.324,65	229,8
- Outros Depósitos(*)	150.948,33	181.764,61	30.816,28	20,4
- Outras Exigibilidades (*)	30.393,08	76.777,42	46.384,34	152,6
- Outras Contas	41.292,17	44.688,76	3.396,59	8,2

(*) as posições de 31.12.85 foram ajustadas pelos saldos, naquela data, dos itens "Disponibilidades de Fundos e Programas" e "Disponibilidades das Operações de Crédito da União", anteriormente demonstrados no subgrupo "Outras Exigibilidades" do balanço patrimonial, e que passaram a constar dos itens "Depósitos de Fundos e Programas" e "Depósitos do Governo Federal-Originários de Operações de Crédito Internas" do subgrupo "Outros Depósitos".

2 - Detalhamento das variações mais significativas:

a) Depósitos de Instituições Financeiras

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA POSITIVA	VARIAÇÃO LÍQUIDA NEGATIVA
- Reservas Bancárias	61.835,60	
- Encaixes Obrigatórios das Instituições do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	4.482,10	
- Demais itens (líquido)	6,95	

segue-

6.934.861-2 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Comentário:

- Reservas Bancárias: incremento em decorrência do ajuste efetuado pelas instituições financeiras em suas posições de recolhimentos sobre depósitos à vista — em espécie (Cz$ 51.716,92 milhões) e em títulos (Cz$ 7.829,76 milhões) — na posição da Reserva Especial-Recursos do Governo Federal, prevista no Voto CMN 045/86 (Cz$ 14.803,38 milhões), bem como da redução nos recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo em títulos (Cz$ 12.514,46 milhões);

- Encaixes Obrigatórios das Instituições do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo: encaixes constituídos segundo disposto na Res. 1090, de 31.01.86.

b) Outros Depósitos

Em milhões de cruzados

ITENS	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Depósitos de Fundos e Programas		11.371,61
- Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras	3.984,04	
- Depósitos do Governo Federal Originários de Operações de Crédito Internas	40.251,03	
- Depósitos sob Disposições Especiais		2.047,07
- Demais itens (líquido)		0,11

Comentários:

- Depósitos de Fundos e Programas: redução em decorrência da cobertura efetivada em maio/86, com recursos da Reserva Monetária, de encargos das operações da área externa (Cz$ 4.405,00 milhões), da redução nos adiantamentos do Banco a fundos e programas (Cz$ 2.087,32 milhões) e do fluxo líquido das demais aplicações e recursos dos fundos e programas (Cz$ 4.879,29 milhões); segue-

Ap. 254.861-2 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

- Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras: registro de correção cambial do período (Cz$ 34.064,53 milhões) e redução nesses depósitos (Cz$ 30.080,49 milhões);

- Depósitos do Governo Federal Originários de Operações de Crédito Internas: incremento no disponível das operações com títulos públicos federais;

- Depósitos sob Disposições Especiais: redução nos depósitos de instituições financeiras - Voto CMN 635/85 (Cz$ 1.196,67 milhões) e Resoluções 923/926 (Cz$ 850,44 milhões).

c) Outras Exigibilidades

Em milhões de cruzados

ITENS	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Títulos de Responsabilidade Própria (LBC)	32.985,28	
- Reservas Internacionais Oficiais-Ouro	6.461,19	
- Tesouro Nacional-Contravalor de Títulos em Circulação e de Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras	6.816,49	
- Demais itens (líquido)	121,38	

Comentários:

- Títulos de Responsabilidade Própria (LBC): valor nominal (Cz$ 34.000,00 milhões), juros a pagar (Cz$ 201,16 milhões) e títulos em carteira própria (Cz$ 1.215,88 milhões). Esses títulos foram emitidos conforme autorização contida no Voto CMN 136/86;

- Reservas Internacionais Oficiais-Ouro: incremento em decorrência do reajuste das reservas (Cz$ 5.206,37 milhões) e de novas aquisições de ouro;

- Tesouro Nacional-Contravalor de Títulos em Circulação e de Outras

Assistente

segue-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Obrigações em Moedas Estrangeiras: registro de correção cambial (Cz$ 6.821,69 milhões) e redução das responsabilidades por títulos em circulação.

d) Outras Contas

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- TN-Títulos em Circulação e Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras -Transferências e Receitas Diversas	2.980,97	
- Reajuste de Obrigações a Classificar	7.589,26	
- Créditos de Operações a Classificar		3.526,83
- Outras Obrigações Registradas em Moedas Estrangeiras		3.549,20
- Demais itens (líquido)		97,61

Comentários:

- TN-Títulos em Circulação e Outras Obrigações em Moedas Estrangeiras-Transferências e Receitas Diversas: transferências de dotações orçamentárias da União.

- Reajuste de Haveres e Obrigações a Classificar: incremento em decorrência do reajuste das quotas de capital de organismos financeiros internacionais;

- Créditos de Operações a Classificar: redução em decorrência, principalmente, da reversão, com o retorno do valor às operações de crédito da União, da provisão de Cz$ 2.800,00 milhões — Aviso MF nº 848, de 28.12.84 — solicitada no Aviso MF nº 228, de 06.05.86;

- Outras Obrigações Registradas em Moedas Estrangeiras: reajuste pela variação da taxa cambial no período (Cz$ 3.973,71 milhões) e redução nessas obrigações.

[illegible] Leopoldo Pinto Monteiro
ASSESSOR

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo nº 09

PASSIVO PERMANENTE

1 - Variações

Em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	%
- Meio Circulante	28.110,86	53.251,47	25.140,61	89,4
- Patrimônio, Reservas e Provisões	71.351,34	87.455,93	16.104,59	22,6

2 - Detalhamento das variações mais significativas

a) Meio Circulante

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Emissões	65.050,00	
- Recolhimentos		39.910,00

[illegible] Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

b) Patrimônio, Reservas e Provisões

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA	
	POSITIVA	NEGATIVA
- Patrimônio e Reservas	16.101,13	
- Provisões	3,46	

Comentário:

- Patrimônio e Reservas: a variação decorreu da incorporação do resultado do primeiro semestre de 1986 (Cz$ 16.101,13 milhões).

p/254.031-3 - Deoplas de Paiva Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Anexo nº 10

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PASSIVO PENDENTE

1 - Variações

Em milhões de cruzados

I T E N S	SALDO EM 31.12.85 (1)	SALDO EM 30.06.86 (2)	VARIAÇÕES (2) - (1)	%
- Variações em Suspenso	25.679,04	36.130,40	10.451,36	40,7
- Outras Contas	23,43	212,09	188,66	805,2

2 - Detalhamento da variação mais significativa:

- Variações em Suspenso

Em milhões de cruzados

I T E N S	VARIAÇÃO LÍQUIDA POSITIVA	VARIAÇÃO LÍQUIDA NEGATIVA
- Rendas em Suspenso sobre Operações de Assistência Financeira	10.028,95	
- Rendas em Suspenso sobre Outras Operações com Recursos não Vinculados		842,42
- Rendas em Suspenso sobre Operações com Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	541,06	
- Rendas em Suspenso sobre Operações com Títulos em Moedas Estrangeiras	293,07	
- Rendas em Suspenso sobre Empréstimos e Financiamentos em Moedas Estrangeiras	131,83	
- Rendas em Suspenso sobre Títulos e Créditos a Receber em Moedas Estrangeiras	208,49	
- Rendas Diversas, em Suspenso	106,25	
- Demais itens (líquido)		15,87

Leopoldo Pinto Monteiro
ASSESSOR

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

segue-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Comentários:

- Rendas em Suspenso sobre Operações de Assistência Financeira: incremento nas relativas a operações especiais de saneamento do sistema financeiro estadual — programa de apoio creditício — Voto CMN 233/83 (Cz$ 1.624,80 milhões) e programa de recuperação econômico financeira-Voto CMN 446/83 (consolidação de dívidas — Cz$ 512,24 milhões e financiamento condicional de penalidades — Cz$ 7.677,09 milhões);

- Rendas em Suspenso sobre Outras Operações com Recursos não Vinculados: redução nas relativas a operações de financiamento de infraestrutura de transporte (Cz$ 940,77 milhões), a empréstimos vinculados a operações de exportação (Cz$ 224,22 milhões), bem como incremento nas relativas a operações de financiamento de infra-estrutura de energia (Cz$ 270,63 milhões) e a empresas siderúrgicas (Cz$ 50,76 milhões);

- Rendas em Suspenso sobre Operações com Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras: incremento nas relativas a operações em renegociação — depósitos a prazo fixo;

- Rendas em Suspenso sobre Operações com Títulos em Moedas Estrangeiras: incremento nas relativas a operações com títulos governamentais-letras-desconto (Cz$ 110,43 milhões) e a operações em renegociação-certificado de depósito (Cz$ 182,64 milhões);

- Rendas em Suspenso sobre Empréstimos e Financiamentos em Moedas Estrangeiras: incremento nas decorrentes de juros do empréstimo de US$ 50 milhões a ANDE-Paraguai;

- Rendas em Suspenso sobre Títulos e Créditos a Receber em Moedas Estrangeiras: incremento nas relativas ao convênio bilateral-Polônia (Cz$ 185,27 milhões) e nas decorrentes de deságios sobre saques adquiridos no exterior (Cz$ 23,22 milhões);

- Rendas Diversas-Em Suspenso: incremento nas decorrentes de créditos a receber — operações de assistência financeira (Cz$ 109,55 milhões).

0.234.661-9 - Leopoldo Pinto Monteiro
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL — ANEXO Nº 11

RECEITAS - MAPA COMPARATIVO ENTRE OS 1ºs SEMESTRES DE 1985 E 1986 — Em milhares de cruzados

DISCRIMINAÇÃO	1º SEMESTRE 1986 (A)	1º SEMESTRE 1985 (B)	VARIAÇÕES ABSOLUTA (A-B)	%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	89 164 513.03	34 059 879.41	55 104 633.62	161.8
RECEITAS CORRENTES - OPERAÇÕES	88 968 748.28	33 755 694.87	55 213 053.41	163.6
8001-Rendas sobre Operações de Assistência Financeira	516 147.76	23 323.23	492 824.53	2113.0
8004-Rendas sobre Empréstimos Conduzidos pela Área Bancária	0.00	367 629.42	-367 629.42	-100.0
8005-Rendas sobre Operações de Redesconto	0.00	0.22	-0.22	-100.0
8006-Rendas sobre Operações de Refinanciamento da Área Bancária	18 145.16	652 740.33	-634 595.17	-97.2
8007-Rendas sobre Operações de Refinanciamento da Área de Crédito Rural e Industrial	0.00	544.59	-544.59	-100.0
8010-Rendas sobre Operações com Títulos-Mercado Aberto	81 840 753.84	30 564 643.84	51 276 110.00	167.8
8011-Rendas sobre Outras Operações com Títulos	247 552.72	50 192.28	197 360.44	393.2
8021-Rendas sobre Outras Operações com Recursos não Vinculados	1 625 003.48	9 514.84	1 615 488.64	-
8022-Rendas de Juros sobre Valores Mobiliários em Moedas Estrangeiras	322 401.93	18 954.60	303 447.33	1600.9
8023-Rendas de Juros sobre Operações com Correspondentes no Exterior em Moedas Estrangeiras	2 863 481.77	1 576 226.14	1 287 255.63	81.7
8024-Rendas de Juros sobre Outras Operações em Moedas Estrangeiras	345 878.57	231 833.36	114 045.21	49.2
8027-Rendas de Descontos sobre Valores Mobiliários em Moedas Estrangeiras	419 745.07	39 083.30	380 661.77	974.0
8029-Rendas de Desconto Decorrentes de Convênios em Moedas Estrangeiras	1 998.68	3 654.74	-1 656.06	-45.3
8030- Outras Rendas sobre Operações em Moedas Estrangeiras	751 383.32	217 353.98	534 029.34	245.7
8035-Rendas sobre Operaçõescom Ouro das Reservas Oficiais Internacionais	2.99	0.00	2.99	-
8072-Rendas sobre Operações de Fundos e Programas	16 252.99	0.00	16 252.99	-
RECEITAS CORRENTES - PATRIMONIAIS	1 893.86	562.08	1 331.78	236.9
8110-Rendas Imobiliárias	1 030.14	355.04	675.10	190.1
8135-Rendas De Valores Mobiliários	863.72	207.04	656.68	317.2
RECEITAS CORRENTES - DIVERSAS	178 174.49	299 800.70	-121 626.21	-40.6
8205-Rendas de Juros sobre Contas no Banco do Brasil	5.41	5.41	0.00	0.0
8210-Amortização da Dívida Ativa	1.88	0.00	1.88	-
8215-Rendas de Comissões sobre Cotas de Contribuição	1.60	2 833.66	-2 832.06	-99.9
8260-Anulação de Despesas Correntes de Exercícios Anteriores	605.01	417.98	187.03	44.7
8290-Rendas Diversas	177 560.59	296 543.65	-118 983.06	-40.1
RECEITAS DE CAPITAL	15 696.40	3 821.76	11 874.64	310.7
8320-Venda de Valores Mobiliários	0.00	3 399.67	-3 399.67	-100.0
8340-Alienação de Bens Imóveis	12 028.51	5.31	12 023.20	-
8350-Alienação de Bens Móveis	204.39	13.96	190.43	1364.1
8360-Liquidação de Compromissos Imobiliários	3 376.81	367.38	3 009.43	819.2
8380-Anulação de Despesas de Capital de Exercícios Anteriores	86.69	35.44	51.25	144.6
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	353 681.63	357 006.73	-3 325.10	-0.9
MUTAÇÕES	15 485.58	8 577.52	6 908.06	80.5
8415-Mutações por Realização de Obras	8 602.11	4 979.59	3 622.52	72.7
8420-Mutações por Aquisição de Valores Mobiliários	53.15	391.06	-337.91	-86.4
8435-Mutações por Aquisição de Equipamentos e Instalações	4 061.67	1 688.39	2 373.28	140.6
8445-Mutações por Aquisição de Material Permanente	2 074.33	1 473.57	600.76	40.8
8455-Mutações por Despesas de Capital de Exercícios Anteriores	694.32	44.91	649.41	1446.0
VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	338 196.05	348 429.21	-10 233.16	-2.9
8510-Acréscimos Patrimoniais por Insubisistências Passivas	21 531.39	876.54	20 654.85	2356.4
8515-Acréscimos Patrimoniais por Outras Superveniências Ativas	1 872.19	344.61	1 527.58	443.3
8520-Incorporação de Bens	259 139.91	304.18	258 835.73	-
8525-Inscrição de Créditos	0.00	13.19	-13.19	-100.0
8535-Liberação de Rendas em Suspenso	0.00	4 752.85	-4 752.85	-100.0
8540-Incorporação de Títulos à Carteira do Banco	0.00	329 747.50	-329 747.50	-100.0
8570-Acréscimos Patrimoniais por Estocagem de Material	16 820.88	7 724.83	9 096.05	117.8
8575-Acréscimos Patrimoniais por Valorização de Bens	12 604.56	3 203.57	9 400.99	293.5
8585-Acréscimos Patrimoniais por Correção Monetária sobre Alienação de Imóveis	26 227.12	1 461.94	24 765.18	1694.0
TOTAL	89 518 194.66	34 416 886.14	55 101 308.52	160.1

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Mário Arruda Salomão ASSISTENTE

BANCO CENTRAL DO BRASIL — ANEXO Nº 12

DESPESAS - MAPA COMPARATIVO ENTRE OS 1ºs SEMESTRES DE 1985 E 1986 — Em milhares de cruzados

DISCRIMINAÇÃO	1º SEMESTRE 1986 (A)	1º SEMESTRE 1985 (B)	VARIAÇÕES ABSOLUTA (A-B	%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	9 977 013.80	4 316 224.02	5 660 789.78	131.2
DESPESAS CORRENTES - CUSTEIO	1 432 951.69	821 907.17	611 044.52	74.3
3015-Despesas de Pessoal	512 718.04	144 852.32	367 865.72	254.0
3017-Contribuições de Previdência Social	229 887.92	211 924.55	17 963.37	8.5
3020-Despesas de Material de Consumo	16 304.42	7 539.69	8 764.73	116.2
3030-Serviços de Terceiros	506 546.07	150 056.50	356 489.57	237.6
3035-Contribuições de Previdência Social-Terceiros	98.57	35.21	63.36	179.9
3045-Encargos Diversos	8 616.26	2 217.05	6 399.21	288.6
3051-Outras Despesas Decorrentes de Sentenças Judiciárias	911.60	33.66	877.94	2608.3
3055-Despesas Correntes de Exercícios Anteriores	154 909.06	53 572.70	101 336.36	189.2
3060-Anulação de Receitas Correntes de Exercícios Anteriores	2 959.75	251 675.49	-248 715.74	-98.8
DESPESAS CORRENTES - TRANSFERÊNCIAS	8 528 576.53	3 485 739.34	5 042 837.19	144.7
3109-Despesas com Letras do Banco Central	203 765.56	0.00	203 765.56	-
3115-Transferências a Instituições Privadas	8 434.91	2 607.73	5 827.18	223.5
3120-Transferências ao Exterior	6 755.92	1 999.67	4 756.25	237.9
3125-Assistência e Previdência Social	43 615.17	10 464.40	33 150.77	316.8
3130-Despesas de Juros sobre Valores Mobiliários em Moedas Estrangeiras	1 484.65	0.00	1 484.65	-
3131-Despesas de Juros sobre Depósitos em Moedas Estrangeiras	6 439 802.69	2 988 042.15	3 451 760.54	115.5
3132-Despesas de Juros sobre Outras Operações em Moedas Estrangeiras	1 320 717.14	430 497.56	890 219.58	206.8
3139-Outras Despesas sobre Operações em Moedas Estrangeiras	20 540.21	44 846.98	-24 306.77	-54.2
3190-Transferências Diversas-Funcionários	11 128.22	7 164.06	3 964.16	55.3
3192-Transferências Diversas	472 332.06	116.79	472 215.27	-
DESPESAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS	15 432.43	8 186.45	7 245.98	88.5
3215-Realização de Obras	8 602.11	4 979.59	3 622.52	72.7
3235-Aquisição de Equipamentos e Instalaçoes	4 061.67	1 688.39	2 373.28	140.6
3245-Aquisição de Material Permanente	2 074.33	1 473.57	600.76	40.8
3255-Despesas de Capital de Exercícios Anteriores	694.32	44.90	649.42	1446.4
DESPESAS DE CAPITAL - INVERSÕES FINANCEIRAS	53.15	391.06	-337.91	-86.4
3320-Aquisição de Valores Mobiliários	53.15	391.06	-337.91	-86.4
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	63 440 049.24	8 049.76	63 431 999.48	-
MUTAÇÕES	15 696.40	3 821.76	11 874.64	310.7
3520-Mutações Por Venda de Valores Mobiliários	0.00	3 399.67	-3 399.67	-100.0
3540-Mutações Por Alienação de Bens Imóveis	12 028.51	5.31	12 023.20	-
3550-Mutações Por Alienação de Bens Móveis	204.39	13.96	190.43	1364.1
3560-Mutações Por Liquidação de Compromissos Imobiliários	3 376.81	367.38	3 009.43	819.2
3580-Mutações Por Anulação de Desp. de Capital de Exercícios Anteriores	86.69	35.44	51.25	144.6
VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	63 424 352.84	4 228.00	63 420 124.84	-
3610-Decréscimos Patrimoniais por Outras Insubisistências Ativas	62 483.03	16.77	62 466.26	-
3620-Desincorporação de Bens	1.81	19.70	-17.89	-90.8
3625-Compensação de Créditos	22.78	0.00	22.78	-
3660-Decréscimos Patrimoniais por Anulação de Variações Independentes da Execução Orçamentária	0.00	0.97	-0.97	-100.0
3670-Decréscimos Patrimoniais por Baixa de Material de Consumo	11 845.42	4 190.08	7 655.34	182.7
3675-Decréscimos Patrimoniais por Desvalorização de Bens	0.42	0.48	-0.06	-12.5
3681-Correção Cambial dos Depósitos Registrados em Moedas Estrangeiras	63 349 999.38	0.00	63 349 999.38	-
TOTAL	73 417 063.04	4 324 273.78	69 092 789.26	1597.8

Mário Arruda Salvador
ASSISTENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Anexo 13

Nota ao Sr. Chefe do DEPEC

DF: 04.08.86

Ref: Relatório referente ao Balanço do Banco Central relativo ao 1º semestre de 1986.

A análise do Balanço do Banco Central elaborada pelo DEAFI, referente ao primeiro semestre de 1986, visa refletir a situação econômico-financeira da Instituição, segundo a ótica da contabilidade, diferente, portanto, em alguns aspectos, da análise efetuada pelo Departamento Econômico, que tem como objetivo final informar as rubricas e/ou setores econômicos que, de forma significativa, contribuíram para a expansão ou contração da base monetária.

No primeiro semestre de 1986, a base (Passivo Monetário) apresentou crescimento de Cz$ 75,1 bilhões (165%), alcançando, assim, a cifra de Cz$ 120,6 bilhões.

Nesse período, o aporte de recursos de origem fiscal para o controle monetário foi da ordem de Cz$ 18,1 bilhões, resultante da transferência de Cz$ 31,0 bilhões ao Banco Central, relativa ao ressarcimento de despesas efetuadas com programas a cargo do Governo Federal, contrabalançando o déficit registrado na execução financeira do Tesouro Nacional, estimado em Cz$ 12,9 bilhões.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Com essa transferência e ainda com os recursos oriundos da expansão monetária foi possível efetuar resgate líquido de títulos federais no montante de Cz$ 34,0 bilhões.

Cabe destacar que, no semestre, foram destinados Cz$ 28,9 bilhões para suprimentos ao Banco do Brasil, visando atender, principalmente, ao crédito agropecuário (Cz$ 3,4 bilhões), preços mínimos (Cz$ 6,2 bilhões), adiantamentos a empresas estatais (Cz$ 5,0 bilhões) e outros (Cz$ 1,0 bilhão). A parcela restante de Cz$ 13,3 bilhões representa os adiantamentos realizados nos meses de janeiro e fevereiro através da conta movimento, sistemática extinta a partir de março.

As operações do setor externo demandaram Cz$ 19,5 bilhões, resultado da contração de Cz$ 13,9 bilhões nas contas cambiais e da expansão de Cz$ 33,4 bilhões nas operações vinculadas. Nesse grupamento, os ítens referentes aos saques de depósitos registrados em moedas estrangeiras (Cz$ 28,0 bilhões), aos empréstimos-ponte (Cz$ 34,2 bilhões) e aos encargos de operações externas (Cz$ 23,2 bilhões) foram os principais demandantes de recursos. Em contrapartida, atuou a parcela relativa ao principal dos empréstimos externos (Cz$ 57,6 bilhões), cujo pagamento por força das negociações com a comunidade financeira internacional é objeto de depósito no Banco Central.

As operações de fundos e programas absorveram no semestre cerca de Cz$ 9,5 bilhões, enquanto as instituições financeiras, através dos empréstimos de liquidez demandaram Cz$ 1,0 bilhão de recursos.

Ao DERAI
Em 05.8.86

8.212.120-6 Pedro Alves Vieira Primo
Chefe Adjunto do Departamento Ecoômico

3.925.790-8 Haroldo Nazareno Melo Monteiro
Chefe de Divisão - DIVOV

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 250/86

EMPRÉSTIMOS DE LIQUIDEZ - UTILIZAÇÃO EM EXCESSO - MEDIDAS RESTRITIVAS E PUNITIVAS - RESOLUÇÃO Nº 1.008/85 - MINUTA DE RESOLUÇÃO.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 20.08.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe medidas complementares ao regulamento do empréstimo de liquidez, de que trata a Resolução nº 1.008/85, com o intuito de coibir a utilização indevida desse empréstimo pelos bancos comerciais e caixas econômicas.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 20.08.86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

B C B Nº 406/86

Voto DIBAN-86/

EMPRÉSTIMOS DE LIQUIDEZ - Utilização em excesso -- medidas restritivas e punitivas.



Exmos. Srs. Diretores.

O empréstimo de liquidez aos bancos comerciais e caixas econômicas destina-se a atender eventuais momentos de iliquidez experimentados por estas instituições, de natureza circunstancial e de caráter breve.

2. O recurso contumaz ao instrumento indica não mais desequilíbrios financeiros acidentais, mas certamente desajuste na estrutura patrimonial da instituição, que deve merecer cuidados especiais.

3. Diversas são as causas que levam uma instituição a recorrer ao empréstimo de liquidez. A regularização dos desequilíbrios de caixa supõe, no entanto, a contração das operações de crédito.

P.A.

4. Costuma ocorrer, entretanto, que uma instituição, cuja frequência na utilização do empréstimo de liquidez já descaracteriza o instrumento em sua finalidade fundamental, nenhuma medida toma para regularizar a situação. E, como agravante, eventualmente opta pelo sentido contrário, aumentando suas aplicações. Com vistas a por termo a essa situação grave, venho propor as seguintes complementações ao Regulamento Anexo à Resolução nº 1.008/85.

5. Independentemente de outras sanções já em vigor, o banco comercial ou caixa econômica que utilizar os recursos do empréstimo de liquidez, e/ou apresentar em suas reservas bancárias saldo inferior a 60% do exigível, por mais de 30 dias úteis, consecutivos ou não, no período compreendido nos 60 dias imediatamente antecedentes à data do saque respectivo, teria, a partir dessa data, suas operações de crédito mantidas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

por, no mínimo, 60 dias aos níveis apurados no balancete do mês imediatamente precedente, ou em volume inferior, a critério do Banco Central.

6. As disposições do item anterior não incidirão sobre as operações obrigatórias de crédito rural, de financiamento de capital de giro de micro, pequenas e médias empresas, bem como sobre as operações limitadas pelas Resoluções nºs 1010 e 1135, de 02.05. 85 e 15.05.86, respectivamente.

7. Na inobservância da limitação prevista, deverá ser recolhido ao Banco Central o valor equivalente ao excesso verificado, sem remuneração, até que seja cumprido o período da sanção imposta, tendo sua liberação antecipada caso regularizado o excesso por baixa de operações.

8. É o que submeto à consideração de V.Exas., juntamente com minuta de Resolução, devendo a matéria, se aprovada, ser submetida ao Conselho Monetário Nacional.

Voto do Diretor
da Área Bancária

Em

Persio Arida

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº _____

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada, nesta data, tendo em vista as disposições do artigo 4º, inciso XXII, da mencionada Lei,

R E S O L V E U :

I - Manter inalterado o nível das operações de crédito de bancos comerciais e caixas econômicas que, por mais de 30 (trinta) dias úteis, consecutivos ou não, no período compreendido nos 60 (sessenta) dias imediatamente antecedentes à data do saque respectivo, utilizarem os recursos do empréstimo de liquidez de que tratam as Resoluções nº 1.008, de 02.05.85, e nº 1.093, de 20.02.86, e/ou apresentarem saldo em suas reservas bancárias inferior ao estipulado nos itens I da Resolução nº 1.000, de 21.03.85, e 19 da Circular nº 1.004, de 06.03.86.

II - As operações de crédito ficarão inalteradas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a partir da data que deu origem à penalidade, nos níveis apurados no balancete do mês imediatamente precedente ou em volume inferior, a critério do Banco Central.

III - Na inobservância da limitação imposta no item I, deverá ser recolhido ao Banco Central o valor equivalente ao excesso verificado, sem remuneração, até que seja cumprido o período de que trata o item II desta Resolução, tendo sua liberação antecipada caso regularizado o excesso por baixa de operações.

IV - A instituição que incorrer na hipótese prevista no item I desta Resolução deverá fornecer diariamente ao Banco Central (Departamento de Operações Bancárias - DEBAN) demonstrativo do total de suas operações de crédito, enquanto perdurar o congelamento imposto.

V - As disposições constantes desta Resolução não se aplicam às operações obrigatórias de crédito ru-

ral, de financiamento de capital de giro às micro, pequenas e médias empresas, bem como às operações limitadas pelas Resoluções nºs 1010 e 1135, de 02.05.85 e 15.05.86, respectivamente.

VI - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

VII - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF),

Fernão Carlos Botelho Bracher
PRESIDENTE

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN Nº 251/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESIDÊNCIA

COMISSÃO CONSULTIVA DE MERCADO DE CAPITAIS (COMEC) — INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE E SUPLENTE DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO.

Senhores Conselheiros,

O Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, por intermédio do Aviso (11) nº 329/86, de 15.08.86, está indicando para representar aquele Ministério na Comissão Consultiva de Mercado de Capitais (COMEC) os Srs. MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA e AFONSO CELSO FLECHA DE LIMA ÁLVARES, como titular e suplente respectivamente.

2. Dessa forma, consoante disciplina o parágrafo 2º, do artigo 7º, da Lei nº 4.595, de 31.12.64, submeto a matéria à deliberação de V.Exas.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 25.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
GABINETE DO MINISTRO
18 AGO 1428 80 007067
BRASÍLIA - DF.

AV.(11)Nº 329/86

Em, 15 de agosto de 1986.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
20 08:58 AM 86 002105
PRESIDÊNCIA

Senhor Ministro

Tenho a honra de dirigir-me a V.Exa. para indicar os Doutores MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA e AFONSO CELSO FLECHA DE LIMA ÁLVARES, para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, representarem este Ministério na Comissão Consultiva de Mercado de Capitais do Conselho Monetário Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exa. meus protestos de elevada estima e consideração.

JOSÉ HUGO CASTELO BRANCO
Ministro

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

A Sua Excelência o Senhor
Doutor DÍLSON DOMINGOS FUNARO
DD. Ministro de Estado da Fazenda

De ordem,

encaminhe-se ao Banco Central do Brasil.

JOÃO FERRO COLARES
Chefe Adjunto do Gabinete do
Ministro da Fazenda 19/8/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN Nº 262/86

PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA EM INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL - FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 27.08.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe o estabelecimento de critérios disciplinando a participação estrangeira nas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar por aquele Banco.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V. Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCB Nº 421/86

PRESIDÊNCIA

VOTO PRESI-86/

ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA

EMENTA: FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS QUANTO À PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA EM INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Senhores Diretores,

A participação estrangeira, por intermédio de pessoas físicas ou jurídicas, no capital das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é matéria que não está disciplinada em Lei. Com efeito, única regra a tratar expressamente do assunto, dispõe o artigo 51 da Lei nº 4.131/62 que "aos bancos estrangeiros cujas matrizes tenham sede em praças em que a legislação imponha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, fica vedado adquirir mais de 30% (trinta por cento) das ações, com direito a voto, de bancos nacionais".

Em função disso, diversas decisões orientadoras foram tomadas, ao longo dos anos, a nível administrativo, sem, no entanto, resultarem expressas em qualquer normativo específico, com exceção do contido no Manual de Normas e Instruções (MNI) a respeito de entidades da área do mercado de capitais.

2. Na área dos bancos comerciais o critério adotado foi o de total vedação a qualquer tipo de participação estrangeira, consoante decisão do Conselho Monetário Nacional de 21.10.71 (Voto CMN nº 462/71), e despacho do Sr. Ministro da Fazenda, de 06.12.81.

3. Com relação aos bancos de investimento, o Conselho Monetário Nacional, em sessão de 24.11.70, ratificou a sistemática anterior, que vinha sendo observada administrativamente pelo Banco Central do Brasil, no sentido de limitar a participação estrangeira, direta ou indireta a, no máximo, 50% do capital total dos novos bancos de investimento, respeitado, sempre, o limite de 1/3 (um terço) do capital com direito a voto.

4. Considerando-se, porém, que as demais instituições continuaram sem tratamento próprio, foi autorizada a adoção do mesmo critério para as sociedades de crédito, financiamento e investimento e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com o já citado Voto CMN nº 462/71. Na oportunidade, às sociedades corretoras, contudo, ficou vedada qualquer participação alienígena em seu capital, atribuindo-se,

desse modo, tratamento semelhante àquele dado aos bancos comerciais.

5. Posteriormente, o critério vigente em relação aos bancos de investimento, às financeiras e às distribuidoras foi estendido às sociedades corretoras, conforme decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional, através do Voto CMN nº 130/76, aprovado em sessão de 27.05.76, com a condição de que o ingresso de recursos externos somente poderia ocorrer via subscrição de aumento de capital, sem pagamento de ágios a acionistas, beneficiando-se, exclusivamente, a instituição.

6. Relativamente às sociedades de arrendamento mercantil, quando da regulamentação de suas operações, o Conselho Monetário Nacional, através do Voto CMN nº 285/75, de 12.11.75, estendeu a essas sociedades as mesmas regras limitativas de participação estrangeira aplicáveis aos bancos de investimento, excluindo-se, no entanto, as empresas que, comprovadamente, já estivessem operando nesse segmento com participação estrangeira acima dos mencionados limites quando da divulgação da competente Resolução.

7. No tocante às sociedades de crédito imobiliário, não existe regulamentação específica sobre a matéria, tanto na Lei nº 4.380, de 21.08.64, que criou o Banco Nacional da Habitação, como na Lei nº 4.595, de 31.12.64, ou em qualquer outro normativo. Assim, não havendo vedação expressa, a participação estrangeira nas sociedades da espécie vem sendo restringida através de orientação

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

administrativa interna, observada a mesma limitação imposta às demais instituições da área do Mercado de Capitais.

8. Em resumo, atualmente, temos a seguinte configuração:

tipo de instituição	limite	base
Banco comercial	vedado	Voto CMN 462/71, de 21.10.71
Banco de investimento	50% do cap. total 1/3 cap. votante	Voto CMN de 24.11.70
Financeira	idem	Voto CMN 462/71, de 21.10.71
Distribuidora	idem	idem
Corretora	idem	Voto CMN 130/76, de 27.05.76
Arrendamento mercantil	idem	Voto CMN 285/75, de 12.11.75
Crédito imobiliário	idem	Critério administrativo

9. Como podem verificar V. Sas., presentemente a matéria relativa à participação estrangeira em instituições

autorizadas a funcionar pelo Banco Central encontra-se pulverizada em diversos documentos, alguns decorrentes de simples orientação interna, fato que, de certa forma, vem dificultando o alcance da uniformidade no exame dos casos da espécie.

10. A par da orientação vigente, têm-se verificado, ainda, situações de anuência, por parte das autoridades monetárias, à extrapolação dos limites estabelecidos, principalmente nos casos que envolvem plano de recuperação de instituições em difícil situação econômico-financeira, ocasião em que se tem fixado prazo, nunca superior a 2 (dois) anos, para que sejam adotadas providências visando ao reenquadramento da sociedade aos níveis máximos permitidos.

11. Assim, tendo em vista as circunstâncias de complexidade e diversidade que, normalmente, envolvem matérias relativas à participação acionária estrangeira, bem como a necessidade de se evitar autorizações, por parte deste Banco, revestidas de caráter de excepcionalidade e a apreciação, pelo Conselho Monetário Nacional, de situações análogas, caso a caso, afigura-se conveniente o estabelecimento de diretrizes claras, explícitas e mais amplas, pelo que propomos, a partir do presente, sejam obedecidas as seguintes normas relativamente à participação estrangeira em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

a) **limites de participação estrangeira - ratificação dos critérios vigentes:**

- bancos comerciais: vedação à participação estrangeira, respeitando-se o "status quo" existente;
- bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), sociedades corretoras, sociedades distribuidoras, sociedades de arrendamento mercantil e sociedades de crédito imobiliário: até 50% (cinquenta por cento) do capital total e até 1/3 (um terço) do capital votante;

b) a utilização da expressão identificadora do grupo estrangeiro no nome da instituição financeira somente será admitida nos casos de filial ou subsidiária em atividade no Brasil ou de participação acionária estrangeira majoritária; nos casos de participação acionária estrangeira minoritária, admitir-se-á sua utilização, desde que associada ao nome, marca ou sigla do parceiro majoritário nacional; sendo diluída a participação acionária majoritária nacional a razão social não deverá induzir à idéia de que o sócio estrangeiro detenha a maioria do capital social;

c) serão obrigatoriamente registrados nos livros societários e no Banco Central, pelo acionista controlador, (i) todo e qualquer acordo de acionistas que venha a ser firmado objetivando disciplinar relações entre sócios de

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central com participação estrangeira ou, (ii) à sua falta, a declaração de sua inexistência. Por ocasião do registro, este Banco procederá à análise de seus termos, com vistas à avaliação do efetivo poder decisório de cada grupo participante, não se admitindo que o acionista majoritário brasileiro detenha, em qualquer assunto, poder decisório inferior ao do acionista estrangeiro. Deverá ficar explícita, ainda, a prevalência do acordo, assim registrado, sobre qualquer outro não submetido à apreciação deste órgão;

d) admitir-se-á a transferência de posições de acionistas estrangeiros no capital de instituições financeiras brasileiras para outros, estrangeiros, desde que atendidos requisitos técnicos e de idoneidade determinados por este Banco Central, bem como observadas as regras de reciprocidade existentes no país sede do acionista estrangeiro adquirente;

e) quando se tratar de transferência, para outra instituição estrangeira, de instituição financeira autorizada a funcionar no País com base no artigo 10, § 2º da Lei 4.595/64, desde que obedecidos os princípios fixados na letra "d" supra, este Banco Central encaminhará ao Exmº Sr. Presidente da República o pedido ou os pedidos pertinentes;

f) a orientação estabelecida na letra "e" supra não se aplica aos bancos cuja licença para operar no Brasil esteja

condicionada à manutenção de seu controle acionário por pessoas naturais do país de origem, a exemplo dos bancos do continente americano, com exceção dos EUA e Canadá;

g) eventual extrapolação dos tetos de participação estrangeira somente será admitida, mediante autorização do Banco Central quando:

1º) o aumento da participação do sócio estrangeiro se configurar como efetivo instrumento de recuperação da normalidade econômico-financeira e operacional da instituição;

2º) a assunção do controle, por parte do acionista estrangeiro, decorrer de ajustes no quadro de composição acionária, determinados pela retirada da parte nacional; ou

3º) da constituição de nova instituição, caso em que a autorização para que esta inicie suas atividades ficará condicionada ao seu enquadramento nos limites de participação acionária nacional e estrangeira estabelecidos.

Nos casos 1º e 2º a instituição não poderá aumentar o total de seus ativos no primeiro ano da extrapolação dos limites de participação estrangeira; a cada ano subsequente, deverá reduzí-lo em 1/3 (um terço), de maneira que, ao final do quarto ano, caso não seja encontrado parceiro nacional, se dê o encerramento de suas atividades, com o consequente

cancelamento de sua autorização para funcionar. A qualquer tempo, dentro do aludido período, encontrado parceiro nacional previamente aprovado pelo Banco Central, restaura-se-ão os limites normais de participação.

12. Se acolhida a proposta ora formulada a V.Sas., deverá ela ser submetida à aprovação do Conselho Monetário Nacional.

Voto do Senhor Presidente

Em 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 274/86

ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS EM VIGOR.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe alterações na composição das carteiras das entidades abertas de previdência privada, consolidando as normas vigentes sobre a matéria.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

B C B Nº 452/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

Voto DIMEC-86/064

ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - proposta de alteração e consolidação das normas em vigor.

Senhores Diretores,

Como é do conhecimento de V.Exas., a Resolução nº 460, de 23.02.78, foi elaborada com o objetivo de direcionar as aplicações das entidades de previdência privada, abertas e fechadas, tendo sofrido, ao longo do tempo, diversas modificações - em sua maioria relativas aos percentuais a serem observados pelas instituições -, sendo a mais substancial delas a que resultou na Resolução nº 794, de 11.01.83, a qual passou a orientar somente as entidades fechadas.

2. Naquela oportunidade, conforme frisado no Voto CMN nº 013/83, estabeleceu-se que "as entidades abertas de previdência privada continuariam regidas pela Resolução nº 460, até a conclusão de estudos em desenvolvimento, quando seria revogada."

3. Há de se ressaltar que, com a recente edição do Decreto-Lei nº 2.288, de 23.07.86, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento - suporte financeiro do Plano de Metas estabelecido pelo governo com o fito de adequar a economia a problemas conjunturais -, as entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades vinculadas à Administração Pública ficaram obrigadas a direcionar 30% dos recursos garantidores de suas reservas em obrigações daquele Fundo, com prazo de dez anos, facultando-se às demais instituições da espécie tal possibilidade, nos termos da Resolução nº 1.168, de 11.08.86.

4. Nesse sentido, entendendo não haver diferenças significativas entre esses institucionais, estamos propondo, na anexa minuta de Resolução, sejam estendidos às entidades abertas de previdência privada, no que for cabível, os mesmos requisitos de composição de suas carteiras.

5. Julgamos relevante comentar a alteração procedida nos percentuais destinados à aplicação em imóveis de uso próprio ou imóveis urbanos que não sejam de uso próprio, de um limite máximo de 20% de suas reservas para 40%. Tal medida, que decorre de proposta apresentada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, visa, de fato, adaptar as normas respectivas a uma realidade de mercado, dada a tendência atual de aplicações de longo prazo via aquisição de imóveis.

6. Por fim, cumpre-nos salientar que, visando dar maior flexibilidade à administração da carteira das entidades em questão, julgamos oportuno estabelecer que o limite máximo para aplicação em ações de uma mesma empresa seja elevado de 2% (dois por cento) para 4% (quatro por cento) do total das aplicações.

7. Essas as propostas que trazemos à consideração de V. Exas., as quais, se aprovadas, deverão ser submetidas à apreciação do Conselho Monetário Nacional.

Voto do Diretor da
Área do Mercado de Capitais
Em 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA



RESOLUÇÃO Nº 1.185

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista as disposições do artigo 15 da Lei nº 6.435, de 15.07.77,

R E S O L V E U:

I - Os recursos garantidores das reservas técnicas das entidades abertas de previdência privada, constituídas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, serão aplicados conforme as diretrizes desta Resolução e nos limites abaixo estabelecidos:

a) 30% (trinta por cento), no mínimo, isolada ou cumulativamente, em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23.07.86, com prazo de 10 (dez) anos, e Títulos da Dívida Pública Federal e Estadual;

b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, em ações de emissão de companhias abertas, observado que pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dessas aplicações deverão estar representados por títulos de emissão de companhias abertas controladas por capitais privados nacionais;

c) 40% (quarenta por cento), no máximo, em imóveis de uso próprio ou imóveis urbanos que não sejam de uso próprio, não compreendidos no Sistema Financeiro da Habitação, bem como os direitos resultantes da venda desses imóveis, observado que as aplicações em terrenos e direitos resultantes de sua venda não poderão exceder 25% (vinte e cinco por cento) desse total;

d) 10% (dez por cento), no máximo, em empréstimos assistenciais, subordinada a faculdade de sua concessão à aprovação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

e) os recursos remanescentes, quando houver, deverão estar aplicados, isolada ou cumulativamente, em:

1 - Letras do Banco Central;

2 - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, debêntures, letras de câmbio de aceite de sociedades de crédito, financiamento e investimento, cédulas pignoratícias de debêntures, cédulas hipotecárias, letras imobiliárias e letras hipotecárias;

3 - quotas de fundos mútuos de investimento;

4 - Títulos da Dívida Pública dos Municípios, Obrigações da Eletrobrás, títulos de emissão ou coobrigação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Títulos da Dívida Agrária;

5 - operações definidas na Resolução nº 1.088, de 30.01.86;

6 - disponibilidades.

II - A aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas das entidades abertas de previdência privada subordinar-se-á aos seguintes requisitos de diversificação:

a) as aplicações em ações de uma única empresa não excederão 10% (dez por cento) do capital votante ou 20% (vinte por cento) do capital total dessa, limitadas, ainda, a 4% (quatro por cento) do total das aplicações;

b) as aplicações em debêntures de emissão de uma única empresa não excederão 4% (quatro por cento) do total das aplicações;

c) as aplicações em quotas de um mesmo fundo mútuo de investimento não excederão 10% (dez por cento) do total das aplicações;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

d) as aplicações em títulos de emissão ou coobrigação de um mesmo Estado, Município ou entidade governamental não excederão 10% (dez por cento) do total das aplicações;

e) o total de aplicações em títulos ou valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma empresa, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de suas coligadas sob controle comum não excederá 10% (dez por cento) do total das aplicações.

III - Às entidades abertas de previdência privada é vedado aplicar recursos em títulos, valores mobiliários e quotas de fundos mútuos de investimento de emissão, coobrigação ou administração de companhias ligadas, considerando-se ligadas as companhias:

a) em que os associados controladores, no caso das entidades sem fins lucrativos, ou acionistas com mais de 10% (dez por cento) do respectivo capital, no caso das entidades sob a forma de sociedade anônima, participem, com mais de 10% (dez por cento) do capital, direta ou indiretamente;

b) em que administradores da entidade e respectivos parentes até o 2º grau participem, em conjunto ou isoladamente, com mais de 10% (dez por cento) do capital, direta ou indiretamente;

c) que participem, com mais de 10% (dez por cento), do capital da entidade, direta ou indiretamente;

d) cujos administradores e respectivos parentes até o 2º grau participem, em conjunto ou separadamente, com mais de 10% (dez por cento) do capital da entidade, direta ou indiretamente;

e) cujos membros da diretoria, no todo ou em parte, sejam os mesmos da entidade, ressalvados casos individuais de cargos exercidos em órgãos colegiados previstos no estatuto da sociedade, desde que seus titulares não exerçam funções executivas, ouvida previamente a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

IV - É vedado às entidades abertas de previdência privada atuar como instituição financeira, concedendo empréstimos ou adiantamentos a pessoas físicas ou jurídicas, ou abrindo créditos sob qualquer modalidade, ressalvadas as exceções expressamente previstas na regulamentação em vigor.

V - É vedado, ainda, às entidades abertas de previdência privada:

a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma;

b) negociar com outros títulos e valores mobiliários que não os previstos nesta Resolução;

c) negociar com os títulos e valores mobiliários integrantes de sua carteira, exceto nos casos de aquisição, cessão de direitos à subscrição, venda ou resgate, não podendo tais títulos e valores ser objeto de locação, empréstimo, penhor ou caução, ressalvadas as exceções expressamente previstas na regulamentação em vigor.

VI - A adaptação aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos nesta Resolução, relativamente à aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas constituídas até 30 de junho de 1986, far-se-á até 30 de junho de 1987, observado o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do total em cada um dos trimestres vencidos em 30 de setembro e 31 de dezembro de 1986 e 31 de março de 1987.

VII - A aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas constituídas após 30 de junho de 1986 far-se-á em conformidade com as disposições da presente Resolução.

VIII - As entidades abertas de previdência privada cujo total de reservas técnicas constituídas seja inferior ao valor nominal de 5.000 (cinco mil) Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) ficam dispensadas de efetuar a aplicação dos recursos garantidores de suas reservas de acordo com as normas previstas nesta Resolução, ca-

bendo, nesse caso, à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) definir, individualmente e segundo as peculiaridades de cada entidade, as respectivas diretrizes e limites, desde que nos ativos e modalidades previstos nesta Resolução.

IX - O Banco Central e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ficam autorizados a baixar as normas e adotar as medidas que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

X - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções nºs 460, de 23.02.78, 687, de 18.03.81, 707, de 27.10.81, 963, de 12.09.84, e o item IV da Resolução nº 472, de 25.04.78.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 276/86

MEDIÇÃO DE LAVOURAS E PASTAGENS - EXIGÊNCIA REGULAMENTAR - ALTERAÇÃO

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe a expedição de Resolução alterando os critérios para medição de lavouras e pastagens com área superior a 1.000 ha.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

B C B Nº 426/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

VOTO DICRI-86/029

MEDIÇÃO DE LAVOURAS E PASTAGENS - EXIGÊNCIA REGULAMENTAR - ALTERAÇÃO.

Senhores Diretores,

A obrigatoriedade da medição de lavouras e pastagens com área superior a 1000 ha teve origem em determinação do Conselho Monetário Nacional em 17.12.80, com a finalidade de evitar desvio de recursos, com aplicações em outros segmentos, à vista do expressivo agravamento do diferencial entre os encargos financeiros do crédito rural e as taxas das operações bancárias comuns, vigentes à época.

2. Do mesmo modo, a norma que dispõe que a medição abrange as áreas financiadas, ainda que separadas, na mesma ou em outras instituições financeiras(MCR 7-2-13-a), foi também estabelecida por aquele Colegiado e amplamente discutida com o sistema financeiro(voto CMN 043/81 - Circ.nº 603).

3. Isso não obstante, a FEBRABAN e alguns bancos isoladamente vêm insistindo para que a norma seja alterada, tendo em conta que:

a) a exigência não contribui objetivamente para a apuração de irregularidades;
b) o rateio das despesas de medição entre os agentes envolvidos, previsto no MCR 7-2-14, é de difícil operacionalização;
c) o BACEN poderia determinar a medição quando o sistema RECOR (Registro Comum de Operações Rurais) apurasse indícios de irregularidade em alguma operação.

4. Examinada a matéria pelos setores técnicos da DICRI, chegou-se à conclusão de que:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1712307012842100

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

a) por se tratar de instrumento de grande valia para a correta fiscalização dos recursos emprestados, não se torna recomendável a dispensa da exigência regulamentar;

b) assiste, no entanto, razão à FEBRABAN ao citar as dificuldades de aplicação da norma e a existência do sistema RECOR como instrumento controlador de possíveis desvirtuamentos na aplicação do crédito rural.

5. À vista do exposto e sem prejuízo das disposições que regulamentam os financiamentos contratados ao amparo do PROAGRO, submetemos o assunto à consideração deste Colegiado, com nossa sugestão de que:

a) seja obrigatória a medição de lavouras e pastagens com área superior a 1000 ha, apenas quando se tratar de uma mesma cultura, em um único imóvel, financiada pelo mesmo agente;

b) seja incluído no MCR dispositivo deixando claro que o BACEN, na qualidade de fiscalizador do SNCR, pode exigir a medição em outras situações, a expensas dos financiadores, sempre que, a seu juízo, a análise dos dados do RECOR indicar a conveniência da medida.

6. A matéria, se aprovada, deve ser submetida à consideração do Conselho Monetário Nacional.

Voto do Diretor de Crédito Rural,
Industrial e Programas Especiais
Em 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.183

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista as disposições do artigo 4º, incisos VI e VIII da citada Lei, e do artigo 5º da Lei nº 4.829, de 05.11.65,

R E S O L V E U:

I - Estabelecer que a medição de lavouras e pastagens com área superior a 1.000 ha, utilizada como instrumento de fiscalização (MCR 7-2), seja obrigatória apenas quando se tratar de uma mesma cultura, em um único imóvel, financiada pelo mesmo agente, sem prejuízo das disposições que regulamentam os financiamentos contratados ao amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

II - Determinar que o Banco Central, na qualidade de fiscalizador do Sistema Nacional de Crédito Rural, pode exigir a medição, em outras situações, imputando as despesas decorrentes aos financiadores, sempre que, a seu juízo, a análise dos dados do RECOR (Registro Comum de Operações Rurais) indicar essa conveniência.

III - Delegar ao Banco Central competência para proceder a novos ajustamentos que se fizerem necessários em relação à matéria, inclusive mediante aumento ou redução da área a ser objeto de medição obrigatória.

IV - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.: 278/86

BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY - AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAR MAIS UMA FILIAL NO BRASIL.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe o encaminhamento a este Conselho do pleito do Banco de La Republica Oriental Del Uruguay, no sentido de ser autorizado a instalar mais uma filial no Brasil, na cidade de Porto Alegre (RS).

2. Dessa forma, com meu voto favorável, proponho o encaminhamento do assunto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na forma da legislação em vigor.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BCB Nº 427/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY - AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAR MAIS UMA FILIAL NO BRASIL.

Senhores Diretores,

O BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, instituição sediada em Montevidéu, Uruguai, foi autorizado pelo Decreto nº 83.692, de 04.07.79, a se instalar no Brasil, com uma filial em São Paulo (SP).

2. Através de correspondência de 26.03.86, alegando a necessidade de ampliar o comércio entre as duas Nações, manifesta interesse em implantar mais uma filial em nosso País, desta feita, em PORTO ALEGRE (RS).

3. A Resolução nº 1.060, de 19.11.85, do Conselho Monetário Nacional, suspendeu as autorizações para funcionamento de novas instituições nas áreas bancária, do mercado de capitais e imobiliário, em vista da capacidade instalada no Sistema Financeiro Nacional.

4. Considerando, contudo, que a instalação de dependências de bancos estrangeiros no País é norteada também por aspectos de natureza política, e que a competência decisória, no caso, é do Excelentíssimo Senhor Presidente da República (Lei nº 4.595/64, art.10, § 2º, e 18), acreditamos que o pedido possa ser acolhido dentro do contexto da política atual, reiteradamente enfatizada pelas autoridades competentes, de incremento do intercâmbio comercial entre os países sulamericanos.

5. Isto posto, com nosso voto favorável, submetemos a matéria à consideração de V.Sas., manifestando-nos no sentido de ser encaminhada ao Conselho Monetário Nacional, para posterior submissão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Paulo Hide

VOTO DO DIRETOR DA ÁREA BANCÁRIA

Em 28.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DECRETO Nº , de

Autoriza o BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY a instalar uma filial na cidade de Porto Alegre (RS).

O Presidente da República, tendo em vista o disposto nos artigo 10, § 2º, e 18 da Lei nº 4.595, de 31.12.64,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Banco de La Republica Oriental del Uruguay, instituição financeira sediada em Montevidéu, Uruguai, autorizado a instalar uma filial na cidade de PORTO ALEGRE (RS), por prazo indeterminado, para realização de operações bancárias, respeitados os dispositivos legais vigentes.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), de setembro de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Funaro

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1090038

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 279/86

OURO - OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA NO MERCADO DOMÉSTICO - MINUTA DE RESOLUÇÃO.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe a fixação de diretrizes e normas sobre a participação do Banco Central no mercado doméstico de ouro refinado, realizando agora, além de compra, operações de venda.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

B C B Nº 428/86

Voto DIREX-86/047

OURO - OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA NO MERCADO DOMÉSTICO.

Senhores Diretores,

Como é do conhecimento de V.Exas., é da alçada deste Banco Central a compra e venda de ouro, "no sentido de regular o mercado de câmbio", segundo preceitua o Art. 11, item III, da Lei nº 4.595, de 31.12.64.

2. Face a essa prerrogativa e a partir do advento de Serra Pelada, em 1980, que despertou o País para a potencialidade de sua produção de ouro, o Banco Central logrou incorporar 148,5 toneladas de ouro, equivalentes a US$ 1,850 milhões a preços de hoje, aumentando as Reservas Internacionais do País com esse tipo de ativo produzido no Brasil.

3. A operação iniciada em 1980, mediante intermediação da Caixa Econômica Federal - CEF (desde então nosso agente para as aquisições de ouro nas áreas de produção), sofreu inúmeras alterações ao longo dos anos, até a aprovação do Voto BCB 512/85 por esse Colegiado, em 26.06.85, por intermédio do qual se pretendia retomar as compras de ouro refinado pelo Banco Central, através de um sistema de operadoras ("dealers").

4. A decisão de retomar apenas o lado das compras decorreu do fato de que esse tipo de operação já houvera sido regulamentado pelo CMN, o que configura condição básica segundo o Parecer DEJUR 191/81, de 24.04.81, o que não acontecia com as vendas. No entanto, já na ocasião, cônscios da necessidade de uma participação perfeita no mercado, deixamos registrado no mesmo Voto BCB 512/85 que:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

002029-0

"... e tendo em vista a competência originária do Banco Central (Lei 4.595/64, Art. 11, III), sempre que o equilíbrio dos mercados de ouro e de câmbio tornassem tal prática necessária, seriam realizadas operações de venda do metal. Para esse fim determinei a elaboração de estudos adicionais, a serem oportunamente submetidos a esse Colegiado e que precederiam o início daquelas vendas."

5. Cumpre citar que após aprovação do referido Voto e da divulgação dos normativos respectivos, o mercado de ouro e o "paralelo de câmbio" foram excitados, principalmente em face à experiência de 1982 quando problemas verificados na compra de ouro, então centralizados na CEF, contribuíram, sem dúvida, para a espiral de preços nos mercados do metal e no"paralelo de câmbio" (problemas descritos no Voto BCB 512/85).

6. Em função dessa ocorrência foi prejudicado o reinício de compras uma vez que se concluiu, de forma definitiva, que o Banco Central só poderia entrar no mercado se o fizesse nas duas pontas: compra e venda.

7. É de se ressaltar a estreita correlação entre os mercados de ouro (oficial e paralelo) e o mercado paralelo de câmbio. Essa condição faz com que, necessariamente, pressões baixistas ou altistas em um repercutam no outro, possibilitando que o Banco Central interfira nas cotações respectivas se autorizado a comprar e vender ouro refinado no mercado interno.

8. Recomenda o momento que se abra essa alternativa operacional ao Banco Central, cabendo para tanto, propor ao Egrégio CMN a fixação de diretrizes e normas sobre o assunto, conforme definido pelo Departamento Jurídico, a partir de que o Banco Central está apto a "dispor mais particularizadamente e por em prática a política traçada".

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

9. Assim, poder-se-iam fixar as seguintes diretrizes:

a) O Banco Central poderá realizar vendas de ouro, no sentido de regular o mercado de câmbio nos termos da Lei nº 4.595/64;

b) a despeito dessa faculdade, enquanto o Brasil continuar apresentando excedentes de produção de ouro, o Banco Central, podendo comprar e vender o metal, procurará ser comprador, em termos líquidos;

AGENTES DAS COMPRAS E VENDAS (OPERADORAS OU "DEALERS")

c) as vendas, assim como as compras de ouro refinado, ou em bruto, nas regiões de produção ou fora delas, serão realizadas através de agentes (cujo processo de seleção chegou a ter um início a partir do referido Voto BCB 512/85) que preencham condições mínimas como:

- estar na alçada de fiscalização do Banco Central (Corretoras, DTVMs, Bancos de Investimento, além da Caixa Econômica Federal, que já vem atuando nas zonas de produção);
- ter notória especialização em operações com ouro;

OBS.: a DIREX submeterá a esse Colegiado um voto específico sobre critérios de seleção de "dealers", levando em conta as repercussões nas diversas áreas; para um início imediato do sistema, a DIREX poderia escolher um conjunto provisório de "dealers" baseada em sua experiência de mercado;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

d) a seleção de um agente ou "dealer", qualquer que ele seja, não lhe assegura assento cativo nessa condição, podendo ser substituído a qualquer momento;

ESTOQUE

e) será apartado das Reservas Internacionais do País um estoque de ouro para uso exclusivo na regulação do mercado brasileiro. As compras líquidas que se sucederem à formação desse estoque serão repostas à Reserva Ouro, mantendo-se sempre um "estoque regulador" para aquele fim;

SISTEMA

f) o sistema operacional será desenvolvido em conjunto com os "dealers" e poderá funcionar no sistema de leilões("go around")ou no "trading" de mesa onde operadores "abrem" preços de compra ou venda, sem saber de que lado estão obrigados a fechar a operação;

CUSTÓDIA

g) o Banco Central se utilizará dos serviços de custódia prestados por instituições autorizadas pelas Bolsas de Mercadorias de São Paulo - BMSP e pela Bolsa Mercantil e Futuros - BMF,podendo selecionar uma delas para agir como centralizadora capaz de, por mecanismos de compensação, organizar e simplificar as movimentações do metal. Esses serviços podem vir a ser objeto de remuneração por parte do Banco Central;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

h) O Banco Central poderá emitir certificados de ouro em custódia, para metal depositado na Casa da Moeda do Brasil ou em seus próprios cofres para facilitar o processo de movimentação, caso se observe um baixo nível de movimentação física, buscando barateamento e simplificação do sistema.

10. Em resumo, propõe-se:

a) o retorno do Banco Central ao mercado doméstico de ouro refinado, agora não apenas como comprador, mas também como vendedor;

b) a institucionalização de um sistema de agentes operadores ("dealers");

c) a institucionalização do certificado de custódia de ouro emitido exclusivamente pelo Banco Central, para o ouro em seu poder;

d) centralização da movimentação de custódia em uma única instituição mediante contratação de serviços;

e) destaque de uma parte das Reservas Internacionais para constituir estoque de ouro a ser utilizado nas operações de regulação do mercado interno.

É como submetemos o assunto à consideração de V.Exas., propondo seja alçado à consideração do Egrégio Conselho Monetário Nacional.

Voto do
Diretor da Área Externa
Em

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CIRCULAR Nº

Tendo em vista os termos da Resolução nº , de , comunicamos que:

a) a seleção de agentes operadores do Banco Central para o mercado de ouro, levará em conta as seguintes condições básicas:

I - a entidade jurídica deverá estar na alçada de fiscalização do Banco Central;

II - ter notória especialização de operações com ouro;

III - ser habilitada pelo próprio Banco Central a realizar operações com ouro;

b) os agentes selecionados serão responsáveis pela origem e qualidade do ouro entregue ao Banco Central;

c) o metal envolvido nessas operações ficará em custódia junto a instituições selecionadas pelo Banco Central que escolherá dentre essas um centralizador para realizar compensação de entregas e organizar as movimentações;

d) as operações serão centralizadas no Departamento de Operações Internacionais (DEPIN), que divulgará regulamento contendo instruções e procedimentos relativos a essas operações, inclusive quanto à seleção dos agentes operadores;

e) fica revogada a Circular nº 941, de 02.07.85.

Brasília (DF),

Carlos Eduardo de Freitas
Diretor

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

1707161692c109

RESOLUÇÃO Nº 1.182

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto no artigo 4º, inciso V da referida Lei,

R E S O L V E U:

I - Autorizar o Banco Central a ampliar sua participação no mercado de ouro, realizando para tanto operações de compra e de venda do metal refinado.

II - Para o fim do disposto no item I, o Banco Central instituirá um sistema operacional que contemple a seleção de agentes operadores e custodiantes no mercado nacional.

III - O Banco Central estabelecerá as normas específicas sobre o assunto.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

7123120128460000

CMN N.º 281/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

ESTADO DE MINAS GERAIS - PEDIDO DE ELEVAÇÃO TEMPORÁRIA DO LIMITE FIXADO PELA RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 276.852.800,00

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, ao apreciar o incluso Voto, decidiu encaminhar a este Conselho solicitação do Governo do Estado de Minas Gerais, no sentido de que seja elevado, temporariamente, o limite de endividamento daquela Unidade Federativa, fixado pela Resolução nº 62, de 28.10.75, do Senado Federal, a fim de que possa emitir títulos de sua responsabilidade, em montante equivalente a Cz$ 276.852.800,00 (duzentos e setenta e seis milhões, oitocentos e cinqüenta e dois mil e oitocentos cruzados), cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Melhoramentos de Rodovias do Vale do Jequitinhonha.

2. Nessas condições, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 3º da citada Resolução nº 62/75, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República e posteriormente àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 03.09.86

0010359

BCB Nº 432/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

Voto DIDIP-86/044

ESTADO DE MINAS GERAIS

PEDIDO DE ELEVAÇÃO TEMPORÁRIA DO LIMITE FIXADO, PARA A SUA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA, PELO ITEM IV DO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28.10.75, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76 E PELA RESOLUÇÃO Nº 64, DE 28.06.85, TODAS DO SENADO FEDERAL, A FIM DE QUE POSSA VIR A EMITIR E COLOCAR TÍTULOS DE SUA DÍVIDA PÚBLICA.

Senhores Diretores,

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), após analisar o plano de aplicação de recursos (previsto no parágrafo 3º do artigo 4º da Resolução nº 62, de 28.10.75, do Senado Federal) que lhe foi apresentado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, houve por bem manifestar-se favoravelmente à emissão, por parte daquela Unidade Federativa, de Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM), em montante equivalente a Cz$ 276.852.800,00.

2. A emissão de que se trata, destinada ao financiamento do Programa de Melhoramentos de Rodovias do Vale do Jequitinhonha, deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) **características dos títulos:**

PRAZO	JUROS		
	TAXA	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	MODALIDADE
12 meses	6% a.a.	no resgate	escritural

b) **cronograma de colocações e vencimentos:**

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
NOV/86	01.11.87	2.602.000

c) **forma de colocação:** através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, deste Banco Central;

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

d) **autorização legislativa:** Lei Estadual nº 5.828, 06.12.71; Decretos Estaduais nºs 14.325, de 04.02.72 e 17.742 de 28.01.76; Resoluções nos. 795, de 24.04.78, 1.074, de 16.07..81 e 1.477,de 26.03.86, da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, Lei nº 9.070, de 03.11.85 (Lei dos Meios), e Resolução nº 440/86, de 04.04.86, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

3. Segundo os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação geral da dívida consolidada interna do Estado de Minas Gerais apresenta-se conforme o quadro anexo.

4. Face às disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 62/75, com as alterações introduzidas pelas de nºs 93/76 e 64/85, todas do Senado Federal, o endividamento consolidado interno intra limite daquela Unidade deveria conter-se nos seguintes parâmetros:

a) montante global: **CZ$ 16.461.165,4 mil,**
b) crescimento real anual: **CZ$ 4.703.190,1 mil,**
c) dispêndio anual máximo: **CZ$ 3.527.392,6 mil** e
d) responsabilidade por títulos: **CZ$ 8.230.582,7 mil.**

5. Dessa forma, para que possa ser efetivada a emissão de títulos ora proposta, haverá necessidade de autorização específica do Senado Federal, uma vez que, mesmo antes da realização da referida emissão, a dívida consolidada interna daquele Estado já ultrapassa o limite que lhe foi fixado pelo item IV do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75, conforme a seguir se verifica:

CZ$ mil

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA — LIMITES ESTABELECIDOS PELOS ARTIGOS 2º DA RES. 62/75 E 1º DA RES. 93/76 E PELA RES. 64/85 — ESPÉCIE	VALOR	POSIÇÃO ATUAL	EMISSÃO DE TÍTULOS SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À EMISSÃO ORA PROPOSTA
I -Montante global.....	16.461.165,4	11.433.990,6	276.852,8	11.710.843,4
II -Crescimento real anual	4.703.190,1	-8.760,5	276.852,8	268.092,3
III-Dispêndio anual máximo	3.527.392,6	3.103.016,4	293.464,0	3.396.480,4
IV -Responsabilidade por títulos.....	8.230.582,7	9.266.359,9	276.852,8	9.543.212,7

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

6. Por outro lado, a capacidade de pagamento do postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III), mostra-se conforme o quadro a seguir:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS			CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE	+ EMISSÃO PRETENDIDA	TOTAL	
1986	2.272.433,1	-	2.272.433,1	2.747.197,7
1987	3.420.475,6	293.464,0	3.713.939,6	2.741.654,4
1988	2.950.369,3	-	2.950.369,3	2.721.517,0
1989	2.870.304,2	-	2.870.304,2	2.717.617,2
1990	3.446.794,5	-	3.446.794,5	2.721.056,5
1991	1.866.711,5	-	1.866.711,5	2.722.966,0
1992	496.334,2	-	496.334,2	2.724.876,0
1993	437.612,2	-	437.612,2	2.726.914,3
1994	290.461,2	-	290.461,2	2.729.139,3
1995	285.879,0	-	285.879,0	2.734.711,9

7. Tendo em vista os valores constantes do parágrafo anterior, constata-se que a capacidade de pagamento do Estado de Minas Gerais mostra-se insuficiente em relação ao dispêndio de sua dívida consolidada interna nos exercícios de 1987 a 1990.

8. Entretanto, daqueles exercícios, somente o de 1987 será sensibilizado pela emissão ora em exame e do total de CZ$ 3.420.475,6 mil previstos para os dispêndios no citado exercício, CZ$ 1.360.456,0 mil referem-se ao resgate do principal da dívida fundada interna mobiliária do Estado de Minas Gerais. Levando-se em conta que foi ele autorizado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR) a "rolar" 100% dos seus títulos com vencimento para este exercício, reescalonando os resgates do principal para exercícios posteriores, e,caso seja mantida a sistemática ora vigente, o mesmo acontecerá para o próximo exercício,o dispêndio inicialmente previsto deverá sofrer substancial redução, passando para CZ$ 2.060.019,6 mil, tornando-se, dessa maneira,compatível com a capacidade de pagamento prevista para o exercício de 1987, da ordem de CZ$ 2.741.654,4 mil.

9. Destarte, tudo leva a crer que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquele Estado maiores pressões na execução dos seus presente e futuros exercícios.

10. Isto posto, tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 3º da citada Resolução nº 62/75, encaminho o assunto à consideração de V.Exas., com vistas à sua submissão ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, ao Senado Federal, ao qual caberá a decisão final sobre a matéria.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO 3158254

DATA 29.07.86

ENTIDADE ESTADO DE MINAS GERAIS

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A	**********	**********	29874892.9	**********
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B	**********	**********	8477973.7	**********
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B	**********	**********	**********	21396919.2
DESPESAS DE CUSTEIO	D	**********	**********	8015569.0	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E	**********	10852201.1	**********	**********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F	**********	2146251.0	**********	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F	**********	**********	8705950.1	**********
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	0.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	328300.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	J	0.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	84441.9	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	47180.0	**********	**********	**********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	428615.2	**********	**********	**********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O	**********	**********	888537.1	**********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q	**********	**********	1018916.6	**********
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS	R=D+G+P+Q	**********	**********	**********	18628972.8
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R	**********	**********	**********	2767946.4

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

EXERCÍCIOS

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	20748.7	26292.0	46429.4	50329.2	46889.9	44980.4	43070.4	41032.1	38807.1	33234.5
MARGEM(2) U=S-T	2747197.7	2741654.4	2721517.0	2717617.2	2721056.5	2722966.0	2724876.0	2726914.3	2729139.3	2734711.9

Obs.: 1-DISPÊNDIOS RELATIVOS AS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

652

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

****

ENTIDADE ESTADO DE MINAS GERAIS

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	10624810.0	0.0	0.0	809180.6	0.0	276852.8	11710843.4
I.1 -EM TÍTULOS	8457179.3	0.0	0.0	809180.6	0.0	276852.8	9543212.7
I.2 -POR CONTRATOS	2154856.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2154856.6
I.3 -POR GARANTIAS	12774.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	12774.1
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	2962508.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2962508.1
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	2962508.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2962508.1
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	13587318.1	0.0	0.0	809180.6	0.0	276852.8	14673351.5

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

092

CMN N.º 280/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA (PI) - DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS ESTABELECIDAS PELA RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, ao tomar ciência da anexa Comunicação - relacionada com o descumprimento, pela Prefeitura Municipal de Teresina (PI), das normas estabelecidas pela Resolução nº 62/75, do Senado Federal, quando da realização de operação por antecipação de receita junto ao Banco do Estado do Piauí S.A. - determinou fosse dado conhecimento do assunto a este Conselho, a fim de que seja o mesmo submetido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com vistas à atuação da União relativamente àquela Prefeitura.

2. É o que trago ao conhecimento de V.Exas., com base no que dispõe o item XIV da Resolução nº 345, de 13.11.75, do Banco Central.

Anexo.

COMUNICAÇÃO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BCB Nº 431/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/043-86

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA (PI)

DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS ESTABELECIDAS PELA RESOLUÇÃO Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.

Senhores Diretores,

Comunico a V.Exas. que o Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB) verificou que a Prefeitura Municipal de Teresina (PI), ao celebrar, em 22.10.85, contrato de empréstimo com o Banco do Estado do Piauí S.A., no valor à época de Cr$ 8,0 bilhões, como antecipação da receita orçamentária, não observou o limite estabelecido no §1º do artigo 5º da Resolução nº 62, de 28.10.75, do Senado Federal (dispêndio mensal).

2. Tendo em vista o disposto no item XIV da Resolução nº 345, de 13.11.75, deste Banco Central, o assunto deverá ser comunicado ao Conselho Monetário Nacional, a fim de que este, por intermédio do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, o submeta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com vistas à atuação da União relativamente à citada Prefeitura.

COMUNICAÇÃO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO

Em 01.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 259/86

ESTADO DO PARANÁ — REGISTRO DE TÍTULOS DE SUA DÍVIDA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL, E Nº 345, DE 13.11.75, DO BANCO CENTRAL — 1.000.000 DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO DO ESTADO DO PARANÁ (OTE-PR).

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 27.08.86, aprovou o incluso Voto, em que submete pleito do Governo do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a emitir, mediante registro naquele Banco, 1.000.000 de Obrigações do Tesouro daquele Estado (OTE-PR), com base nas disposições do artigo 4º da Resolução nº 62/75 do Senado Federal e dos itens VI e seguintes da Resolução nº 345/75 do Banco Central.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho, em face do que preceitua o item X da mencionada Resolução nº 345/75.

3. É o que trago à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

0010359

BCB Nº 414/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-042

ESTADO DO PARANÁ

PEDIDO DE REGISTRO DE TÍTULOS DE SUA DÍVIDA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL E Nº 345, DE 13.11.75, DESTE BANCO CENTRAL

Senhores Diretores,

O Governo do Estado do Paraná, com base nas disposições contidas no artigo 4º da Resolução nº 62/75 do Senado Federal e nos itens VI e seguintes da Resolução nº 345/75, deste Banco Central, solicita o registro, neste órgão, de Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - OTE-PR, cujos recursos, advindos de tal emissão, serão destinados ao financiamento do programa de estímulo às atividades produtivas do Estado.

2. A emissão será realizada nas seguintes condições:

a) **características dos títulos:**

PRAZO	JUROS		
	TAXA	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	MODALIDADE
24 meses	7% a.a.	semestral	escritural

b) **cronograma de colocação e vencimento:**

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
SET/86	SET/88	1.000.000

c) **forma de colocação:** através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, deste Banco Central;

d) **autorização legislativa:** Lei nº 8.212, de 30.12.85.

3. Segundo os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação geral da dívida consolidada interna intralimite daquele Estado apresenta-se conforme o quadro anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

S00003-3

4. Face às disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 62/75, com as alterações introduzidas pelas de nº 93/76 e 64/85, todas do Senado Federal, a dívida consolidada interna intralimite daquele Estado - de acordo com a sua receita líquida realizada em 1985, devidamente corrigida até maio último - deverá conter-se nos seguintes parâmetros:

a) montante global: Cz$ 7.484.966,5 mil;
b) crescimento real anual: Cz$ 2.138.561,9 mil;
c) dispêndio anual máximo: Cz$ 1.603.921,4 mil;
d) responsabilidade por títulos: Cz$ 3.742.483,3 mil.

5. Dessa forma, para que possa ser efetivada a emissão de títulos pretendida, não haverá necessidade de autorização específica do Senado Federal e sim, apenas, do Conselho Monetário Nacional, uma vez que, após a sua realização, a dívida consolidada interna do Estado do Paraná permanecerá contida nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos artigos 2º da Resolução nº 62/75 e 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, conforme a seguir se verifica:

EM Cz$ MIL

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INTRALIMITE	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	POSIÇÃO ATUAL	EMISSÃO SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE TÍTULOS SOB EXAME
Montante global.....	7.484.966,5	1.430.682,5	106.400,0	1.537.082,5
Crescimento real anual....	2.138.561,9	429.598,9	106.400,0	535.998,9
Dispêndio anual máximo.....	1.603.921,4	247.630,1	113.848,0	361.478,1
Responsabilidade por títulos.....	3.742.483,3	-	106.400,0	106.400,0

6. Dessa forma, verifica-se que, sob o aspecto da capacidade de endividamento, a dívida consolidada interna do Estado do Paraná, após a emissão pretendida, permanecerá contida nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I,II, III e IV do artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

7. Relativamente ao plano de aplicação dos recursos, previsto no parágrafo 3º do artigo 4º da Resolução nº 62/75 do Senado Federal, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), através do Aviso nº 977/86, de 31.07.86, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, manifesta-se favoravelmente à pretensão daquele Estado.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

8. Isto posto, submeto o assunto à elevada consideração de V.Exas., com meu voto favorável ao seu encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional, na forma do item X da mencionada Resolução nº 345/75, deste órgão, a fim de que seja autorizado o registro, neste Banco Central, da emissão em pauta, nas condições apresentadas.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO

Em

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

****

ENTIDADE	ESTADO DO PARANÁ

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.05.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	905150.2	0.0	0.0	0.0	525532.3	106400.0	1537082.5
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	106400.0	106400.0
I.2 -POR CONTRATOS	698205.8	0.0	0.0	0.0	357593.0	0.0	1050798.8
I.3 -POR GARANTIAS	211944.4	0.0	0.0	0.0	167939.3	0.0	379883.7
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	1759730.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1759730.9
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	767513.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	767513.9
II.3 - OUTROS	992217.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	992217.0
III - TOTAL(I+II)	2664881.1	0.0	0.0	0.0	525532.3	106400.0	3296813.4

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

267

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 260/86

ESTADO DE SÃO PAULO — REGISTRO DE 33 MILHÕES DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO (OTP), NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL, E Nº 345, DE 13.11.75, DO BANCO CENTRAL (Cz$ 3.511.200.000,00).

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 27.08.86, aprovou o incluso Voto, em que submete pleito do Governo do Estado de São Paulo, no sentido de que seja autorizado a emitir, mediante registro naquele Banco, 33 milhões de Obrigações do Tesouro daquele Estado (OTP), equivalentes a Cz$ 3.511.200.000,00, com base nas disposições do artigo 4º da Resolução nº 62/75 do Senado Federal e dos itens VI e seguintes da Resolução nº 345/75 do Banco Central.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho, em face do que preceitua o item X da mencionada Resolução nº 345/75.

3. É o que trago à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

0010359

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

B C B Nº 416/86

Voto DIDIP/86-041

ESTADO DE SÃO PAULO

PEDIDO DE REGISTRO DE TÍTULOS DE SUA DÍVIDA PÚBLICA, NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 62, DE 28.10.75, DO SENADO FEDERAL E Nº 345, DE 13.11.75, DESTE BANCO CENTRAL.

Senhores Diretores,

Inicialmente, o Governo do Estado de São Paulo, com base nas disposições contidas no artigo 4º da Resolução nº 62/75 do Senado Federal e nos itens VI e seguintes da Resolução nº 345/75, deste Banco Central, havia solicitado o registro, neste órgão, de Obrigações do Tesouro do Estado de São Paulo - OTP, cujos recursos serão destinados ao pagamento de sentenças judiciais.

2. Entretanto, a emissão pleiteada veio a ser posteriormente modificada, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), a qual, após examinar o plano de aplicação dos recursos (previsto no parágrafo 3º do já mencionado artigo 4º da Resolução nº 62/75) apresentado pelo referido Estado concordou, através do Aviso nº 0125/86, de 05.02.86, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, com a emissão de parte das OTP, no montante atual de Cz$ 3.511.200.000,00, que deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) características dos títulos:

SÉRIE	PRAZO	JUROS		MODALIDADE
		TAXA	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	
E-5	60 meses	7%a.a.	semestral	escritural

b) cronograma de colocações e vencimentos:

COLOCAÇÕES	VENCIMENTOS	QUANTIDADE
SET/86	15/SET/91	20.000.000
OUT/86	15/OUT/91	13.000.000
T O T A L		**33.000.000**

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

0020290

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

c) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos do item VII da Resolução nº 565, de 20.09.79, deste Banco Central;

d) autorização legislativa: Lei nº 437, de 24.09.74, Decretos nº 5.141, de 29.11.74, 6.992, de 06.11.75 e 23.774, de 07.08.85 e Constituição Estadual.

3. Segundo os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação geral da dívida consolidada interna do Estado de São Paulo apresenta-se conforme o quadro anexo.

4. Face às disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 62/75, com as alterações introduzidas pelas de nº 93/76 e 64/85, todas do Senado Federal, a dívida consolidada interna intralimite daquele Estado - de acordo com a sua receita líquida realizada em 1985, devidamente corrigida até abril último - deverá conter-se nos seguintes parâmetros:

a) montante global: Cz$ 52.377.248,1 mil;
b) crescimento real anual: Cz$ 14.964.928,0 mil;
c) dispêndio anual máximo: Cz$ 11.223.696,0 mil;
d) responsabilidade por títulos: Cz$ 26.188.624,1 mil.

5. Dessa forma, para que possa ser efetivada a emissão de títulos pretendida, não haverá necessidade de autorização específica do Senado Federal e sim, apenas do Conselho Monetário Nacional, uma vez que, após a sua realização, a dívida consolidada interna do Estado de São Paulo permanecerá contida nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos artigos 2º da Resolução nº 62/75 e 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, conforme a seguir se verifica:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Cz$ MIL

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INTRALIMITE	LIMITE ESTABELECIDOS PELOS ARTS. 2º DA RES. 62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES. 64/85	POSIÇÃO ATUAL	OPERAÇÃO SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE TÍTULOS SOB EXAME
Montante global.....	52.377.248,1	33.547.492,5	3.511.200,0	37.058.692,5
Crescimento real anual.....	14.964.928,0	11.164.649,9	3.511.200,0	14.675.849,9
Dispêndio anual máximo...	11.223.696,0	9.131.492,2	245.784,0	9.377.276,2
Responsabilidade por títulos.....	26.188.624,1	17.921.573,0	3.511.200,0	21.432.773,0

6. Isto posto, submeto o assunto à elevada consideração de V. Exas., com meu voto favorável ao seu encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional, na forma do item X da mencionada Resolução nº 345/75, deste órgão, a fim de que seja autorizado o registro, neste Banco Central, da emissão em pauta, nas condições apresentadas.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 26.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

ENTIDADE ESTADO DE SÃO PAULO

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.04.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB - EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	20029049.3	5672705.0	0.0	5102841.8	2742896.4	3511200.0	37058692.5
I.1 -EM TÍTULOS	14516773.0	0.0	0.0	3404800.0	0.0	3511200.0	21432773.0
I.2 -POR CONTRATOS	2405453.0	442800.0	0.0	0.0	519754.0	0.0	3368207.0
I.3 -POR GARANTIAS	3106623.3	5229905.0	0.0	1698041.8	2223142.4	0.0	12257712.5
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	852561.0	0.0	0.0	617934.2	0.0	0.0	1470495.2
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	852561.0	0.0	0.0	617934.2	0.0	0.0	1470495.2
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	20881610.3	5672705.0	0.0	5720776.0	2742896.4	3511200.0	38529187.7

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

272

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.: 283/86

CRIAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA RURAL - MINUTA DE RESOLUÇÃO.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso Voto, em que propõe a criação da Caderneta de Poupança Rural, com o objetivo de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento da agricultura, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Metas.

2. Determinou a Diretoria, na oportunidade, o encaminhamento do assunto a este Conselho.

3. É o que submeto à consideração de V.Exas., com meu voto favorável.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

B C B Nº 435/86

Voto DIBAN-86/063

CRIAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA RURAL.

Senhores Diretores,

Tendo em vista o disposto nos artigos 4º, incisos I e IV, e 15, inciso I, letra "l", da Lei nº 4.829, de 25.11.65, e em conformidade com o previsto na Exposição de Motivos MINIAGRI/SEPLAN/MINIFAZ nº 182, de 14.08.86, seria criada a Caderneta de Poupança Rural com o objetivo de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento da agricultura, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Metas.

3. Neste sentido é que submetemos a nossos pares, com nosso voto favorável, minuta de Resolução criando a Caderneta de Poupança Rural e autorizando o Banco Central do Brasil a adotar as medidas necessárias à sua implementação, como remuneração, agentes captadores, áreas de atuação, etc. e que, se aprovada, deverá ser submetida ao Conselho Monetário Nacional.

Persio Arida

VOTO DO DIRETOR DA ÁREA BANCÁRIA
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em tendo em vista o disposto no artigo 4º, incisos VI e IX, da citada Lei, e nos artigos 4º, incisos I e IV, e 15, inciso I, letra "l", da Lei nº 4.829, de 05.11.65,

R E S O L V E U:

I - Instituir a Caderneta de Poupança Rural com o objetivo de captar recursos destinados ao desenvolvimento da agricultura, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Metas do Governo Federal.

II - O Banco Central adotará as medidas necessárias à implementação do novo instrumento financeiro.

III - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF),

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

E.M. nº 182 Brasília, 14 de agosto de 1986

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de criação da Caderneta de Poupança Rural do Banco do Brasil, com o objetivo de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento da agricultura, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Metas.

2. A redução dos recursos aplicados no financiamento do investimento rural nos últimos anos é reconhecidamente um dos principais fatores responsáveis pela perda de dinamismo do setor, constituindo-se, por isso, no maior obstáculo a ser superado para a consecução do aumento de produção.

3. De todos os instrumentos do mercado financeiro, a Caderneta de Poupança, por sua tradição, aceitação popular e simplicidade operacional, é o que se mostra mais adequado à mobilização de recursos para o financiamento de médio e longo prazo dos investimentos agropecuários.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

4. À luz do exposto e considerando que o Banco do Brasil S.A. é o principal agente financeiro do Governo Federal para a área rural, pedimos a Vossa Excelência autorização para submeter à apreciação do Conselho Monetário Nacional voto permitindo àquele estabelecimento operar, nas agências que forem indicadas, para os objetivos propostos, na captação de recursos por intermédio de Caderneta de Poupança.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência o nosso maior e profundo respeito.

Dilson Funaro

João Sayad

Iris Rezende Machado

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

CMN Nº 263/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF. Redução a 0(zero) da alíquota na liquidação das operações de câmbio em pagamento de importações de mercadorias destinadas ao Território Federal de Roraima e procedentes da Venezuela e da Guiana.

Senhores Conselheiros,

A Portaria Interministerial Reservada nº 029 de 31.01.86 constituiu Grupo de Trabalho para elaborar estudos visando a criar facilidades para o comércio fronteiriço entre o Território de Roraima e a Venezuela e Guiana. O Grupo, coordenado pela Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda contou com representantes dos seguintes Órgãos: Ministério das Relações Exteriores, Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, Ministério do Interior, Governo do Território de Roraima, além da Coordenadoria de Assuntos Internacionais, Secretaria da Receita Federal, Banco Central e Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. O GT foi incumbido de examinar o assunto de forma abrangente, enfocando ângulos de natureza fiscal, cambial, administrativa, política e de Segurança Nacional, e de apresentar, ao final, plano global para implementação de medidas necessárias à execução do objetivo colimado.

2. O relatório final, após historiar os antecedentes do problema e descrever a sistemática legal de comér-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

cio exterior da Amazônia Ocidental, apresenta um plano de ação para facilitar as transações comerciais de Roraima com os países fronteiriços. Com efeito, a precariedade das comunicações rodoviárias e hidroviárias daquela região com Manaus e, a partir da capital amazonense, com o resto do País, é de tal ordem que o seu abastecimento se faz a custos muito elevados quando não é seriamente comprometido por interrupções nas vias de acesso. Por outro lado, a maior proximidade geográfica e a melhor conservação das rodovias que interligam o Território à Venezuela e à Guiana propiciaram o início do estabelecimento de laços comerciais recíprocos que são vistos pela comunidade roraimense como alternativa comercial face às dificuldades do comércio interno apontadas. Certos produtos particularmente importantes, tais como cimento, calcário, ferro, alumínio e outros poderiam ser importados diretamente daqueles países, com enormes vantagens de preço e segurança no abastecimento. Em sentido inverso, as exportações de produtos brasileiros, a partir de Roraima, vêm se diversificando e ganhando importância para as populações limítrofes. Estes fatores têm estimulado as autoridades e os empresários locais a reivindicar dos seus respectivos Governos o estabelecimento de negociações visando à conclusão de acordos de comércio fronteiriço, dentro do espírito do Tratado de Montevidéu II.

3. É de se ressaltar que o Território, como parte integrante da Amazônia Ocidental, goza do benefício da isenção dos impostos incidentes na importação de produtos essenciais (II, IPI e ICM), como extensão parcial da Zona Franca de Manaus, por força do art. 2º do Decreto-lei 356/66, com nova redação dada pelo art. 3º do Decreto-lei 1.435/75. Entretanto, a insuficiência de informação e a deficiência de estrutura das empresas e órgãos públicos locais prejudicaram a efetiva operacionalização dos favores já existentes. O GT sugeriu uma série de medidas específicas, algumas das quais já implementadas e outras a implementar, para obviar os problemas existentes. E uma delas é a redução a 0(zero) da

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

alíquota do IOF incidente na liquidação das operações de câmbio em pagamento das importações de mercadorias destinadas ao consumo ou utilização no Território e procedentes da Venezuela e Guiana.

4. Considero que esta medida se justifica não só pelas razões já indicadas anteriormente, como também pelo fato, apontado pelo Banco Central e pela CACEX, de que muitas importações da espécie são pagas hoje no mercado informal de divisas, motivadas, em parte, pelo desconhecimento do Convênio de Crédito Recíproco, no âmbito da ALADI. Os mecanismos e as vantagens cambiais do Convênio foram explicados aos empresários locais e a eliminação do IOF certamente contribuirá para sua melhor aceitação e implantação. A perda de receita tributária seria mínima, pois se calcula que as importações beneficiadas dificilmente ultrapassariam a US$ 500.000,00 anuais. A concessão em caráter de exclusividade ao Território de Roraima se justifica pelo seu isolamento ímpar no contexto brasileiro.

É como submeto a matéria à consideração de V.Exas.

Em 30.07.86

Voto do Conselheiro

DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.172

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) - de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 - incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de mercadorias destinadas ao consumo ou utilização no Território Federal de Roraima e procedentes da República da Venezuela e da República Cooperativista da Guiana.

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às mercadorias constantes da pauta de que trata o parágrafo único do artigo 2º do Decreto-lei nº 356, de 15.08.68, com a nova redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 1.435, de 16.12.75.

III - o Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

282

CMN Nº 264/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CAMBIO E SEGURO, E SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-IOF.
- Fios de raiom acetato

Senhores Conselheiros,

Este Conselho, através do Voto nº 102/86 reduziu a 0(zero) a alíquota de IOF incidente nas operações de câmbio em pagamento de importações de fio de raiom acetato, alvejado, branqueado ou de cor natural e fio de raiom, acetato, tinto, compreendidos, respectivamente nos itens 51.01.29.00 e 51.01.30.00, da NBM, com vigência até 30.6.86.

É de se notar que a indústria têxtil continua enfrentando dificuldades com o abastecimento dos referidos produtos, considerando que a única produtora nacional, a Rhodia, decidiu paralizar a fabricação dessa linha no País.

Este fato leva a necessidade imediata de realização de aquisições das referidas matérias-primas no exterior, para atendimento das programações e consumo feitos por empresas de diferentes portes.

Na análise do pleito, entendo ser da maior importância o afastamento da incidência do tributo que venha onerar os custos finais de sua importação e complementaria o benefício tarifário, cursado pelo Acordo Comercial nº 5, com a Argentina, que reduziu a zero a alíquota "ad valorem" do imposto de importação.

Nessas condições, submeto à elevada consideração de V.Exas. proposta no sentido de reduzir a 0(zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento dos referidos produtos, com vigência até 31.12.86.

É o meu Voto.

Em

Voto do Conselheiro
DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.173

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) - de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 - incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de fio de raiom acetato, alvejado, branqueado ou de cor natural e fio de raiom acetato, tinto, compreendidos, respectivamente, nos itens 51.01.29.00 e 51.01.30.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM).

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às importações realizadas por empresas têxteis nacionais ao amparo de Guias de Importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e que venham a ser desembaraçadas em portos do País até 31.12.86.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CMN Nº 265/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF.

Redução para 0 (zero) da alíquota na importação de fio de náilon 66 singelo não texturizado, código NBM 51.01.16.01 e NALADI 51.01.1.11.

Senhores Conselheiros,

Este Conselho, através do Voto 119/86, reduziu a 0 (zero) a alíquota de IOF incidente na importação de 200 toneladas de fio de náilon 66 singelo, não texturizado, compreendido no item 51.01.16.01, da NBM e 51.01.1.11 da NALADI, com validade até 23.7.86.

Todavia, os importadores não puderam efetuar as suas aquisições porque a empresa argentina somente teria condições de efetuar as entregas a partir de agosto/86.

Esclareço que a Comissão Nacional da ALADI, pelo 5º Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5, firmado em Montevidéu em 19.8.86, autorizou a importação de 200 toneladas com a redução do imposto de importação de 55% para 7,7%, com vigência até 31.12.86.

Na análise do pleito, entendo ser da maior importância o afastamento da incidência do tributo que venha onerar os custos finais de importação do mencionado produto.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

2.

Nessas condições, submeto à elevada consideração de V.Exas proposta no sentido de reduzir a 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importação de 200 toneladas de fio de náilon 66 singelo, não texturizado, compreendido no item 51.01.16.01, da NBM e 51.01.1.11 da NALADI, com vigência até 31.12.86.

É o meu voto.

Em

Voto do Conselheiro
DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.174

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) - de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 - incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações relativas a uma quota de 200 (duzentas) toneladas de fio de náilon 66 singelo, não texturizado, compreendido no item 51.01.16.01 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), 51.01.1.11 da NALADI.

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às importações realizadas por empresas têxteis nacionais ao amparo de Guias de Importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e que venham a ser submetidas a despacho aduaneiro até 31.12.86.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

C M N N.º 266/86 2

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF.

Redução para 0(zero) da alíquota na importação de pêlos de origem animal lavados, alvejados ou desengordurados, tintos ou não, compreendidos no item 05.02.03.02 da TAB.

Senhores Conselheiros,

As importações de pêlos finos de origem animal são imprescindíveis à fabricação de pincéis finos destinados à pintura artística, na medida em que os pêlos não são obteníveis no País. Por outro lado, a utilização destes pincéis está atualmente restrita a pintores nacionais privilegiados, em face dos seus elevados preços que dificultam sua aquisição por parte de significativa parcela de artistas nacionais. Uma das causas que impedem o alargamento do mercado de pincéis reside no fato de o imposto onerar sobremaneira o produto final; sua isenção permitiria a transferência de parte ou de todo o diferencial de custos para o comprador final.

2. A CPA reduziu a zero, por um ano, a alíquota do Imposto de Importação de 20% incidente sobre os pêlos finos próprios para fabricação de pincéis artísticos, através da Resolução 05-961 de 19/06/86. Esta redução proporciona aos importadores uma diminuição dos custos de importação de 14%, importante, se se tem em vista que os pêlos representam, em média, 75% do custo industrial de vários pincéis, mas insuficiente para o setor produtivo que passou a enfrentar a concorrência do pincel importado, cujo imposto de importação foi reduzido de 70% para 0, em caráter permanente, pela CPA.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

3. Acresce ainda o fato de que as importações efetivas desses insumos atingiram nos últimos quatro anos o valor global de apenas US$ 923.085,00. Assim sendo, as implicações socio-culturais a derivarem de isenção ou redução de impostos, na importação, serão mais relevantes que as de caráter comercial, pois repercutirão não só no meio artístico em geral, mas principalmente nas escolas de arte do País, e beneficiarão a indústria nacional em decorrência da diminuição da competitividade do produto final importado.

4. Diante do exposto, proponho a V.Exas. a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários, incidente na liquidação das operações de câmbio em pagamento das importações de pêlos finos, lavados, alvejados ou desengordurados, tintos ou não, próprios para fabricação de pincéis artísticos, compreendidos no item ("ex") 05.02.03.02 da TAB.

É como submeto a matéria à consideração de V.Exas.

Em 19/09/86

Voto do Conselheiro

DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.177

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) - de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 - incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de pêlos finos, lavados, alvejados ou desengordurados, tintos ou não, próprios para fabricação de pincéis artísticos (TAB 05.02.03.02 "ex").

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às importações amparadas por Guias de Importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) especificamente para o fim de redução a zero da alíquota do Imposto de Importação, concedida pela Resolução nº 05-0961, de 19.06.86, da Comissão de Política Aduaneira, e desde que submetidas a despacho aduaneiro até 30.06.87.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

290

CMN N.º 267/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF. Redução para 0(zero) da alíquota na importação de máquina de escrever caracteres "Braille", compreendida no código TAB 84.51.99.00 ("Ex").

Senhores Conselheiros,

A educação de excepcionais, em especial a sua alfabetização, deve ser uma preocupação constante do Poder Público, com o objetivo de proporcionar-lhes a oportunidade de alcançar um mínimo de integração social. Em particular, as pessoas privadas do sentido da visão padecem de enormes dificuldades para integrar-se à sociedade, necessitando de cuidados e de uma educação especial, sinônimo de educação cara, pois inclui, além do ensino normal, o "braille", a locomoção, o acompanhamento psicológico, o treinamento da percepção tátil e de noção espacial, além do aprendizado das atividades da vida diária.

2. A máquina de escrever em "braille" é um instrumento indispensável no processo de aprendizagem, dos cegos, pois possibilita a transcrição de livros, muitos dos quais não editados no Brasil, e permite o acesso aos bens culturais vinculados à escritura. Ocorre que não há ainda, no Brasil, produção da referida máquina que possa atender à demanda e às necessidades existentes. O produto brasileiro em desenvolvimento vem apresentando defeitos e por isto ainda não foi patenteado, motivo pelo qual a Comissão de Política Aduaneira-CPA houve por bem em reduzir a zero, até 31 de dezembro de 1986, a alíquota do imposto de importação incidente sobre o artefato em questão.



3. Por outro lado, as operações de câmbio em pagamento de sua importação estão sujeitas à alíquota normal do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários-IOF, da ordem de 25%. A alíquota zero só é aplicável às importações da espécie que tenham como titulares órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou autárquica, não beneficiando, pois, as demais instituições educacionais e de assistência social nem os usuários finais da máquina, que querem e podem importar diretamente.

4. Para diminuir o custo da importação e facilitar, assim, a consecução deste objetivo de caráter eminentemente social e humano, é que proponho a V.Exas. a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, incidente na liquidação das operações de câmbio em pagamento de importações de máquina de escrever caracteres "Braille", compreendida no item TAB 84.51.99.00 ("ex").

É como submeto a matéria à consideração de V.Exas.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Em 15.05.86

Voto do Conselheiro

Dilson Funaro

RESOLUÇÃO Nº 1.176

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) - de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 - incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de máquinas de escrever caracteres "Braille", compreendidas no item TAB 84.51.99.00 ("ex").

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução só beneficiará as importações efetuadas diretamente por pessoas físicas e pelas instituições educacionais e de assistência social que atendam aos requisitos fixados no artigo 152 do Regulamento Aduaneiro baixado pelo Decreto nº 91.030, de 05.03.85.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e só se aplicará às importações submetidas a despacho aduaneiro até 31.12.86.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CMN N.º 968/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, E SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-IOF

- Pigmentos à base de dióxido de titânio, com modificadores, tipo rutilo.

Senhores Conselheiro,

O suprimento, ao mercado interno, de dióxido de titânio vem se tornando cada vez mais crítico, afetando as indústrias de tintas, vernizes, plásticos, papel e resinas.

Contribuiu para esse fato, a recuperação das atividades econômicas que vem ocorrendo a partir do 2º semestre de 1985.

A TIBRÁS - Titânio do Brasil S.A., único produtor nacional, possui uma capacidade máxima de produção de cerca de 50.000 ton/ano, enquanto o consumo, para o corrente exercício, está estimado em 65.000 ton.

A Comissão de Política Aduaneira-CPA, pela Resolução nº 05-0978, de 19.06.86, reduziu de 45% para 5%, a aliquota "ad valorem" do imposto de importação, incidente sobre uma cota de até 5.000 (cinco mil) toneladas, com vigência até 31.12.86, considerando a insuficiência de produção nacional da referida matéria-prima.

Esclareço, ainda, que a CPA não procedeu a redução a 0(zero) do imposto de importação, porque visou manter uma preferência para as importações da ALADI.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

Na análise do pleito, entendo ser da maior importância o afastamento da incidência do tributo que venha onerar os custos finais de importação do mencionado produto.

Nessas condições, submeto a elevada consideração de V.Exas. proposta no sentido de reduzir a 0(zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários-IOF, incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de até 5.000 (cinco mil) toneladas de "Pigmentos à base de dióxido de titânio, com modificadores, tipo rutilo", compreendido no código 32.07.03.02, da NBM, com vigência até 31.12.86.

É o meu Voto.

Em

Voto do Conselheiro

DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.181

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) - de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 - incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações relativas a uma cota de 5.000 (cinco mil) toneladas de "Pigmentos à base de dióxido de titânio, com modificadores, tipo rutilo", compreendidos no código 32.07.03.02 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM).

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às importações realizadas ao amparo de guias de importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e que venham a ser desembaraçadas em portos do País até 31.12.86.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CMN N.º 269/86 296

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF.

Redução para 0 (zero) da alíquota na importação de 2.154 toneladas de ferro cromo baixo carbono, compreendido no código 73.02.04.00 da TAB.

Senhores Conselheiros,

O ferro cromo baixo carbono é insumo utilizado por toda a siderurgia de aços especiais, algumas empresas de aços comuns e pequena parcela do setor de fundição, no Brasil. A Ferbasa - Ferro Liga da Bahia S.A., única empresa produtora, com capacidade de 13.000 t/ano, programou, para o período junho/dezembro de 1986, a produção de 7.828 t. Ocorre que o crescimento da demanda acarretou uma série de problemas de abastecimento ao setor, estando prevista a necessidade de 9.982 t no período citado, com um déficit, pois, da ordem de 2.154 t., a ser suprido via importação.

2. Em 19.06.86, a Comissão de Política Aduaneira, expediu a Resolução 05-0984, isentando do imposto de importação o produto referido na quantidade indicada, desde que internado até 31.12.86. A isenção do imposto aduaneiro acarreta idêntica isenção do IPI, e do ICM. Entretanto, o custo do produto importado (Cz$27.051,94/t) apresenta um diferencial de 57% a maior com relação ao produto nacional (Cz$ 17.198,17/t sem os impostos internos), mesmo se for abstraída a cobrança do IOF, à alíquota vigente de 15%.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

3. Nestas condições, a manutenção do IOF teria por efeito agravar ainda mais os custos de produção das empresas consumidoras de ferro-cromo, as quais, diante do congelamento de preços determinado pelo Plano de Estabilização Econômica do Governo, não teriam como repassá-los a seus compradores. Por esta razão é que proponho a V.Exas. a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários, incidente na liquidação das operações de câmbio em pagamento das importações de ferro cromo baixo carbono, compreendido no item 73.02.04.00 da TAB.

É como submeto a matéria à consideração de V.Exas.

Em 27.08.86

Voto do Conselheiro
DILSON FUNARO

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.178

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data , tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) – de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 – incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações relativas a uma cota de 2.154 (duas mil, cento e cinqüenta e quatro) toneladas de ferro cromo baixo carbono compreendido no item 73.02.04.00 da TAB.

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às importações amparadas por Guias de Importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) especificamente para o fim de aplicação da isenção do Imposto de Importação, contemplada na Resolução nº 05-0984, de 19.06.86, da Comissão de Política Aduaneira, e submetidas a despacho aduaneiro até 31.12.86.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1.986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CMN N.º 270/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF.

- Coque de carvão mineral, tipo fundição.

Senhores Conselheiros,

A importação de coque de carvão mineral, tipo fundição, direta e indiretamente, é disciplinada pelo Conselho Nacional do Petróleo - CNP que estabelece as quotas anuais de importação sujeitas à obrigatoriedade do consumo de 45% de coque nacional.

A utilização do importado, entretanto, é imprescindível pela falta do similar nacional com as mesmas características e em função do ferro fundido a ser produzido (maleável e nodular) e equipamentos hoje existentes tanto do setor carbonífero como das próprias fundições.

O consumo atual de coque para fundição gira em torno das 120 mil t/ano das quais cerca de 41,5 mil são importadas (13 mil diretamente e 28,5 através de importadores-distribuidores).

Esclareço que a Comissão de Política Aduaneira - CPA, pela Resolução 05-0891, de 13.01.86, reduziu a zero a aliquota "ad valorem" do imposto de importação de "coques",

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

considerando a insuficiência de produção nacional, com vigência até 12.01.87.

Nessas condições, submeto à elevada consideração de V.Exas. proposta no sentido de reduzir a 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de "coque de carvão mineral, tipo fundição", compreendido no código 27.04.01.00, da NBM, com vigência até 31.12.86.

É o meu Voto.



Voto do Conselheiro

DILSON FUNARO

Em

RESOLUÇÃO Nº 1.179

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data , tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) – de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 – incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de "coque de carvão mineral, tipo fundição", compreendido no item 27.04.01.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM).

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às importações realizadas ao amparo de Guias de Importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e que venham a ser desembaraçadas em portos do País até 31.12.86.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entratá em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 04 de setembro de 1.986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

C M N N.º 971/86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Titulos e Valores Mobiliários - IOF. Fio de náilon, lustroso (trilobal)

Senhores Conselheiros,

O suprimento ao mercado interno de fio de náilon, lustroso (trilobal) vem se tornando, cada vez mais crítico, afetando as indústrias voltadas à produção de tecidos sintéticos.

Contribuiu para esse fato a recuperação das atividades econômicas que vem ocorrendo desde o início do corrente ano.

Esse fato leva a necessidade imediata de realização de aquisições da referida matéria-prima no exterior, para atendimento das programações e consumo feitos por empresas de diferentes portes.

Na análise do pleito, entendo ser da maior importância o afastamento da incidência do tributo que venha onerar os custos finais de importação do mencionado produto.

Nessas condições, submeto à elevada consideração de V.Exas. proposta no sentido de reduzir a 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobi-

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

liários - IOF, incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de fio de náilon, lustroso (trilobal), compreendido no código 51.01.16.01, da N.B.M., pelo prazo de seis meses.

É o meu voto.

Voto do Conselheiro

DILSON FUNARO

Em

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.180

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) — de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 — incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de fio de náilon, lustroso (trilobal), compreendido no código 51.01.16.01 ("ex") da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM).

II - A redução da alíquota de que trata a presente Resolução aplicar-se-á às importações realizadas ao amparo de guias de importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) e que venham a ser desembaraçadas em portos do País até 04.03.87.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1.986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, E SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS -IOF

Redução para 0 (zero) da alíquota aplicada nas importações de peles de suínos (NBM/TAB 41.01.10.00).

Senhores Conselheiros,

Pleiteia a Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul (AICSUL), que seja prorrogado, até 05.06.87, o benefício concedido pela Resolução nº 1.015, de 05.06.85, do Conselho Monetário Nacional, com vigência até 06.06.86, que reduz para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, nas aquisições de peles de suínos.

2. A propósito, cumpre-me esclarecer a V.Exas. que, consoante alegado pelos curtumes, a disponibilidade no mercado nacional se encontra estimada em torno de 800 mil peles/ano, enquanto o consumo das empresas que utilizam a referida matéria-prima é da ordem de 2 milhões de peles/ano, registrando-se, dessa forma, um déficit de 1.200 mil unidades/ano do produto, que deverão ser adquiridas através de importação.

3. Diante desse fato, os preços da matéria-prima no mercado interno ficam sensivelmente alterados em casos de inexistência de canais para sua aquisição no exterior, podendo vir a prejudicar sobremodo o desempenho das exportações brasileiras de artefatos

- segue -

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

e de outros manufaturados que se utilizam dessas peles.

4. Acrescente-se, ainda, o alto grau de ociosidade verificado no setor, cuja capacidade instalada encontra-se estimada em torno de 2,5 milhões de peles/ano, tendo-se verificado, antes das medidas ora em vigor, a desativação de algumas indústrias do ramo, que se dedicavam a atender parte do consumo do mercado nacional.

5. Entretanto, cabe-me informar que a Comissão de Política Aduaneira, através da Resolução nº 05-0960, de 19.06.86, prorrogou, pelo período de 1 (um) ano, a isenção da cobrança do Imposto de Importação somente para as peles em bruto de suínos, com ou sem pêlos, salgadas, salgadas-secas e secas, classificadas no item tarifário, da NBM/TAB, 41.01.10.02, sob o principal argumento de que não tem sido registradas, nos últimos anos, importações dos produtos enquadrados nos demais itens da subposição 41.01.10.

6. Diante do exposto, e com vistas a compatibilizar o benefício fiscal concedido pela Comissão de Política Aduaneira com o deste Conselho, manifesto-me favoravelmente ao atendimento do pedido, apenas para as peles constantes da Resolução CPA nº 05-0960, de 19.06.86, visando à manutenção do fluxo normal das aquisições do referido produto, à estabilidade do seu preço no País e, por via de conseqüência, a uma maior competitividade dos manufaturados de couro brasileiro no mercado internacional.

É como submeto a matéria à apreciação de V.Exas.

VOTO DO CONSELHEIRO

Aldo B. Alfano

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

RESOLUÇÃO Nº 1.175

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.143, de 20.10.66, e 5.172, de 25.10.66, e nos Decretos-leis nºs 1.783, de 18.04.80, e 1.844, de 30.12.80,

R E S O L V E U:

I - Reduzir para 0 (zero) a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) – de que tratam o mencionado Decreto-lei nº 1.783, de 18.04.80, e a Resolução nº 816, de 06.04.83 – incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de peles em bruto de suínos, com ou sem pêlo, salgadas, salgadas-secas e secas (NBM 41.01.10.02).

II - A redução da alíquota de que trata o item I aplicar-se-á às importações realizadas ao amparo de Guias de Importação emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX) com base na Resolução nº 05-0960, de 19.06.86, da Comissão de Política Aduaneira, desde que submetidas a despacho aduaneiro até 20.07.87.

III - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução.

IV - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 4 de setembro de 1986

Fernão Carlos Botelho Bracher
Presidente

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 247/86

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JUIZ DE FORA (MG) - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - CZ$ 10.304.500,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 20.08.86, aprovou o incluso Voto, relacionado com pedido do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Juiz de Fora (MG), no sentido de ser autorizado a contratar operação de crédito no valor de CZ$ ..... CZ$ 10.304.500,00 (dez milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzados), junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO

FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER

Em 20.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BCB Nº 399/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-036

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JUIZ DE FORA (MG)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Juiz de Fora (MG) contratar, junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional de Habitação (BNH), operação de crédito no valor de CZ$ CZ$ 10.304.500,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Autarquia, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Saneamento do Banco Nacional da Habitação (BNH/COSAN) informou que há viabilidade para a realização do empréstimo.

4. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

5. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO

Em 19.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JUIZ DE FORA (MG) JUNTO AO BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A., COM RECURSOS DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. Características da operação:

A - **Valor:** CZ$ 10.304.500,00 ;

B - **Prazos:**

1 - de carência: 36 meses ,

2 - de amortização: 216 meses;

C - **Juros:** 7,5% a.a.(6,5%a.a. do BNH e 1% a.a. do agente financeiro);

D - **Garantias:** fiança da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) e vinculação da quota-parte municipal do ICM;

E - **Destinação dos recursos:** ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água do Município de Juiz de Fora (MG).

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da pleiteante apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Em Cr$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO ATUAL.	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	30.796,6	14.441,4	10.304,5	24.745,9
II -Crescimento real anual	8.799,0	192,1	6.304,5	6.496,6
III-Dispêndio anual máximo	6.599,3	2.910,8	1.061,7	3.972,5

6. Conforme demonstra o quadro anterior, após a realização da operação sob exame, o endividamento consolidado interno da pleiteante permaneceria contido nos limites estabelecidos pelo artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO — CZ$ MIL

ENTIDADE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JUIZ DE FORA (MG)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	0.0	0.0	193.9	0.0	0.0	0.0	193.9
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	0.0	0.0	193.9	0.0	0.0	0.0	193.9
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	14247.5	0.0	0.0	0.0	0.0	10304.5	24552.0
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	14247.5	0.0	0.0	0.0	0.0	10304.5	24552.0
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	14247.5	0.0	193.9	0.0	0.0	10304.5	24745.9

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
1 Informações Incompletas 1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 248/86

ESTADO DE GOIÁS - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 438.261.174,40.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 20.08.86, aprovou o incluso Voto, relacionado com pedido do Governo do Estado de Goiás, no sentido de ser autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 438.261.174,40 (quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e setenta e quatro cruzados e quarenta centavos), junto ao Banco do Estado de Goiás S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO

FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER

Em 20.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BCB Nº 400/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-034

ESTADO DE GOIÁS

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende o Governo do Estado de Goiás contratar, junto ao Banco do Estado de Goiás S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional de Habitação (BNH), operação de crédito no valor de Cz$ 438.261.174,40, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno do referido Estado, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Saneamento do Banco Nacional da Habitação (BNH/COSAN) informou que os valores previstos para a operação de crédito em questão constam da sua previsão orçamentária.

4. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

5. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO

Em 18.08.86

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELO ESTADO DE GOIÁS, JUNTO AO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S.A. (BEG), ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)

1. Características da operação:

A - Valor: Cz$ 438.261.174,40;

B - Prazos:

1 - de carência: 32 meses ,
2 - de amortização: 360 meses;

C - Juros:

BNH: 5% a.a., BEG= 1%a.a.;

D - Garantia: Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM;

E - Destinação dos recursos: implantação de projetos de ampliação do sistema de esgoto sanitário de Goiânia.

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco do Estado de Goiás S.A.(BEG), a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna do Estado de Goiás (GO) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Em Cz$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO ATUAL.	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME.	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA.
I-Montante global.....	4.565.062,4	3.524.623,9	438.261,2	3.962.885,1
II-Crescimento real anual..	1.304.303,5	517.113,8	35.407,6	552.521,4
III-Dispêndio anual máximo	978.227,7	955.886,4	-	955.886,4
IV-Responsabilidade por títulos.....	2.282.531,2	76.067,8	-	76.067,8

6. Considerando-se o endividamento interno do Estado de Goiás (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I, II e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

Cz$ mil

ENTIDADE: ESTADO DE GOIÁS

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.04.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRADADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+...+(F)
I - INTRALIMITE	2.471.367,8	-	-	-	165.726,8	-	2.637.094,6
I.1 -EM TÍTULOS	76.067,8	-	-	-	-	-	76.067,8
I.2 -POR CONTRATOS	1.534.350,9	-	-	-	165.726,8	-	1.700.077,7
I.3 -POR GARANTIAS	860.949,1	-	-	-	-	-	860.949,1
I.4 -OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
II - EXTRALIMITE	610.623,2	-	-	-	276.906,1	438.261,2	1.325.790,5
II.1 - FDU	27.476,1	-	-	-	-	-	27.476,1
II.2 - BNH	583.147,1	-	-	-	276.906,1	438.261,2	1.298.314,4
II.3 - OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
III - TOTAL(I+II)	3.081.991,0	-	-	-	442.632,9	438.261,1	3.962.885,1

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações incompletas

317

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 257/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS (SP) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 3.494.069,60.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 27.08.86, aprovou o incluso Voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Cravinhos (SP), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 3.494.069,60, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V. Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

0010359

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

BCB Nº 412/86

VOTO DIDIP/86-040

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS(SP)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Cravinhos-SP contratar, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor equivalente a Cz$ 3.494.069,60, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Prefeitura, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Operações Habitacionais de Natureza Social (BNH/CONSO) informou que há viabilidade para a realização da operação em causa.

4. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 26.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS (SP) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH.

1. Características da operação:

A - Valor: Cz$ 3.494.069,60;

B - Prazos:
1 - de carência: 19 meses;
2 - de amortização: 216 meses;

C - Encargos:

1 - Juros: 10,5% a.a. (BNH) e 1,0% (Agente Financeiro);
2 - taxa de administração do BNH: 2,0%;
3 - despesa de fiscalização de obras: 4,0%;

D - Garantia: vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); e

E - Destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura no Conjunto Habitacional "João Berbel".

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna do Município de Cravinhos (SP) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

Em Cz$ mil

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA	LIMITES DOS ARTS.2º DA RES. 62/75 E 1º DA RES. 93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRA-LIMITE.POSIÇÃO EM: 30.04.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I - Montante global.....	12.956,6	2.230,5	3.494,1	5.724,6
II- Crescimento real anual	3.701,9	(431,5)	0,0	(431,5)
III-Dispêndio anual máximo	2.776,4	238,9	574,5	813,4

6. Considerado todo o endividamento consolidado interno da Prefeitura Municipal de Cravinhos (SP), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites fixados pela mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO — Cz$ MIL

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de CRAVINHOS (SP)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.04.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	3.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.8
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	3.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.8
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	2226.7	0.0	0.0	0.0	0.0	3494.1	5720.8
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	2226.7	0.0	0.0	0.0	0.0	3494.1	5720.8
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	2230.5	0.0	0.0	0.0	0.0	3494.1	5724.6

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

ORIGINAL DEFICIENTE
Informações Incompletas

333

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 258/86

ESTADO DE GOIÁS - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 276.906.106,40.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 27.08.86, aprovou o incluso Voto, relacionado com pedido do Governo do Estado de Goiás, no sentido de ser autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 276.906.106,40, junto ao Banco do Estado de Goiás S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V. Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 27.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

0010359

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

BCB Nº 413/86

VOTO DIDIP/86-038

ESTADO DE GOIÁS

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende o Governo do Estado de Goiás contratar, junto ao Banco do Estado de Goiás S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional de Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 274.906.106,40, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno do referido Estado, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Saneamento do Banco Nacional da Habitação (BNH/COSAN) informou que os valores previstos para a operação em pauta constam da sua previsão orçamentária.

4. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 26.08.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELO ESTADO DE GOIÁS, JUNTO AO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS S.A. (BEG), ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)

1. Características da operação:

A - Valor: Cz$ 276.906.106,40;

B - Prazos:

1 - de carência: 36 meses ,
2 - de amortização: 212 meses;

C - Encargos:

1 - juros: BNH= 4%a.a., BEG= 1%a.a.;
2 - taxa de administração: 2% sobre cada desembolso;

D - Garantia: Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E - Destinação dos recursos: implantação de obras de canalização urbana, em Goiânia, para controle de inundações.

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco do Estado de Goiás S.A.(BEG), a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna do Estado de Goiás (GO) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO ATUAL.	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	4.565.062,4	3.685.979,0	276.906,1	3.962.885,1
II -Crescimento real anual	1.304.303,5	433.287,0	119.234,4	552.521,4
III-Dispêndio anual máximo	978.227,7	954.197,9	1.688,5	955.886,4
IV -Responsabilidade por títulos.....	2.282.531,2	76.067,8	-	76.067,8

6. Considerando-se o endividamento interno do Estado de Goiás (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I, II e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

Cz$ mil

ENTIDADE: ESTADO DE GOIÁS

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.04.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRADADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+...+(F)
I - INTRALIMITE	2.471.367,8	-	-	-	165.726,8	-	2.637.094,6
I.1 -EM TÍTULOS	76.067,8	-	-	-	-	-	76.067,8
I.2 -POR CONTRATOS	1.534.350,9	-	-	-	165.726,8	-	1.700.077,7
I.3 -POR GARANTIAS	860.949,1	-	-	-	-	-	860.949,1
I.4 -OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
II - EXTRALIMITE	610.623,2	-	-	-	438.261,2	276.906,1	1.325.790,5
II.1 - FDU	27.476,1	-	-	-	-	-	27.476,1
II.2 - BNH	583.147,1	-	-	-	438.261,2	276.906,1	1.298.314,4
II.3 - OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
III - TOTAL(I+II)	3.081.991,0	-	-	-	603.988,0	276.906,1	3.962.885,1

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações incompletas

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

327

BANCO CENTRAL DO BRASIL
PRESIDÊNCIA

CMN N.º 282/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA(BA) OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - CZ$ ..... Cz$ 10.161.944,80

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso Voto, em que submete pleito da Prefeitura Municipal de Jacobina (BA), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 10.161.944,80 (dez milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro cruzados e oitenta centavos), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
Em 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BCB Nº 433/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

Voto DIDIP-86/045

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA (BA)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Jacobina (BA) contratar, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 10.161.944,80, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Prefeitura, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio de Promessa de Refinanciamento aprovado pela Diretoria daquele Banco é de Cz$ 8.691.650,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA (BA) JUNTO AO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

1. Características da operação:

A - **Valor:** Cz$ 10.161.944,80 ;

B - **Prazos:**

1 - de carência: até 03 anos,

2 - de amortização: 20 anos;

C - **Encargo:** juros de 4% a.a., neles incluídos 1% de "del credere" do BNB;

D - **Garantia:** vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras e serviços integrantes do Projeto CURA-Piloto no bairro CAEIRA.

2. Segundo o parecer técnico apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a Prefeitura Municipal de Jacobina (BA) não possuía, em 30.04.86, qualquer compromisso inscrito em sua dívida consolidada interna. Com a contratação pretendida, teríamos a seguinte situação:

Em Cz$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME
I -Montante global	21.397,0	10.162,0
II -Crescimento real anual.....	6.113,4	4.671,0
III-Dispêndio anual máximo.....	4.585,1	909,0

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

5. Considerado o quadro anterior, verifica-se que, com a realização do empréstimo, o endividamento daquela Prefeitura permaneceria contido nos limites fixados pelos itens I, II e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 284/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS (PR) -OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 8.512.000,00

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Arapongas (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

BCB Nº 436/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP-046/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Arapongas (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Prefeitura, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de Cz$ Cz$ 7.443.152,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. - ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH.

1. Características da operação:

A - **Valor:** Cz$ 8.512.000,00;

B - **Prazos:**
1 - de carência: 30 meses;
2 - de amortização: 240 meses;

C - **Encargos:**

1 - juros: 6,5% a.a. (BNH) e 1.0% (Agente Financeiro);
2 - taxa de administração do BNH: 2,0%;

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); e

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras de infra-estrutura compreendendo: pavimentação asfáltica, galerias pluviais, meios-fios e sarjetas.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna do Município de Arapongas (PR) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

de análise sobre a capacidade de endividamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

Em Cr$ mil

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA	LIMITES DOS ARTS.2º DA RES. 62/75 E 1º DA RES. 93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRA-LIMITE.POSIÇÃO EM: 30.06.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I - Montante global.....	34.724,8	4.736,1	8.512,0	13.248,1
II- Crescimento real anual	9.921,4	(476,2)	1.749,6	1.273,4
III-Dispêndio anual máximo	7.441,0	845,3	822,9	1.668,2

6. Considerado todo o endividamento consolidado interno da Prefeitura Municipal de Arapongas (PR), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites fixados pela mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

Cz$ MIL

****

ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS (PR)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	3149.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3149.8
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	3149.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3149.8
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	1586.3	0.0	0.0	0.0	0.0	8512.0	10098.3
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	1586.3	0.0	0.0	0.0	0.0	8512.0	10098.3
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	4736.1	0.0	0.0	0.0	0.0	8512.0	13248.1

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

336

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 285/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ (PR) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 3.721.576,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 3.721.576,00, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

B C B Nº 437/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP-047/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 3.721.576,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que há viabilidade para a realização da operação.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A., NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)



1. Características da operação:

A - Valor: Cr$ 3.721.576,00;

B - Prazos:

1 - de carência: 30 meses ,

2 - de amortização: 240 meses;

C - Encargos:

1 - juros: 6,5% a.a.,

2 - taxa de administração : 2,0% de cada desembolso,

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras de pavimentação, com calçadas e meios-fios, e, também, postos de saúde, canchas de esporte, quadra coberta e creches.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR , a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (PR) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA LIMITE.POSIÇÃO EM 31.05.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	11.272,5	2.289,2	3.721,6	6.010,8
II -Crescimento real anual	3.220,7	242,8	3.721,6	3.964,4
III-Dispêndio anual máximo	2.415,5	279,6	359,8	639,4

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz - PR (intralimite + extralimite +operação extralimite sob exame), estaria extrapolado, conforme demonstra o quadro anterior, o limite que lhe foi fixado, para o presente exercício, pelo item II do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento da postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Entidade maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	321,9	
1987	601,0	
1988	639,4	
1989	636,3	
1990	633,6	7.135,1
1991	631,3	
1992	628,8	
1993	626,2	
1994	612,3	
1995	528,5	

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO: 50.08.097

DATA: 02.06.86

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ (PR)

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A	**********	**********	19065.0	**********
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B	**********	**********	783.6	**********
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B	**********	**********	**********	18281.4
DESPESAS DE CUSTEIO	D	**********	**********	10799.3	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E	**********	468.0	**********	**********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F	**********	239.0	**********	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F	**********	**********	229.0	**********
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	107.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	0.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	J	11.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	0.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0	**********	**********	**********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	0.0	**********	**********	**********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	0.0	**********	**********	**********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O	**********	**********	118.0	**********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q	**********	**********	0.0	**********
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS	R=D+G+P+Q	**********	**********	**********	11146.3
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R	**********	**********	**********	7135.1

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

	EXERCÍCIOS									
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MARGEM(2) U=S-T	7135.1	7135.1	7135.1	7135.1	7135.1	7135.1	7135.1	7135.1	7135.1	7135.1

Obs.: 1-DISPÊNDIOS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

****

ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ (PR)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.05.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	719.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	719.3
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	719.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	719.3
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	1569.9	0.0	0.0	0.0	0.0	3721.6	5291.5
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	1569.9	0.0	0.0	0.0	0.0	3721.6	5291.5
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	2289.2	0.0	0.0	0.0	0.0	3721.6	6010.8

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 286/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA (PR) -OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93/76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 8.512.000,00

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

Bracher

BCB Nº 438/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP-048/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal Coronel Vivida (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Prefeitura, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de Cz$ Cz$ 7.443.152,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A., ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH.

1. Características da operação:



A - Valor: Cz$ 8.512.000,00;

B - Prazos:

1 - de carência: 30 meses;
2 - de amortização: 240 meses;

C - Encargos:

1 - juros: 6,5% a.a.;
2 - taxa de administração: 2% do valor do empréstimo;
3 - taxa de repasse: 1% a.a.;

D - Garantia: Quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias;

E - Destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura urbana compreendendo pavimentação , esgotos sanitários, iluminação pública e equipamentos comunitários.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75 , parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna do Município apresenta-se con-

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

forme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

Em Cz$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES. 62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA-LIMITE. POSIÇÃO EM 30.06.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I-Montante global.....	12.731,5	720,2	8.512,0	9.232,2
II-Crescimento real anual..	3.637,6	91,9	- (*)	91,9
III-Dispêndio anual máximo	2.728,2	129,2	822,9	952,1

(*) Não há liberações neste exercício.

6. Considerando-se o endividamento interno do Município (intralimite + operação extralimite sob exame), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I, II e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEMOB/DIADI

Mapa Demonstrativo da Situação Atual do Endividamento Consolidado Interno

ENTIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA (PR)

☒ EM ~~Cr$~~ MIL Cz$ ☐ EM Cr$ MILHÕES

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO(ÕES) PRETENDIDA(S) (G) = (A) +...+ (F)
I – INTRALIMITE	720,2						720,2
I.1 – EM TÍTULOS							
I.2 – POR CONTRATOS	720,2						720,2
I.3 – POR GARANTIAS							
I.4 – OUTROS							
II – EXTRALIMITE						8.512,0	8.512,0
II.1 – FDU							
II.2 – FAS							
II.3 – BNH						8.512,0	8.512,0
II.4 – OUTROS							
III – TOTAL (I+II)	720,2					8.512,0	9.232,2

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS.

3112201-OUT./82-4.000

347

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 287/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (PR) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93/76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 8.512.000,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BCB Nº 439/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-049

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de CZ$ 8.512.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de CZ$ CZ$ 7.443.152,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A., ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. **Características da operação:**

A - **Valor:** Cz$ 8.512.000,00;



B - **Prazos:**

1 - de carência: 30 meses ,

2 - de amortização: 240 meses;

C - **Encargos:**

1 - juros: 6,5% a.a.,
2 - taxa de administração: 2% sobre cada desembolso,
3 - taxa de repasse: 1,0% a.a. ao agente financeiro;

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras de infra-estrutura urbana compreendendo: galerias de águas pluviais e pavimentação asfáltica.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO EM 30.06.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	41.596,5	48.240,6	8.512,0	56.752,6
II -Crescimento real anual	11.884,7	13.094,9	5.324,8	18.419,7
III-Dispêndio anual máximo	8.913,5	5.562,1	822,9	6.385,0

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR) (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame), seriam extrapolados, conforme demonstra o quadro anterior, os limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I e II do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento da postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Entidade maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	5.002,0	
1987	6.173,1	
1988	6.385,0	
1989	6.228,2	
1990	6.011,1	20.008,8
1991	5.812,6	
1992	5.657,4	
1993	5.503,2	
1994	5.311,5	
1995	4.905,8	

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO: 50.08.572

DATA: 10.07.86

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (PR)

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A	**********	**********	74502.0	**********
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B	**********	**********	9436.9	**********
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B	**********	**********	**********	65065.1
DESPESAS DE CUSTEIO	D	**********	**********	41928.4	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E	********** **********	4692.5	********** **********	********** **********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F	********** **********	2028.8	********** **********	********** **********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F	********** **********	********** **********	2663.7	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	0.0	********** ********** **********	********** ********** **********	********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	0.0	********** ********** **********	********** ********** **********	********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	J	0.0	********** ********** **********	********** ********** **********	********** ********** **********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	0.0	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0	********** ********** **********	********** ********** **********	********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	461.7	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	2.5	********** ********** **********	********** ********** **********	********** ********** **********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O	********** **********	********** **********	464.2	********** **********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q	********** **********	********** **********	0.0	********** **********
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS	R=D+G+P+Q	********** **********	********** **********	********** **********	45056.3
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R	**********	**********	**********	20008.8

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

	EXERCÍCIOS									
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MARGEM(2) U=S-T	20008.8	20008.8	20008.8	20008.8	20008.8	20008.8	20008.8	20008.8	20008.8	20008.8

Obs.: 1-DISPÊNDIOS RELATIVOS AS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO — CZ$ MIL

****

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO (PR)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	2213.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2213.1
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	2213.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2213.1
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	33834.7	0.0	0.0	12192.8	0.0	8512.0	54539.5
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	33834.7	0.0	0.0	12192.8	0.0	8512.0	54539.5
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	36047.8	0.0	0.0	12192.8	0.0	8512.0	56752.6

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
1 Informações Incompletas 1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

C M N N.º 288/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO (PR) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93/76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 8.512.000,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Pato Branco (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

B C B Nº 440/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-050

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Pato Branco (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de CZ$ 8.512.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Prefeitura, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de CZ$ Cz$ 7.443.152,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A., ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. Características da operação:

A - Valor: Cz$ 8.512.000,00;

B - Prazos:

1 - de carência: 30 meses;
2 - de amortização: 240 meses;

C - Encargos:

1 - juros: 6,5% a.a.;
2 - taxa de administração: 2% do valor do empréstimo;
3 - taxa de repasse: 1% a.a. ao agente financeiro;

D - Garantia: Quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM;

E - Destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura urbana compreendendo: pavimentação asfáltica e pavimentação com pedras irregulares.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75 , parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

atual da dívida consolidada interna do Município apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida,para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

Em Cz$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES. 62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO EM 30.06.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA.
I -Montante global.....	26.202,2	15.752,3	8.512,0	24.264,3
II-Crescimento real anual...	7.486,3	1.830,8	3.721,2	5.552,0
III-Dispêndio anual máximo	5.614,8	1.942,2	822,9	2.765,1

6. Considerando-se todo o endividamento interno do Município (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I, II e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEMOB/DIADI

Mapa Demonstrativo da Situação Atual do Endividamento Consolidado Interno

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO (PR)

☒ EM ~~Cr$~~ MIL Cz$ ☐ EM Cr$ MILHÕES

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO(ÕES) PRETENDIDA(S) (G) = (A) +...+ (F)
I - INTRALIMITE	1.616,2						1.616,2
I.1 - EM TÍTULOS							
I.2 - POR CONTRATOS	1.616,2						1.616,2
I.3 - POR GARANTIAS							
I.4 - OUTROS							
II - EXTRALIMITE	14.136,1					8.512,0	22.648,1
II.1 - FDU							
II.2 - FAS							
II.3 - BNH	14.136,1					8.512,0	22.648,1
II.4 - OUTROS							
III - TOTAL (I+II)	15.752,3					8.512,0	24.264,3

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

3112201-OUT./82-4.000

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.: 289/86

PREFEITURA MUNICIPAL GUARAPUAVA (PR) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93/76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 63.840.000,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Guarapuava (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 63.840.000,00, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

B C B Nº 441/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-051

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Guarapuava (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de CZ$ 63.840.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de CZ$ CZ$ 55.823.640,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A., ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. **Características da operação:**

A - **Valor:** Cz$ 63.840.000,00 ;

B - **Prazos:**

1 - de carência: 06 meses ,

2 - de amortização: 240 meses;

C - **Encargos:**

1 - juros: 6,5% a.a.;
2 - taxa de administração : 2,0% de cada desembolso;
3 - taxa de repasse: 1%a.a. ao Agente Financeiro;

D - **Garantia:** vinculação de quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E - **Destinação dos recursos:** Programa CURA II - Investimentos em infra-estrutura básica: drenagem, pavimentação, urbanização e áreas para recreação e esporte.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Guarapuava (PR) apresenta-se conforme o quadro anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA EXTRA LIMITE. POSIÇÃO ATUAL.	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	60.254,4	34.898,7	63.840,0	98.738,7
II -Crescimento real anual	17.215,5	18.354,4	63.840,0	82.194,4
III-Dispêndio anual máximo	12.911,7	5.090,9	6.342,8	11.433,7

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Guarapuava- PR (extralimite + operação extralimite sob exame), seriam extrapolados, conforme demonstra o quadro anterior, os limites que lhe foram fixados, para o presente exercício,pelos itens I e II do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento da postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	4.166,9	
1987	7.312,5	
1988	11.433,7	
1989	11.117,4	
1990	10.635,2	19.878,3
1991	10.127,1	
1992	9.256,5	
1993	9.121,5	
1994	8.985,0	
1995	8.846,9	

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO 5006845

DATA 27.11.85

ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (PR)

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A	**********	89600.0	**********
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B	**********	0.0	**********
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B	**********	**********	89600.0
DESPESAS DE CUSTEIO	D	**********	61377.3	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E	********** **********	**********	********** **********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F	********** ********** 2590.0	**********	********** **********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F	********** **********	6981.6	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	277.8	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.	J	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	0.0	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	1085.0	********** ********** **********	********** ********** **********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O	********** **********	1362.8	********** **********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q	********** **********	0.0	********** **********
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS	R=D+G+P+Q	********** **********	**********	69721.7
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R	**********	**********	19878.3

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

EXERCÍCIOS

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MARGEM(2) U=S-T	19878.3	19878.3	19878.3	19878.3	19878.3	19878.3	19878.3	19878.3	19878.3	19878.3

Obs.:1-DISPÊNDIOS RELATIVOS AS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO — CZ$ MIL

****

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA (PR)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.05.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	12862.2	0.0	0.0	22036.5	0.0	63840.0	98738.7
II.1 - FDU	4923.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	4923.6
II.2 - BNH	7938.6	0.0	0.0	22036.5	0.0	63840.0	93815.1
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	12862.2	0.0	0.0	22036.5	0.0	63840.0	98738.7

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
1 Informações incompletas 1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

C M N N.º 290/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA (PR) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93/76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 53.418.758,40.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Umuarama (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 53.418.758,40, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BCB Nº 442/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-052

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Umuarama (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de CZ$ 53.418.758,40, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de CZ$ CZ$ 46.710.989,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. - ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. Características da operação:

A - **Valor:** Cr$ 53.419.758,40 ;

B - **Prazos:**

1 - de carência: 06 meses ,

2 - de amortização: 240 meses;

C - **Encargos:**
1 - juros: 6,5% a.a. + 1%a.a. de repasse do agente financeiro,
2 - taxa de administração : 2,0% de cada desembolso;

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); e

E - **Destinação dos recursos:** Projeto CURA III - realização de obras nas áreas de Saúde, Serviço Social, Recreação e Lazer, Pavimentação Asfáltica, Galerias de Águas Pluviais, Postos de Saúde, Creches, Canchas Esportivas,etc.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR , a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Umuarama (PR) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO EM 31.03.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	34.239,0	44.324,1	53.418,8	97.742,9
II -Crescimento real anual	9.782,6	4.619,9	27.074,0	31.693,9
III-Dispêndio anual máximo	7.336,9	4.678,4	6.585,5	11.263,9

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame),estariam extrapolados, conforme demonstra o quadro anterior,os limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I,II e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento da postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Entidade maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	4.133,6	
1987	6.814,1	
1988	11.263,9	
1989	10.931,0	
1990	10.598,1	20.246,6
1991	10.265,1	
1992	9.931,9	
1993	9.598,8	
1994	9.219,3	
1995	8.282,0	

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA (PR)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.03.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	5956.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5956.8
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	5804.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	5804.4
I.3 -POR GARANTIAS	152.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	152.4
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	38367.3	0.0	0.0	0.0	0.0	53418.8	91786.1
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	38367.3	0.0	0.0	0.0	0.0	53418.8	91786.1
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	44324.1	0.0	0.0	0.0	0.0	53418.8	97742.9

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M 6 B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO	DATA
86.07.612	03.04.86

ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA (PR)

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A	**********	**********	99180.0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B	**********	**********	11310.0
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B	**********	**********	**********
DESPESAS DE CUSTEIO	D	**********	**********	64941.4
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E	**********	3491.5	**********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F	**********	2212.4	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F	**********	**********	1279.1
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	243.6	**********	**********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	0.0	**********	**********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	J	4.4	**********	**********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	34.8	**********	**********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0	**********	**********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	380.6	**********	**********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	130.5	**********	**********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O	**********	793.9	**********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q	**********	609.0	**********
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS	R=D+G+P+Q	**********	**********	67623.4
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R	**********	**********	20246.6

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

	EXERCÍCIOS									
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MARGEM(2) U=S-T	20246.6	20246.6	20246.6	20246.6	20246.6	20246.6	20246.6	20246.6	20246.6	20246.6

Obs.:1-DISPÊNDIOS RELATIVOS AS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

ORIGINAL DEFICIENTE
Informações Incompletas

370

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 291/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (PR) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93/76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 8.512.000,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Sarandi (PR), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BCB Nº 443/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP-053/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (PR)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Sarandi (PR) contratar, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 8.512.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de Cz$ Cz$ 7.443.152,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (PR) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)

1. Características da operação:

A - **Valor:** Cz$ 8.512.000,00;

B - **Prazos:**

1 - de carência: 30 meses ,

2 - de amortização: 240 meses;

C - **Encargos:**
1 - juros: 6,5% a.a.+ 1%a.a. de repasse do agente financeiro,
2 - taxa de administração : 2,0% de cada desembolso;

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); e

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras de pavimentação asfáltica, inclusive galerias de águas pluviais, meios-fios e sarjetas.

2. Segundo o parecer apresentado pela Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR , a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Sarandi (PR) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA LIMITE. POSIÇÃO EM 31.05.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	13.802,5	1.432,0	8.512,0	9.944,0
II -Crescimento real anual	3.943,6	195,0	4.239,4	4.434,4
III-Dispêndio anual máximo	2.957,7	250,7	822,9	1.073,6

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Sarandi - PR (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame), estaria extrapolado, conforme demonstra o quadro anterior, o limite que lhe foi fixado, para o presente exercício, pelo item II do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento da postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Entidade maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	228,7	
1987	822,5	
1988	1.073,6	
1989	1.073,5	
1990	1.073,3	19.814,8
1991	1.073,1	
1992	1.072,9	
1993	1.072,6	
1994	1.057,5	
1995	933,6	

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (PR)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.05.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	1432.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1432.0
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	1432.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1432.0
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	8512.0	8512.0
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	8512.0	8512.0
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	1432.0	0.0	0.0	0.0	0.0	8512.0	9944.0

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

375

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO 50.08.098

DATA 02.06.86

ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI (PR)

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A	**********	**********	39059.3	**********
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B	**********	**********	1712.0	**********
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B	**********	**********	**********	37347.3
DESPESAS DE CUSTEIO	D	**********	**********	13593.3	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E	********** **********	3971.8	********** **********	********** **********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F	********** **********	85.6	********** **********	********** **********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F	********** **********	********** **********	3886.2	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	0.8	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	J	0.8	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	4.3	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	47.1	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O	********** **********	********** **********	53.0	********** **********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q	********** **********	********** **********	0.0	********** **********
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS	R=D+G+P+Q	********** **********	********** **********	********** **********	17532.5
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R	**********	**********	**********	19814.8

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

EXERCÍCIOS

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MARGEM(2) U=S-T	19814.8	19814.8	19814.8	19814.8	19814.8	19814.8	19814.8	19814.8	19814.8	19814.8

Obs.: 1-DISPÊNDIOS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

376

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.: 292/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 31.920.000,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (SP), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 31.920.000,00, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BCB Nº 444/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-054

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (SP) contratar, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 31.920.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de Cz$ Cz$ 27.911.820,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - ESTA NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH)

1. **Características da operação:**

A - **Valor:** Cz$ 31.920.000,00 ;

B - **Prazos:**

1 - de carência: 30 meses (máxima) e 24 meses (estimada);
2 - de amortização: 240 meses;

C - **Juros:** 10,5% a.a. (BNH) e 1,0% a.a. (agente financeiro)

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); e

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras do Projeto CURA, no Município.

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (SP) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO EM 30.06.86 (*)	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	75.986,6	92.838,9	31.920,0	124.758,9
II -Crescimento real anual	21.710,5	9.884,4	0,0	9.884,4
III-Dispêndio anual máximo	16.282,8	12.525,7	4.084,8	16.610,5

(*) Inclui operação intralimite autorizada e ainda não contratada.

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - SP (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame), estariam extrapolados, conforme demonstra o quadro anterior, os limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento da postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	15.115,1	
1987	14.285,3	
1988	15.945,8	
1989	16.610,5	
1990	15.740,0	52.060,0
1991	14.598,7	
1992	14.088,1	
1993	13.638,6	
1994	13.189,0	
1995	12.739,5	

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO: 77.01075

DATA: 31.10.85

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A			151000.0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B			0.0
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B			151000.0
DESPESAS DE CUSTEIO	D			82453.0
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E		23752.0	
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F		7430.0	
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F			16322.0
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART DOS ESTADOS DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	0.0		
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	0.0		
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	J	3.0		
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	70.0		
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0		
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	30.0		
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	62.0		
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O			165.0
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q			0.0
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS	R=D+G+P+Q			98940.0
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R			52060.0

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

EXERCÍCIOS

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MARGEM(2) U=S-T	52060.0	52060.0	52060.0	52060.0	52060.0	52060.0	52060.0	52060.0	52060.0	52060.0

OBS.: 1=DISPÊNDIOS RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES CEF/FAS
2=MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	1246.2	0.0	0.0	2707.3	0.0	0.0	3953.5
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	1246.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1246.2
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	2707.3	0.0	0.0	2707.3
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	88885.4	0.0	0.0	0.0	0.0	31920.0	120805.4
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	88885.4	0.0	0.0	0.0	0.0	31920.0	120805.4
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	90131.6	0.0	0.0	2707.3	0.0	31920.0	124758.9

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
1 Informações Incompletas 1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.: 293/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (MG) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 372.400.000,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 372.400.000,00, junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

B C B Nº 445/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP-86/055

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (MG)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) contratar, junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de Cz$ 372.400.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Prefeitura, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Saneamento do Banco Nacional da Habitação (BNH/COSAN) informou que os valores previstos para a operação em pauta constam da sua previsão orçamentária.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (MG) JUNTO AO BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A., ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. Características da operação:

A - Valor: Cr$ 372.400.000,00;

B - Prazos:

1 - de carência: até 36 meses,

2 - de amortização: 216 meses;

C - Encargos:

1 - juros: 7,5% a.a.,

2 - taxa de administração : 2,0% de cada desembolso;

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras de canalização de córregos, implantação e pavimentação de avenidas.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

Em Cz$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE.POSIÇÃO EM 30.06.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	1.408.751,4	524.944,1	372.400,0	897.344,1
II -Crescimento real anual	402.500,4	-106.525,6	111.720,0	5.194,4
III-Dispêndio anual máximo	301.875,3	64.008,5	48.618,9	112.627,4

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG (intralimite + extralimite +operação extralimite sob exame), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites que lhe foram fixados, para o presente exercício, pelos itens I, II e III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO — CZ$ MIL

****

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (MG)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 30.06.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	15153.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	15153.6
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	15153.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	15153.6
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	509790.5	0.0	0.0	0.0	0.0	372400.0	882190.5
II.1 - FDU	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II.2 - BNH	509790.5	0.0	0.0	0.0	0.0	372400.0	882190.5
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	524944.1	0.0	0.0	0.0	0.0	372400.0	897344.1

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — SECRETARIA

ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

CMN N.º 294/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA (SP) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 21.280.000,00.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Itatiba (SP), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 21.280.000,00, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

BCB Nº 446/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

VOTO DIDIP/86-056

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA (SP)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Itatiba (SP) contratar, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, operação de crédito no valor de CZ$ 21.280.000,00, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, constatou aquela Unidade que, não obstante a natureza extralimite da contratação pretendida, o endividamento consolidado interno da referida Prefeitura, após a sua realização, permaneceria contido nos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que o valor do Convênio aprovado pela Diretoria daquele Banco é de CZ$ Cz$ 18.607.880,00.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

500003-3

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA (SP) JUNTO À CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., ESTA NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH.

1. Características da operação:

A - **Valor**: Cr$ 21.280.000,00;

B - **Prazos**:
1 - de carência: 30 meses;
2 - de amortização: 240 meses;

C - **Juros**: 10,5% a.a. (BNH) e 1,0% a.a. (Agente Financeiro);

D - **Garantia**: vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); e

E - **Destinação dos recursos**: execução de obras do Projeto Cura, no Município.

2. Segundo o parecer apresentado pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna do Município de Itatiba (SP) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

Em Cr$ mil

DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES. 62/75 E 1º DA RES. 93/76 E DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRA-LIMITE. POSIÇÃO EM: 30.04.86	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I - Montante global.....	30.669,8	6.230,5	21.280,0	29.510,5
II- Crescimento real anual	8.762,8	(11,0)	2.128,0	2.117,0
III-Dispêndio anual máximo	6.572,1	1.010,0	3.373,6	4.383,6

6. Considerado todo o endividamento consolidado interno da Prefeitura Municipal de Itatiba (SP), conforme demonstra o quadro anterior, ele permaneceria contido nos limites fixados pela mencionada Resolução nº 62/75.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

CZ$ MIL

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de ITATIBA (SP)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.05.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	783.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	783.5
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	783.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	783.5
I.3 -POR GARANTIAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	7447.0	0.0	0.0	0.0	0.0	21280.0	28727.0
II.1 - FDU	350.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	350.9
II.2 - BNH	7096.1	0.0	0.0	0.0	0.0	21280.0	28376.1
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	8230.5	0.0	0.0	0.0	0.0	21280.0	29510.5

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 296/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE (MS) - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93/76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 155.857.060,80.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido da Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS), no sentido de ser autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 155.857.060,80, junto ao Banco do Estado de Mato Grosso S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

B C B Nº 449/86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Voto DIDIP-059/86

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE (MS)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76 DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS), contratar, junto ao Banco do Estado de Mato Grosso S.A.(BEMAT), este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), operação de crédito no valor de Cz$ 155.857.060,80, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquele Município maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que há viabilidadde para a realização da operação.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE (MS) JUNTO AO BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A. (BEMAT) ESTE NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. Características da operação:

A - **Valor:** Cr$ 155.857.060,80

B - **Prazos:**

1 - de carência: 24 meses ;

2 - de amortização: 240 meses;

C - **Juros:** BNH 4% a.a.; BEMAT 1% a.a.;

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E - **Destinação dos recursos:** execução de obras de infra-estrutura dentro do Projeto CURA, no município.

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco do Estado de Mato Grosso S.A. (BEMAT), a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento da postulante, teríamos a seguinte situação:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Em Cz$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES. 64/85	DÍVIDA INTRA +EXTRALIMITE POSIÇÃO EM 31.02.86	OPERAÇÃO SITUAÇÃO POSTE- EXTRALI- RIOR À CONTRA- MITE SOB TAÇÃO DA OPERA EXAME ÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	249.580,9	227.742,4	155.857,1 383.599,5
II -Crescimento real anual	71.308,8	-4.355,2	- -4.355,2
III-Dispêndio anual máximo	53.481,6	16.686,6	15.585,7 32.272,3

6. Considerando-se o endividamento interno da Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) (intralimite + extralimite +operação extralimite sob exame), seria extrapolado, conforme demonstra o quadro anterior, o limite que lhe foi fixado, para o presente exercício, pelo item I do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento da postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Entidade maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

Cz$ mil

EXERCÍCIOS	D I S P Ê N D I O S A N U A I S M Á X I M O S	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	31.194,0	133.305,0
1987	24.082,4	133.403,9
1988	27.104,1	133.488,4
1989	32.272,3	133.572,8
1990	29.484,2	133.657,2
1991	28.354,4	133.741,7
1992	27.824.4	133.826,1
1993	27.288,3	133.910,5
1994	26.755,2	133.995,0
1995	26.222,1	134.079,4

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO

Cz$ mil

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE (MS)

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.07.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRADADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+...+(F)
I - INTRALIMITE	1.162,8	-	-	-	-	-	1.162,8
I.1 -EM TÍTULOS	-	-.	-	-	-	-	-
I.2 -POR CONTRATOS	1.162,8	-	-	-	-	-	1.162,8
I.3 -POR GARANTIAS	-	-	-	-	-	-	-
I.4 -OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
II - EXTRALIMITE	226.579,6	-	-	-	-	155.857,1	382.436,7
II.1 - FDU	8.868,1	-	-	-	-	-	8.868,1
II.2 - BNH	217.711,5	-	-	-	-	155.857,1	373.568,6
II.3 - OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
III - TOTAL(I+II)	227.742,4	-	-	-	-	155.857,1	383.599,5

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações incompletas

83
83

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO: 9915612

DATA: 29.08.86

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE (MS)

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL	A	**********	**********	410000.0	**********
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS	B	**********	**********	30000.0	**********
RECEITA LÍQUIDA	C=A-B	**********	**********	**********	380000.0
DESPESAS DE CUSTEIO	D	**********	**********	168137.1	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	E	********** **********	13833.4	********** **********	********** **********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS	F	********** **********	6387.5	********** **********	********** **********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	G=E-F	********** **********	********** **********	7445.9	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	H	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	I	600.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	J	35.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	L	423.4	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	0.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	N	1711.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS)	O	67000.0	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********	********** ********** ********** **********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	P=H+...+O	********** **********	********** **********	69769.4	********** **********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	Q	********** **********	********** **********	0.0	********** **********
DESPESAS CERTAS E INADIAVEIS	R=D+G+P+Q	********** **********	********** **********	********** **********	245352.4
MARGEM DE POUPANÇA REAL	S=C-R	**********	**********	**********	134647.6

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

EXERCÍCIOS

		1986.0	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1)	T	1342.6	1243.7	1159.2	1074.8	990.4	905.9	821.5	737.1	652.6	568.2
MARGEM(2)	U=S-T	133305.0	133403.9	133488.4	133572.8	133657.2	133741.7	133826.1	133910.5	133995.0	134079.4

Obs.: 1-DISPÊNDIOS RELATIVOS AS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CMN N.º 295/86

ESTADO DO MARANHÃO - OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL - Cz$ 10.435.111,90.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria do Banco Central, em sessão de 03.09.86, aprovou o incluso voto, relacionado com pedido do Governo do Estado do Maranhão, no sentido de ser autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cz$ 10.435.111,90, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação.

2. Em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11.10.76, do Senado Federal, submeto a matéria à consideração de V.Exas., votando pelo seu encaminhamento à Presidência da República, para posterior envio àquela Casa do Congresso, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

Anexo.

VOTO DO CONSELHEIRO
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
EM 03.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

B C B Nº 448/86

Voto DIDIP-058/86

ESTADO DO MARANHÃO

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO PREVISTA NO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO Nº 93, DE 11.10.76, DO SENADO FEDERAL.

Senhores Diretores,

Pretende o Governo do Estado de Maranhão, contratar, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), operação de crédito no valor de Cz$ 10.435.111,90, nos termos da súmula anexa.

2. Examinado o assunto pelo Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, concluiu aquela Unidade que a assunção de tal compromisso não deverá trazer àquele Estado maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios.

3. Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação em causa.

4. Consultada sobre a matéria, a Carteira de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (BNH/CDURB) informou que há viabilidadde para a realização da operação.

5. Tendo em vista o que preceitua o parágrafo único do artigo 2º da resolução nº 93 acima mencionada, proponho o encaminhamento do assunto ao Conselho Monetário Nacional, para fins de submissão do mesmo à deliberação do Senado Federal, a quem compete a decisão final sobre a matéria.

Anexo.

VOTO DO DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E MERCADO ABERTO
Em 02.09.86

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA

OPERAÇÃO DE CRÉDITO A SER CONTRATADA PELO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO JUNTO AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO S.A., ESTENDO QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH).

1. **Características da operação:**

A - **Valor:** Cz$ 10.435.111,90

B - **Prazos:**

1 - de carência: 18 meses ,

2 - de amortização: 240 meses;

C - **Encargos:**
1 - juros: 4,5% a.a.;

2 - taxa de administração : 2,0% de cada desembolso;

D - **Garantia:** vinculação de quotas-partes do Fundo de Participação do Estado (FPE); e

E - **Destinação dos recursos:** aporte de recursos ao Projeto Especial Cidades de Porte Médio (AGLURB/TIMON).

2. Segundo o parecer apresentado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S.A., a operação sob exame é viável técnica, econômica e financeiramente.

3. Trata-se de empréstimo a que, por força das disposições contidas no artigo 2º da Resolução nº 93/76, não se aplicam os limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62/75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da citada Resolução nº 93/76 e pela Resolução nº 64/85, todas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação (BNH).

4. De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (DEMOB), a situação atual da dívida consolidada interna do Estado do Maranhão apresenta-se conforme o quadro anexo.

5. Levando-se em conta a citada dívida, para efeito de análise sobre a capacidade de endividamento do postulante, teríamos a seguinte situação:

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA

Em CZ$ mil

	LIMITES DOS ARTS. 2º DA RES.62/75 E 1º DA RES.93/76 E DA RES.64/85	DÍVIDA INTRA E EXTRALIMITE. POSIÇÃO ATUAL	OPERAÇÃO EXTRALIMITE SOB EXAME	SITUAÇÃO POSTERIOR À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO PLEITEADA
I -Montante global.....	2.341.396,1	2.321.851,0	10.435,1	2.332.286,1
II -Crescimento real anual	668.970,3	-437.011,9	6.956,7	-430.055,2
III-Dispêndio anual máximo	501.727,7	1.036.715,8	178,3	1.036.894,1

6. Considerando-se todo o endividamento consolidado interno do Estado do Maranhão (intralimite + extralimite + operação extralimite sob exame), conforme demonstra o quadro anterior, seria extrapolado o limite fixado, para o presente exercício, pelo item III do artigo 2º da mencionada Resolução nº 62/75.

7. Entretanto, sob a ótica da capacidade de pagamento do postulante, apurada consoante demonstrativo anexo (Mapa III),a efetivação da operação ora pretendida não deverá trazer àquela Entidade maiores pressões na execução orçamentária de seus presente e futuros exercícios, como a seguir se verifica:

CZ$ mil

EXERCÍCIOS	DISPÊNDIOS ANUAIS MÁXIMOS	
	DÍVIDA JÁ EXISTENTE + OPERAÇÃO PRETENDIDA	CAPACIDADE DE PAGAMENTO APURADA
1986	1.036.894,1	
1987	332.696,2	
1988	306.161,9	
1989	287.065,8	
1990	249.996,3	1.181.435,4
1991	120.793,2	
1992	115.169,1	
1993	111.032,4	
1994	107.998,7	
1995	100.577,2	

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DEMOB/DIADI

MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DO ENDIVIDAMENTO
CONSOLIDADO INTERNO — CZ$ MIL

****

ENTIDADE ESTADO DO MARANHÃO

NATUREZA DA DÍVIDA	POSIÇÃO(*) EM 31.05.86 (A)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO INFORMADA(S) (B)	OPERAÇÃO(ÕES) CONTRATADA(S) E AINDA NÃO LIBERADA(S) (C)	OPERAÇÃO(ÕES) AUTORIZADA(S) E AINDA NÃO CONTRATADA(S) (D)	OPERAÇÃO(ÕES) EM TRAMITAÇÃO (E)	OPERAÇÃO(ÕES) SOB EXAME (F)	SITUAÇÃO POSTERIOR À(S) CONTRATAÇÃO (ÕES) PRETENDIDA(S) (G)=(A)+..+(F)
I - INTRALIMITE	983960.7	0.0	0.0	0.0	72872.6	0.0	1056833.3
I.1 -EM TÍTULOS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
I.2 -POR CONTRATOS	707154.9	0.0	0.0	0.0	72872.6	0.0	780027.5
I.3 -POR GARANTIAS	276805.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	276805.8
I.4 -OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
II- EXTRALIMITE	658537.7	0.0	0.0	0.0	606480.0	10435.1	1275452.8
II.1 - FDU	31696.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	31696.5
II.2 - BNH	626841.2	0.0	0.0	0.0	606480.0	10435.1	1243756.3
II.3 - OUTROS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
III - TOTAL(I+II)	1642498.4	0.0	0.0	0.0	679352.6	10435.1	2332286.1

(*) DÍVIDA CONTRATADA INFORMADA + INTEGRALIZAÇÕES FUTURAS

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — SECRETARIA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

BANCO CENTRAL DO BRASIL

D E M O B

MAPA DE APURAÇÃO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA (MAPA III)

Nº DE PROTOCOLO 31.57.930

DATA 09.07.85

ENTIDADE ESTADO DO MARANHÃO

DADOS RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 1986 — CZ$ MIL

RECEITA TOTAL A	**********	**********	2979792.3	**********
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVISTAS B	**********	**********	236875.9	**********
RECEITA LÍQUIDA C=A-B	**********	**********	**********	2742916.4
DESPESAS DE CUSTEIO D	**********	**********	838830.6	**********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E	********** **********	630690.4	********** **********	********** **********
ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA INCLUSIVE PREVISÃO DE JUROS F	********** **********	36295.0	********** **********	********** **********
DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS G=E-F	********** **********	********** **********	594395.4	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO DE PART.DOS ESTADOS,DO DF E DOS TERRITÓRIOS (FPE) E DOS MUNICÍPIOS(FPM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL H	0.0	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA (IUEE)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL I	0.0	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS (IUM)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL J	0.0	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA(TRU)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL L	0.0	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL(FRN)-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL M	0.0	********** **********	********** **********	********** **********
COTA-PARTE DO IMP.ÚNICO S/LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS E ADICIONAL-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL N	0.0	********** **********	********** **********	********** **********
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL INCLUSIVE AUXÍLIOS,DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES(EXCETO CONVÊNIOS) O	20000.0	********** **********	********** **********	********** **********
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS P=H+...+O	********** **********	********** **********	20000.0	********** **********
PREVISÃO PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA Q	********** **********	********** **********	108255.0	********** **********
DESPESAS CERTAS E INADIÁVEIS R=D+G+P+Q	********** **********	********** **********	********** **********	1561481.0
MARGEM DE POUPANÇA REAL S=C-R	**********	**********	**********	1181435.4

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL SECRETARIA

CÁLCULO DA MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

EXERCÍCIOS

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CEF/FAS (1) T	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MARGEM(2) U=S-T	1181435.4	1181435.4	1181435.4	1181435.4	1181435.4	1181435.4	1181435.4	1181435.4	1181435.4	1181435.4

Obs.: 1-DISPÊNDIOS RELATIVOS AS OPERAÇÕES CEF/FAS
2-MARGEM DE POUPANÇA REAL LÍQUIDA

1 ORIGINAL DEFICIENTE 1
Informações Incompletas

404